



Câmara dos
Deputados

OBRA COMEMORATIVA | HOMENAGEM | 05

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL,

um discurso de todos

da Eco 92 à Rio+20



Brasília | 2012

Esta coletânea reúne discursos proferidos na Câmara dos Deputados que abordam temas referentes ao meio ambiente desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro – também conhecida como Eco 92, Rio 92, Cúpula ou Cimeira da Terra – até as vésperas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizada entre 20 e 22 de junho de 2012, também no Rio de Janeiro.

São 62 discursos transcritos na íntegra, que procuram abordar os principais temas tratados durante e também entre os dois eventos.

Pesquisa realizada no Portal da Câmara dos Deputados na Internet (www.camara.gov.br) revelou que foram pronunciados 6.801 discursos, entre 1991 e 2012, sobre os temas: Meio Ambiente, Mudanças Climáticas, Preservação de Florestas, Agenda 21 e Protocolo de Kyoto.



Ao se deparar com esta coletânea, o leitor poderá perceber a seriedade como a questão ambiental é tratada na Câmara dos Deputados, em Brasília. É bom ressaltar que não estamos falando apenas de discursos no Plenário Ulysses Guimarães.

Ao longo desse período, foram realizadas também diversas audiências públicas, com a participação dos principais especialistas em meio ambiente do país, notadamente na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR, e na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS.

Assim como os discursos, esses conteúdos também poderão ser consultados no endereço: <http://www2.camara.gov.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas>



PRESERVAÇÃO AMBIENTAL,

um discurso de todos

da Eco 92 à Rio+20



MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
2011 – 2015

Presidente **Marco Maia**

1ª Vice-Presidente **Rose de Freitas**

2º Vice-Presidente **Eduardo da Fonte**

1º Secretário **Eduardo Gomes**

2º Secretário **Jorge Tadeu Mudalen**

3º Secretário **Inocência Oliveira**

4º Secretário **Júlio Delgado**

Suplentes de Secretário

1º Suplente **Geraldo Resende**

2º Suplente **Manato**

3º Suplente **Carlos Eduardo Cadoca**

4º Suplente **Sérgio Moraes**

Diretor-Geral **Rogério Ventura Teixeira**

Secretário-Geral da Mesa **Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida**



Câmara dos
Deputados

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL,

um discurso de todos

da Eco 92 à Rio+20



Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2012

Câmara dos Deputados

Diretoria Legislativa

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

Centro de Documentação e Informação

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

Coordenação Edições Câmara

Diretora: Maria Clara Bicudo Cesar

Departamento de Taquigrafia

Diretora: Cássia Regina Ossipe Martins Botelho

Coordenação de Histórico de Debates

Diretora: Vilma Pereira

Coordenação de Revisão Final

Diretora: Gilza Mara Gasparetto C. Frutuoso

Revisão

Coordenação de Revisão Final – Cored

Edição de Conteúdo

Assessoria: William França

Projeto gráfico, capa e diagramação

Daniela Barbosa

Fotos

Banco de Imagens dos Deputados: Seção de Histórico de Deputados

Racsow: Fotografias tiradas no Bosque dos

Constituintes em 24 de maio de 2012

Foto das páginas 8 a 13: árvore plantada no Bosque dos Constituintes pelo Deputado Ulysses Guimarães



PARQUE
BOSQUE DOS CONSTITUINTES

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.gov.br

SÉRIE

Obras Comemorativas. Homenagem

n. 5

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Preservação ambiental, um discurso de todos da Eco 92 à Rio + 20 / organização Cássia Regina Ossipe Martins Botelho [recurso eletrônico]. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

357 p. – (Série obras comemorativas. Homenagem ; n. 5)

ISBN 978-85-736-5990-0

1. Proteção ambiental, Brasil. 2. Meio ambiente, debate, Brasil. 3. Deputado federal, discursos etc, coletânea, Brasil. I. Série.

CDU 504.06 (81) (042)

ISBN 978-85-736-5989-4 (brochura)

ISBN 978-85-736-5990-0 (e-book)

“...Estamos convencidos de que o Congresso Nacional, palco por excelência do debate e escolha dos rumos do País, saberá cumprir com o seu fundamental papel na defesa do direito, das atuais e futuras gerações, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.”

*Deputado Sarney Filho
Sessão da Câmara dos Deputados,
em 4 de agosto de 1995.*





SUMÁRIO

Apresentação 15

Introdução 17

A Constituição de 1988 e o Deputado Ulysses Guimarães 21

Linha do tempo 23

**Conferência das Nações Unidas
sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Eco 92 31**

Beth Azize

(Rio 92 – Proposta para a Amazônia) **33**

Fátima Pelaes

(Rio 92 – Proposta para a Amazônia) **35**

Orlando Pacheco

(Rio 92 – A pobreza – um dos principais problemas ambientais) **39**

Sandra Cavalcanti

(Rio 92 – Brasil: Problemas de saneamento básico e tratamento da água) **43**

Jandira Feghali – PCdoB/RJ

(Rio 92 – Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável) **47**

Paulo Delgado

(Rio 92 – investimento na preservação ecológica e ambiental) **51**

Max Rosenmann

(Rio 92 – Controle populacional e desenvolvimento sustentável) **53**

Wellington Fagundes

(Rio 92 – Pressões internacionais sobre a política de meio ambiente no Brasil) **59**

Sérgio Arouca

(Rio 92 – Biodiversidade. Armamento nuclear) **65**

Benedita da Silva

(Rio 92 – Mulheres por um planeta saudável – Agenda 21) **67**

José Genoíno

(Rio 92 – Nota Oficial do Partido dos Trabalhadores) **75**

Aldo Pinto

(Rio 92 – Avaliação crítica dos resultados da conferência. Degradação dos solos. Produção de alimentos) **83**

Nelson Bornier

(Rio 92 – Avaliação crítica. Adequação da legislação ambiental brasileira) **89**

Rita Camata

(Rio 92 – Avaliação do papel do Parlamento brasileiro na construção de uma política ambiental consentânea com as decisões da conferência) **91**





Sarney Filho

(A Legislação ambiental brasileira e o Congresso Nacional) **97**

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 111

Discursos de Deputados – Plenário **113**

Luiz Ribeiro

(Rio+10 – Participação do Brasil) **115**

Edinho Bez

(Rio+10 – Conexão entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a responsabilidade social) **117**

Nilton Capixaba

(Rio+10 – Questões ambientais presentes desde a Rio 92. Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia) **123**

Antonio Feijão

(Rio+10 – Proposta de demarcação do Parque Nacional de Tumucumaque, no Estado do Amapá; Proposta de criação de matriz energética de energia limpa e do Fundo Permanente de Compensação Ambiental) **131**

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 135

Decisões após a Rio+10 **137**

Fernando Gabeira

(Projeto de lei que pune os crimes ambientais) **139**

Inocêncio Oliveira

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação) **143**

Edinho Bez

(Mata Atlântica) **145**

José Carlos Coutinho

(Código Florestal) **149**

Sarney Filho

(Balanço de sua gestão no Ministério
do Meio Ambiente, governo Fernando Henrique Cardoso) **151**

Davi Alcolumbre

(Congresso Mundial de Parques, V, Durban, África do Sul) **163**

Aldo Rebelo

(Política Nacional de Biossegurança) **167**

Ann Pontes

(Biodiesel-Biossegurança-Transgênicos) **181**

Edson Duarte

(Desmatamento-Desertificação-Transgênicos-Recursos Hídricos-
Fontes renováveis de energia- Energia nuclear – Marina Silva) **185**

Francisco Turra

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) **195**

Rodrigo Rollemberg

(Protocolo de Kyoto. Mudanças Climáticas.
Desmatamento. Pacto em Defesa do Clima) **197**





Sarney Filho

(Conferência das Partes – Mudanças climáticas, Bali, Indonésia) **207**

Miro Teixeira

(Klabin, Israel; Ricupero, Rubens.

Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável) **211**

Rio+20 (Expectativas e propostas) 215

Alfredo Sirkis

(A economia verde e a governança) **217**

Aline Corrêa

(Cidades sustentáveis) **223**

Arnaldo Jardim

(Legislação sobre resíduos sólidos) **225**

Assis Carvalho

(Rio+20 – Economia verde) **235**

Bohn Gass

(Embrapa-âncora verde) **239**

Fernando Coelho Filho

(Preservação dos recursos hídricos) **243**

Fernando Ferro

(Melhoria da matriz energética) **247**

Fernando Marroni

(Economia verde-conceito) **251**

Irajá Abreu

(Proposta brasileira – gestão dos recursos hídricos) **255**

Ivan Valente

(Rio+ 20 – Expectativas. Avaliação crítica da posição brasileira) **259**

Luiz Noé

(Itaipu Binacional – Preservação ambiental) **263**

Márcio Macêdo

(Preservação dos recursos hídricos) **265**

Moreira Mendes

(O avanço da agropecuária pela inovação tecnológica) **269**

Perpétua Almeida

(Novos critérios para a aferição do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano) **273**

Rebecca Garcia

(Redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, REDD) **277**

Rose de Freitas

(Rio+20 – Frente Parlamentar Ambientalista – Audiência Pública) **281**

Sabino Castelo Branco

(Rio+20 – Postulações dos estados amazônicos. Fórum Mundial pela Sustentabilidade) **285**





Sibá Machado

(Preservação dos recursos hídricos) **289**

Wilson Filho

(Preservação do bioma da Caatinga na Região Nordeste) **293**

Zé Geraldo

(Bolsa Verde) **297**

Código Florestal 301

Janete Capiberibe

(Código Florestal – crítica) **303**

Lira Maia

(Código Florestal – Área de proteção ambiental) **307**

Nelson Marquezelli

(Código Florestal – crítica ao Substitutivo do Senado Federal) **313**

Roberto de Lucena

(Código Florestal. Rio+20) **327**

Rosane Ferreira

(Posicionamento do Partido Verde em relação ao texto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados) **331**

Sarney Filho

(Código Florestal – Retrocesso) **337**

Abelardo Lupion

(Criação do novo Código Florestal brasileiro) **343**

Henrique Eduardo Alves

(Posicionamento do PMDB na votação do Código Florestal) **353**

APRESENTAÇÃO

Devido à aproximação da Conferência Rio+20, a ser realizada vinte anos após a Eco 92, a Câmara dos Deputados apresenta uma amostragem dos debates realizados nesta Casa a respeito da questão ambiental.

Por ser foro legislativo de um dos países de maior biodiversidade do mundo, a Câmara tem sido palco privilegiado das atividades de implementação da agenda socioambiental. Nos debates e nas deliberações, evidencia-se o esforço incansável dos parlamentares para a elaboração de propostas realmente compatíveis com as responsabilidades internas e externas do Brasil. Com esta publicação, é divulgado o cotidiano desse trabalho, materializado em pronunciamentos temáticos e ainda atuais que questionam o problema ambiental sob o paradigma mundial da sustentabilidade.

Em que pese o caráter fragmentário dessa publicação, por meio dela se compartilha efetivo conhecimento acerca dos avanços alcançados e dos desafios enfrentados em duas décadas. Temas de importância crucial, como engenharia genética, recursos hídricos, uso de agrotóxicos, crimes ambientais, estabelecimento de sanções penais, entre outros, foram exaustivamente examinados e finalmente convertidos em lei, de acordo com a tramitação em regime bicameral. Não se pode deixar de mencionar o impacto da instalação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2004. Ela concentrou a discussão

sobre a questão ambiental, que ganhou maior agilidade e especificidade, e articulou melhor o debate dessa matéria entre a Casa e a sociedade.

A iniciativa de disponibilizar esse trabalho une-se à necessidade cada vez mais premente de se encontrar caminhos seguros para resolver um grande dilema contemporâneo: a luta mundial contra a pobreza e a fome, de um lado, e a preservação dos recursos naturais, de outro. A busca de soluções para esse conflito relativiza os conceitos de progresso e geração de riqueza, e aponta para a urgência de um consenso nacional e internacional sobre o tema.

Temos a convicção de que essa obra contribuirá fundamentalmente para as discussões atuais e também para as futuras, servindo como documento histórico de um longo percurso, que reflete o empenho desta Casa na consolidação de cada avanço e o sentimento de responsabilidade que se convoca a cada novo desafio.

Marco Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

INTRODUÇÃO

O tema “preservação ambiental” é hoje discurso corriqueiro da maioria dos indivíduos e cada vez mais tem sido destacado como prioritário pela sociedade em geral. Não poderia ser diferente na Câmara dos Deputados – cujos membros representam um dos países de maior biodiversidade no mundo – que tem papel fundamental a cumprir no que diz respeito à discussão e à implementação da agenda ambiental brasileira em face do seu impacto em termos globais.

Duas décadas após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Cúpula da Terra (ou ainda Eco 92 ou Rio 92), é possível perceber por intermédio da seleção, ainda que incipiente, dos discursos e debates realizados no âmbito da Câmara dos Deputados que há muito a fazer para o efetivo estabelecimento de uma agenda socioambiental – não obstante alguns avanços.

Longe de proceder a um balanço completo sobre tema tão complexo, esta obra tem o objetivo de dar ao leitor a oportunidade de refletir, tendo como base alguns discursos proferidos pelos Deputados Federais nas últimas décadas, sobre os debates em relação ao meio ambiente realizados naquela Casa legislativa.

Portanto, não se trata de uma obra completa e acabada, mas, sim, de uma tentativa de compartilhar parte do conhecimento acumulado por meio de uma amostra representativa dos discursos, a fim de tornar mais perceptíveis quais foram os principais avanços alcançados no decorrer dos últimos anos e quais são os

desafios que ainda temos de superar em prol da implementação de uma agenda de preservação ambiental no Brasil.

Para aqueles que desejarem uma pesquisa mais aprofundada, é possível acessar todos os discursos realizados sobre o tema desde 1946 no “Banco de Discursos” do portal da Câmara dos Deputados na Internet (www.camara.gov.br)

A propósito, frise-se que, em 1828, Dom Pedro I já lançara as duas primeiras normas a respeito da proteção ao meio ambiente. Eram as chamadas Posturas Municipais, em que o art. 66 deliberava sobre a limpeza e conservação das fontes, aquedutos e águas infectas.

Em 1830, o então Código Criminal tipificou como crime a destruição ilegal ou o desmatamento das florestas brasileiras. E, ao longo dos anos, outras leis relativas ao meio ambiente foram anexadas a esse Código Criminal.

Em 1960, a preocupação com o meio ambiente foi ampliada em escala global, a partir não só no que se refere à proteção da fauna, da flora, ao controle da poluição e ao combate à degradação do solo, mas também no tocante à própria luta pela vida, pela sobrevivência do homem na Terra.

Em 5 de junho de 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo, que tratou a questão do meio ambiente em termos globais. Tal data, posteriormente, foi consagrada como Dia Mundial do Meio Ambiente.

No Brasil, o artigo 225 da Constituição Federal ensejou um grande avanço, ao estabelecer que *“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

Podemos – por meio dos discursos deste livro – pontuar alguns avanços legislativos, com o intuito de adequar as necessidades econômicas aos conceitos de

sustentabilidade. Por exemplo, os que trataram da formulação da Lei nº 7.802, de 1989, sobre o uso de agrotóxicos; da Lei nº 9.605, de 1998, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; da Lei nº 8.974, de 1995, que regulamenta a engenharia genética e os organismos geneticamente modificados; da Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; da Lei nº 9.605, de 1998, conhecida como a Lei dos Crimes Ambientais. Em 2011, a Lei Complementar nº 140 fixou as normas de cooperação entre a União, Estados e Municípios para o licenciamento ambiental. No decorrer do tempo, de um modo ou de outro, as leis relativas ao meio ambiente têm sido aprimoradas. Na Câmara dos Deputados, sem dúvida, as discussões sobre o meio ambiente foram alavancadas com a criação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 2004. Com isso, a discussão da temática ambiental ganhou maior autonomia, sem embargo de ter possibilitado maior sinergia entre o Parlamento e a sociedade, o que é fundamental para a consolidação de propostas que efetivamente beneficiem a preservação ambiental com uma visão holística.

Da Eco 92 resultaram cinco documentos: a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; a Convenção sobre a Diversidade Biológica; a Declaração de Princípios sobre Florestas e as Convenções sobre Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas.

Dez anos depois, a Rio+10 não trouxe tantos avanços, e seu plano de ação não alcançou a legitimidade da Declaração do Rio.

Como podemos constatar nesta edição, a evolução do debate sobre a preservação ambiental – que abrange questões complexas e polêmicas, e, em especial, os desafios propostos na Eco 92 – trouxeram muitos subsídios para o processo

de discussão e para a votação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, processo concluído em 2012.

Agora, quando é feita esta compilação de registros taquigráficos, a Rio+20 tem como foco a economia verde e a governança para o desenvolvimento sustentável, com especial atenção para a erradicação da pobreza.

Será possível apontar quais foram as principais conquistas dos últimos anos? Será possível definir que propostas devem ser debatidas na Rio+20 para ajudar a superar os constantes desafios que se apresentam?

Mesmo que de forma incipiente, porque o tema com certeza requer uma pesquisa mais aprofundada, esta obra tem objetivo de ajudar o leitor a refletir sobre essas questões a partir do rico conhecimento gerado pelas discussões realizadas na Câmara dos Deputados, tanto no âmbito do Plenário quanto das Comissões temáticas, permanentes ou especiais.

Espera-se, portanto, que esta seleção de discursos possa contribuir para o diagnóstico de importantes questões sobre a temática da preservação ambiental que foram e, com certeza, ainda serão exaustivamente debatidas naquela Casa de Leis.

Cássia Regina Ossipe Martins Botelho
Diretora do Departamento de Taquigrafia,
Revisão e Redação

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES

Produto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, a Constituição Federal de 1988 colocou o Brasil num outro patamar diante de seus pares. Os constituintes, pela primeira vez na história do Brasil, incluíram na Carta Magna um artigo dedicado à proteção do meio ambiente, o 225. E foi uma das primeiras constituições em todo o mundo a tratar explicitamente do tema. “O artigo é um dos mais avançados do planeta em matéria ambiental”, afirmou Edis Milaré, procurador de Justiça e reconhecido especialista em Direito Ambiental.

No discurso de Promulgação da Constituição, no dia 5 de outubro de 1988, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou:

...“É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar...”

Como forma homenagem, os 600 parlamentares integrantes da Assembleia Nacional Constituinte plantaram 30 mudas de 20 espécies de árvores numa área próxima ao Congresso Nacional, que foi batizada de Bosque dos Constituintes. Em 2008, como forma de comemorar os 20 anos da Carta Magna, a área foi transformada num Parque com 70 mil m² e a Câmara dos Deputados passou a ser seu gestor.

Ao deputado Ulysses Guimarães coube plantar um exemplar de pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*) no local atualmente conhecido como Bloco das Árvores Históricas. Ali, ele descerrou uma placa comemorativa que reproduziu parte do artigo 225 do texto constitucional:

“Todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Mais informações sobre o Bosque dos Constituintes pode ser obtido no endereço eletrônico **www.camara.gov.br/bosque**.



LINHA DO TEMPO

UM BREVE RESUMO DE COMO SE DEU A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

Surge a primeira lei de cunho ambiental no País: o Regimento do Pau-Brasil, voltado à proteção das florestas.

1605

É criado o Regimento de Cortes de Madeiras, cujo teor estabelece rigorosas regras para a derrubada de árvores, sobretudo as mais nobres (cedro, mogno, landim, entre outras).

1799

Instituição das Florestas da Tijuca e das Paineiras como áreas para conservação.

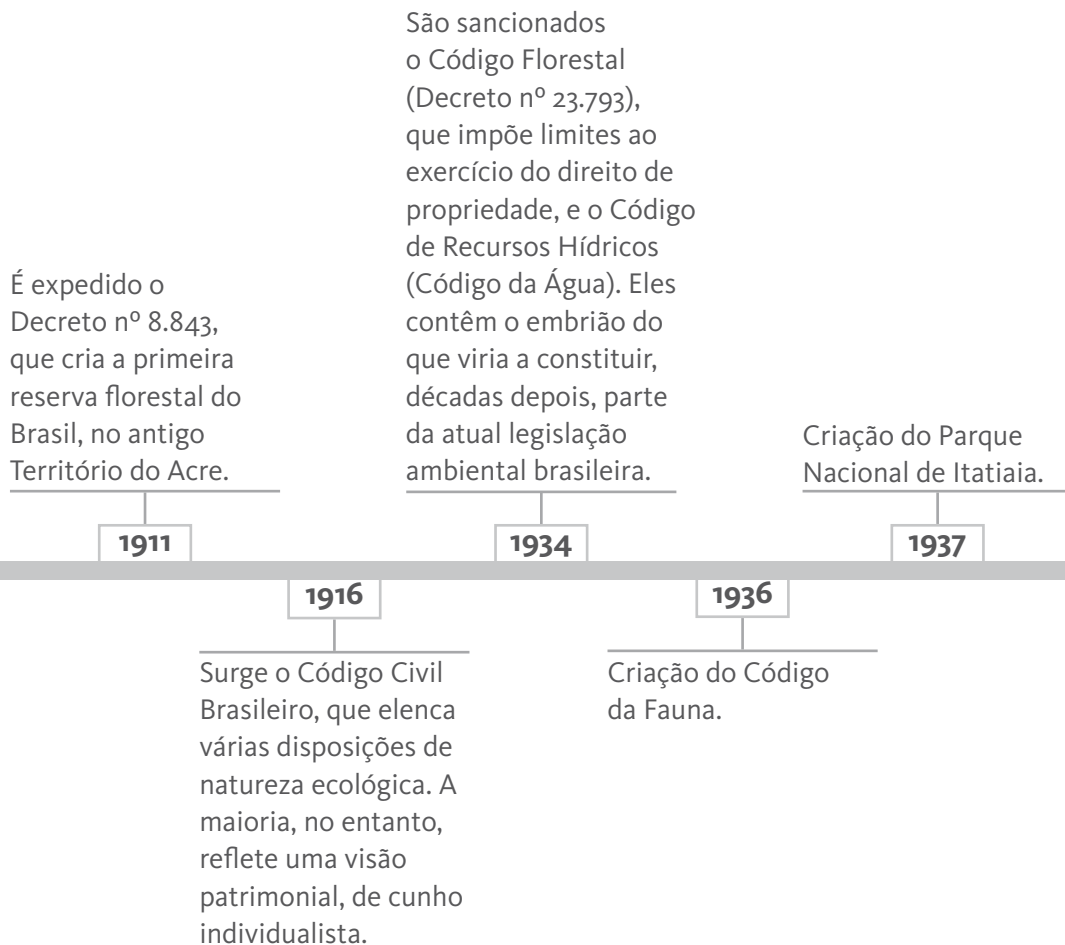
1861

1797

Carta Régia afirma a necessidade de proteção a rios, nascentes e encostas, que passam a ser declarados propriedades da Coroa.

1850

Surge a expressão “madeira de lei”. É promulgada a Lei nº 601/1850, primeira Lei de Terras do Brasil. Ela disciplina a ocupação do solo e estabelece sanções para atividades predatórias.



É promulgada a Lei nº 4.504, que trata do Estatuto da Terra. A lei surge como resposta a reivindicações de movimentos sociais, que exigiam mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil.

1964

São editados os Códigos de Caça, de Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197). Uma nova Constituição atribui à União competência para legislar sobre jazidas, florestas, caça, pesca e águas, cabendo aos Estados tratar de matéria florestal.

1967

Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – ou Conferência de Estocolmo (Suécia).

1972

1965

Passa a vigorar uma nova versão do Código Florestal (Lei nº 4.771 e 7.803), ampliando políticas de proteção e conservação da flora. Inovador, estabelece a proteção das áreas de preservação permanente.

1968

Realização da Conferência Mundial da Biosfera.

Inicia-se o controle da poluição provocada por atividades industriais. Por meio do Decreto-Lei nº 1.413, empresas poluidoras ficam obrigadas a prevenir e corrigir os prejuízos da contaminação do meio ambiente.

1975

É editada a Lei nº 6.938, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente. A lei inova ao apresentar o meio ambiente como objeto específico de proteção.

1981

É promulgada a Constituição de 1988, a primeira a dedicar capítulo específico ao meio ambiente. Avançada, impõe ao Poder Público e à coletividade, em seu art. 225, o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

1988

1977

É promulgada a Lei nº 6.453, que estabelece a responsabilidade civil em casos de danos provenientes de atividades nucleares.

1985

É editada a Lei nº 7.347, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

O Brasil passa a dispor da Lei de Política Agrícola (Lei nº 8.171). Com um capítulo especialmente dedicado à proteção ambiental, o texto obriga o proprietário rural a recompor sua propriedade com reserva florestal obrigatória.

1991

É instituído o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433).

1997

É criada a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795).

1999

1992

Criação do Ministério do Meio Ambiente. É realizada a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 (Rio de Janeiro).

1998

É publicada a Lei nº 9.605, que dispõe sobre crimes ambientais. A lei prevê sanções penais e administrativas para condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Surge a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985), que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos.

2000

Código de cores para diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores (Resolução Conama nº 275, de 25.4.01).

2001

Define-se separação dos resíduos recicláveis descartados pela administração pública e sua destinação (Decreto nº 5.940, de 25.10.06).

2006

2001

É sancionado o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257), que dota o ente municipal de mecanismos visando permitir que seu desenvolvimento não ocorra em detrimento do meio ambiente.

2002

Acontece a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Johanesburgo, África do Sul).

Trata de
detalhamentos sobre
Educação Ambiental
(Resolução Conama
nº 422/2010).

2010

É aprovada a lei
que cria a Política
Nacional de Resíduos
Sólidos (PNRS / Lei
nº 12.305, de 2.8.10).

2010

2010

Estabelece critérios
de sustentabilidade
ambiental na aquisição
de bens, contratação
de serviços ou obras
para a Administração
Pública (Ministério
do Planejamento,
Orçamento e Gestão
(Instrução Normativa
nº 1, de 19.1.10).

2012

É sancionado o Novo
Código Florestal
Brasileiro (Lei nº 12.651,
de 28.05.12). É realizada
a Conferência das
Nações Unidas sobre
Desenvolvimento
Sustentável – Rio+20
(Rio de Janeiro).

Fonte:

*Superior Tribunal de Justiça
Revista Nova Escola – Editora Abril
Legislação Federal – Câmara dos Deputados*



**CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ECO 92**



BETH AZIZE

(Rio 92 – Proposta para a Amazônia)

Dia Internacional da Terra. Proposta de elaboração de projeto, a ser apresentado na Eco 92, que harmonize a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento da Amazônia.

Sessão 22/04/1991 – DCD 23/04/1991, p. 4424.

A Sra. Beth Azize (PDT-AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é o Dia da Terra, dia em que a humanidade se dedica a homenagear o planeta em que vivemos. Exatamente hoje trago ao conhecimento desta Casa e da Nação brasileira uma proposta de realização de um encontro preliminar, em algum Estado da Amazônia, para que possamos promover o que chamei de Eco Amazônia, como uma reunião preparatória para a Eco 92, que acontecerá em junho do próximo ano, na cidade do Rio de Janeiro. Essa proposta consiste em dar à sociedade, ao povo brasileiro, às entidades ambientalistas de todo o País a oportunidade de se reunirem para discutir e formalizar uma proposta fechada sobre a Amazônia, a ser levada ao conhecimento

de todos os representantes de países estrangeiros que estarão presentes à Eco 92.

Essa preocupação não é só minha, Sr. Presidente, mas de todos nós da Amazônia. Estamos vendo os dias passarem e temos a consciência de que não possuímos qualquer documento formalizado ou proposta objetiva sobre a Amazônia para que a Conferência Mundial do Meio Ambiente a aceite e a discuta como uma proposta da Nação e do povo brasileiro.

Se não fizermos isso, Sr. Presidente, nós, da Amazônia, estaremos, como meros espectadores, assistindo à discussão sobre uma área que integra o nosso País e faz parte da nossa vida. Estaremos vendo delegações estrangeiras de países do Primeiro Mundo chegarem aqui com um projeto pronto e acabado sobre a Amazônia. Não podemos assistir a isso passivamente e temos de interferir na Eco 92, participando com um projeto da Amazônia que harmonize a preservação com o desenvolvimento.

Na realidade, essa proposta atrairá para o Estado do Amazonas, o coração da Amazônia, milhares de brasileiros interessados em participar da discussão sobre aquela região e que não terão oportunidade de fazê-lo na Eco 92. Sabe por que, Sr. Presidente? Porque é preciso

deixar claro que a Amazônia não é feita apenas de rios, florestas e animais.

A Amazônia tem o homem, o ser humano que a habita, hoje marginalizado, entregue à sua própria sorte, à miséria e ao abandono de todos os governos. Temos de apresentar um projeto político e governamental para preservar o homem daquela região, para garantir sua sobrevivência, pois ele é, na realidade, o preservador natural.

Sr. Presidente apresentarei essa proposta ao Grupo Parlamentar da Amazônia junto à Comissão do Meio Ambiente, da qual sou suplente, e estou trazendo-a a público no plenário desta Casa, que é o foro competente para tratar da questão da maior seriedade como esta.



FÁTIMA PELAES

(Rio 92 – Proposta para a Amazônia)

Oportunidade de fortalecimento, na Eco 92, de uma autêntica união nacional em defesa da Amazônia.

Sessão 24/06/1991 – DCD 25/06/199, p. 11063.

A Sra. Fátima Pelaes (Bloco-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, à medida que, em todo o planeta, prossegue a ação destrutiva do homem sobre o meio ambiente, impõe-se a adoção de providências enérgicas para garantia do complexo equilíbrio ecológico.

Como um dos itens fundamentais dessa discussão, vem atraindo crescente interesse a Amazônia.

A confirmar sua importância na questão ambiental, apresenta-se como uma das mais extensas áreas florestais contínuas do mundo, cobrindo cerca de 40% do território brasileiro e abrigando uma variedade enorme de seres vivos.

Mas, além de ser a maior reserva genética do mundo, a Amazônia, do ponto de vista

econômico, também reflete, em proporção direta, o conjunto de suas extraordinárias dimensões físicas.

Alia, assim, ao fantástico potencial madeireiro, estimado entre 48 e 78 bilhões de metros cúbicos, a capacidade da sua bacia hidrográfica na geração de energia, as reconhecidas riquezas minerais e os principais produtos do extrativismo vegetal brasileiro, entre os quais borraça, castanha, óleos e fibras.

No entanto, principalmente a partir da década de 60, a região Amazônica passou a sofrer um desordenado e acelerado processo de ocupação, com a implantação de grandes fazendas de gado, os projetos de mineração, as inundações de vastas áreas para construção de hidrelétricas e as queimadas, respondendo já pela destruição de mais de 10% da área florestal.

Entre as demais consequências, verifica-se, pois, a redução drástica e geral da flora e da fauna regionais, o empobrecimento do solo, o assoreamento do leito dos rios, a diminuição do volume das águas, a poluição, o agravamento do “efeito estufa”, os irreparáveis danos à camada de ozônio e a violenta agressão contra as populações locais, em especial a de indígenas, hoje reduzidas a cerca de 100 mil, menos

de 5% da totalidade de nativos existentes à época do descobrimento do Brasil.

Contrapondo-se à voracidade do modelo de exploração econômica, não chega a surpreender o fato de que a Amazônia permaneça ainda como o maior vazio demográfico do mundo.

E, para completar o quadro, outro grave problema surge com a evidente disposição externa de interferir nas questões brasileiras e, assim, estabelecer a tutela dos países do Primeiro Mundo, das grandes potências, sobre a Amazônia.

Mas não basta o simples apego ao conceito de soberania nacional para rechaçar essas pretensões. É preciso exercer, de fato, a soberania com responsabilidade, criando e fortalecendo organismos capazes de definir meios e objetivos precisos para a preservação da região Amazônica.

Às vésperas da Eco 92, patrocinada pela ONU, cumpre demonstrar com clareza e decisão o posicionamento nacional.

Ainda que, por diversos motivos, ocupe a Amazônia o centro da atenção mundial, nosso primeiro compromisso, sem desconsiderar as exigências relativas à preservação ambiental, reside propriamente na fidelidade ao progresso econômico e social interno.

A propósito, não foi outra a intenção do legislador constituinte ao incluir, entre os princípios da ordem econômica, a defesa do meio ambiente.

Ratificando a importância da Amazônia e de sua preservação, recomendamos, em nome da integridade do ecossistema local, a disciplina das atividades econômicas, por intermédio de mecanismos de controle e fiscalização permanentes.

Nesse sentido, instamos os membros desta Casa a que, em reconhecimento ao conjunto desses aspectos, inclusive no que se refere à urgência, dediquem a máxima atenção e cuidado à apreciação das matérias relativas ao assunto, bem como manifestem sua solidariedade à causa, contribuindo para o fortalecimento de uma autêntica união nacional de defesa da Amazônia.





**ORLANDO
PACHECO**

(Rio 92 – A pobreza: um dos principais problemas ambientais)

Conclusão do relatório preliminar do governo federal para a Eco 92, onde aparece a pobreza como um dos principais problemas ambientais do Brasil. Necessidade de que haja um equilíbrio ecológico e ambiental no país, com o estabelecimento de critérios no uso das riquezas ambientais e ecológicas.

Sessão 22/08/1991 – DCD 23/08/1991, p. 14831.

O Sr. Orlando Pacheco (Bloco-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a pobreza é um dos principais problemas ambientais do Brasil.

A conclusão é do relatório preliminar do Governo para a Eco 92, que está sendo discutido por entidades ambientalistas de todo o País. A falta de saneamento básico e de coleta de lixo é responsável pela transmissão de doenças e pela poluição de rios e lagos.

O relatório mostra que 75 milhões de brasileiros não são atendidos por serviços de esgoto e 90% do esgoto coletado nas cidades não tem tratamento adequado.

Esses dejetos são depositados em cursos de água e representam um dos fatores de poluição.

No campo, apenas 6,8% da população é atendida por redes de esgotos e fossas sépticas.

A falta de atendimento sanitário aumenta no mesmo grau que a pobreza. Das casas que não têm instalações sanitárias adequadas, 72% são de famílias com renda mensal abaixo de três salários mínimos:

- » 20 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada (população urbana no Brasil: 113 milhões);
- » 60 milhões de pessoas não são atendidas por coleta de lixo;
- » 93,2% da população rural não é atendida por rede de esgoto, água potável e por fossas sépticas;
- » 90% dos esgotos coletados nas cidades não recebem tratamento adequado;
- » 63% do lixo urbano coletado é jogado em cursos d'água;
- » 34% do lixo urbano é jogado a céu aberto;
- » 53 crianças de cada mil morrem antes de completar um ano de idade (dados de 1986);
- » 75 crianças de cada mil que nascem no Nordeste morrem antes de completar um ano de idade;
- » 103 crianças de cada mil nascidas em família com renda mensal até um salário

mínimo morrem antes de completar um ano de idade;

- » 66 anos é a expectativa de vida do brasileiro, igual a da Argélia e Nicarágua (na Argentina, a expectativa é de 71 anos; no Japão é de 79 anos).

O relatório, base do documento que o Governo apresentará na Eco 92, diz que a preservação da Amazônia tem que começar pela solução dos problemas econômicos locais. Para o Governo, o principal problema da região é o valor da floresta.

E menor do que o lucro imediato conseguido com a derrubada para venda de madeira ou abertura de áreas agrícolas.

No documento, o Governo reconhece a culpa oficial por parte do desmatamento. Admite que os incentivos fiscais dados para colonização da Amazônia financiaram a derrubada da floresta. O Governo defende agora um modelo de “desenvolvimento sustentado”, que preserve a floresta.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso estabelecer um equilíbrio ecológico e ambiental, de tal maneira que a nossa fauna e flora sejam usadas e preservadas, para que o homem, o ponto convergente de todas as

coisas, não sofra as consequências funestas de uma má programação.

Num país continental como o Brasil, é preciso sabedoria na distribuição das suas riquezas, pois, enquanto numa região do País há excesso, como acontece em Roraima, Pará e Amazonas, onde existem mais jacarés que seres humanos (dois mil jacarés para um homem), no Sul há devastação da fauna e da flora. Portanto, são necessários critérios no uso das riquezas ambientais e ecológicas que o Criador nos dá. A base seria a criação de reservas extrativistas sustentadas por investimentos oficiais de órgãos nacionais e internacionais para a preservação da natureza no Brasil e no mundo.





**SANDRA
CAVALCANTI**

(Rio 92 – Brasil: Problemas de saneamento básico e tratamento da água)

Conseqüências para o Brasil da colocação da Amazônia como tema principal da Eco-92; referencia a participação que teve no Seminário de Tropicologia, realizado em Manaus, 1985, onde abordou o assunto; resultados da I Conferência Internacional sobre Ecologia e Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia, e da II Conferência, realizada em Toronto, Canadá. Críticas às declarações do Secretário Especial do Meio Ambiente, Jose Lutzemberger, em recente reunião da ONU, realizada em Genebra.

Sessão de 05/09/1991 – DCD 06/09/1991, p. 16257.

A Sra. Sandra Cavalcanti (Bloco-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi atentamente os pronunciamentos feitos, na tarde de hoje, por colegas que integram a bancada da Amazônia. Sou representante da bancada do Estado do Rio de Janeiro, mas me orgulha o fato de ter nascido em Belém do Pará, onde ainda está mais da metade de toda a minha família. Conheço a Amazônia desde criança; frequento aquela área e tive oportunidade, em 1985, de fazer a conferência-chave no Seminário de Tropicologia que se desenrolou na cidade de Manaus, em que o tema naquele ano já era a defesa da Amazônia e sua importância em relação à qualidade de vida do planeta Terra.

Esse Seminário de Tropicologia foi organizado pela figura extraordinária, talvez a mais

importante personalidade reconhecida no mundo inteiro do ponto de vista da cultura e da audácia das suas posições, que foi Gilberto Freire. Recordo muito bem de, na ocasião, em 1985, ter chamado a atenção para este fato: vai chegar o dia em que a Amazônia, a pretexto de ser o pulmão do mundo, a pretexto de ser o local onde ocorre a transformação de energia no oxigênio que o planeta respira, vai ter seu preço cobrado muito alto ao Brasil. Isso consta da minha conferência de 1985.

Hoje, o que se vê é exatamente isso. A reunião que acontecerá em 1992, no Rio de Janeiro, não vai tratar dos interesses brasileiros. Em 1972 houve uma primeira reunião desse tipo, em Estocolmo, o primeiro encontro mundial para tratar da qualidade de vida e meio ambiente, que terminou com a “declaração de Estocolmo”. Em função dessa declaração, houve no mundo um grande trabalho por parte da Organização Mundial de Saúde, da Unesco e de organizações governamentais e não-governamentais, para manter, nas nações desenvolvidas e nos Países em desenvolvimento, uma política de água potável, porque a tônica de Estocolmo foi essa: se o Planeta Terra, continuar poluindo as suas águas doces, chegará ao final do século

com déficit de água potável e de água de boa qualidade permita que às pessoas sobrevivem. Em seguida, houve a reunião de Toronto, no Canadá – dez anos depois – quando o problema água estava equacionado em todos os países, inclusive no Brasil.

Os brasileiros, que chegam aos Estados Unidos se espantam quando bebem água da torneira porque houve um programa, executado durante 25 anos, cujo objetivo foi fazer com que toda a água que carece em qualquer torneira nos Estados Unidos fosse potável, de boa qualidade.

O Brasil aderiu ao Protocolo de Helsinque, e Protocolo de Estocolmo e, no entanto, continuamos tendo no País uma das piores formas de fornecimento de água domiciliar urbana e de água para abastecimento das cidades ribeirinhas o que dá origem à maior variedade possível de epidemias e de endemias. O País gasta fortunas para tratar doenças que não existiriam se as águas estivessem tratadas, e não fossem poluídas.

O Deputado Victor Faccioni leu o trecho de um artigo do Presidente do PDS, Paulo Maluf, em que S.Sa. chama a baía da Guanabara de “o maior lixão do Continente”. É um equívoco

do Deputado Faccioni e do Presidente Maluf. O maior lixão em matéria de poluição de água. é o rio Tietê ali em São Paulo. Estamos fazendo há mais de vinte anos, no Rio de Janeiro, um trabalho de despoluição da baía da Guanabara é o trabalho que queremos exibir em 1992 para o mundo, mostrando que já conseguimos reduzir a menos de 50% a poluição mórbida da baía da Guanabara. Se for completado o circuito de estações de tratamento de água, tarefa relativamente simples e não tão cara assim. Poderemos exibir na oportunidade um efeito realmente extraordinário, a reconquista de águas vivas da baía da Guanabara.

Mas, Sr. Presidente, a primeira reunião foi sobre águas. A segunda, no Canadá, foi sobre o ar quando o mundo tomou conhecimento da ruptura da camada de ozônio e de que estávamos perdendo proteção contra os raios ultravioletas, na ocasião, todas as indústrias que usavam aerossóis, no mundo inteiro, foram convidadas a não fazê-lo para ajudar a despoluir o ar.

Ora, Sr. Presidente, a poluição do ar no Brasil, nas grandes cidades é um escândalo, começando por São Paulo. Seguida pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras cidades industriais que já são até modelos desse trabalho, como

é o caso de Cubatão. Agora nesse encontro do Rio já tendo sido analisado os problemas da água e do ar em reuniões anteriores entram na pauta de discussão as florestas. É por isto que nesta reunião do Rio temos que estar muito atentos. Como esses outros países não têm florestas porque já devastaram todas as que tinham, pode ser que eles queiram exigir do Brasil o sacrifício de não desenvolver as áreas brasileiras onde existem oxigênio do mundo.

Por isso, Sr. Presidente, creio que a questão está sendo muito mal colocada, tanto pelos chamados ambientalistas brasileiros, como pela imprensa e, pior ainda, pelo Secretário encarregado do assunto esse professor gaúcho, figura internacional de ecologia, que conhecia o mundo inteiro mas nunca havia pisado na Amazônia, até o ano passado.

Faço esses registros em meu nome pessoal, porque não falo em nome da bancada do Rio de Janeiro, mas como uma brasileira que mora no Rio de Janeiro – todos os brasileiros são, de certa maneira, cariocas, e, sendo assim, interessam-se pelas coisas dos outros Estados. Faço este registro repito – como uma carioca nascida em Belém do Pará.



É um desaforo imaginar que possa falar em nome do Brasil, numa reunião dessas, uma figura tão carioca, tão ridícula e grotesca como a desse professor gaúcho que, não entendendo nada do que está acontecendo, aparece diante do mundo. E não foi como um índio, cheio de miçanga, bronco, incompetente como esses que andam por aí e fazem sucesso. Mas, pior do que isso, Sr. Presidente, para dizer a todo o mundo o seguinte: “Eu posso ser o Secretário de Defesa do Meio Ambiente do Brasil e não entendo nada de Brasil”. Esse é o escândalo maior que registramos no dia de hoje.

Era o que tinha a dizer.



JANDIRA FEGHALI

(Rio 92 – Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável)

Protestos contra a matéria *Estados unidos vão exigir esterilização na Eco 92*, publicada no *Jornal de Brasília*.

Sessão de 14/04/1992 – DCD 15/04/1992, p. 6929.

A Sra. Jandira Feghali (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ilustres colegas, faço questão de me pronunciar nesta tarde para tentar, juntamente com outros Parlamentares que ocuparam a tribuna, demonstrar o que é o imperialismo e o uso do extermínio como instrumento do desenvolvimento capitalista.

Não sei quantos parlamentares tiveram acesso à matéria publicada no *Jornal de Brasília*, no domingo, cuja manchete é muito clara: “Estados Unidos vão exigir esterilização na Eco 92.” No texto lá discutido, aprovado e apoiado por outras representações, inclusive da Holanda, da Inglaterra, da Venezuela e do Japão, eles dizem claramente o seguinte:

“A terceira proposta deste documento propõe expressamente como imperativos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do mundo políticas para reduzir as altas taxas de crescimento da população.”

E logo aqui no início está muito clara a posição dos Estados Unidos quando dizem que o controle da natalidade em todo o mundo subdesenvolvido, inclusive através da esterilização de mulheres, é importante para evitar a degradação da vida no planeta. Mas esta foi uma exigência dos Estados Unidos para fechar a pauta da Eco 92, em que o Presidente Collor de Mello dá sua opinião, pronto a admitir que é preciso realmente definir qual o Brasil que desejamos em termos de crescimento de seu produto e em termos de densidade demográfica.

Ora, Sr. Presidente, isso é muito claro, isso é para o Terceiro Mundo inteiro. Os técnicos, os parlamentares, o movimento de mulheres, todos aqueles que têm noção de soberania e noção de atendimento da sociedade no seu conjunto já vêm denunciando que a esterilização de mulheres no Terceiro Mundo faz parte de uma política primeiro-mundista de extermínio das populações que eles consideram im-

produtivas – obviamente, os pobres e, dentre esses, a raça negra.

Já no século passado, segundo Engels, as epidemias e endemias eram instrumentos do desenvolvimento do capitalismo, porque exterminavam as chamadas populações periféricas, reduziam as demandas sociais. E aquilo que eles consideravam produtivo é aquilo que pode facilitar a concentração de renda. No Brasil, hoje, vemos extermínios e epidemias muito pouco combatidas, como a mortalidade infantil – morre uma criança a cada dois minutos – a mortalidade pela fome e pelo extermínio, que, quando não é pelo assassinato direto, é pelo impedimento do nascimento daqueles que eles consideram pobres.

Acho que isso é uma vergonha, é o absoluto escancaramento do que é a política imperialista para o Terceiro Mundo. E, lamentavelmente, nós não vimos posição do Governo brasileiro contrária a isso. Muito diferente do que podemos imaginar que seria justo, o Presidente Collor admite a discussão do assunto dentro da pauta da Eco 92. Quero dizer ao Presidente que nos preocupa muito o que será a Eco 92, especialmente na discussão do desenvolvimento autossustentado da Amazônia, do ex-

termínio das populações indígenas e de outras vidas humanas, usando a mulher como instrumento, através da esterilização cirúrgica.

Registro aqui que encaminhamos, imediatamente, a partir dessa notícia, ofício ao Ministro da Saúde, exigindo o esclarecimento e a real posição do Governo brasileiro. Venho sugerir o que foi aprovado pela CPI da Esterilização, ou seja, uma visita, amanhã, ao Ministro José Goldemberg, para que nós não só protestemos, mas também exijamos a mudança de posição do Governo brasileiro diante dessa vergonha, que é a exigência do extermínio de populações do Terceiro Mundo feita pelos Estados Unidos e seus aliados na preparação da Eco 92.





PAULO DELGADO

(Rio 92 – investimento na preservação ecológica e ambiental)

Realização do encontro de parlamentares latino-americanos, no Memorial da América Latina, em São Paulo, para discussão de propostas relativas ao desenvolvimento e preservação do meio ambiente e a participação dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos neste processo, que serão levadas a Conferência Mundial do Meio Ambiente, Eco 92.

Sessão 28/04/1991 – DCD 29/04/991, p. 7543

O Sr. Paulo Delgado (PT-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, iniciou-se ontem, em São Paulo, no Memorial da América Latina, o Encontro de Parlamentares Latino-Americanos para a preparação de documentos a serem levados à conferência das Nações Unidas que se realizará no Rio de Janeiro, a Eco 92.

Como membro do Parlamento Latino-Americano, tenho a preocupação de lutar na América Latina para que a carta ecológica a ser aprovada pela Eco 92, como também os documentos que surgirem das reuniões do Global Forum e das organizações não-governamentais reflitam a necessidade de um equilíbrio ecológico mundial, no qual as nações desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas possam encontrar uma fórmula de pacificar a concorrência

de interesses e de conflitos e as diferenças de ritmos existentes entre esses vários países.

Temo que a Eco 92 se transforme num discurso pernóstico, onde haja muito mais orgulho de aprofundar o fosso que separa o povo da compreensão, da necessidade da ecologia, do que realmente de definir questões concretas sobre como o padrão de consumo dos países ricos deixará de influenciar no padrão de consumo dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e a produção do lixo rico seja um dos fatores de desequilíbrio ambiental e de tutela negativa sobre a qualidade de vida de todos os países do mundo. É preciso ir para a Eco 92 com um senso crítico muito apurado, é necessário fugir do senso do modismo e ter até um certo antimodismo na participação daquele evento, procurando ser mais inovador do que vanguardista. Do contrário, poderemos ter a aprovação de documentos que se transformam em bandeiras de alarde, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, mas de muito pouca eficácia para os países da América Latina, onde precisamos, na verdade, de maciços investimentos industriais, de maciços investimentos na recuperação da qualidade de vida. Nesses países as condições de vida têm piora-

do justamente pela falta de pudor de muitas nações desenvolvidas na forma como investem os seus excedentes de capital e como pregam a sua expansão industrial.

Penso que não devemos ter nenhum tipo de receio de fixar a elaboração de uma legislação onde o investimento na preservação ecológica e ambiental do nosso continente seja acompanhado de uma mudança na legislação que facilite a presença de grandes capitais, desde que acompanhado da cautela de investir sem poluir. Essas são algumas das preocupações de natureza geral presentes no Encontro de Parlamentares Latino-Americanos nesses dois dias de discussão.

Espero que na reunião oficial da Eco 92, no Rio de Janeiro, bem como no Fórum Global e nas reuniões paralelas das organizações não-governamentais, possamos encontrar o caminho para que o Código Ecológico Mundial seja respeitado e aplicado principalmente aos países que mais poluem, os países desenvolvidos.



MAX ROSENMANN

(Rio 92 – Controle populacional e desenvolvimento sustentável)

Defesa da inclusão da explosão demográfica e do controle da natalidade na pauta das discussões da Eco 92. Projeto de lei de autoria do orador que dispõe sobre planejamento familiar.

Sessão 19/05/1992 – DCD 20/05/1992, p. 9567.

O Sr. Max Rosenmann (Bloco-PR) Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a explosão demográfica é um desafio grave, que precisa ser enfrentado por todos os países do mundo, principalmente pelos subdesenvolvidos, onde as altas taxas de natalidade e a má distribuição de renda propulsionam a miséria.

Essa preocupação já foi externada pelo ex-chefe do Governo alemão, Helmut Schimidt, pelo Diretor do Centro de Desenvolvimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Colin Bradford Júnior, pelo ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, e pelo Príncipe Charles, da Inglaterra, isso apenas para citar alguma das personalidades de maior destaque no cenário mundial que chegaram a criticar a Conferência das Nações Unidas para o Meio

Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-Eco 92, por não ter incluído a explosão demográfica como ponto central ou pelo menos um dos pontos principais da sua pauta.

Para essas pessoas, e eu compartilho da sua opinião comum, não há política de meio ambiente se não há controle das taxas de natalidade.

De que adianta salvarmos rios, plantas, ar e animais, se permitirmos que os homens vivam em condições subumanas de miserabilidade, sujeitos a regras humilhantes de degradação?

Não discutir e deixar de achar uma solução para a explosão demográfica gerada pelas populações pobres é o mesmo que condená-las a uma miséria cada vez maior. Precisamos despojar-nos de falsos pudores, livrar-nos das amarras criadas pelos dogmas e criar mecanismos que levem essas populações a ter acesso à informação necessária ao planejamento familiar. Precisamos fazer isso em nome do próprio desenvolvimento equilibrado de cada país e do mundo todo, porque, sabemos, crescimento da população não significa aumento de qualidade de vida, mas, sim, o surgimento de uma nação de marginalizados, sem acesso à alimentação, à saúde, a educação e ao trabalho.

Não estou aqui para defender a esterilização em massa ou qualquer outro método contraceptivo, que mutila ou seja criminoso, mas para lembrar que, se continuarmos a nos omitir escondidos covardemente atrás de falso moralismo, estaremos estimulando o crescente quadro da desigualdade social, que ameaça a estabilidade da economia, o bem-estar e a paz mundial. Quero lembrar que votei contra o aborto e contra a pena de morte, porque sou a favor da vida, mas vida com letras maiúsculas, vida com dignidade.

De que adianta chegarmos ao ano 2020 com uma população, segundo o IBGE, equilibrada, mas composta, em 95%, por pessoas miseráveis?

A finalidade do planejamento familiar, na minha visão e na visão de muitos homens de bem, é justamente garantir uma qualidade de vida que hoje não é possível de ser ofertada, principalmente em países como o Brasil, onde a bomba demográfica está combinada com a estagnação econômica.

Se analisarmos a Pesquisa Nacional por Amostragem PNA, realizada em 1990 pelo IBGE, vamos constatar que 26,6% dos trabalhadores brasileiros recebem entre dois e cinco salários mínimos;

24% recebem até um mínimo; e porcentagem ainda maior está na faixa de miséria absoluta.

Não existissem outros fatores decorrentes dessa realidade, bastaria analisarmos apenas o custo de vida e quão pouco vale o salário mínimo para constatarmos que o controle da natalidade, através de planejamento familiar, é a única forma que temos de diminuir um pouco a penúria em que já vive a grande maioria dos trabalhadores brasileiros.

A pergunta que deve ser feita na hora de analisar e decidir pela implantação de um projeto de planejamento familiar é até quando poderá a Nação continuar alheia, deixando essas famílias sem a mínima condição de sobrevivência, tendo filhos descontroladamente, em função do desconhecimento que possuem sobre o próprio corpo, a concepção e o nascimento?

Em 1989, o IBGE já constatava que 45 milhões de crianças viviam em condições de miséria total em nosso País. Um número vergonhoso, que deve servir como arrancada para implantarmos mudanças reais e urgentes.

É óbvio que esse crescimento demográfico quantitativo e não qualitativo nos distancia cada vez mais do equilíbrio necessário para

nos tornarmos uma nação com justiça social, Mas, se quisermos realmente essa justiça, precisamos definir nossas propriedades:

Se queremos salvar os mico-leões dourados ou os menores de rua!

Não acho que uma escolha elimine a outra, e é por isso que, como Helmut Schimidt, o Príncipe Charles, Robert McNamara e Colin Bradford Jr., defendo que a Eco 92 deveria ter incluído a explosão demográfica e o controle da natalidade na pauta das discussões.

Qual a vantagem de termos mais cinco ou dez milhões de habitantes, se eles estiverem vivendo em condições subumanas?

Para revertermos esse quadro deprimente de desigualdade e injustiça, devemos pôr os pés no chão e nos convenceremos de que o planejamento familiar é essencial e precisa ser coloca-lo em prática desde cedo, didaticamente, nas escolas.

E quero dizer que esta não é uma defesa especulativa ou oportunista, baseada nas posições expressadas pelas personalidades que citei. Quero lembrar que já em março de 1991, preocupado com toda essa situação, apresentei Projeto de Lei, estabelecendo normas para o



planejamento familiar, buscando justamente atingir as soluções necessárias.

Meu projeto pretende oferecer, de forma gratuita, sem subterfúgios ou clandestinidade, o acesso dessa população mais pobre e desinformada aos métodos de controle da natalidade.

É um projeto no qual o Estado se responsabiliza, através do Sistema Único de Saúde, pelo estabelecimento de condições que permitam o adequado planejamento familiar através de:

- » provimento de recursos educacionais, técnicos e científicos;
- » fornecimento de orientação e informações médicas pertinentes;
- » prestação de assistência médica na execução de laqueadura e vasectomia, combatendo a esterilidade;
- » assistência jurídica relativa aos trâmites da adoção;
- » assistência integral à saúde da mulher nos aspectos do planejamento familiar e reprodução humana, normatizada pelo Ministério da Saúde;
- » informações médicas, psicológicas e sociais relativas aos métodos e técnicas de planejamento familiar e reprodução humana, bem como técnicas necessárias à concepção e contracepção sob assistência especializada.

Meu projeto também prevê a laqueadura e a vasectomia, mediante o patrocínio e a atuação do Sistema Único de Saúde, e condições especiais, como uma gravidez que represente risco de vida, quando a mulher, casada ou não, decida, desde que tenha atingido a maioridade civil, ou quando se tratar de portador de moléstia incurável ou de cura problemática e demora da, suscetível de transmissão ao conceito.

Ao apresentar meu projeto, tive o cuidado de justificá-lo em nossa própria Constituição, em vigor desde 1988, que consagra o planejamento familiar como um direito humano básico, cumprindo estabelecer normas e condições para o seu exercício, por cidadãos pertencentes a todas as classes sociais.

Assim, tal projeto nada mais pretende do que regulamentar, de forma efetiva, o que já está garantido constitucionalmente.

É um projeto verdadeiro, que não discute dogmas, que não se esconde atrás de hipocrisias ou tenta ignorar que a qualidade de vida é cada vez pior, que o aborto é feito aos milhões pelo Brasil, nas condições mais impróprias e muitas vezes por verdadeiros charlatões, ou que a esterilização campeia pelo País, atingindo mulheres

na faixa fértil de 18 a 20 anos, sob disfarces e sem o consentimento real das interessadas.

Apesar dessa realidade vergonhosa, meu projeto, que pretende acabar com a farsa nacional, que leva para o Estado, de forma correta e educativa, o que vem sendo feito irregularmente pela iniciativa privada, continua sem ser votado.

Aparentemente, os Parlamentares têm medo de discutir e votar o assunto. Parecem mais preocupados em manter aparências, tapar o sol com a peneira, isentar-se de qualquer decisão.

Eu não estou aqui para dizer que aproveem meu projeto. Mas estou aqui para dizer que está na hora de dar um basta definitivo nessa covardia medíocre e comodista, que nos impede de discutir clara e abertamente um assunto que interessa e muitos países como o Brasil, onde as condições de vida digna estão cada vez mais restritas a uma pequena parcela da população.

Não tenhamos a hipocrisia de pensar que nosso crescimento demográfico está calcado nas outras faixas da pirâmide social. Sabemos que as famílias com melhores condições e melhor nível de informação têm diminuído o número de filhos e o fazem porque têm acesso justa-

mente àquilo que as famílias pobres não têm: informação sobre métodos contraceptivos.

Já estamos pagando um preço bastante alto por nossa omissão. Até quando vamos permitir que milhares de crianças venham ao mundo por mero desconhecimento, encaradas como “fatalidade divina”?

Homem e natureza são um só. De que adiantará cuidarmos das árvores e animais em extinção, se não cuidarmos dos nossos semelhantes?





**WELLINGTON
FAGUNDES**

(Rio 92 – Pressões internacionais sobre a política de meio ambiente no Brasil)

Importância da realização da Eco 92 no Rio de Janeiro; posição que o país deve assumir com relação à política do meio ambiente.

Sessão 28/05/1992 – DCD 29/05/1992, p. 11275

O Sr. Wellington Fagundes (PL-MT. Pronúncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas de um dos maiores acontecimentos do mundo atual que será a realização da Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, ou Rio 92, como queiram, promovida pelas Nações Unidas e que provocará a maior concentração de chefes de Estado de toda a história fora do recinto-sede da ONU.

Já não é sem tempo que as nações de todo o mundo sentam-se à mesma mesa para deliberar e pensar seriamente no futuro do nosso planeta e evitar uma catástrofe que venha destruí-lo até por reações da natureza às agressões permanentes que se faz contra o meio ambiente e que poderá em breve espaço

de tempo, tornar inviável qualquer tipo de vida em nosso planeta.

Ao menos os objetivos anunciados são mais do que louváveis. Já deveriam de há muito ter sensibilizado os detentores de poder em todo o mundo, pois da segunda metade deste século até esta agora acentuou-se de forma vertiginosa a agressão ao meio ambiente em decorrência de um avanço tecnológico e progresso incontrolados, movidos pela competitividade e tendo como causa o espantoso desenvolvimento econômico de todas as nações.

A par do progresso industrial, consumidor de matéria prima por via de agressão ao meio ambiente, bem como o desmatamento indiscriminado, vem se alterando sensivelmente o ecossistema, o que se pode facilmente comprovar através das reações meteorológicas que temos testemunhado.

A partir de 1960 os cientistas vêm alertando os governos para a falta de controle da expansão industrial indiscriminada, o que vinha agredindo de forma grave a atmosfera, aliada à depreciação de reservas florestais importantes como a Amazônia, entre tantas outras espalhadas em todo o mundo, diga-se de passagem, mais acentuada em países mais desenvolvidos.

No entanto, isso chamou a atenção somente a partir da década de oitenta, graças a violentas catástrofes naturais ocorridas, como abalos sísmicos, furacões e o sensível aquecimento da atmosfera, decorrente principalmente da destruição acelerada da camada de ozônio.

Há uma relação direta entre o crescimento demográfico e a degradação dos recursos naturais. Quanto maior for a população, maiores serão os recursos necessários para alimentá-la. O consumo dos recursos, porém, não ocorre de maneira uniforme em todo o mundo. Uma criança americana consome muito mais do que um adulto pobre da América Latina, por exemplo. Havendo, portanto, uma ausência total de igualdade nos padrões de consumo e na unificação dos recursos naturais do planeta, pois o ritmo de crescimento populacional é bem maior nos países pobres e nos grandes centros urbanos.

No início deste século, apenas dez por cento das pessoas viviam nas cidades e no limiar do ano dois mil, esse índice está chegando a cinquenta por cento de toda a população mundial, com o agravante de que quinhentos milhões de pessoas estão vivendo em cidades com mais de quinhentos mil habitantes.

Na verdade, a grande equação a ser resolvida pelos cento e setenta países que estarão representados na Eco 92, é promover o desenvolvimento econômico sem destruir a natureza.

Países pobres são obrigados a recorrer demasiadamente aos seus recursos naturais para equilibrar a balança de pagamentos, principalmente tendo em vista suas colossais dívidas externas, como é o caso do Brasil.

Dessa forma, a questão das dívidas dos países pobres, deverá ser um dos temas principais da Eco 92, pois o desenvolvimento sustentado, exige mudanças nos intercâmbios de comércio e no acesso às modernas tecnologias.

Os grupos de trabalho constituídos dentro do Comitê Preparatório – PRECOPOM – já alinharam os temas e as diversas propostas, dentro de questões como: desmatamento, desertificação e seca; a preservação da biodiversidade para garantir o plantel genético da fauna e da flora; o controle sadio, em termos ambientais, da biotecnologia; a defesa das águas continentais e marinhas; a produção, controle e tráfico de produtos químicos e dejetos técnicos; a poluição em geral.

Os assuntos são abrangentes e a conclusão dos técnicos e principalmente, as propostas

destes devem ser analisadas sob os aspectos políticos, inclusive os estratégicos, para que as medidas tomadas não venham a se constituir em uma armadilha preparada pelos países desenvolvidos, mais ricos e de maior poder, contra os altos interesses daqueles mais pobres e em franco desenvolvimento, como é o caso do Brasil, que será um dos mais visados, em função de possuímos aqui a maior reserva ecológica do mundo e a maior fonte de recursos naturais, que devem ser usados para que possamos sair da situação de crise em que nos encontramos e dos contrastes sociais dos quais somos portadores.

A questão do Brasil e a exploração de suas riquezas naturais, ocultas em seu solo, se insere no tema central da Eco 92, que é o meio ambiente e desenvolvimento.

Conforme já denunciámos desta mesma tribuna no começo do ano, o Governo brasileiro tem tomado medidas absurdas, levado por influências estrangeiras, a título da proteção ecológica e que culmina invariavelmente na proteção ambiental, como o caso da criação da enorme reserva indígena dos ianomâmis, para proteger os interesses do comércio interno da comunidade europeia e podendo vir



a desaguar na manipulação dos índios e seus gurus brancos, para a venda a preços ilusórios dos recursos, como minerais preciosos, a grupos econômicos de países do Primeiro Mundo. Não restam dúvidas que a partir dos anos 60 tem acontecido uma exploração desordenada das riquezas do solo, a alienação criminosa a grupos internacionais, bem como o desmatamento na Amazônia tem sido predatório e poderia ser evitado, sem prejuízo de um desenvolvimento planejado, muito embora necessitando para tanto de maior volume de recursos de modernas tecnologias.

Os trustes internacionais têm levado ao uso indiscriminado de agrotóxicos no trato da terra para fins agrícolas, sem que ao longo destes trinta e dois anos, os governos tenham se preocupado com a questão como deveriam.

Há que se aceitar, sim, respeitadas nossos direitos à independência, ao nosso livre arbítrio e de decidir o que é bom ou o que é mau para o Brasil, a ajuda dos países mais poderosos, desde que tenham os honestos propósitos de preservar a natureza e proteger o meio ambiente, mormente com o fornecimento de tecnologia avançada.

O que não se pode tolerar é a pressão de organismos internacionais e financeiros, pretendendo-se levar o Governo Central e os governos estaduais, a tomar decisões de ordem interna, mesmo que elas criem problemas de ordem social grave, praticando a condenável política do “toma lá da cá” sem atentar para a questão primordial do ser humano.

O Brasil é um país de enormes riquezas em seu solo que podem e devem ser exploradas, podendo ser estabelecida uma convivência pacífica entre a preservação e proteção ambiental, com o desenvolvimento.

É fato incontestável que de uns vinte anos a esta parte, a Amazônia tem sido invadida por uma verdadeira horda de agentes de nações estrangeiras, que outra coisa não fizeram, que não fosse extrair ilegalmente a riqueza do solo e principalmente levar nossa madeira para os países do Primeiro Mundo.

Já nos pronunciamos desta tribuna sobre o assunto da reserva indígena dos ianomâmis, que graças à falta de conhecimento da própria FUNAI sobre o número exato dos que ali vivem e à incapacidade de fiscalizar um território tão imenso, vai contribuir para o extermínio dos nossos silvícolas, que serão vítimas de

toda sorte de aventureiros a se apossarem dos territórios deles, muito servindo a interesses internacionais.

Não se pode deixar de admitir que todos os governos deste País, principalmente os desta segunda metade do século, foram negligentes na questão da proteção ecológica e ambiental.

Sr. Presidente, nobres colegas, urge que se busquem dispositivos legais que codifiquem todos os setores da ecologia e deem proteção ao meio ambiente, principalmente estabelecendo medidas que possam ser postas imediatamente em prática, muitas delas decorrentes das decisões que possivelmente serão tomadas pela Eco 92.

É inquestionável que de forma urgente, eficiente, séria, sem que nos curvemos a pressões nem aos interesses escusos da comunidade internacional, sejam elaboradas por esta Casa leis mais precisas e severas que regulem o uso de agrotóxicos na lavoura, a poluição dos rios e da atmosfera, do garimpo e toda extração de minerais e principalmente o desmatamento.

Torna-se indispensável, Sr. Presidente, Srs Deputados, que todos nós, parlamentares, observemos se realmente há sinceridade nos pro-

pósitos da comunidade internacional em salvar o planeta terra sem a utilização de interesses escusos ao desenvolvimento que desejamos.

A Eco 92, que se inicia na próxima semana no Rio de Janeiro, com doze dias de duração, é a grande esperança de que medidas honestas, de interesse realmente global, eficientes, possam evitar principalmente a agressão à atmosfera.

Estes são os nosso augúrios. Mas há que observar que o Brasil, pelas suas autoridades e principalmente por este Congresso, deva assistir à Eco 92 com a consciência de quem, mais do que qualquer outro, possa estar preparado à manutenção do meio ambiente e de suas “reservas naturais”, que representam o maior “pulmão verde” do planeta.

Era o que tínhamos a dizer.





SÉRGIO AROUCA

(Rio 92 – Biodiversidade. Armamento nuclear)

Importância da realização da Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Possibilidade da abordagem na conferência da extinção de todas as formas de armas nucleares; posição do orador com relação a questão da biodiversidade.

Sessão 01/06/1992 – DCD 02/06/1992, p. 11668

O Sr. Sérgio Arouca (PPS-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários colegas já comentaram, a importância do grande encontro internacional que se realizará no Rio de Janeiro.

É extremamente importante que esta Casa reflita sobre o alcance desse grande encontro. Não temos dúvida de que se está estabelecendo, neste final de século, uma nova ordem internacional, baseada exatamente no fim da guerra fria e da bipolarização entre o Leste e o Oeste e até na possibilidade de que o grande temor de uma guerra nuclear seja efetivamente afastado da face da terra.

Porém, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o fim da bipolarização não está significando o fim das polaridades. Durante essa Conferência, creio que se estarão expressando novas formas

de polarização. A principal delas parece ser o chamado conflito Norte-Sul, que, na realidade, é um conflito entre a pobreza e a riqueza, um conflito que não tem limites geográficos, porque também acontece dentro dos países e dentro dos países pobres. Entendemos que a explosão de Los Angeles foi um conflito desse tipo no interior da riqueza dos Estados Unidos.

Essa Conferência do Meio Ambiente trata de introduzir nessa nova ordem internacional a responsabilidade, para que os povos possam enfrentar de forma correta o problema das diferenças socioeconômicas e a miséria deste nosso mundo. Os países ricos são os que mais consomem energia e também os que mais poluem o mundo. Temos que pensar no resultado dessa conferência. A poluição, produzida pelos países ricos, terá de ser socializada com os países pobres, e estes é que pagarão o preço da despoluição? Os países pobres receberão as indústrias já afastadas do Primeiro Mundo? Os países pobres, que hoje ainda são detentores de imensas reservas naturais, que permitem uma grande riqueza no campo da biodiversidade, terão que aceitar que essa biodiversidade seja objeto de patentes?

A posição do Brasil – e somos oposição ao Governo que está aí – tem sido correta nesse campo.

O País tem defendido a tese de que não se deve patentear a biodiversidade; colocando a questão no campo correto do enfrentamento com os países ricos e, além disso, exigindo que esses países também paguem o preço da despoluição.

Acompanharemos nesta Casa, com muito cuidado, esse debate, que está ocorrendo simultaneamente em vários lugares. A Comissão de Ciência e Tecnologia discute no momento a propriedade industrial. Sou relator de um projeto de biodiversidade que veio do Senado. A mim me parece que a Câmara deveria adotar uma posição unitária em relação a todos esses problemas, e não aprovar, de um lado, a biossegurança e, de outro, alguma matéria sobre a biodiversidade que difira da posição nacional que se expressará nesse encontro.

Finalmente, embora a ameaça de uma guerra nuclear imediata esteja afastada, a não inclusão da questão nos debates não significa que a guerra está extinta. Num momento como esse, seria importante que, junto com as reflexões da Eco 92, pudéssemos começar a deflagrar um tipo de movimento que propusesse a extinção completa de todas as formas de armas nucleares, desativando-se as existentes, para que, de uma vez por todas, pudéssemos acabar com a maior poluição que existe, a atômica.



BENEDITA DA SILVA

(Rio 92 – Mulheres por um planeta saudável – Agenda 21)

Considerações sobre o documento “Mulheres por um planeta saudável”, apresentado pelo Movimento de Mulheres aos chefes de estado presentes na Eco 92; a questão do planejamento familiar como principal tema da pauta de reivindicações das mulheres nesta conferência; necessidade da conscientização dos países desenvolvidos no que se refere a ação nefasta de seus hábitos de consumo ao meio ambiente

Sessão 09/06/1992 – DCD 10/06/1992, p. 12709.

A Sra. Benedita da Silva (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as atenções de todo o mundo estão voltadas para o Rio Janeiro, sede da “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a “Rio 92”, promovida pela ONU e que contará com a presença de chefes de Estado de quase todo o mundo. Paralelamente a este evento oficial propriamente dito, realiza-se o “Fórum Global”, reunindo todos os setores da sociedade civil organizada, representados por inúmeras ONG, para a discussão dos temas de que a Conferência irá tratar.

O Movimento de Mulheres não poderia deixar de marcar sua presença, trazendo sua contribuição, da maior importância para o debate. As atividades das mulheres no “Fórum Global” estão concentradas em espaço apropriadamente

chamado “Planeta FEMEA” (FE (ministas) e ME (io) A (mbiente).)

Mulheres de todo o mundo reunidas em vários encontros internacionais nestes últimos anos já definiram a pauta de reivindicações que será apresentada a cada governante presente à Conferência. As reivindicações femininas constam do documento “Mulheres por um Planeta Saudável – Agenda 21”. Pretendemos, com esse documento, tanto influenciar na tomada de decisões como participar na elaboração de políticas e planos de ação que serão acordados nesta ocasião.

O Movimento de Mulheres vem aprofundando discussões sobre os temas ambientais, como biodiversidade, biotecnologia, desenvolvimento sustentável, ciência e tecnologia, ecologia urbana, ecologia do trabalho e do cotidiano, levantando críticas ao atual modelo de desenvolvimento.

Para discutir os rumos da nova civilização que queremos construir é preciso encarar questões que somente as mulheres estão colocando e que a Conferência tem ignorado até agora. Por exemplo: no Quênia, África, “as meninas kikuiu, tão cedo quanto possam caminhar, vão com suas mães e irmãs mais velhas ao poço

ou ao rio. As latas que carregam aumentam de tamanho à medida em que elas vão se tornando mais velhas, começando com uma lata de suco de frutas e terminando em galões de até 18 litros, iguais aos de suas mães. Carregar água é algo tão inerente às suas vidas que se torna até mesmo uma reclamação menor. Em algumas regiões da África as mulheres gastam oito horas por dia pegando água. A jornada é exaustiva, roubando-lhes tempo e energia que poderiam ser empregados para a vida. Contínuo carregamento de água distorce a pélvis da jovens, tornando sua gravidez e parto mais perigosos.” (Texto extraído da revista “Mulher e Meio Ambiente”, publicação do CIM – Centro Informação Mulher e do CEDI – Centro Ecuemênico de Documentação e Informação.)

Sr. Presidente, dentre os temas discutidos pelas feministas um assunto tem provocado manifestações de diversas autoridades internacionais, antecipando a polêmica que causará na “Rio 92” e que poderá direcionar os caminhos do Terceiro Mundo. Trata-se da política populacional, questão que incide diretamente sobre o nosso corpo.

Algumas pessoas defendem o controle populacional como prioridade essencial para que

se evite a catástrofe do esgotamento dos recursos naturais. A parte da natureza que ainda não foi destruída deve ser preservada para uns poucos. Durante muito tempo a ideologia que justificou o controle populacional no Terceiro Mundo foi o binômio população e pobreza. Agora nos anos 90 essa ideologia amplia-se para população-pobreza-meio ambiente.

Uma análise superficial da crise ambiental que assola o planeta nos leva a crer que a crise é resultante mais dos hábitos de consumo dos países desenvolvidos do que propriamente do número de pessoas que o habitam. Estudos revelam que um habitante dos Estados Unidos, por exemplo, consome mais energia do que um nigeriano. E bem verdade que os estragos ambientais causados pela Guerra no Golfo Pérsico são infinitamente maiores do que os níveis de poluição de certas localidades terceiro-mundistas.

Inglaterra, por sua vez, é uma das maiores responsáveis pela emissão de dióxido de carbono, que, segundo os cientistas, provoca o efeito estufa, que está mudando perigosamente o clima do planeta. Esse país, todos sabem, tem padrão elevadíssimo de consumo de recursos naturais e energéticos. Curioso que é de lá, da Inglaterra, que vêm as mais recentes críticas

ao crescimento populacional colocado como a maior ameaça à natureza. O príncipe Charles, que todos conhecem, referiu-se há poucas semanas à explosão populacional como um dos graves problemas que afetam o futuro da Terra, ao lado da poluição e da pobreza dos países subdesenvolvidos, defendendo a inclusão do controle da natalidade na pauta da “Rio 92”. Os ambientalistas ingleses contrapõem-se, afirmando que é muito mais fácil atrair a atenção da opinião pública para assuntos que devem ser resolvidos em outros países do que enfrentar as questões domésticas que vão mexer com a vida dos britânicos.

Mas a pedra de toque da abordagem desse tema – população – é a correlação existente entre três fatores anteriormente identificados no trinômio crescimento populacional, degradação ambiental e pobreza que lançam sobre as mulheres a responsabilidade pelo bem-estar da humanidade, uma vez que é em seu ventre que se desenvolve a vida.

Relatório da Comissão Brundtland, cujos recentes trabalhos foram abertos pelo príncipe Charles, com aquelas declarações, afirma categórico:

“As atuais taxas de aumento populacional não podem continuar.



Elas já estão comprometendo a capacidade de muitos governos de fornecer educação, serviços médicos e segurança alimentar às pessoas e, mais ainda, sua capacidade de elevar os padrões de vida. Esse hiato entre pessoas e recursos é ainda mais dramático porque grande parte dos novos contingentes populacionais se concentram em países de baixa renda, em regiões ecologicamente vulneráveis e em famílias pobres.”

E mais:

“Um crescimento demográfico excessivo dilui os frutos do desenvolvimento por um número cada vez maior de pessoas, ao invés de melhorar os níveis devida em muitos países em desenvolvimento; uma redução das taxas atuais de Crescimento é um imperativo para o desenvolvimento sustentável.”

A seguir, trecho da Declaração sobre População e Meio Ambiente elaborada em reunião do Fundo das Nações Unidas para a População, em março de 1991, reafirmando o que já foi dito – a crença na correlação entre crescimento populacional e degradação ambiental:

“A quantidade de meios disponíveis para o exercício dessa escolha (tamanho da família) mede o desenvolvimento de uma nação (...)”

“(…) Como a maioria dos países do Terceiro Mundo, também o Brasil foi submetido, a partir da década de 60, a programas de controle da natalidade em nome da ameaça que a explosão demográfica poderia significar para seu desenvolvimento. Nos últimos 20 anos a taxa de fertilidade das mulheres brasileiras baixou em 50%, o que levaria um século para acontecer na Europa. O crescimento populacional caiu de 2,9% ao ano na década de 60 para 2,1% na década de 80.”

A política de controle de natalidade – que jamais foi assumida oficialmente pelo Governo brasileiro e que é financiada por organismos internacionais – facilitou a prática controlista a curto prazo. Enquanto os governos rechaçavam a intervenção externa – favoreciam ao mesmo tempo a ação, em todo território nacional, de organizações internacionais de controle populacional. A política de direitos reprodutivos em nosso País tem sido ditada, controlada basicamente pelas companhias farmacêuticas

internacionais, pela medicina de grupo, pela rede privada e por instituições de planejamento familiar. A partir de 1980 o movimento de mulheres intervém nessa situação não somente para criticar a ação dessas instituições controlistas, como também para questionar a qualidade de atendimento à saúde da mulher e o seu livre direito de escolha.

No Brasil, o IBGE, em 1986, afirmou que 71 % das mulheres com idade entre 15 e 45 anos utilizam algum tipo de anticoncepcional. Mas se pararmos para analisar o tipo de método utilizado pelas brasileiras levaremos um susto. Enquanto em países desenvolvidos apenas 7% das mulheres em idade reprodutiva estão esterilizadas, no Brasil este índice sobe para assombrosos 45%. Aqui a pílula anticoncepcional é usada por 41 %, enquanto, nos países desenvolvidos, por apenas 13%. Estatísticas indicam que um bom número de brasileiras têm acesso à contracepção, mas os métodos mais utilizados revelam a existência de uma política populacional inescrupulosa e sem critérios, pois a maioria das mulheres brasileiras recorrem apenas a dois métodos: a esterilização e a pílula, denunciando alto grau de desinformação.

Porque são as mulheres as mais penalizadas pela deterioração da qualidade de vida, a maternidade aparece, cotidianamente, como um risco difícil de ser assumido. A migração para os polos industrializados converte milhares de mães sozinhas em chefes de família, que suas oportunidades estreitas no mercado do trabalho não permitem sustentar. As políticas públicas de amparo à maternidade e à infância são insuficientes e inoperantes. Quando são feitas pressões sociais para reversão desse quadro, provocam efeitos adversos, como a retração no emprego da mão de obra feminina.

A esterilização, apesar de ilegal, é uma prática amplamente utilizada. Por essa razão criamos e instalamos recentemente uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar a incidência da esterilização de mulheres no Brasil, Comissão da qual sou Presidente e que está em pleno funcionamento, apesar dos percalços.

A esterilização é uma prática amplamente utilizada em nosso País. É o resultado entre a falta de políticas públicas sérias quanto aos direitos reprodutivos, a falta de opções contraceptivas, a rápida mudança nos padrões sexuais e familiares e a crescente degradação das condições de vida. A absurda frequência de cesárias contribui



para o aumento das ligaduras tubárias, pois a terceira cesariana poderá determinar a necessidade médica da esterilização. A falta de uma política clara a esse respeito vem permitindo distorções na prática da esterilização tais como o diagnóstico falso, justificando e induzindo à cirurgia; a exploração econômica das mulheres que pagam por cirurgia já subsidiadas por agências financiadoras e a prática, corriqueira, em época de eleições municipais, principalmente, da laqueadura, feita gratuitamente.

Outra situação que nos chama a atenção é a reduzida utilização dos demais métodos pelas brasileiras: das mulheres que utilizam anticoncepcionais, apenas 12% recorrem a outros métodos naturais.

Sr. Presidente, ao longo dos últimos anos o movimento de mulheres vem exigindo que a questão do planejamento familiar seja assumida pelo Governo brasileiro. Esta é a condição imprescindível para o fim da interferência das agências internacionais de controle populacional. O PAISM (Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher) – um programa oficial criado como instrumento de defesa da saúde das mulheres – encontra-se em sérias dificuldades de implantação, o que equivale di-

zer que, atualmente, é considerado letra morta na política de saúde do Governo brasileiro.

A dramática realidade a respeito dos direitos reprodutivos no Brasil nos leva a constatar que não existe, e nunca existiu em nosso País, uma política de saúde moderna e eficaz que permita às mulheres a prática da contracepção sem riscos para sua saúde. Portanto, é necessário que essas questões sejam levadas em conta quando se trata de discutir a dinâmica populacional brasileira dentro do contexto das preocupações demográficas mundiais. É preciso, também, que se tenha a consciência e a sensibilidade necessária para perceber que o crescimento populacional é sintoma de um problema maior, que é a pobreza. A melhor maneira de conter o aumento populacional não é esterilizando mulheres em massa ou distribuindo anticoncepcionais internacionais. O desenvolvimento econômico e social, a distribuição de riquezas, o aumento do poder aquisitivo e com conseqüente atendimento educacional e de saúde são as chaves para a solução do problema. A prosperidade dos últimos anos dos países desenvolvidos, entre eles Estados Unidos e Inglaterra, é o exemplo mais concreto.

“A limitação da natalidade será a grande lacuna da Rio 92, pois

nenhum problema será resolvido se a população mundial continuar crescendo como agora.”
(Pronunciamento do ex-chanceler da Alemanha Helmut Schmidt, na Conferência sobre a Nova Ordem Internacional, realizada no Rio de Janeiro em abril passado.)

Vale registrar aqui uma contradição com o que dizemos “senhores donos do mundo”: a queda nas taxas de crescimento demográfico tendo em vista a queda das taxas de fecundidade das mulheres brasileiras. Nunca é demais lembrar a relação existente entre queda de fecundidade e altas taxas de esterilização. Também não é demais repetir os índices de esterilização de brasileiras entre 15 e 54 anos nos Estados de Goiás (71,3%); Pernambuco (61,4%); Rio de Janeiro (41,4%) e Paraná (42,8%), índices estes que beiram o absurdo.

Estas estatísticas contrariam a visão de que é fundamental reduzir as taxas de crescimento demográfico para obter melhorias nos níveis de desenvolvimento humano. As taxas de fecundidade das mulheres brasileiras vêm decaindo desde as últimas décadas, porém, os ní-

veis de pobreza crescente permanecem como uma das maiores ameaças ao meio ambiente.

Sr. Presidente, os representantes de países desenvolvidos continuam batendo na mesma tecla de que o crescimento populacional é a principal causa da degradação ambiental, mas não estão dispostos a dar sua cota de sacrifícios, como demonstra a atitude pouco democrática dos Estados Unidos em recusar-se a assinar o tratado da biodiversidade, preservando seus interesses particulares. Então, enquanto eles afirmam que é preciso acabar com os pobres, nós afirmamos que o fundamental e urgente é acabar com a pobreza.

Era o que tinha a dizer.





JOSÉ GENOÍNO

(Rio 92 – Nota Oficial do Partido dos Trabalhadores)

Leitura do documento “O Partido dos Trabalhadores e a Rio 92”.

Sessão 11/06/1992 – DCD 12/06/1992, p. 13044.

O Sr. José Genoíno (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler, para que conste dos Anais da Casa, decisão adotada pelo PT com relação a Eco 92:

1. “A Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que se realiza no Rio de Janeiro com a presença de mais de uma centena de Chefes de Estado e de Governo, de centenas de ministros, parlamentares, cientistas e técnicos, e os eventos paralelos que estão ocorrendo no Foro Global, constitui-se em um momento privilegiado de reflexão e tomada de decisões que incidirão sobre o futuro da humanidade.

Ao mesmo tempo em que espera que as delegações oficiais estejam à altura de

suas responsabilidades históricas, o Partido dos Trabalhadores saúda os milhares de militantes ecologistas de todo o mundo que ocorreram ao Brasil para, nas discussões paralelas, debater problemas cruciais de nosso planeta, definir alternativas em escala internacional e influir sobre a decisões da conferência oficial.

Por reconhecer os limites da reunião oficial, o PT confere enorme importância ao Foro, como expressão de uma vontade democrática que se expressa em escala internacional, para imprimir novos rumos ao debate e às políticas de desenvolvimento econômico e social da humanidade.

A articulação que hoje está ocorrendo no Rio de Janeiro deve ser o ponto de partida para um grande movimento ecologista em escala planetária capaz de propor novas e consistentes alternativas para o desenvolvimento humano.

2. A Rio 92 se realiza em condições internacionais bastante distintas daquelas existentes em 1987, quando de sua convocação. Não só se produziram radicais transformações geopolíticas no mundo, com o fim dos regimes do “socialismo

real” no leste europeu e a desintegração da URSS, como se aprofundou a distância entre o “Norte” e o “Sul” do planeta.

Junto com a reconfiguração econômica do mundo – expressa na consolidação de novos blocos econômicos – assiste-se à tentativa dos Estados Unidos, sobretudo depois da guerra do Golfo, de afirmarem-se com uma única potência político-militar, a despeito das dificuldades econômicas e sociais que enfrentam. Consequência disto é a política dos EUA de bloqueio a Cuba e a persistência da ocupação do Panamá.

A maior parte a América Latina, a totalidade da África e partes significativas da Ásia enfrentam hoje uma grave crise econômica e social. Esta crise atinge, ainda que com uma intensidade menor, aos países do Norte, onde cresce o desemprego, os fenômenos de pauperização e marginalização dramaticamente evidenciados pelos recentes acontecimentos de Los Angeles.

As políticas neoliberais, que orientam a ação das grandes potências em suas relações com Sul, têm sido responsáveis por recessões agudas, precipitando alguns países, que haviam experimentado um

considerável desenvolvimento no passado, em processos de desindustrialização. Toda esta situação deixa atrás de si um rastro de miséria social sem precedentes.

Ao mesmo tempo em que preserva seus produtos com medidas abertas ou disfarçadas de protecionismo, o Norte impõe ao Sul o livre comércio, usa de sua situação de monopólio para degradar os termos de intercâmbio e tenta confiná-lo a um lugar subalterno na divisão internacional do trabalho. Para tanto, nega-se a transferir tecnologia, e procura, através de uma política acelerada de privatizações, diminuir a capacidade do Estado de atuar como elemento regulador do desenvolvimento econômico e social, que passaria a ser de agora em diante o resultado do funcionamento das “leis do mercado”.

A tentativa de construção desta “nova ordem mundial” se faz com o sacrifício crescente do direito à autodeterminação dos povos e da soberania nacional, princípios que nada têm a ver com manifestações passadas e presentes de nacionalismo ou mesmo de xenofobia. Faz-se, sobretudo, com crescentes sacrifícios impostos às

classes trabalhadoras, que vêm suas condições de vida se degradar e suas parcas conquistas serem ameaçadas. Implica em crescentes ataques à democracia política, como demonstram os acontecimentos recentes da Venezuela e do Peru.

Mas é importante afirmar que estas políticas não são o resultado de meras imposições “de fora”, só se viabilizando em razão do apoio ativo das elites locais. Articulado este conjunto de dificuldades que afetam o Sul e particularmente a América Latina, está o problema da dívida externa que sufoca nossas economias, impedindo qualquer programa consistente de retomada do desenvolvimento.

Sem estas considerações sobre a situação econômica e política do mundo, não se pode realizar qualquer discussão consistente sobre os problemas do meio-ambiente.

3. A degradação ambiental que hoje ameaça o planeta é a expressão dos valores de uma sociedade é a expressão dos valores de uma sociedade que mercantiliza as relações entre homens e mulheres, produzindo a injustiça social e a destruição do patrimônio natural e histórico.



Vivemos em sociedades em que a noção de progresso se reduz ao aumento do PIB, em que dominam concepções etnocêntricas que desrespeitam outros povos e culturas, em que se nega às mulheres a cidadania reduzindo-se a funções reprodutoras e, com isso, submetendo-as a políticas de controle de natalidade, particularmente a esterilização.

Estamos diante de grandes desafios: qualquer transformação econômica, social e política passa igualmente por uma revolução cultural e ética, que aponte para uma sociedade mais justa, solidária, ecologicamente responsável e radicalmente democrática.

A crise ambiental que vive hoje a humanidade, e que ameaça seu futuro, é o resultado de concepções economicistas e produtivistas de desenvolvimento compartilhadas tanto pelo capitalismo como pelo socialismo estatista-burocrático.

O Partido dos Trabalhadores desde sua fundação se insurgiu contra estes valores, construindo sua concepção anticapitalista a partir de uma perspectiva eco-socialista.

4. O Governo Collor tenta utilizar a Rio 92 e o crescente interesse que as questões ecológicas desperta na população para afirmar seus propósitos subalternos.

O fato dos problemas ambientais serem internacionais não exime o governo de propor um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e democraticamente construído, que incorpore a dimensão ambiental.

Não basta a criação de reservas indígenas, de reservas extrativistas e de unidades de conservação se não houver uma política de democratização de propriedade da terra – uma autêntica reforma agrária – e políticas públicas que apoiem efetivamente as populações tradicionais dessas áreas. A política neoliberal de livre comércio que servilmente o Governo Collor vem adotando, é, para só citar um exemplo, um duro golpe para os produtores de borracha da Amazônia que são obrigados a abandonar seu habitat para sobreviver.

De nada adianta o governo encher a boca com expressões como “desenvolvimento sustentável”, se as populações da Amazônia e de outras regiões do País continuam desassistidas em áreas onde sua

relação com o meio ambiente as coloca em risco permanente. Não há possibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento se, para pagar a dívida externa e obedecer as imposições de ajuste econômico feitas pelos organismos internacionais, o governo desestrutura os programas de habitação e saneamento, inviabiliza os serviços públicos, particularmente os de fiscalização ambiental. A tudo isso se soma o fato de as políticas ambientalistas do atual governo aparecerem frequentemente associadas a escândalos de corrupção, como se depreende das denúncias relacionadas com a preparação da Rio 92, ou da complacência de funcionários de organismos do governo para com os grupos madeireiros.

De nada adianta a retórica ambientalista do governo ou o marketing ecológico dos empresários, se a população trabalhadora vive nas fábricas e nos campos o inferno produzido pela poluição industrial e pelos agrotóxicos ou é submetida ao consumo forçado de milhares de toneladas de produtos prejudiciais à saúde, lançados na atmosfera, nas águas e no solo, sem que sobre essas ações se exerça o controle democrático da sociedade.

5. O governo brasileiro não pode ser conivente com a arrogância de alguns países – especialmente os Estados Unidos – que se recusavam a assumir suas responsabilidades como principais agentes da degradação da camada de ozônio, ao não admitirem impor a seus empresários as necessárias reconversões de suas indústrias e produtos em conformidade com exigências ecológicas elementares. O governo brasileiro não pode ser conivente também com as tentativas de postergar os acordos e tratados relacionados com materiais genéticos, biodiversidade e florestas. A tática das grandes potências é a de esvaziar o debate destes temas agora, quando os olhos do mundo se voltam para o Rio e a pressão dos ecologistas se faz mais forte, para tentar soluções mornas e inócuas em tratados a serem assinados mais tarde.
6. Os brasileiros, nós, que convivemos com ecossistemas tropicais e com populações e culturas que souberam respeitar o processo de exuberante variedade genética, devemos ser hoje capazes de reivindicar para nosso País e para todos aqueles do Sul os recursos e as tecnologias



necessárias para viabilizar um novo modelo de desenvolvimento que articule a justiça social com a convivência harmoniosa com a natureza.

Cabe neste particular denunciar energeticamente a atitude de grandes potências que se negam a conceder recursos adicionais para que se possa implementar em escala internacional uma autêntica política de preservação ambiental.

Mas a transferência de tecnologia e sua apropriação não pode ser obra da ação centralizadora de grupos de tecnocratas, devendo estar sujeita aos mecanismos de controle social. Os imperativos de um desenvolvimento ecologicamente harmônico colocam na ordem do dia o aprofundamento da democracia, com a multiplicação do controle social do Estado.

7. Não podemos ceder às pressões de trocar a dívida externa por concessões em matéria ecológica, que aumente mais ainda a capacidade de intervenção estrangeira no País a partir de propostas de “monitoramento” unilateral de nosso desenvolvimento. A dívida é a expressão da “velha ordem internacional”, cuja caducidade é cada dia mais visível.

Uma das alternativas que permite associar a crucial questão da dívida externa à da preservação ambiental é a de transformar os atuais débitos dos países do Sul em um fundo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico no qual a preservação ambiental seja um item fundamental. Este fundo deverá ser administrado pelos países em desenvolvimento, garantidos mecanismos de controle social de seu uso. Sem enfrentar esta questão decisiva de quem e como se financiam os custosos projetos de preservação ambiental, qualquer decisão que venha a ser adotada a respeito não passará de retórica estéril.

Não podemos, igualmente, aceitar os planos de controle de natalidade – cuja face mais cruel, é a esterilização clandestina de grande parte de nossas mulheres, sobretudo da população pobre e negra – sob o argumento de que não há meios para alimentá-la.

A realização de um programa de transformações econômicas, políticas e sociais em nosso País e na imensa maioria dos países do Sul mostrará a existência de um enorme potencial capaz de resolver os problemas da fome e do subdesenvolvimento.

8. O Partido dos Trabalhadores tem uma tradição de luta em defesa dos valores de uma transformação social e política radicais que incorpora a dimensão ecológica como um aspecto essencial.

Esta tem sido sua conduta nas lutas sociais nestes 13 anos de sua existência. Esta tem sido uma dimensão fundamental da ação de seus parlamentares. Esta tem sido uma preocupação constante de todas as administrações á frente das quais se encontram nossos militantes.

O Partido dos Trabalhadores é um partido socialista e ecologista que tem dentre seus filiados milhares de ativistas das lutas pela preservação do meio ambiente e que tem o privilégio e a honra de haver tido dentre seus militantes e dirigentes aquele que é o símbolo desta nova articulação política e cujo exemplo ilumina nos debates da Rio 92: nosso companheiro Chico Mendes.

9. O Partido dos Trabalhadores considera que os debates da Rio 92, especialmente os do Foro Paralelo podem constituir-se em um momento decisivo de fortalecimento de uma consciência universal em

prol de um novo modelo de desenvolvimento para a humanidade.

A intervenção de expressivos setores da sociedade civil de dezenas de países, a presença de milhares de ONG, são sinais evidentes de que está criado um movimento internacional de cidadania que tem como objetivo fundamental a preservação do futuro da humanidade.

Não podemos compactuar com políticas governamentais ou com a complacência de governos em relação àqueles que arrasam o solo do planeta, que poluem a atmosfera alterando drasticamente as condições de vida de bilhões de pessoas, que comprometem os cada vez mais escassos recursos de água.

O desafio colocado a todos os ecologistas e autênticos socialistas não é simplesmente o de formular uma política de preservação – tarefa por si só enorme mas o de sentar as bases para um novo modelo de desenvolvimento econômico que altere radicalmente as atuais estruturas de produção e que seja capaz de compatibilizar crescimento, justiça social e proteção ambiental.



Este novo modelo exige uma radical transformação da política mundial, uma autêntica democratização dos organismos internacionais – a ONU em primeiro lugar – com o fim das tutelas que exercem sobre a humanidade o FMI, Banco Mundial, G7 e organismos congêneres. É de fundamental importância perseguir uma política de paz de desarmamento e desmilitarização do mundo, o que só pode ser obtido por uma intervenção crescente de homens e mulheres nas lutas cotidianas.

Esta presença de milhares de ecologistas do mundo inteiro no Rio de Janeiro deve ser entendida como o alvissareiro sinal de que uma nova era está se desenhando na qual cidadãos e cidadãs do mundo tomam o destino e o futuro deste em suas mãos em defesa daquela espécie que no sul do mundo é a mais ameaçada: o ser humano.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1992.

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente do Partido
dos Trabalhadores.”

Era o que tinha a dizer.



ALDO PINTO

(Rio 92 – Avaliação crítica dos resultados da conferência. Degradação dos solos. Produção de alimentos)

Conclusões do orador com relação à Eco 92; opinião de que a extinção da fome no país será alcançada com o aumento da produção de alimentos; urgência na recuperação dos solos agrícolas no território nacional; importância da redução dos juros bancários para crescimento da produção agrícola

Sessão 15/06/1992 – DCD 16/06/1992, p. 13526.

O Sr. Aldo Pinto (PDT-RS. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, durante a Eco 92, o Rio de Janeiro foi o centro do mundo. O evento reuniu intelectuais, Chefes de Governo, profissionais liberais, estudantes e o povo em geral. Todos, de uma forma ou de outra, procuraram externar as suas preocupações com os problemas ecológicos que ocorrem aqui e em todo o mundo. Ecologistas de um lado, defensores do desenvolvimento a qualquer preço de outro, na Eco 92 destacaram-se, sobretudo, os temas poluição do ar, devastação das reservas florestais, poluição das águas, destruição da fauna, meio ambiente e desenvolvimento.

Será que nós, as nações pobres do Terceiro Mundo, temos condições de desenvolver uma política desenvolvimentista e de crescimento com o cuidado adequado com a preservação do

meio ambiente? Diga-se de passagem, aquelas pessoas que vieram de outras partes do mundo e que se intitulavam tutores dos países pobres no que diz respeito à preservação do meio ambiente são, na verdade, as responsáveis pela destruição do meio ambiente em seus respectivos países. Porém, temos muito que aprender. Não gostaríamos, de forma alguma, de cometer, aqui, os mesmos equívocos que cometeram os países ricos, os países ditos desenvolvidos.

Eu, em particular, tive a honra de ser convidado para coordenar um debate internacional na Eco 92 sobre a desagregação dos solos, sua ocupação e meio ambiente. Tive ontem a oportunidade de ouvir a palavra de S. Ex., o Presidente da República, que, no meu entender, com todo o respeito, sintetiza uma manifestação indiscutivelmente responsável: “precisamos acabar com a fome”.

Trazendo os ensinamentos que colhemos das grandes discussões, travadas na Eco 92, em que técnicos dos mais diferentes campos procuraram defender os seus pontos de vista sobre o problema nacional, gostaria de dizer que só acabaremos com a fome no Terceiro Mundo se conseguirmos produzir alimentos.

O pior de tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados: há bem pouco tempo, o Governo Federal cantou em prosa e verso a safra agrícola, 70 milhões de toneladas de grãos, como se fosse algo verdadeiramente extraordinário. Setenta milhões de toneladas de grãos, Srs. Deputados, são um terço da produção de milho dos Estados Unidos. Nunca existiu; neste País, superprodução; o que sempre existiu aqui foi subalimentação, subnutrição. O povo brasileiro consome 23 quilos de proteínas per capita. É um dos consumos mais baixos do mundo. Pensarmos em superprodução é uma irresponsabilidade. Um país de grandeza continental como o Brasil produzir um terço apenas da produção de milho dos Estados Unidos é algo totalmente constrangedor.

É por esta razão que tenho ressaltado a necessidade de aumentarmos a produção de alimentos. Nunca mais a política delfiniana de que “o que importa é exportar”, equivocada, leonina, sem um detalhamento correto das necessidades nacionais; nunca mais a política da economista Zélia, de que “o que importa é importar”. Duas teses extremas, radicalmente colocadas e absurdamente sustentadas. No Brasil, onde se consome esse percentual mínimo de prote-

ina, falar em exportar ou importar a qualquer preço é uma irresponsabilidade.

Em 1986, quando concorri ao Governo do meu Estado, aprendi uma grande lição. No Plano Cruzado, quanto mais se falava sobre estelionato e esbulho, mais se perdia votos. As autoridades governamentais baixaram, por decreto, os índices de inflação a zero. O povo passou a comer, e o Governo, a importar carne de Chernobyl, leite e arroz de péssima qualidade, alimentos de todo o mundo. Foram gastos mais de 13 bilhões das nossas reservas na importação de alimentos. Mas a lição ficou. Naquela época, o povo comia; nenhum alimento ficava nas prateleiras dos supermercados, havia um grande desespero, por isso se partiu para a importação.

Meus companheiros, ilustres Deputados, é importante fazermos uma reflexão sobre a fome e não permitirmos essa desigualdade de tratamento em nosso País, o que vai ao encontro daquilo que o Presidente falou no Rio de Janeiro. É preciso ter consciência e investir num setor que, sem dúvida alguma, é o que responde mais rapidamente. Não há outro setor da atividade produtiva que responda de forma tão rápida como a agricultura. Mas, como poderemos aumentar a nossa produtividade, a

nossa produção, se não aumentarmos a fertilidade dos nossos solos? Esta foi a essência do debate de que tive a honra de participar na Eco 92. É preciso urgentemente reinvestir no setor agrícola, para que se possa aumentar a produção, através do aumento da produtividade, no sentido vertical. As autoridades competentes deste País e o próprio Presidente precisam entender que não será com os juros exorbitantes cobrados pelos agiotas, pelos banqueiros, que hoje são mais donos de casas de penhor do que qualquer outra coisa, que haveremos de aumentar a produção agrícola neste País.

Na Europa, no Japão e nos Estados Unidos é adotada a política de subsídios, o que coloca em situação de não competitividade a agricultura nacional. Como poderemos competir com os países ricos, se lá a produção de alimentos é entendida como uma questão de segurança nacional, enquanto no Brasil tem sido encarada como uma forma de os bancos encherem suas burras a qualquer preço? Basta dizer – e que repito o que já disse – que, há pouco tempo, os bancos detinham 4,5% do Produto Interno Bruto brasileiro e hoje ultrapassam os 16%, a maior concentração de renda do mundo!



Precisamos investir no setor da produção para resgatar a nossa agricultura; precisamos dar um basta à agiotagem que está ocorrendo neste País; precisamos acabar com a fome. As autoridades competentes, sobretudo o Presidente da República, que entendeu esta mensagem, devem determinar, em caráter de urgência urgentíssima, uma política verdadeiramente dirigida para o setor da produção. Não há produto agrícola, em qualquer parte do mundo, que consiga acompanhar uma correção monetária diária. Só teremos condições de competir com o mercado internacional, com essa correção que aí está, com os juros exorbitantes que estão sendo cobrados, se produzirmos cocaína. Já disse isso e repito mais uma vez.

Os bancos não querem saber de nada, absolutamente. Não querem discutir o fato de que, no Plano Collor, há bem pouco tempo, num passado bem recente, de forma equivocada, debitou-se nominalmente na conta dos agricultores um percentual verdadeiramente escandaloso, que ultrapassou os 74% e sucateou a agricultura nacional. E falo isso de cadeira.

Há bem pouco tempo, como Secretário da Agricultura do meu Rio Grande do Sul, disse à Nação que transformamos o nosso Estado no

grande celeiro do Brasil, no maior produtor de grãos do País. O Rio Grande do Sul é, hoje, responsável por cerca de 28% da produção nacional de grãos. Mas, apesar dessa contribuição, o que se constata, no dia-a-dia, é a espoliação do agricultor, é o sucateamento da agricultura, que se torna inviável em função da política econômico-financeira atualmente adotada pelo Governo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se eu fosse fazer uma opção, para aumentar a produção em nosso País e minimizar a fome, indiscutivelmente optaria pelo investimento na recuperação do solo em todo o Brasil. O solo é a base de tudo. Em qualquer parte do mundo, é ele que responde aos tratamentos que o homem porventura lhe dá, de forma positiva ou negativa. As perdas por lixiviação, por erosão e por degradação têm sido constantes. Basta dizer que há mais de dez anos não se liberam recursos para investimentos na recuperação dos solos do nosso País. Agora se estão alocando alguns recursos. Porém, a que preço? Sabem as autoridades que isso está inviabilizando a transformação do Brasil num dos maiores produtores de grãos do mundo.

A par dessas preocupações no campo ecológico, agrícola e da espoliação econômico-financeira, quero dizer que também fiz uma reflexão e concluí que o futuro do campo está na cidade. No momento em que o povo tiver um poder aquisitivo compatível, não haverá alimentos suficientes, no Brasil, para sustentá-lo. Vejam o que eu lhes falei a respeito de estelionato, em 1986; vejam o que eu lhes disse sobre o esbulho do Plano Cruzado, mas vejam também que eu lhes disse que, naquela oportunidade em que se deu um poder aquisitivo um pouquinho maior ao povo brasileiro, faltou comida em todo o território nacional. Constatamos, então, que os míseros 230 mil cruzeiros pagos ao trabalhador são incompatíveis com a dedicação do homem à terra, porque não é o salário do trabalhador que está estrangulando o setor de produção de grãos ou de qualquer setor produtivo, mas, sim, as taxas diárias de juros escorchantes cobrados por essas casas que não são mais bancárias, mas de penhor, dirigidas por agiotas oficiais.

Manifesto aqui, Sr. Presidente, a minha satisfação por ter participado, como coordenador, de um debate internacional sobre um assunto que me encanta e que, no meu entendimento,

representa indiscutivelmente uma das grandes prioridades que temos em nosso País: darmos atenção, e urgentemente, à recuperação dos solos agrícolas no território nacional.

Registro também os documentos assinados no Rio de Janeiro, tais como a “Declaração de Princípios sobre Florestas”, a “Convenção sobre a Biodiversidade”, a “Convenção sobre o Clima e a “Agenda 21”, onde estão inseridos esses dados de que há pouco lhes falei sobre a degradação dos solos e a potencialidade dos recursos hídricos no território nacional.

Sr. Presidente, deixo aqui o nosso apoio, o nosso endosso a todos aqueles que lutam para que o Governo minimize esta situação aflitiva que campeia em nosso País. Nós estamos mais pobres – e estamos mesmo! E o que dizer, então, das camadas mais esquecidas, que estão vivendo com esses míseros 230 mil cruzeiros? Não é este o problema, não é esta a questão fundamental, não é este o item que faz com que o custo de produção aumente em progressão geométrica, enquanto o valor dos produtos agrícolas sobe em progressão aritmética. Não é o salário, Sr. Presidente: é, isto, sim, a liberalidade do Governo, que permite que, de uma forma fácil, se usurpe o dinheiro desta Nação.



Sr. Presidente, o Rio de Janeiro foi, durante alguns dias, o centro do mundo, e concordo com o Presidente da República quando diz que a Eco 92 não terminou no Rio de Janeiro. Mas quero dizer a S.Exa. que, se esta é uma verdade, também é preciso que entenda, de uma vez por todas, que não pode permitir que as instituições financeiras continuem a espoliar esta Nação: é preciso que entenda que é necessário reinvestir num setor que tem capacidade de responder, de forma mais rápida, mais definitiva, mais direta, às necessidades da população brasileira.

Era o que tinha a dizer.



NELSON BORNIER

(Rio 92 – Avaliação crítica. Adequação da legislação ambiental brasileira)

Encerramento da Eco 92. Necessidade do estudo, pelo poder legislativo, das decisões desta conferência internacional; adequação de nossas leis à realidade ecológica.

Sessão 16/06/1992 – DCD 17/06/1992, p. 13618

O Sr. Nelson Bornier (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos, com indisfarçável satisfação, ao encerramento da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O Brasil se portou com dignidade, além das expectativas de todo o mundo. Mostramos capacidade, espírito de organização, nível elevado de civilidade, impressionando todos – autoridades, jornalistas, estudiosos e turistas – pelos serviços de comunicações, hotelaria, segurança e apoio que prestamos e que não faltaram a nenhum dos participantes daquele evento.

Infelizmente, Sr. Presidente, o volume de discursos feitos na conferência não traduziu o mesmo percentual de decisões práticas. A ecologia discursiva ainda é uma realidade que não atende

aos interesses maiores dos homens e da natureza. O comportamento do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, que se negou a somar-se à unanimidade em acordos relevantes, foi um fator negativo na conferência. E de se perceber, no entanto, que a comunidade internacional não se acomodou à intransigência da grande e poderosa nação americana, agindo de modo livre em relação a esta, o que, em verdade, se revelou positivo no contexto daquele encontro das maiores autoridades mundiais.

Passada a emoção da conferência encerrado o pano do grande palco, é preciso que as resoluções adotadas não caiam no esquecimento. Necessário se faz que todas sejam realmente observadas e cumpridas, se em verdade queremos ver a natureza integrada à vida do homem e o homem preservando-a e conservando-a para o seu bem e das gerações futuras. A teoria tem sido o entrave ao esforço de quantos lutam em favor da natureza. A retórica impede que ações práticas venham a ser exercitadas. Assim tem sido ao longo do tempo, e necessário se faz que esse círculo vicioso tenha o seu término a partir dos resultados da Eco 92.

O Brasil, vanguardeiro na política ecológica que se estabeleceu internacionalmente com

a realização da Rio 92, não pode acomodar-se diante das demais nações do mundo, mas deve tornar-se o maior responsável na luta para que todas as decisões da conferência sejam de fato observadas e cumpridas por todos os governos e países que tiveram assento naquele conclave. E mais, Sr. Presidente, este Poder Legislativo deveria fazer um estudo das decisões da Eco 92, para que se examinasse a possibilidade ou a necessidade da adequação de nossas leis à realidade ecológica brasileira, a qual se revelou em razão daquela conferência. Nossa responsabilidade é grande neste sentido, pois, recebendo e hospedando o evento, não podemos nos esquecer dos seus resultados, tornando-os uma prática no Brasil, ainda que por força de leis a serem urgentemente editadas...



RITA CAMATA

(Rio 92 – Avaliação do papel do Parlamento brasileiro na construção de uma política ambiental consentânea com as decisões da conferência)

Importância da Conferencia Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Brasília, Distrito Federal e da Ação Parlamentar para a Implantação de Objetivos traçados na Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão 07/12/1992 – DCD 08/12/1992, p. 26135

A Sra. Rita Camata (PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme bem lembra Diogo de Figueiredo Moreira Neto, este final de século e de milênio há de marcar um fascinante câmbio de prioridade política no Direito, pois “a consolidação vitoriosa do ideal de legalidade já é uma conquista irredutível da humanidade”. Voltam-se agora todo o desvelo e esforço para “a afirmação jurídica do ideal de legitimidade”.

Neste contexto de busca de consolidação da legitimidade, assume particular importância o papel a ser desempenhado pelos parlamentos, que não se limita à elaboração de leis e atos normativos.

Sabido é que “em cada um dos estádios associativos, os hábitos geram costumes, e esses, instituições sociais; mas, apenas quando o

grupo toma consciência de si próprio eclode a ideia social de poder: não mais como um instrumento individual e egoísta do mais apto, mas como um instrumento social de vocação, meta individual”.

“É nessa altura” – ressalta Diogo de Figueiredo Moreira Neto – “que as instituições se diferenciam para canalizar o poder de direção do grupo e se apresentam como instituições políticas”. E alerta: “O poder, extremamente difuso na comunidade, eventualmente ganha personalização num patriarca, num cacique ou num pajé, mas somente na sociedade começa a transcender da concentração em pessoas para uma, concentração em instituições. Nessa passagem, do poder personalizado para o poder institucionalizado, ele se aperfeiçoa enquanto instrumento, vocacionado a servir não mais a uma vontade individual, mas a uma ideia”.

Vivemos, certamente, um momento histórico em que a discussão, a troca, a procura de soluções ganham importância, havendo uma valorização dos parlamentos como veículos para a resolução de problemas e como instrumentos de consenso, após a análise das ideias surgidas do entrelaço social.

Assume, assim, importância particular a Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento recentemente realizada nesta cidade.

Dela participaram representações de 49 países e, dentre as afirmações que constam de seu documento final, é reconhecido o fato de que, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, procurou-se algo além de simplesmente redirecionar setores da atividade econômica ou produzir soluções temporárias – tentou-se, ao contrário, redefinir a noção de desenvolvimento, sedimentando-a em uma base de racionalidade, solidariedade e equidade, como caminho para garantir a sustentabilidade da existência humana e condições de vida adequada para todos.

É conhecido o fato de que os produtos da Conferência do Rio emergiram sem que houvesse contribuição direta dos parlamentos do mundo. À medida que começa a implementar os resultados daquela Conferência, é, todavia, indispensável a ação desses parlamentos, não como um requisito meramente legal ou estatutário, mas também para preencher os vazios, solucionar conflitos e para conferir aos resultados

da Conferência a necessária dimensão prática, traçando-se as políticas de ação locais, com o aval do Poder Legislativo.

A ação dos parlamentos deverá, pois, dar continuidade ao processo iniciado no Rio, através de duas linhas principais de ação:

- » assegurando-se, primeiramente, de que resultados primários surjam nas esferas nacionais, estabelecendo-se políticas de ação capazes de gerar bens locais e de contribuir para um efeito global cumulativo;
- » certificando-se, em segundo lugar, de que as posições e programas apoiados pelos diferentes governos possam alicerçar desenvolvimento sustentado no mundo todo, minimizando tanto a miséria quanto o desperdício.

Estes aspectos são particularmente exemplificativos se considerarmos as disparidades hoje existentes no planeta, em que 25% das nações mais ricas detêm 75% da renda mundial. No item 5 do documento final, textualmente está declarado que “os parlamentares são os condutores ou depositários da legitimação política da ação social e por estarem imbuídos desta responsabilidade vital serão os primeiros a serem cobrados, pelo sucesso ou fracasso em se

atingir o desenvolvimento sustentável”, tanto pelas presentes como pelas futuras gerações.

Dentre as conclusões relativas à ação prática a ser desenvolvida por parlamentos e parlamentares, em nível nacional, cumpre destacarmos os seguintes itens:

1. responsabilizaram-se os parlamentos e parlamentares presentes em desenvolver gestões, no sentido de que os governos que não assinaram, até o momento, as Convenções de Biodiversidade e de Mudanças Climáticas, façam-no sem maiores delongas;
2. comprometeram-se, igualmente, a estimular os diferentes governos a ratificar ou aderir aos outros tratados regionais e globais que se relacionem à proteção ambiental e desenvolvimento sustentáveis, tais como a Convenção sobre Direito do Mar; a Convenção de Basileia a respeito do Controle Transfronteiriço de Substâncias Perigosas e sua Disposição; a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, bem como o Protocolo de Montreal de 1990 e suas emendas subsequentes;
3. firmaram também o compromisso de ratificar as legislações ambientais locais



aplicando as normas existentes que sejam adequadas, ou, se for o caso, revisando-as e emendando o que estiver inadequado, coordenando-as com os compromissos contidos na Agenda 21 e demais documentos correlatos.

Neste ponto, necessário é enfatizar-se a função fiscalizadora dos parlamentos; temos, por exemplo, no Brasil, um sem-número de boas leis que não descem à prática, por falta de convicção e fiscalização da ação executiva.

Necessário é, assim, que desempenhemos nosso papel de agentes conscientizadores e concretizadores do dever-ser que a legislação encerra, provocando o aprimoramento do debate e da cidadania, com a consequente melhoria da eficácia administrativo-ambiental.

Como integrante da delegação brasileira, estamos providenciando cópias em português do documento final, para serem encaminhadas a todos os colegas.

Sugerimos, para próximo ano, que sejam aprofundados neste Parlamento os estudos relativos às conclusões das conferências que aconteceram neste ano, tendo-se presente o fato de que o direito ao ambiente equilibrado antecede a todos os demais direitos conferidos aos

seres humanos – já que a renda e condições materiais dos mais afortunados permitem-lhes fugir dos ambientes pobres e das áreas degradadas para viver e educar suas famílias em ambientes sadios onde não seja hipotecada a saúde de seus filhos ou dos seus netos e bisnetos lembremo-nos de que os efeitos mutagênicos e teratogênicos perpassam gerações.

É importante refletirmos em profundidade a respeito das palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas ao encerrar a Conferência do Rio:

“Temos à nossa frente o grande canteiro de obras planetário. Conquanto o nível de engajamento não seja comparável à extensão e à gravidade dos problemas globais, é um momento que serve aos processos de conscientização, de tomada de decisões e que deu lugar à mobilização.

A primeira conquista do Rio é a forte ligação que solidamente se estabeleceu entre duas palavras de ordem: o desenvolvimento planetário e a proteção ambiental. A segunda aquisição da Conferência é iluminar nossa estrada com uma luz diferente, que já denominamos “o espírito do Rio”. Dele fazem parte três estratos:

uma dimensão intelectual, aquela da coerência; uma dimensão econômica, aquela do desenvolvimento planetário; e, finalmente, uma dimensão política, que é o sentido da perenidade, ou seja, a responsabilidade. Senhoras e Senhores, a estrada está traçada. Não é o momento de repousar, pois há tudo a fazer. Hoje é o homem um destruidor formidável: à custa de seu peso sobre a terra e de destruir a vida à sua volta, vem colocando em risco sua própria vida. A Terra tem uma lamã. Reencontrá-la, ressuscitá-la, tal é a essência do espírito do Rio.”

É vital, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que aprofundemos nosso estudo e nosso conhecimento relativamente ao problema ambiental, do qual a saúde é o retrato fiel. Apenas assim teremos base para formular nossas críticas

Precisamos conscientizarmo-nos de que não somos representantes apenas de um segmento social em um determinado local do Brasil – somos artífices do presente e do futuro da Nação brasileira.

Era o que tínhamos a dizer.





SARNEY FILHO

(A Legislação ambiental brasileira e o Congresso Nacional)

A legislação ambiental brasileira: tendências atuais e o papel do Congresso Nacional.

Sessão 04/08/1995 – DCD 05/08/1995, p. 16325

O Sr. Sarney Filho (Bloco/PFL-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou utilizar este precioso espaço parlamentar que é o Grande Expediente para falar a respeito da questão ambiental. Faço-o não somente por ser talvez um dos mais antigos batalhadores da causa aqui, tendo sido o primeiro signatário do requerimento para a criação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, em 1983, como também por ser agora, o Presidente dessa Comissão.

Considero extremamente oportuno o enfoque ambiental, uma questão cada vez mais relevante dentro do nosso Congresso, como já o é nos países desenvolvidos e para os organismos internacionais.

Se olharmos retrospectivamente, seremos compelidos a reconhecer que o tratamento

dado à questão ambiental evoluiu muito nas últimas três décadas, com reflexos evidentes na esfera legislativa.

O movimento ambientalista, nas décadas de 60 e 70, foi marcado, pode-se dizer, pela denúncia e pelas profecias apocalípticas sobre o futuro da humanidade. As preocupações, especialmente nos países mais industrializados, dirigiam-se sobretudo para os problemas da poluição e do explosivo crescimento populacional.

Com a evolução dos acontecimentos e o amadurecimento das discussões, aquelas atitudes cederam lugar a posturas mais propositivas e realistas que, respeitando as estruturas culturais, políticas e econômicas existentes, vêm procurando negociar, de forma gradativa mas segura, a transição para uma sociedade sustentável.

O primeiro momento-chave nesse processo de consolidação do movimento ambientalista e de uma postura mais pragmática foi sem dúvida a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, então denominada Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972.

A partir de Estocolmo começou a ser construído o conceito de desenvolvimento sustentável

que, duas décadas depois, foi definitivamente consagrado na Conferência do Rio de Janeiro, a Rio 92. Nesse processo, os países em desenvolvimento desempenharam um papel fundamental, deslocando as atenções, então exclusivamente voltadas para os problemas causados pela afluência, para a questão da pobreza e do desenvolvimento.

As primeiras medidas na área legislativa, acompanhando a evolução histórica do movimento ambiental, foram dirigidas para o controle da poluição, com o estabelecimento de padrões e normas de qualidade de efluentes, e para a proibição, no campo da exploração agrícola, florestal, mineral e outros recursos naturais, de atividades consideradas degradadoras do meio ambiente.

No Brasil, a partir de meados da década de 60 e especialmente nos últimos quinze anos, assistimos a aprovação de uma série de leis ambientais, inclusive com a especial dedicação ao tema de um Capítulo na Constituição Federal. A legislação ambiental brasileira é abrangente e vem desempenhando um papel fundamental na proteção da natureza e da qualidade ambiental. Não se pode, todavia, ignorar as crescentes dificuldades enfrentadas pelos poderes

públicos e pela própria sociedade para a aplicação efetiva dessas leis.

Reconhece-se amplamente hoje que a melhor forma de se proteger o meio ambiente é prevenindo sua degradação. Recuperar os ambientes degradados é, em regras, mais custoso e, o que é pior, nem sempre possível, já que os danos são muitas vezes irreversíveis. Além disso, a experiência vem demonstrando, especialmente na área industrial, que a adoção de princípios ecológicos, como a reciclagem e a conservação de energia, ao mesmo tempo em que reduz os impactos negativos sobre o meio ambiente, proporciona ganhos significativos em termos de custos de produção, produtividade e qualidade dos artigos produzidos. A adoção de uma postura preventiva em termos ambientais é seguramente o melhor e, em muitos casos, o único caminho para assegurar um meio ambiente sadio.

Ocorre, todavia, que a legislação ambiental brasileira, à semelhança, na verdade, do que se observa em todo o mundo, é predominantemente restritiva, proibitiva e policial. Esse tipo de lei cuida, em geral, dos efeitos e não das causas dos danos ambientais. O aparato institucional, nas esferas administrativa e judicial,

na maioria das vezes, só é mobilizado depois que as águas já foram poluídas, as matas desmatadas, o solo contaminado.

As dificuldades não terminam aí. É sabido que as principais leis ambientais do País são federais. Isto não seria, em princípio, um problema, se esses documentos se limitassem a estabelecer normas gerais, como, a propósito, estabelece a Constituição Federal para as situações em que compete à União, aos Estados e aos Municípios legislar concorrentemente, como é o caso da área ambiental. O que se observa atualmente, entretanto, é o oposto, consequência talvez de uma excessiva vocação centralizadora do Governo Federal, aliada ao despreparo da maior parte dos Estados e Municípios brasileiros para legislar e implementar uma política ambiental consistente. O resultado é que a imposição de regras minuciosas, elaboradas na Capital Federal, em todo o território nacional, marcado, como sabemos, por uma imensurável diversidade física, cultural e econômica, gera conflitos crônicos e insolúveis.

Além disso, a legislação ambiental abrange um conjunto infindável de atividades dispersas por um território de dimensões continentais. Os órgãos ambientais não dispõem de recursos



materiais e humanos que lhes permitam cumprir suas atribuições de fiscalização e controle comum mínimo de eficácia.

O resultado é conhecido: no confronto com a realidade, as leis são simplesmente ignoradas, desacreditadas, e tomam-se letra morta. Quando muito pune-se o pequeno produtor, o caçador de subsistência, enquanto os grandes desmatadores, os grandes traficantes de espécies silvestres e mesmo aqueles que poluem em larga escala passam ao largo de qualquer constrangimento.

Prevenir significa prever e evitar. Para isso, são necessárias normas e instrumentos que estimulem o planejamento e gestão racional do ambiente, que promovam o diálogo e a participação dos interessados na busca de soluções, que assegurem a identificação precoce dos impactos negativos e a adoção de alternativas, que promovam, enfim, o que poderíamos chamar a cultura da sustentabilidade.

Nesse sentido, duas inovações relativamente recentes, em termos de instrumentos legais para a conservação e o uso sustentável do meio ambiente, merecem destaque: os estudos de impacto ambiental e o zoneamento ecológico-econômico.

Multiplicam-se no Congresso projetos condicionando a ocupação do solo e uso dos recursos naturais às normas ditadas pelos zoneamentos. O mesmo ocorre com relação aos decretos do Executivo Federal. Por exemplo, o Projeto de Lei nº 4.970, de 1985, que dispõe sobre a política florestal para a Amazônia, estabelece o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico da região e determina que “seja vedado ao Poder Público a concessão de crédito ou qualquer tipo de incentivo aos empreendimentos que não obedeceram as normas definidas no zoneamento” (art. 5º). Também o recente Decreto nº 1.282, de outubro de 1994, que, dentre outras medidas, regulamenta a exploração da Floresta Amazônica, estabelece que “somente será permitida a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo Zoneamento Ecológico Econômico para uso alternativo do solo”.

Esses dois instrumentos têm em comum o fato de que não objetivam restringir atividades, mas antes harmonizá-las com as exigências e limites impostos pelo meio ambiente, oferecendo alternativas e introduzindo mecanismos de controle. Não impõem normas gerais e inflexíveis, mas possibilitam soluções apro-

priadas à natureza do empreendimento e às características específicas do meio ambiente. Entretanto, instrumentos como os estudos de impacto ambiental e o zoneamento ecológico-econômico constituem apenas um primeiro passo no sentido da adoção de normas capazes de promover a cultura da sustentabilidade. É fundamental ir além, com a institucionalização de mecanismos que, mais do que orientar, premiem a adoção, pelos agentes econômicos, de métodos, técnicas e processos que salvaguardem o meio ambiente, vale dizer, assegurando a esses agentes maior competitividade no mercado e maiores lucros.

Em linguagem econômica, o que se pretende com esses mecanismos, que poderíamos chamar econômicos ou de mercado, é forçar a internalização dos custos ambientais, as chamadas externalidades ambientais negativas, nos custos internos de produção.

Na medida em que os custos ambientais vão sendo incorporados aos custos de produção, vai-se tornando mais lucrativo não degradar o meio ambiente. A elevação dos preços estimula uma reorganização e racionalização dos processos de produção, envolvendo a busca de matérias-primas alternativas e aplicação de

tecnologias mais eficientes. Em outras palavras, a introdução de mecanismos econômicos adequados obriga à atribuição de um preço apropriado para os recursos ambientais. Se o valor econômico do meio ambiente é contabilizado adequadamente, os bens e serviços ambientais são tratados em base de igualdade com os demais fatores de produção transacionados no mercado, o que assegura uma alocação e um uso eficiente desses recursos.

Por outro lado, a incorporação dos custos ambientais no preço dos produtos tem também o propósito de interferir nas decisões do consumidor. O aumento dos preços dos produtos ambientalmente mais nocivos envia um sinal de mercado para que se procure um substituto mais limpo. Na mesma medida em que reagirem os consumidores reagirão os produtores.

A experiência tem demonstrado que os instrumentos econômicos têm uma série de vantagens, em relação às normas ou padrões de qualidade ambiental, que é o método tradicional com o qual os governos têm tentado equilibrar os custos privados com os custos sociais. A curto prazo, em geral garantem um certo nível de melhoria ambiental a um custo social mais baixo, em função da liberdade que têm os



agentes econômicos para escolher os métodos de produção ou a tecnologia que consideram mais eficientes, e também porque o custo administrativo para os governos é menor. A diferença de custo entre regulamentações típicas e instrumentos econômicos bem concebidos pode ser, segundo alguns estudos americanos, de cinco a dez vezes.

A longo prazo, os instrumentos econômicos oferecem a empresas e pessoas um motivo permanente para fazer mais do que exigem as normas. Se as empresas pagam uma tarifa mais alta, por exemplo, por quilo de resíduo tóxico produzido, serão levadas a usar o mínimo de material tóxico possível e a pesquisar novos processos que evitem sua utilização. Isso não se aplica apenas a indústrias.

Os instrumentos econômicos apresentam várias outras virtudes. Por exemplo, podem afetar o comportamento de milhões de pessoas, o que muitas vezes é impossível através de normas. Esse feito vai tornar-se tanto mais importante quanto mais os governos se derem conta de que a deterioração do ambiente é o resultado, em grande parte, de milhões de decisões tomadas pelos mais diversos segmentos e não por umas poucas grandes empresas, facilmen-

te controláveis. Os instrumentos econômicos apresentam também uma maior flexibilidade. Para o administrador público, é frequentemente mais fácil e mais rápido modificar e ajustar uma determinada taxa ou imposto do que mudar a legislação ou um regulamento.

Finalmente, os instrumentos econômicos constituem uma fonte de recursos financeiros, que podem ser direcionada para programas especificamente ambientais ou utilizados como instrumento dentro de uma política fiscal mais ampla. É importante dizer que a cobrança pela utilização de recursos naturais ou a tributação de atividades ou produtos danosos ao meio ambiente não implica, necessariamente, um aumento da carga tributária sobre as empresas ou os consumidores. A incidência dos tributos pode ser transferida do capital e do trabalho para emissões poluentes ou para a extração de recursos naturais.

O que se observa hoje, na verdade, é que a maioria dos impostos é arrecadada sobre atividades saudáveis à economia. Os Governos obtêm receitas sacrificando algum bem-estar econômico. Em função do imposto de renda, as pessoas trabalham um pouco menos do que fariam, caso ele não existisse; em função de o

capital ser taxado, contam com um incentivo para poupar e para investir; menor do que, de outro modo, poderia haver. Calcula-se que esses efeitos do sistema tributário custa anualmente aos Estados Unidos de quatro a sete por cento do PNB.

O Sr. Sérgio Carneiro – Nobre Deputado, V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Sarney Filho – Com todo prazer, Deputado Sérgio Carneiro.

O Sr. Sérgio Carneiro – Deputado Sarney filho, não queria interromper o brilhante pronunciamento de V.Exa., mas, como membro da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Minorias, da qual V.Exa. é Presidente – e, diga-se de passagem, para testemunho deste Plenário, dirige-a muito bem quero associar – me humildemente a V.Exa. neste aparte, dizendo que a despeito de todos esses avanços registrados por V.Exa. na discussão ambiental, não só no Brasil, mas em todo mundo, poderíamos avançar ainda mais, se as pessoas tivessem consciência de que em todos os assuntos do nosso cotidiano está presente a questão ambiental. Quanto discutimos, por exemplo, nobre Deputado Sarney Filho, a questão da habitação, estamos discu-

tindo o meio ambiente, porque proliferamos, nas periferias das grandes cidades, os conjuntos habitacionais, que promovem o desmatamento de grandes áreas e as pessoas não se conta de onde vem a água para abastecer esse conjunto, e para onde vai esta água, depois de utilizada. Se falamos de educação, falamos de meio ambiente. Quando nós, que somos do Nordeste, vemos crianças, com latas na cabeça, ir buscar, a léguas de distância de sua casa, água em açudes utilizados por homens e por animais, estamos falando de meio ambiente. Quando falamos de planejamento familiar, falamos de meio ambiente, porque a explosão demográfica traz consequências graves ao meio ambiente em todo o mundo. De forma, nobre Deputado, que o parabenizo por esse pronunciamento, e contribuo, modestamente, com este aparte, fazendo estas observações, no intuito de que todos os companheiros aqui presentes possam defender em seus Estados e em suas bases este componente ambiental existente em todas as questões do cotidiano com as quais nós representantes do povo lidamos diariamente, questões que traduzimos aqui, nesta Casa, que é do povo. Mais uma vez, parabéns por seu pronunciamento,



O Sr. Sarney Filho – Deputado Sérgio Carneiro, é com muita honra e com orgulho que incorporo seu aparte ao meu pronunciamento. Prossigo, Sr. Presidente.

Os instrumentos econômicos ambientais podem incentivar a transição para uma sociedade sustentável sem comprometer as metas orçamentais do Governo e assegurando, inclusive, um maior desenvolvimento econômico.

Muitos países em todo o mundo já introduziram impostos e taxas com fins ambientais. Um levantamento detectou a existência de mais de 50 impostos ambientais, inclusive impostos sobre a poluição do ar e da água, lixo e barulho, assim como várias tarifas sobre produtos tais como fertilizantes e baterias.

No Reino Unido, um imposto maior sobre a gasolina com chumbo aumentou a participação da gasolina sem chumbo de 4% em abril de 1989 para 30% em março de 1990. E no fim de 1989 o Congresso dos EUA aprovou um imposto sobre a venda de clorofluorcarbonos (CFC), destruidores da camada de ozônio, para acelerar o fim gradativo da sua fabricação, que os americanos decidiram interromper completamente em tomo do ano 2000. Durante os pri-

meiros cinco anos espera-se uma arrecadação de 4,3 bilhões de dólares.

A Itália criou taxa de 10 centavos de dólar sobre sacos plásticos, o que provocou uma queda de 40% no seu consumo. A Dinamarca introduziu um imposto sobre pesticidas vendidos em pequenas embalagens, uma vez que essas e seus conteúdos tóxicos tendem a terminar nos cestos de lixo domésticos. A Finlândia introduziu um imposto sobre os navios petroleiros de caso simples que aportam no País, pois esses petroleiros são mais susceptíveis a vazamentos se vierem a encalhar.

A Itália gostaria de aumentar substancialmente suas tarifas de desembarque pelo barulho das aeronaves e tributa as fazendas que possuem mais de duzentos porcos mas não dispõe de instalações para o tratamento de lixo. A Dinamarca planeja multiplicar por dez sua taxação de matéria-prima e triplicar a atual do lixo, duas medidas que visam economizar a escassez de terrenos para aterros sanitários. Tanto Cingapura como Oslo cobram pedágios de carros que entram no centro da cidade.

Mais de uma dúzia de nações industrializadas planejam, atualmente, reduzir suas emissões de dióxido de carbono. Uma das medidas pro-

váveis é a taxação do carbono contido no carvão, petróleo e gás natural. Os impostos sobre o carbono foram colocados em prática na Finlândia e nos Países Baixos, no Começo de 1990; e a Suécia começou a cobrá-los a partir de 1991. No final de 1990, os 12 ministros do meio ambiente da Comunidade Europeia (CE) reuniram-se em Roma para discutir a possibilidade de estabelecer impostos ambientais para toda Comunidade. Não foi alcançado um acordo, mas o encontro assegurou a inclusão dos impostos ambientais na agenda política da Europa.

Nos Estados Unidos, muitos impostos energéticos foram propostos, incluindo maiores taxações sobre a gasolina, novas taxas sobre o petróleo importado e impostos sobre o conteúdo de carbono dos combustíveis fósseis. Entre esses, os impostos incidentes sobre o carvão na mina, sobre o petróleo no campo de poços ou terminal de descarga e sobre o gás natural na fonte são os que mais eficientemente devem reduzir as emissões de carbono.

Um estudo americano de agosto de 1990 examinou o efeito da criação de um imposto sobre o carbono durante a década seguinte, começando com 11 dólares por toneladas de carbono em 1991 e aumentando para 110 dólares por toneladas no

ano 2000. Quando completamente implementado, o imposto poderia gerar 120 bilhões de dólares em receitas volume equivalente a 30% da receita federal de Impostos de Renda individuais em 1988. As emissões de carbono poderiam ser 37% menores do que as agora projetadas para o ano 2000, enquanto a eficiência energética do País melhoraria em cerca de 23%.

Um grupo de pesquisadores alemães propôs um conjunto variado de impostos que teria coletivamente arrecadado mais de 136 bilhões de dólares.

É essencial enfatizar que a adoção de instrumentos econômicos não proporcione benefícios apenas ambientais, mas também, o que é particularmente importante, econômicos.

O que se pode constatar hoje é que muitas das firmas que há dez ou quinze anos formaram equipes para pesquisar e desenvolver tecnologia inovadas, a fim de se ajustarem aos novos padrões ambientais, estão atualmente entre as mais competitivas em seus campos, tanto no plano nacional quanto no internacional.

A maior eficiência e produtividade industrial induzida pelas políticas ambientais não produz efeitos apenas no ambiente de cada uma



das empresas. Esses efeitos somados impõem mudanças em escala nacional. É natural imaginar, sobretudo tendo em vista experiências passadas, que o crescimento industrial se faça acompanhar de aumentos correspondentes no consumo de energia e matéria-prima. Nos últimos dois decênios, porém, esses previsível padrão parece ter mudado radicalmente. À medida que as economias desenvolvidas foram crescendo, a demanda de matéria básicos, inclusive água e energia, foram-se estabilizando; em certos casos, chegaram mesmo a declinar, em termos absolutos.

As duas altas dos preços do petróleo dos anos 70 obrigaram muitos países a pouparem dinheiro com medidas de conservação, de busca de outros combustíveis e de aumento do rendimento energético global. Tais fatos demonstraram a importância das políticas de fixação de preços de energia, que levam em conta os estoques atuais, os índices de esgotamento, a disponibilidade de substitutos e qualquer dano ambiental associado à extração ou ao processamento. Também revelaram o potencial das políticas de preços semelhantes para outras matérias-primas.

A explicação para os efeitos positivos das políticas ambientais sobre a rentabilidade das empresas é na verdade bastante simples: a poluição é uma forma de desperdício e um sintoma de ineficiência industrial. Os resíduos, lixo, os efluentes, são um guia seguro para identificar onde e em que medida uma empresa precisa interferir para aumentar sua eficiência econômica.

Um sinal marcante do consenso que começa a se formar em torno da importância da adoção de instrumentos econômicos ambientais são os documentos assinados durante a Eco 92.

Especialmente importante é a Declaração do Rio de Janeiro, que estabelece, no seu Princípio nº 16, o seguinte: “As autoridades nacionais devem esforçar-se para promover a internalização dos custos de proteção do meio ambiente e o uso de instrumentos econômicos, levando-se em conta o conceito de que o poluidor deve, em princípio, assumir o custo da poluição, tendo em vista o interesse do público, sem desvirtuar o comércio e os investimentos internacionais”.

Seguindo esta orientação, a Carta de Princípios sobre Florestas diz que “a incorporação dos custos e benefícios ambientais nas forças

e mecanismos de mercado, com o fim de alcançar a conservação e o uso sustentável das florestas, deve ser encorajada doméstica e internacionalmente” e “Políticas adequadas, dirigidas ao manejo, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas, incluindo, quando for apropriado, incentivos, devem ser encorajados”. (Princípio 13, alíneas c e d).

A Convenção sobre Diversidade Biológica, no art. 11. que trata de “Incentivos”, recomenda que: “Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso, adotar medidas econômicas e socialmente racionais que sirvam de incentivos à conservação e utilização sustentável de componentes da diversidade biológica”.

Também a Agenda 21 recomenda a cobrança pela utilização do recurso hídrico, levando-se em conta o seu custo marginal.

No Brasil, a utilização de instrumentos econômicos como um mecanismo de política ambiental ainda é incipiente. Não obstante, o princípio está, desde há muito, presente na legislação nacional.

O Código Civil estabelece que o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, o que autoriza, portanto, a cobrança

por sua utilização. A remuneração pela utilização dos recursos hídricos consta do Código de Águas de 1934. O princípio é tradicional no campo da irrigação e vem-se estendendo a outros setores envolvidos no uso das águas.

Mais recentemente, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, afirma como um dos seus objetivos “a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e indenizar os danos causados e, ao usuário da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”. (Art. 4º, inciso VII).

O princípio da cobrança pela utilização de recursos hídricos foi introduzido nas Constituições de São Paulo, Rio de Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas e do Mato Grosso, encontrando-se em curso, em alguns casos, leis regulamentadoras.

Finalmente, é importante dizer que os mecanismos econômicos para a promoção da sustentabilidade não se limitam a impostos e taxas. Há um amplo espaço para o desenvolvimento de instrumentos inovadores. Nesse sentido, merece citação o sistema, introduzido no Paraná e, salvo engano, também no Estado de São Paulo, de compensação financeira dos



Municípios que abrigam em seu perímetro unidades de conservação, mediante uma porcentagem maior dos recursos gerados pelo ICMS. Essas áreas protegidas são, muitas vezes, criadas para beneficiar toda uma região, em prejuízo relativo dos Municípios atingidos, isto é, os da proteção, em termos de restrições ao uso dos recursos naturais, são desigualmente distribuídos. Com o ICMS ecológico, muitos Municípios tiveram um aumento sensível na sua receita. Esse mecanismo, além de dar maior legitimidade às áreas já existentes, estimula sua manutenção e a criação de outras novas. Com esse mesmo propósito está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 127/92 propondo a criação de uma reserva dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios destinada aos Municípios que abrigam em seus territórios áreas naturais protegidas.

Outros exemplos de propostas criativas são as Reservas Particulares do Patrimônio Nacional, que, como o nome indica, são criadas por iniciativa dos proprietários privados e estão isentas do pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR; o selo verde, para identificar produtos fabricados dentro de padrões ambientais; as au-

ditorias ambientais periódicas; e os certificados de qualidade ambiental, como ISO 14000.

A respeito disso, Sr. Presidente, na próxima terça-feira, o Ministério do Meio Ambiente estará promovendo um seminário sobre a implantação do ISO 14000; é um encontro muito importante e será aberto não somente aos membros da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, mas também a todos os Deputados interessados nesse selo padrão-qualidade, que, certamente, dentro em breve, será obrigatório para que qualquer produto possa ser vendido internacionalmente. A despeito dessas iniciativas, porém a verdade é que todo o trabalho nesta área está ainda por ser feito. Sr. Presidente, gostaria, se tivesse tempo – mas não tenho – de citar o que a Comissão de Defesa do Meio Ambiente e do Consumidor tem feito a esse respeito.

Só para ilustrar, Sr. Presidente, tivemos 43 reuniões de audiência pública para discutir recursos hídricos, política educacional e ambiental, Mata Atlântica, enfim, fizemos um trabalho que certamente dará uma valiosa contribuição ao aperfeiçoamento de nossa legislação, apontando caminhos para essa complexa causa ambiental.

Em questões novas e promissoras, como a do pagamento de royalties pelo uso de recursos genéticos, nos quais somos particularmente ricos, ou pelo uso do conhecimento acumulado pelas populações tradicionais, com base no princípio do direito de propriedade, pouco se fez em todo o mundo.

Há, portanto, um longo caminho a percorrer nesta que, no meu entender é a direção que deverá ser trilhada pelo trabalho legislativo nas próximas décadas. Essa é uma obra coletiva, que vai demandar a colaboração de todos os setores da sociedade, incluindo Parlamentares, técnicos e peritos das mais diversas áreas, órgãos de governo e entidades privadas, empresários, organizações não-governamentais, e a população em geral.

Nesse processo, estamos convencidos de que o Congresso Nacional, palco por excelência do debate e escolha dos rumos do País, saberá cumprir com o seu fundamental papel na defesa do direito, das atuais e futuras gerações, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.





CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RIO+10





DISCURSOS DE DEPUTADOS – PLENÁRIO



LUIZ RIBEIRO

(Rio+10 – Participação do Brasil)

Elogio ao Ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, pela realização de reuniões prévias de preparação da Cúpula Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio+10).

Sessão 15/05/2002 – DCD 16/05/2002

O Sr. Luiz Ribeiro (PSDB-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna destacar a participação do Brasil nas reuniões prévias de preparação para a Cúpula Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que será realizada de 26 de agosto a 4 de setembro em Johannesburg, África do Sul, com representantes do mundo todo, para avaliar os resultados obtidos na Eco 92.

Em outubro de 2001 foi realizado, no Rio de Janeiro, o XIII Fórum dos Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe. No encontro, o então Ministro Sarney Filho enfatizou a indiferença dos países industrializados aos compromissos assumidos para a sustentabilidade do planeta e ainda o compromisso destes

com o mundo ante os impactos ambientais que suas economias têm causado. Destacou ainda que deve ser cobrado dos países do Primeiro Mundo o cumprimento das ações tratadas e acertadas na Eco 92, como o desconto de parte da dívida externa dos países em desenvolvimento que investirem em meio ambiente e o repasse de, pelo menos, 0,7% do PIB dos países desenvolvidos para projetos ambientais. Quase nada foi realizado, ficando apenas no papel.

Na reunião, ficou acertado que países latinos e caribenhos abordarão, em Johannesburgo, os seguintes temas: conversão em projetos de meio ambiente das dívidas externas dos países em desenvolvimento; conservação e uso sustentável da biodiversidade; mudanças climáticas; adesão de todos os países ao Protocolo de Kyoto; Agenda 21; entre outros pontos.

Com a saída de Sarney Filho, o Ministro José Carlos Carvalho tem dado continuidade aos trabalhos de discussão para a Rio+10 de forma clara e objetiva. Em reunião com o representante da União Europeia, para discutir a agenda da reunião da cúpula, o Vice-Primeiro-Ministro britânico não gostou do que ouviu e discordou do representante europeu. O objetivo dos países desenvolvidos é priorizar as

discussões sobre o combate à pobreza. Para o Ministro do Meio Ambiente, a ênfase no combate à pobreza desvia o foco do debate sobre os padrões de produção e de consumo das economias industrializadas, principal causa da poluição ambiental em escala planetária. Para S.Exa., a pobreza será discutida no contexto do desenvolvimento sustentável e não no modelo clássico da filantropia internacional.

Realiza-se nesta quarta-feira, dia 15, no Memorial da América Latina, em São Paulo, com a participação do Ministro José Carlos Carvalho, a 7ª Reunião do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, para a definição da posição conjunta de desenvolvimento sustentável destes países a ser apresentada no evento Rio+10.

Era o que tinha a dizer.



EDINHO BEZ

(Rio+10 – Conexão entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a responsabilidade social)

Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente – 5 de junho. Importância da conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental. Realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul.

Sessão 04/06/2002 – DCD 05/06/2002, p. 28418

O Sr. Edinho Bez (PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a natureza e a

persona humana são os dois maiores bens que Deus, na sua infinita bondade, dispôs sobre a terra. É interessante observar que um depende do outro e que ambos, com a balança ajustada, são capazes de propiciar a continuidade da vida neste fabuloso planeta, num convívio pacífico.

Se os dois são produtivos num campo harmônico e conduzem seus próprios interesses; num trabalho transparente e integrado, ganham o desenvolvimento dos países e, sobretudo, a paz mundial.

O Brasil tem 5,5 milhões de quilômetros quadrados de florestas tropicais, com a maior riqueza de biodiversidade do planeta. Tem 12% do volume de água doce do mundo e infinitos

valores farmacológicos, biológicos e genéticos que constituem um valioso patrimônio para nós e os nossos descendentes. Calcula-se que o mercado mundial de produtos biotecnológicos gera cerca de US\$ 600 bilhões por ano; que 25% dos medicamentos receitados pelos médicos são encontrados nos vegetais; e que o setor florestal movimentava algo em torno de US\$ 400 bilhões anualmente, gerando 60 milhões de empregos.

A sociedade mundial tem uma triste história secular que registra a ação predatória na natureza executada pelo ser humano. Em vários países existem regiões que foram demolidas, extintas e abandonadas pela autodestruição do homem, que não teve o zelo de conservar seu próprio meio ambiente.

Desde a época colonial, houve o desmatamento de nossas florestas, poluição dos rios, excessiva exploração dos minerais, erosão de terras agricultáveis, contaminação dos solos, secas devastadoras e grandes enchentes.

O tempo passou e os problemas ambientais continuam a existir, mas a população começou a tomar consciência de que ela também é responsável por esse desastre, e não só pode como deve participar da recuperação do seu

próprio habitat, buscando a melhoria da qualidade de vida na terra.

Não é fácil balancear os interesses da economia e os da ecologia. Os primeiros preocupam-se com os resultados econômicos da utilização dos recursos naturais e os segundos dedicam-se a estudar e resguardar a natureza para que as gerações futuras possam subsistir neste planeta. Acredito que um pode cooperar com o outro e que os dois encontrem soluções apropriadas, numa moderada convivência, para que as pessoas desfrutem de todos os benefícios que a ciência e a tecnologia colocam à disposição da humanidade.

Pensando assim, uma nova situação foi criada: os negócios doravante serão desenvolvidos com preocupações ambientais crescentes e com responsabilidade social. Nota-se que antes os compradores escolhiam preços baixos, qualidade, e conferiam prazos de validade; atualmente, querem mais: exigem produtos ecologicamente adequados. Esse é o novo perfil do consumidor que deseja contribuir para a preservação do nosso meio ambiente.

É importante comentar os atuais problemas ambientais que estão preocupando a comuni-

dade estudiosa e a população: a água, a poluição, o lixo e o clima.

O Brasil é um país privilegiado por sua imensa variedade de córregos, riachos, rios, lagoas e cachoeiras, que são utilizados no abastecimento, na irrigação, na pesca, na navegação e na geração de energia. A água faz parte essencial de nossas vidas, é a seiva do nosso planeta. Sem ela não podemos conceber como seriam a atmosfera, o clima, a vegetação, a agricultura e a indústria. Para conseguir água potável é necessário captação, investimento, tratamento e distribuição; por isso deve ser manipulada com racionalidade e precaução. Se, por uma lado, ela é uma herança de nossos predecessores, ela será um empréstimo aos nossos sucessores. Assim a sua utilização e gestão necessitam de planejamento que leve em conta a solidariedade e o consenso, em razão da distribuição desigual sobre a terra.

Quanto à poluição, deve-se analisá-la como um fator que contamina o ar, a água, o solo e os cinco sentidos do ser humano, sendo capaz de provocar enfermidades e até mesmo a morte dos animais e dos vegetais. Ela pode ser a mãe das crises no futuro, caso não sejam tomadas providências adequadas. Poluentes

como os pesticidas, fertilizantes, dejetos industriais e metais pesados ameaçam as águas subterrâneas e os solos dos países em desenvolvimento. As indústrias da construção civil, plástico, alumínio, vidro, papel e de embalagens estão preocupadas com seus produtos e subprodutos, que podem aumentar os índices de poluição que danificam o ambiente.

Existe no Brasil uma séria discussão: o destino de 250 mil toneladas de lixo domiciliar e industrial e de 4 mil toneladas de resíduos produzidos pelos serviços de saúde, que são coletadas a cada dia, com materiais patogênicos – capazes de transmitir doenças, químicos – potencialmente tóxicos e radiativos. O lixo consome de 7 a 10% do orçamento dos Municípios. Quase todos esses produtos perigosos estão sendo despejados no ambiente sem tratamento adequado, muitas vezes sem nenhum tratamento, por causa da dificuldade financeira das Prefeituras. Existem lixos orgânicos, inorgânicos, biodegradáveis, não-biodegradáveis, de decomposição rápida e decomposição lenta. Mas apenas 4% do volume do lixo brasileiro é reaproveitado. Por enquanto, a solução mais eficiente para esse problema está nos três erres: reduzir, reaproveitar e reciclar.



Quanto ao clima, a terra deve esquentar mais rápido e com consequências devastadoras nos próximos cem anos. A principal causa desse aquecimento é a emissão de gases causadores do efeito estufa, como o gás carbônico e o metano. O Protocolo de Kyoto, que o Brasil aprova, obriga todos os países poluidores a uma redução dessa emissão em 5,2% menores do que os níveis do total emitido em 1990, pois o aquecimento global começou a afetar a flora e a fauna em todo o planeta. O compromisso social das pessoas e das empresas com o meio ambiente deve ser permanente, atencioso e racional, devendo haver consciência de todos, evitando sua deteriorização.

É preciso que se dê um basta à prepotência humana, ao desrespeito para com seu próprio habitat. Preconizo a necessidade de que sejam tomadas algumas medidas: redução da emissão de gases; combustíveis a partir da biomassa; proteção contra os acidentes industriais; preservação das espécies ameaçada de extinção; estímulo ao uso de fontes de energia renováveis; incentivo aos licenciamentos ambientais; proibição das queimadas; conservação dos recursos hídricos; divulgação da defesa da ecologia nas escolas; zelo pelos resíduos sólidos;

controle dos desmatamentos; cuidados com a desertificação e incêndios florestais; incentivo à reciclagem; implantação de tecnologias de controle ambiental; apoio à expansão do uso do selo verde e manutenção de infraestrutura de visitação em nossos Parques Nacionais.

Defendo a ideia de que o desenvolvimento sustentado deve ater-se ao aproveitamento mais eficaz de recursos naturais disponíveis e à preservação do meio ambiente. Isso implica multiplicar a responsabilidade dos Governos, dos agentes econômicos e dos cidadãos na conservação do nosso habitat, com medidas preventivas, ações repressivas e atividades compartilhadas. Através desse esforço conjunto evitar-se-ia o colapso do ambiente, o que poderia propiciar verdadeiro declínio na qualidade e na perspectiva de vida da humanidade.

Tenho certeza de que o Governo Federal tem muito a relatar de construtivo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, na África do Sul, em setembro próximo, pois os pontos da Agenda 21 foram implementados com firme determinação no País. Para exemplificar, em 1997, foi instituída a destacada Lei das Águas; em 1998, a Lei do Crimes Ambientais; e entre 1994 a 2000,

os recursos para os projetos do Ministério do Meio Ambiente cresceram de R\$ 286 milhões para R\$ 1,6 bilhão. Há permanente diálogo de cooperação entre o Governo Federal e as lideranças da sociedade civil, na sua pluralidade, em torno das soluções para os desafios existentes, com estratégias de gestão, na busca da recuperação e da conservação no nosso meio ambiente, que é fonte permanente de vida.

Estamos no caminho certo, lamentando apenas alguns falsos representantes da nossa natureza, mas como disse, alguns, pois a maioria dos que têm visitado meu gabinete, aqui em Brasília, mostra seriedade, competência e comprometimento com a causa.

Era o que tinha a dizer.





NILTON CAPIXABA

(Rio+10 – Questões ambientais presentes desde a Rio 92. Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia)

Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente – 5 de junho. Realização da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul. Importância do desenvolvimento sustentável na preservação ambiental. Êxito do Zoneamento Socioeconômico Ecológico e do Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO

Sessão 11/06/2002 – DCD 12/06/2002, p. 30023

O Sr. Nilton Capixaba (PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na passagem do dia 5 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente –, não poderia deixar de fazer um chamamento à reflexão das autoridades de Rondônia: Governador, Secretários de Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, sociedade civil organizada, organizações não-governamentais e, de modo especial, produtores de Rondônia.

Nada melhor me ocorreu do que transcrever em meu discurso trechos selecionados da introdução do Relatório Brundtland, documento básico da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente – Rio 92.

Quando se avizinha a realização, em Johannesburgo, da Rio+10, continua oportuna e da maior

correção a releitura do documento da ex-Ministra Gro Harlem Brundtland, que é verdadeira expressão dos riscos que representam o modo de vida dos povos ricos para a vida da Terra.

Os que buscam o êxito e sinais de esperanças podem encontrar muitos: a mortalidade infantil está em queda; a expectativa de vida humana vem aumentando; o percentual de adultos, no mundo, que sabem ler e escrever está em ascensão; o percentual de crianças que ingressam na escola está subindo; e a produção de alimentos aumenta mais depressa que a população.

No tocante ao desenvolvimento, há, em termos absolutos, mais famintos no mundo do que nunca, e seu número vem aumentando. O mesmo ocorre com o número de analfabetos, com o número dos que não dispõem de água e moradia de boa qualidade e nem de lenha e carvão para cozinhar e se aquecer. Amplia-se, em vez de diminuir, o fosso entre as nações ricas e pobres, dadas as circunstâncias atuais e as disposições institucionais. E há poucas perspectivas de que essa tendência se inverta.

Os governos e as instituições multilaterais tornaram-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões

relativas ao meio ambiente. Muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional.

Tais preocupações levaram a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU a criar, em 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Comissão é um organismo independente, vinculado aos governos e ao sistema das Nações Unidas, mas não sujeito a seu controle.

As atribuições da Comissão têm três objetivos: reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento e formular propostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido das mudanças necessárias; dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos maior com-

preensão desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até recentemente o planeta era um grande mundo no qual as atividades humanas e seus efeitos estavam nitidamente confinados em nações, setores (energia, agricultura, comércio) e amplas áreas de interesse (ambiental, econômico, social). Esses compartimentos começaram a se diluir. Isso se aplica em particular às várias “crises” globais que preocuparam a todos, sobretudo nos últimos dez anos. Não são crises isoladas: uma crise ambiental, uma do desenvolvimento, uma crise energética. São uma só crise.

Nos últimos decênios, surgiram no mundo em desenvolvimento problemas ambientais que põem em risco a vida. O número crescente de agricultores e de sem-terras vem gerando pressões nas áreas rurais. As cidades se enchem de gente, carros, fábricas. E no entanto esses países em desenvolvimento têm de atuar num contexto em que se amplia o fosso entre a maioria das nações industrializadas e em desenvolvimento, em matéria de recursos, em que o mundo industrializado impõe as normas que regem as principais organizações internacionais e em que esse mundo industrializado já

usou uma grande parte do capital ecológico do planeta. Essa desigualdade é o maior problema “ambiental” da Terra. É também seu maior problema de “desenvolvimento”.

A recente crise africana ilustra bem, de modo bastante trágico, como a economia e a ecologia podem interagir de forma destrutiva e precipitar o desastre. Essa crise, desencadeada pela seca, tem causas reais mais profundas, em parte nas políticas nacionais que dispensaram pouquíssima atenção – e mesmo assim demasiado tarde – às necessidades da agricultura de pequena escala e aos riscos inerentes a rápidos aumentos populacionais. As raízes da crise estendem-se também a um sistema econômico mundial que retira de um continente pobre mais do que lhe dá. Não podendo pagar suas dívidas, as nações africanas que dependem da venda de produtos primários veem-se obrigadas a superexplorar seus solos frágeis, transformando assim terras boas em desertos.

Por causa das barreiras comerciais impostas pelos países ricos – e por muitos países em desenvolvimento –, os africanos têm dificuldades de vender seus produtos a preços razoáveis, o que pressiona ainda mais os sistemas ecológicos.



Devido à “crise da dívida” da América Latina, os recursos naturais dessa região estão sendo usados não para o desenvolvimento, mas para cumprir as obrigações financeiras contraídas com os credores estrangeiros.

Esse enfoque do problema da dívida é insensato sob vários aspectos: econômico, político e ambiental. Exige que países relativamente pobres aceitem o aumento da pobreza, ao mesmo tempo em que exportam quantidades cada vez maiores de recursos escassos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ela atenda às necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, que podem ser geridas e aprimoradas, a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico.

Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a pobreza generalizada não é apenas um mal em si. Para haver de-

envolvimento sustentável é preciso atender às necessidades básicas de todos e dar-lhes a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor. Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes ecológicas ou de outra natureza.

Para que haja desenvolvimento global sustentável é necessário que os mais ricos adotem estilos de vida compatíveis com os recursos ecológicos do planeta – quanto ao consumo de energia, por exemplo. Além disso, o rápido aumento populacional pode intensificar a pressão sobre os recursos e retardar qualquer elevação dos padrões de vida. Portanto, só se pode buscar o desenvolvimento sustentável se o tamanho e o aumento da população estiverem em harmonia com o potencial produtivo cambiante dos ecossistemas.

Afinal, o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Sabemos que não é um processo fácil, sem tropeços. Escolhas difíceis terão de ser feitas. Assim, em

última análise, o desenvolvimento sustentável depende de empenho político.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, empenho político ou vontade política é um ingrediente que parece ter faltado mais nos países dos continentes desenvolvidos – Europa e América do Norte – do que na América Latina, na Ásia e na África, para apresentarem na Reunião de Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+10, a realizar-se em agosto de 2002, na cidade de Johannesburgo, África do Sul.

É sabido que o mundo é dividido em países com grande riqueza biológica e relativamente pouca tecnologia própria e países com pouca riqueza biológica e muita riqueza tecnológica. Isso corresponde ao que a mídia convencionou chamar o Sul versus o Norte, ou o grupo dos 77 países mais a China versus o grupo dos oito países mais desenvolvidos. Ou seja, os pobres têm biodiversidade e os ricos têm patentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, até 1992 a biodiversidade, a grande riqueza do Sul, era considerada patrimônio da humanidade, de acesso livre, enquanto o acesso a processos ou produtos patenteados – do Norte – era pago.

A revolução da convenção de 1992 consiste no fato de que nela se reconheceu a soberania de cada país sobre seus recursos genéticos. A biodiversidade deixou de ser de livre acesso. Passou a ser entendida como moeda de troca por tecnologia.

O Brasil percebeu a tempo a importância estratégica da Convenção da Diversidade Biológica na sua política externa. Rapidamente foi ratificada a Convenção, embora a sua regulamentação esteja se arrastando desde a primeira proposta, apresentada há quase oito anos, pela Senadora Marina Silva, do PT do Acre.

Enquanto no sudeste asiático vários países já haviam se mobilizado, o Brasil, com certo atraso, mas com grande sucesso, vem encabeçando um bloco latino-americano e do Caribe.

Desde 2001 multiplicaram-se as reuniões de Ministros do meio ambiente. O objetivo é apresentar uma frente regional unida e mobilizada na reunião de Johannesburgo, que vai fazer, entre outras coisas, um balanço dos dez anos da Convenção da Biodiversidade, Rio 92.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável corre o risco de entrar em colapso. O WWF, juntamente com as organizações



Amigos da Terra e Greenpeace, enviou uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, em uma tentativa de salvar a reunião de Bali, que tem por objetivo decidir um formato para um acordo internacional, em relação a temas essenciais, incluindo água, energia, saúde, agricultura e biodiversidade.

“A menos que Kofi Annan interfira para aumentar a participação política antes da chegada dos ministros à reunião de Bali, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável vai acabar se tornando a Rio Menos 10, ao invés de Rio Mais 10”, disse Rémi Parmentier, diretor político do Greenpeace Internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante este dia 5, em que é celebrado o Dia Mundial do Meio Ambiente. E, graças à coincidência dos fatos, é celebrado um dia antes do dia 6 de junho, no qual foi sancionada a Lei Complementar nº 233/2000, do Zoneamento Socioeconômico Ecológico – ZSEE.

É importante que se informe à Casa que Rondônia é o único Estado brasileiro, na Amazônia, com clara preocupação ambiental, tendo fixado, pelo Decreto Estadual nº 3.782, de 14 de

junho de 1988: “... uma política de ordenamento ambiental para ocupação das terras rurais do Estado de Rondônia, segundo o ZSEE Zoneamento Socioeconômico Ecológico”.

Tal medida foi reforçada pela Lei Complementar nº 52, de 20 de dezembro de 1991, decretada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador Oswaldo Piana Filho.

Essa 1ª Aproximação foi feita com recursos modestos, quadro técnico local, liderado pelo engenheiro florestal Joel Mauro Magalhães e numa escala de detalhe de 1:1.000.000 (1 centímetro no mapa equivale a 10 quilômetros no terreno).

Diante das modificações ocorridas em Rondônia, em face das ações do homem contra as forças da natureza, houve necessidade de se fazer uma atualização do Zoneamento do Estado, com a efetivação da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico, feito via processo de licitação internacional.

O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – PLANAFLORO começou com a aprovação da Mensagem Presidencial nº 090, de 20 de março de 1990, para que fosse autorizada à República Federativa do Brasil a contratação

de crédito externo, junto ao Banco Mundial, no valor de 167 milhões de dólares, destinados ao financiamento do PLANAFLORO.

Os recursos para a execução do PLANAFLORO foram da ordem de 228,9 milhões de dólares, com a seguinte participação: recursos da União financiados pelo BIRD, US\$167,0 milhões; recursos da União (contrapartida), US\$ 31,0 milhões; recursos do Estado de Rondônia, US\$ 30,9 milhões.

A execução da 2ª Aproximação do Zoneamento, numa escala de 1:250.000 (1 centímetro no mapa = 2,5 quilômetros no terreno), foi uma das mais importantes partes integrantes do PLANAFLORO. Para a execução da 2ª Aproximação do Zoneamento foram destinados 20 milhões de dólares e despendidos esforços de uma equipe interinstitucional e interdisciplinar, por mais de seis anos.

A 2ª Aproximação, depois de concluída, foi votada e aprovada na Assembleia Legislativa Estadual e transformada em Lei Complementar nº 233/2000, de 17 de maio de 2000. A Lei Complementar foi sancionada em 6 de junho de 2000, pelo Governador José de Abreu Bianco.

No ZSEE estão destacadas 73 áreas institucionais (entre reservas biológicas, estações ecológicas, parques estaduais e nacionais, florestas de rendimento sustentável e extrativistas e, inclusive, 22 reservas indígenas), todas demarcadas e com estudos socioeconômicos efetivados. Essas áreas representam 35% dos 238 mil quilômetros quadrados da superfície do Estado.

O fato, Sr. Presidente, é que o ZSEE de Rondônia é uma inovação, uma transformação do conceito de preservação, dentro de moldes coerentes, defensáveis em qualquer lugar e a qualquer tempo: "... o Estado de Rondônia propõe-se a preservar nada menos do que 70% dos 238 mil quilômetros quadrados, e não 20%, como propõe o indicado pela Medida Provisória nº 2161 (Código Florestal).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o ZSEE de Rondônia permite a exploração maior de terras férteis e onde já existe rica infraestrutura de estradas, armazéns, serviços e o maior adensamento de propriedade e população.

É importante destacar que na Zona 1.1 de nosso Zoneamento permite-se explorar no máximo 80% da propriedade, porque não se trabalha na base da hipocrisia. Nessa Zona 1.1, como nos Estados Unidos, na Europa e em todo o



Sul e Sudeste brasileiros, já se desmataram em torno de 80%. Portanto, não adianta ali estabelecer 20% de reserva.

A proposta do Estado de Rondônia é que o Congresso Nacional aprove a reserva de 80% em toda a Amazônia, ressaltando-se os direitos adquiridos, e que, nos Estados que tenham o Zoneamento Socioeconômico Ecológico, na escala de 1:250.000, prevaleçam os termos do Zoneamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o Zoneamento Socioeconômico Ecológico, Rondônia está dando ao País e ao mundo um claro exemplo de sentimento preservacionista e de como fazer uma utilização futura de seus fartos recursos biotecnológicos em favor da população do Estado. O PLANAFLORO e o ZSEE dão claramente o rumo, a direção que a sociedade de meu Estado, Rondônia, escolheu com acerto, determinação e inteligência.

Que os futuros dias 5 e 6 de junho – Dia Mundial do Meio Ambiente e aniversário da sanção da Lei Complementar nº 233/2000 – sejam merecedores de festas e justas celebrações, das quais participem todos, juntos.

Muito obrigado.



ANTONIO FEIJÃO

(Rio+10 – Proposta de demarcação do Parque Nacional de Tumucumaque, no Estado do Amapá; Proposta de criação de matriz energética de energia limpa e do Fundo Permanente de Compensação Ambiental)

Realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul. Apresentação, durante o evento, pela delegação brasileira, da proposta de demarcação do Parque Nacional de Tumucumaque, no Estado do Amapá.

Sessão 27/08/2002 – DCD 28/08/2002, p. 40827

O Sr. Antonio Feijão (PSDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do final de agosto aos primeiros dias de setembro, em Johannesburgo, na África do Sul, o mundo se reunirá para discutir a questão do meio ambiente e a pobreza, especialmente do Hemisfério Sul.

O Brasil enviou para o encontro mais de quinhentas ONGs, que estão apresentando trabalhos na área de economia e de empreendimentos sustentáveis, tanto na floresta amazônica, como em outros tipos de florestas existentes no território nacional e em áreas urbanas.

Mas o que caracteriza a delegação brasileira, Sr. Presidente, é o fato de levar a proposta de criação do Parque Nacional do Tumucumaque, no Amapá. O Brasil não levará para a África Austral uma certidão de avanço social, mas

mostrará ao mundo que é capaz de imobilizar economicamente a floresta amazônica em detrimento de poder passar o pires aos países ricos, que lá nada foram oferecer, a não ser saber se ainda podem garimpar a pobreza e explorar as riquezas do Hemisfério Sul.

Sr. Presidente, estamos levando para um amplo debate sobre pobreza questões pontuais em escala microscópica, questões essas incapazes de trazer soluções, especialmente para a Amazônia. Do ponto de vista da ocupação, a Amazônia é quase 80% urbana. Não adianta tentar resolver as questões da pobreza na floresta sem antes encontrar soluções para os milhões de amazônidas que habitam nas pequenas, médias e grandes cidades da região, muitos deles vivendo na pobreza.

Fico muito triste em saber que a sala que trata da Amazônia foi batizada de Sala das Queimadas, por causa das imagens apresentadas, como se nossa madeira fosse mais importante do que o homem que lá habita. Parece-me que eles acham que a Amazônia é a última fronteira de esperança.

Espero que um dia a Câmara dos Deputados leve para um debate desses pessoas que repre-

sentem o Brasil, que discutam a realidade do nosso País.

Sr. Presidente, registro aqui a indignação do povo do Amapá, que viu 28% do seu território serem transferidos para um mundo rico no mesmo dia em que o Presidente George W. Bush, através de decreto, autoriza o Parlamento norte-americano a permitir que os Estados Unidos da América cortem suas florestas, como mecanismo de combate a incêndios.

A reunião de Johannesburgo é mais um episódio da fábula de Jean de La Fontaine: os ratos estão reunidos, mas não há ninguém para pôr o guizo no gato.

DISCURSO 2

Anúncio de encerramento da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Conferência Rio+10, realizada em Johannesburgo, África do Sul. Desinteresse dos países desenvolvidos no combate à pobreza e na redução da emissão de gases poluentes. Revogação da proposta de criação de matriz energética de energia limpa, apresentada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do evento. Corroboração da proposta de instituição de fundo perma-

nente de compensação ambiental apresentada ao Presidente da República.

Sessão 03/09/2002 – DCD 04/09/2002, p. 41780

O Sr. Antonio Feijão (PSDB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, encerra-se hoje, em Johannesburg, África do Sul, a Conferência Rio+10, que teve como objetivo discutir o combate à pobreza no mundo, sobretudo a introdução de nova ordem econômica que nasceu em 1982 – o desenvolvimento com bases sustentáveis, tanto na economia quanto na área social e, principalmente, no meio ambiente.

Nós, desta tribuna, tínhamos anunciado muito antes que não havia interesse por parte dos países desenvolvidos em tentar combater a pobreza, principalmente das nações em desenvolvimento do Hemisfério Sul.

A imprensa mundial notificou que os países ricos, em especial os Estados Unidos da América, alguns membros da Comunidade Europeia e alguns do grupo dos Tigres Asiáticos, não querem mais, na base de sua geo-economia, a responsabilidade de reduzir a emissão de carbono. E foi revogada a proposta, que o Presidente da República levou à África Austral,

de introduzir em todos os países uma matriz energética de energia limpa da ordem de 10% de toda a geração de cada uma dessas nações.

Toda a comitiva do Presidente da República está a caminho. Havia dito S.Exa. que iria à África do Sul e levaria a demarcação do Parque Nacional do Tumucumaque, inteiramente decretado em terras amapaenses. Levou essa prenda verde para passar o pires na frente dos países ricos.

E volta S.Exa. com a decepção que este Parlamento havia anunciado: cedemos nossos espaços econômicos. E os países ricos, em momento algum, se sensibilizam em reduzir seu vampirismo econômico, que draga o plasma de nossa economia para atender aos juros altos dos empréstimos bancários.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso também solicitou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que este fosse o representante da ONU na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.

Aqui vai a primeira lição deste amazônida ao Presidente da República: o mundo não quer socializar a pobreza do Hemisfério Sul; os grandes países ricos querem, sim, capitalizar os espaços econômicos, os cenários verdes e



as bases geradoras de água renovável. Praticamente 30% da água doce está intacta e integralmente sem poluição nos espaços amazônicos. E eles nos empurram em direção a essa tremenda guilhotina para cortar os extratos econômicos que estão desde as mais profundas áreas geológicas até o direito de usar a terra e as riquezas florestais.

Sr. Presidente, aproveito esta sessão do início de setembro, mês no qual a Nação comemora o dia da sua Independência, para declarar que a comitiva fúnebre retorna da reunião para a qual foi muito alegremente levando na mala o maior parque florestal do mundo. É preciso que o Itamaraty preste atenção quando dizemos que com esses países ricos não se negocia com a prenda adiante da proposta.

Primeiro, o Brasil deve encontrar-se com sua sociedade para mudar a ordem econômica e ocupar os espaços econômicos, em especial os da Amazônia, para depois dizer-lhes: ou venham ao nosso continente dividir a pobreza, ou não vamos exportar gratuitamente nossas riquezas, ou, mais grave ainda, o direito de usufruir do nosso sonho de um futuro melhor.

Para concluir, ratifico o que propus em carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso a

poucos dias de S.Exa. partir para a África Austral: que, antes de decretar qualquer pedaço de chão brasileiro área intocável, propusesse à ONU e ao G-8 a criação de um fundo permanente de compensação ambiental, a fim de que nós, que estamos preocupados com o futuro do planeta Terra e com o futuro das novas gerações, possamos mostrar a eles a necessidade da harmonia entre o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida, o meio ambiente e uma responsabilidade ambiental. Só numa enxurrada, num pedaço da Ásia e da Europa antiga, foram perdidos 45 bilhões de dólares, prejuízos provocados pela falta de atenção com a questão ambiental e com a pobreza. E concluo dizendo: nenhum novo modelo econômico poderá resolver essa equação desequilibrada que existe entre o homem, o trabalho e a natureza. Se queremos ter um meio ambiente respeitável, é preciso tratar o homem com dignidade e com responsabilidade, porque só mediante uma economia responsável teremos também um meio ambiente sadio.



**CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+20**





DECISÕES APÓS A RIO+10



**FERNANDO
GABEIRA**

(Projeto de lei que pune os crimes ambientais)

Discussão do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 1.164, de 1991, que dispõe sobre as sanções penais a que estão sujeitos os infratores da legislação protetora da fauna e da flora e dá outras providências. Posicionamento favorável à matéria.

Sessão 28/01/1998 – DCD 29/01/1998, p. 2293

O Sr. Fernando Gabeira (PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, considero, dentro dos limites da minha compreensão de história, que estamos hoje vivendo um dia histórico na Câmara dos Deputados. Esta história talvez se tenha iniciado com D. Pedro I, quando, em 1828, lançou as duas primeiras normas a respeito da proteção ao meio ambiente, e prosseguiu em 1830, com o Código Criminal inserindo como crimes a destruição ilegal ou o desmatamento das florestas brasileiras.

Desse tempo para cá, Sr. Presidente, tem havido uma importante interação entre o Código Penal e as leis do meio ambiente no Brasil. Sempre que uma lei era considerada importante era ela anexada ao Código Penal, que passava a orientar a aplicação da pena correspondente. Foram

elaboradas leis sobre pesca, sobre caça, e agora finalmente conseguimos um código que estabelece todos os crimes contra o meio ambiente. Quero prestar, não só aos companheiros e companheiras, mas também à opinião pública, um depoimento com base na minha participação nesse processo. A primeira negociação importante que houve foi a referente à questão da poluição sonora. Recentemente, em entrevista na Rede Record de Televisão, tive oportunidade de propor ao próprio Governo que retirasse ou que vetasse essa parte da lei, uma vez que os evangélicos e outros religiosos se sentiam ameaçados com a situação. E eles, como sabemos, são objetivamente ameaçados no Brasil. Portanto, não podem ser acusados de paranoicos.

Propusemos então ao Governo que discutíssemos a questão em separado. E, naquele momento, também afirmei para os evangélicos, na sua emissora, que eles não devem interpretar seu diálogo com Deus como sendo o inferno do vizinho, que não pode suportar o barulho da igreja, e que teríamos condições de formular uma lei mais hábil e mais ampla, que também garanta um financiamento àquelas igrejas para que elas possam dotar-se do equi-

pamento necessário e cumprir as determinações ambientais.

Portanto, essa parte do acordo com os evangélicos teve a minha participação e aprovação, e continuará assim, porque se trata de um acordo bem intencionado, transparente neste aspecto. Pode ser até que o Presidente da República consiga votos da bancada evangélica; pode ser até que S.Exa. tenha dado condições para que os evangélicos votem na reforma administrativa. Da minha parte, como participante do acordo, não ganhei senão um lugar no inferno – com vista para o mar. Já que todos me destinam o inferno, se os evangélicos me garantem um lugar com vista para o mar já me basta.

Sr. Presidente, existem avanços indiscutíveis nesse projeto. O que hoje conquistamos no último momento da negociação merece ser mencionado. Trata-se do avanço que reconsidera a responsabilidade jurídica de determinadas empresas. Por que esse avanço é fundamental? Porque foi incorporado da legislação norte-americana, já está no Código de Defesa do Consumidor e atende à necessidade de reprimir aquelas empresas que contratam ou criam empresas para atuar no meio ambiente. Essas empresas realizam o trabalho, fazem o

dano ambiental, mas não mais são responsáveis por ressarcir os prejuízos que causaram. E esse dispositivo que foi introduzido agora vai permitir que as empresas que contrataram outras, assim como sócios e aliados, sejam todos também responsabilizados.

Nesse projeto e no relatório do Deputado José Carlos Aleluia, que considero um grande trabalho, um esforço democrático, existe um grande problema, que é o art. 47. Quando fomos discutir o destaque do Bloco de Oposição, é necessário que todos atentem para ele, porque o art. 47, tal como está na redação do relatório do Deputado José Carlos Aleluia, representa um perigo muito grande, sobretudo para a Amazônia e a Mata Atlântica.

No art. 47 suprimiu-se a expressão “reserva legal”. Atualmente, quando se destrói, quando se queima, quando se modifica, necessita-se de uma autorização do IBAMA. Agora, com essa nova redação, não será mais necessária a autorização do IBAMA para se destruir, para se queimar ou se modificar uma reserva legal, que na Amazônia abrange 80% das propriedades. Portanto, estaremos assim dando um sinal totalmente oposto à revelação feita esta semana sobre o recorde de destruição

na Amazônia. Seguindo esse caminho, estaremos dando um sinal de que a reserva legal não é propriamente legal, mas uma reserva de companheiro, uma reserva de amigos. Se for realmente uma reserva legal, não é possível que se possa destruí-la sem a autorização do IBAMA. Portanto, esse é um ponto chave; no meu entender, o mais vulnerável do relatório do Deputado José Carlos Aleluia.

No entanto, voto favoravelmente ao projeto, ao relatório. Não estou aqui para reafirmar minha pureza ideológica, mas para resolver problemas concretos de pessoas concretas, de um meio ambiente em vias de destruição no Brasil. Peço o voto favorável ao projeto do Governo e o voto favorável aos destaques do Bloco de Oposição.





INOCÊNCIO OLIVEIRA

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

Posicionamento favorável ao Projeto de Lei 2.892, de 1992, que dispõe sobre os objetivos nacionais de conservação da natureza, cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dá outras providências.

Sessão 10/06/1999 – DCD 11/06/1999, p. 27256

O Sr. Inocêncio Oliveira (PFL-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que a aprovação desse projeto, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e estabelece medidas para preservação biológica, é de fundamental importância para o nosso País.

Queria louvar o trabalho desenvolvido pelo Ministro Sarney Filho, que hoje merece o respeito de toda a comunidade científica, das organizações não-governamentais e de todos aqueles que desejam um desenvolvimento sustentado em nosso País.

Sr. Presidente, esse projeto nada mais é do que o estabelecimento de dispositivos convencionais, que o Brasil subscreveu durante a Eco 92, no Rio de Janeiro, para que pudesse, por intermédio da preservação, da conservação, do manejo, da diversidade biológica e das zonas

de tampão, inscrever-se entre os países que lutam pela preservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, participei ativamente das discussões sobre um dispositivo que poderia ser mal interpretado, que não interessa nem ao Ministro Sarney Filho, pela sua seriedade, e nem ao Governo sério do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Era como um cheque em branco, no que se refere à decretação das unidades de conservação; permitiria que o Poder Executivo determinasse essas unidades de conservação.

Assim sendo, Sr. Presidente, acreditamos que o projeto atende aos verdadeiros interesses do País, sobretudo porque, se o homem degradar o meio ambiente, Deus, por certo, sempre haverá de perdoá-lo; o homem poderá ou não perdoá-lo, dependendo dos institutos de fiscalização, mas a natureza nunca haverá de perdoá-lo. Com esse sentimento, acreditamos que este projeto vêm ao encontro dos desejos daqueles que almejam o desenvolvimento sustentado, ou seja, um crescimento harmônico do País sem, no entanto, provocar a deterioração do meio ambiente.

Queria louvar os Relatores da matéria, sobretudo o Líder do Partido Verde, Deputado Fernando Gabeira, Parlamentar sério, correto

e que coloca sempre a coisa pública acima de qualquer outro interesse.

É por isso, Sr. Presidente, é com esse sentimento que o Partido da Frente Liberal recomenda o voto “sim”.



EDINHO BEZ

(Mata Atlântica)

Importância da preservação da
Mata Atlântica brasileira.

Sessão 11/01/2000 – DCD 12/01/2000, p. 1326.

O Sr. Edinho Bez (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma série de autoridades em Brasília, e como estarei em reunião com dois Ministros, gostaria de apresentar pronunciamento sobre a Mata Atlântica, assunto que está sendo muito tratado em Santa Catarina e que é importantíssimo para o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Mata Atlântica é uma das florestas tropicais mais ameaçadas do planeta Terra. Para ter uma ideia de sua situação de risco, basta dizer que à época do Descobrimento do Brasil ela ocupava uma área em torno de 1 milhão de quilômetros quadrados, ou 12% do território nacional, estendendo-se pela costa do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. Adentrava pelo interior em extensões variadas e praticamente

ocupava os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, bem como parcelas significativas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, logrando alcançar a Argentina e o Paraguai. Inserem-se no domínio da Mata Atlântica as bacias dos Rios Paraná, Uruguai, Paraíba do Sul, Doce, Jequitinhonha e São Francisco.

Hoje, a área coberta com floresta nativa está reduzida a apenas 7% de sua área original. Rios importantes para a economia regional e o meio ambiente, como os citados, encontram-se poluídos ou assoreados por causa dos sedimentos arrastados pela erosão do solo desprovido de vegetação. Seu patrimônio biológico tem sofrido considerável perda. Das 202 espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção, 171 são originárias da Mata Atlântica.

Está ameaçado, também, o patrimônio cultural do Brasil representado pelas comunidades indígenas, caiçaras e roceiras, que, por séculos, viveram em harmonia com o meio ambiente, retirando da mata e seus ecossistemas associados, sem alterar seu equilíbrio ecológico, os recursos básicos para sua existência, e hoje estão sendo expulsas de seus locais e restritas em suas atividades.

Sras. e Srs. Deputados, a Mata Atlântica é o ecossistema brasileiro que mais sofreu os impactos ambientais dos ciclos econômicos da história do País. Esse processo de devastação começou mal aqui chegaram os portugueses, quando teve início a exploração predatória do pau-brasil, utilizado para tintura e construção. Em seguida, veio o ciclo da cana-de-açúcar, com a derrubada de extensos trechos de mata para dar lugar aos canaviais. No século XVIII, as minas de ouro e pedras preciosas levaram a colonizar o interior. A imigração levou a novos desmatamentos, que se estenderam até os limites com o cerrado, para a implantação de agricultura e pecuária. No século seguinte, foi a vez do café e, posteriormente, novo ciclo de extração de madeira, além da substituição da floresta original por plantações homogêneas de pinheiro e eucalipto para a produção de papel e celulose.

Nesta última fase, a extração de madeira para a produção de carvão vem constituindo-se em atividade das mais predatórias. O setor da fuminicultura vem sendo um dos principais responsáveis pelo desmatamento na Região Sul. A cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é derrubada. O agravante é que mais de 70%

dos fumicultores dessa região (responsável por 90% da produção nacional de fumo) ainda utilizam lenha proveniente da Mata Atlântica no processo de secagem do fumo.

Nosso Estado, Santa Catarina, tinha aproximadamente 85% de sua área coberta com rica e densa Mata Atlântica, dos quais restam 17,35%. Segundo o Atlas da Mata Atlântica elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica, em conjunto com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Socioambiental, no período de 1990 a 1995, foram desmatados 70.065 hectares, equivalente a 2,7 campos de futebol por hora, 24 horas por dia. O levantamento indica que a fumicultura está entre os principais responsáveis por esses números, junto com a expansão urbana e os assentamentos agrícolas. Segundo Miriam Prochnow, Presidente da Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, a fumicultura é responsável também por muitos pequenos desmatamentos, não detectados pelo Atlas e que somam milhares de hectares por ano.

A região de domínio da Mata Atlântica é a mais importante em termos econômicos. Nela encontra-se a maior parte da população brasileira – o equivalente a 70%. Além de abrigar a

maioria das cidades e regiões metropolitanas do País, localizam-se ali, também, os grandes polos industriais, petroleiros e portuários do Brasil, respondendo por nada menos que 80% do PIB nacional.

Apesar da devastação sofrida, a Mata Atlântica ainda possui remanescentes florestais de extrema beleza e importância, nos quais a riqueza das espécies animais e vegetais é espantosa e resulta num dos maiores índices de biodiversidade do planeta. Espécies imponentes de árvores são encontradas na região, como o jequitibá-rosa, de quarenta metros de altura e quatro metros de diâmetro. Destacam-se, ainda, nesse cenário, várias outras espécies, como o pinheiro-do-paraná, o cedro, as figueiras, os ipês, a braúna e o pau-brasil, entre muitas outras. Paralelamente à riqueza vegetal, a fauna é o que mais impressiona na região. Calcula-se que nela existam mais de 800 espécies de aves, 180 anfíbios e 131 mamíferos, inclusive as quatro espécies de mico-leão que são exclusivos daquele ecossistema. A maior parte das espécies de animais brasileiros ameaçados de extinção é originária da Mata Atlântica, como os micos-leões, a lontra, a onça-pintada, o tatu-canastra e a arara-azul-pequena. Outras



espécies encontradas na área são gambás, tamanduás, preguiças, antas, veados, cotias, quatis e muitas outras.

A rica biodiversidade, resultante da variação das condições climáticas, de altitude e de latitude, ao longo de uma faixa florestal originalmente contínua, é, portanto, um dos motivos para preservar o que restou da Mata Atlântica.

Paradoxalmente, essa diversidade torna-a extremamente frágil. A destruição de parcelas ainda que pequenas dessa floresta pode significar a perda irreversível de inúmeras espécies, por vezes sequer estudadas pela ciência. A Mata Atlântica apresenta alto grau de endemismo, isto é, a ocorrência de espécies que só acontecem nesse ecossistema. Entre as palmeiras, bromélias e outras epífitas o grau de endemismo chega a mais de 70%. Entre os mamíferos, 39% também são endêmicos, o mesmo ocorrendo com a maioria das borboletas, dos répteis, dos anfíbios e das aves nativas. A maior parte das vinte espécies de primatas que nela sobrevivem é endêmica.

Não restam dúvidas, pois, quanto à necessidade de preservar o que resta da Mata Atlântica. A propósito, Sras. e Srs. Deputados, há proposições sobre o tema em tramitação. Esperamos

que a matéria seja votada o mais rapidamente possível nesta Casa, resultando em medidas eficazes para que a Mata Atlântica seja preservada de fato.



**JOSÉ CARLOS
COUTINHO**

(Código Florestal)

Apoio à disposição do Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto ao veto do projeto de lei do novo Código Florestal.

O Sr. José Carlos Coutinho (Bloco/PFL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a intenção do Presidente da República de vetar parcial ou por total o projeto de lei que institui o novo Código Florestal atende a interesses nacionais inegociáveis.

O texto original constante da Medida Provisória n.º 2.166, enviado ao Congresso para ser convertido em lei, foi posto de lado, em razão do substitutivo apresentado na Comissão Mista do Congresso pela bancada ruralista, que aprovaram o substitutivo.

A iniciativa propõe novidades alarmantes, a redução da área de preservação ambiental da Amazônia.

Uma das barbaridades concebidas no substitutivo permite reduzir de 80% para até 20% as

matas nativas das propriedades rurais destinadas por lei à preservação. Abriu-se perspectiva de devastação capaz de extinguir pelas derrubadas a maior parte da biodiversidade amazônica e condenar ao malogro qualquer projeto de desenvolvimento sustentado.

Mas o caráter maligno da proposta não se esgota aí. Corre nos trilhos do substitutivo um certo trem da alegria. Trata-se do dispositivo que concede aos produtores rurais o direito de receber bônus do governo como prêmio pela não utilização de áreas verdes. A compensação chegará ao absurdo de 70% do valor estimado para hipótese de arrendamento da propriedade. Os ativos assim constituídos podem ser usados para resgate de dívidas com a previdência, receita federal e até de empréstimos lastreados pelo tesouro.

Está aí embutida espécie de pacote fiscal cujo efeito será a frustração de receitas da União. Um buraco no erário, que só poderá ser preenchido pela distribuição de novos sacrifícios aos contribuintes. Além, é óbvio, de criar no País nova casta de privilegiados.

O substitutivo mostra a ânsia da Banca Ruralista, em explorar o empreendimento rural nos tratos amazônicos ao preço da destruição da

floresta tropical e de suas riquezas naturais. Ânسيا e ignorância. Não percebe que os solos da região exibem baixa fertilidade. A exceção são manchas de terras pretas e algumas áreas aluviais na várzea do rio Amazonas.

À derrubada das árvores para ocupação da agricultura, por exemplo, se segue contínuo empobrecimento do solo. São as quase oito toneladas de folhas mortas, galhos, flores e frutos que caem por hectare que sustentam a floresta. É assim que se mantém a reposição dos minerais e matérias orgânicas na terra. O fenômeno explica o fracasso de tantos projetos agrícolas implantados, e logo abandonados, na região.

O Presidente da República atuará com perfeita noção de seus deveres, e do interesse nacional, se vetar as desastrosas inovações do substitutivo.

Era o que tinha a dizer.



SARNEY FILHO

(Balanço de sua gestão no Ministério do Meio Ambiente, governo Fernando Henrique Cardoso)

Balanço da atuação do orador à frente do Ministério do Meio Ambiente. Urgente aprovação, pela Casa, do projeto de lei sobre preservação da Mata Atlântica. Anúncio de encaminhamento da Agenda 21 Brasileira ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Preparação do País para a Segunda Cúpula da Terra, em Joanesburgo, África do Sul. Redução da ajuda financeira dos países ricos para preservação do ecossistema amazônico. Posicionamento do Governo dos Estados Unidos da América contra o Protocolo de Kyoto, sobre redução da emissão de gases poluentes na natureza.

O Sr. Sarney Filho (PFL-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra. Deputada, senhoras e senhores, este discurso, numa sessão de segunda-feira, numa semana em que os partidos estão realizando convenções regionais, deveria ser voltado às cadeiras vazias.

Padre Antônio Vieira, considerado o maior orador da língua portuguesa, certa vez, do púlpito, fez um sermão aos peixes. Longe de mim, Sr. Presidente, querer, de alguma forma, por menor que seja, comparar-me a esse grande intelectual e homem da fé. Mas poderia hoje, sinceramente, dizer que estou fazendo um discurso não às cadeiras vazias, porque ele trata do meio ambiente, mas à fauna e à flora, aos bichos e às plantas, os quais devemos preservar. Na última vez em que ocupei esta tribuna, outubro de 1998, procurei traçar as principais

linhas que, a meu ver, deveriam nortear uma nova gestão da Pasta do Meio Ambiente, no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Disse, na ocasião, que, a despeito da insignificante ajuda recebida dos países ricos para a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme recomendado na Rio 92, precisávamos, no Brasil, construir uma política interna forte, que pudesse sustentar uma posição mais incisiva do País no cenário internacional.

As palavras exatas foram estas:

“Nossa postura não pode mais ser caracterizada pela autopiedade, pois isto destoa, e muito, de nossas pretensões, não só de ingresso na economia globalizada, como de participação ativa no cenário político internacional. Para tanto, para termos voz na grande mesa que negocia o gerenciamento ambiental do planeta, é preciso, antes, estabelecermos uma política interna coerente e eficaz, que demonstre nossa capacidade de controle sobre as atividades degradadoras do meio ambiente, que demonstre nossa capacidade técnica e política de operarmos os

instrumentos necessários a este controle. Só assim construiremos a legitimidade de que precisamos para conquistar uma posição independente e autônoma nos fóruns de debate e decisão a que nos referimos”.

Estas palavras foram ditas em 1998.

Tive, então, a oportunidade de ocupar por três anos e três meses o cargo de Ministro do Meio Ambiente e de poder colocar em prática as ideias que defendi nesta tribuna. Hoje tenho a satisfação de discorrer sobre uma política ambiental revitalizada, internacionalmente reconhecida e participante das decisões nacionais.

Durante esse tempo, procuramos sanear o licenciamento e a fiscalização, fortalecer os órgãos ambientais nos Estados, modernizar o combate às queimadas e ao desmatamento, ampliar e consolidar as áreas protegidas e formatar uma agenda ambiental urbana, até então inexistente na estrutura ministerial. A reestruturação do IBAMA e a criação de 2.650 novas vagas, a serem preenchidas por concurso público, foram passos decisivos para a melhoria da capacidade operacional do Governo em responder à demanda por controle no uso dos recursos naturais. Todo esse fortalecimen-

to normativo e institucional resultou num Ministério consolidado e partícipe, como nunca antes, das decisões nacionais.

A confiança que depositamos no entendimento com a sociedade para o estabelecimento de cada nova regra de conduta relativa ao nosso meio ambiente foi fantasticamente correspondida, fortalecendo ainda mais nossa convicção na gestão democrática e participativa que procuramos empreender em cada ação do Ministério. O reconhecimento pelo nosso esforço, já o recebemos da imprensa, das ONGs e dos vários segmentos sociais envolvidos.

Já no fim de minha gestão, pudemos comemorar duas manifestações de reconhecimento internacional à política que vínhamos empreendendo.

Um artigo na revista *Science*, uma das mais conceituadas do mundo, fez elogios à política ambiental adotada pelo Governo brasileiro. Os pesquisadores, autores do artigo, visitaram diversas localidades na Amazônia brasileira e concluíram que as políticas de conservação adotadas nos últimos dois anos poderiam garantir a preservação de 70% a 80% da floresta sem comprometimento do desenvolvimento econômico.

Ora, isso é pura e simplesmente “desenvolvimento sustentável” – esse conceito sobre o qual até hoje debatem os teóricos e do qual duvidam os céticos. O Brasil hoje pode orgulhar-se de apresentar ao mundo inúmeros exemplos de sustentabilidade.

O segundo reconhecimento veio durante o Fórum Econômico Mundial, onde foi divulgado o “ranking verde”, uma lista que classificou 142 países de acordo com sua capacidade de legar ambiente decente às suas duas próximas gerações. O Brasil ficou em 20º lugar e, dentre os quesitos analisados, teve peso considerável o da ação governamental.

Mesmo com esses dados, que, sem dúvida, ratificavam nossa política e estimulavam ainda mais nossa equipe a continuá-la, pois estávamos no caminho certo, eu costumava dizer que resultados significativos ainda demorariam a aparecer, mas que a semente estava lançada.

Porém, Sr. Presidente, novos dados divulgados pelo INPE revelaram uma queda de 13,38% na taxa de desmatamento na Amazônia. Já havíamos detectado, no biênio anterior, uma tendência de estagnação da taxa. Tal tendência, agora, parece apontar para uma redução significativa dos índices.



Tal conquista somente foi possível porque, além dos investimentos feitos, pudemos contar com a resoluta participação da sociedade brasileira, que tem absorvido rápida e decisivamente a ideia da sustentabilidade, adotando-a para a construção de seu futuro comum. Entretanto, é preciso que a política ministerial prossiga, inclusive com os investimentos necessários à continuidade das ações.

Nos últimos três anos, havíamos conseguido dobrar, em termos nominais, o orçamento do Ministério, mas em 2002 ele foi fortemente contingenciado. Para este ano estavam previstos 1 bilhão e 150 milhões de reais, dos quais foram autorizados apenas 432 milhões, o que significa um corte de 62% nas previsões originais.

Apesar das dificuldades, que esperamos sejam passageiras, podemos afirmar que nada mais estimulante poderia acontecer este ano do que reunir bons resultados ambientais justamente quando vamos a Joanesburgo discutir os rumos da cooperação internacional para a sobrevivência do planeta.

Essa foi a situação que imaginei quando, desta tribuna, em 1998, propus novos rumos à política de meio ambiente do País. Uma situação bem diferente da de 1992, na Conferência do Rio,

quando estávamos no “paredão” das grandes ONGs, por nosso descontrole sobre a degradação ambiental. Com dados concretos na mão, ocuparemos, cheios de dignidade, nosso lugar na mesa de debates junto às demais nações e discutiremos com indubitável autoridade novos compromissos globais que recuperem as condições ecológicas planetárias, que promovam a inclusão social, enfim, que permitam o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Para a queda da taxa de desmatamento, certamente contribuiu nossa opção para a Amazônia de aperfeiçoar os mecanismos de controle e, ao mesmo tempo, de estimular atividades econômicas rentáveis, que agregassem maior valor aos produtos e fossem ambientalmente sustentáveis.

Começamos pelo fortalecimento da fiscalização em toda a região e, em seguida, concebemos o Sistema de Licenciamento Rural Georreferenciado, que foi inicialmente implantado em Mato Grosso e este ano está sendo estendido para Rondônia e Pará.

Em Mato Grosso, onde as imagens de satélite informam em tempo real e com precisão se o proprietário desmatou além do permitido pela sua licença, o desmatamento já havia caído

32,44% em dois anos de funcionamento do sistema. A redução não tem impedido – e isso é importante frisar – que o Estado apresente as maiores taxas de crescimento do País. A extensão desse modelo inovador para os outros Estados requer, no entanto, receptividade, vontade política e participação ativa dos Governos Estaduais e Municipais para que tenha êxito.

Não nos bastava, no entanto, a consolidação de mecanismos de controle, sem que fosse levada em conta a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de quem vive na floresta. No discurso que aqui pronunciei, em 1998, afirmei: *“Não há ser humano que deseje preservar a natureza de uma nação que não lhe tenha oferecido as condições mínimas de integração à sua sociedade e à sua cultura”*.

O modelo tradicional de desenvolvimento do Brasil, infelizmente, resultou num alto custo ambiental e num baixíssimo retorno social. Nossa política pretendeu inverter essa equação. A floresta não aceita mais a velha orientação de desmatar, queimar e plantar. A região amazônica, por exemplo, não tem vocação para esse tipo de atividade e, o que é pior, tem respondido antagonicamente a esse tipo de

exploração, com rápido esgotamento do solo e proliferação de pragas.

Entendíamos que maneiras mais adequadas de promover o desenvolvimento deveriam ser incentivadas e assim o fizemos. A nova orientação incluiu a exploração florestal manejada, redirecionada para florestas nacionais e sob padrões que permitam o aumento da oferta para o mercado de madeira certificada. Também o ecoturismo, o extrativismo e a bioprospecção foram amplamente incentivados nesse novo contexto de desenvolvimento. O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, atualmente em fase de pré-investimento, contará, a partir de 2003, com 200 milhões de dólares para serem investidos em três anos nos nove Estados da região, em polos de ecoturismo selecionados. A intenção é preparar tais polos para o investimento privado, criando divisas, preservando os bens ambientais e culturais da região e absorvendo a força de trabalho local.

Os bons resultados de nossas ações na Amazônia são parte de toda uma nova orientação que adotamos para o País. Hoje, a política ambiental brasileira destaca-se não só pelas iniciativas de monitorar, fiscalizar e multar os



empreendimentos que infrinjam a legislação, mas também pelo estímulo à mudança nos padrões tecnológicos e à adoção, pela sociedade, de práticas econômicas sustentáveis que privilegiem a valorização dos recursos naturais. Várias foram as ações, e em várias áreas, que permitiram a mudança no perfil da proteção ambiental no País.

Ainda em 1999, regulamentamos a Lei de Crimes Ambientais, o que foi um grande avanço, pois consolidou os dispositivos legais aplicáveis aos crimes ambientais, tornando mais fácil e rápido o enquadramento dos delitos e instituindo penas muito mais severas.

A Política Nacional de Recursos Hídricos ganhou ainda maior viabilidade com a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, em 2000. A agência reguladora tem permitido a concretização de importantes dispositivos da Lei das Águas, como a valoração, a cobrança pelo uso e a outorga. Tudo de forma descentralizada e participativa, características que tornaram inovadora nossa política dos recursos hídricos. A criação da ANA veio completar a configuração prevista para a área de planejamento e gestão da água no Brasil, país detentor do maior volume de água doce renovável do mundo.

Outro avanço significativo foi o estabelecimento da Política Nacional de Educação Ambiental, pela Lei nº 9.795, de 1999, e a consolidação de um programa nacional, com a criação de uma diretoria de educação ambiental, antes inexistente no Ministério do Meio Ambiente.

Com esses instrumentos, o País deu um importante passo rumo à construção de valores sociais, habilidades e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente. Os investimentos do programa têm permitido a multiplicação das ações de educação ambiental em todo o País, o que considero essencial para o sucesso de toda a política conduzida pelo Ministério.

Para complementar esse esforço, ainda nesta semana, o Presidente deverá assinar decreto regulamentando a lei e definindo que a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, que deverão prever recursos, em seus orçamentos, para que a educação ambiental possa permear os mais diversos programas e projetos governamentais.

Também relevante tem sido nossa luta – dos ambientalistas e de toda a sociedade – para a atualização do Código Florestal, num contexto de melhor aproveitamento das vocações re-

gionais, de uso racional dos recursos ambientais e de responsabilidade social. O projeto de conversão da medida provisória, hoje defendido pelo Governo, resulta de amplo debate e de consulta pública nacional, organizada pelo CONAMA, o que fez de nossa proposta a exata representação dos mais legítimos anseios da sociedade pela conservação e o bom uso do patrimônio florestal brasileiro.

Em 2000, também aprovamos a lei que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que veio uniformizar e consolidar critérios para o estabelecimento e a gestão de áreas protegidas. O mais importante aspecto do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é que ele estabelece um novo paradigma para as nossas unidades de conservação, em que um dos principais indicadores de desempenho deve ser o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades de seu entorno. Os parques nacionais devem contribuir para a construção de um modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente sustentável, preservando a natureza e, principalmente, fazendo-o de um modo participativo e democrático.

Sr. Presidente, após todo o esforço empreendido, podemos dizer que temos hoje uma política bastante consolidada de conservação da biodiversidade brasileira, com estratégias de conservação para todos os biomas. Muitas novas áreas protegidas foram criadas e o fortalecimento da gestão das unidades de conservação ganhou enorme impulso nesses últimos três anos.

Vejam os senhores que, em dez anos, haviam sido criadas onze Unidades de Conservação e Proteção Integral no Brasil. Com esse nosso esforço, somente no ano de 2001, criamos oito unidades e estamos, neste ano, prestes a criar mais oito unidades, cujos processos para criação estão em análise final. Além dessas áreas, firmamos acordo de cooperação com o INCRA para recebermos cerca de 20 milhões de hectares de terras na Amazônia, destinadas à criação de novas unidades de conservação.

Com relação à consolidação das áreas já existentes, vejam que até 1998 haviam sido elaborados apenas dezenove planos de manejo. Já sob nossa gestão, nada menos que 23 novos planos foram finalizados. Os planos são estudos fundamentais para a implementação das unidades de conservação. Além deles, também estão em execução os planos de uso público



para quatorze parques nacionais, capazes de promover o ecoturismo e de implementar oportunidades de negócios sustentáveis para as regiões de seu entorno.

Corroborando todo esse esforço, também alcançamos enorme sucesso no controle das queimadas nas unidades de conservação. Aqui importa fazer uma ressalva. Quando a imprensa divulga o aumento de focos de calor captados por satélite, isso não quer dizer que estes representem incêndios em unidades de conservação ou em florestas. Portanto, não representa expressiva perda de biodiversidade. Sr. Presidente, hoje 96% desses incêndios ocorrem em áreas agrícolas que já foram anteriormente desmatadas. Está claro que essa antiga prática de nossos agricultores tira elementos vitais do solo e precisa ser urgentemente substituída por outras alternativas tecnológicas, o que está a cargo das campanhas feitas pelo Ministério da Agricultura. Ao Ministério do Meio Ambiente cabe o controle dos incêndios nas unidades de conservação e em florestas. E, nessas áreas de alta biodiversidade, podemos dizer com satisfação que nos últimos dois anos a extensão desses incêndios diminuiu 86%.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, vimos nos noticiários da manhã e da tarde que nos Estados Unidos estão ocorrendo enormes incêndios florestais. No ano passado, Austrália, Portugal e Espanha também sofreram com isso. Esses são países ricos, que dispõem de frotas de avião e helicópteros para combater o fogo.

Como País pobre, optamos pela prevenção, o que diminuiu em 86% queimadas de parques e florestas. E hoje, seguramente, temos o melhor sistema de monitoramento de incêndios por satélite do mundo. Estamos dando exemplo e distribuindo tecnologia.

Ainda no âmbito de nossa política de conservação, criamos o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, que veio ocupar espaço fundamental para coibir ações de biopirataria. Tal iniciativa visa tornar a bioprospecção atividade norteadora do desenvolvimento sustentável, pois o Conselho irá coordenar a gestão de nosso patrimônio genético, disciplinando o acesso e a remessa de amostras e a elaboração de contratos de utilização dos recursos genéticos e das respectivas repartições de benefícios.

Cabe aqui lembrar que uma enorme contribuição à conservação da biodiversidade brasileira encontra-se agora nas mãos desta Casa. Trata-

se da oportunidade de aprovarmos o Projeto de Lei da Mata Atlântica. Este bioma abriga 80% da população brasileira e, apesar de já bastante devastado, conta ainda, o que é surpreendente, com os maiores índices de biodiversidade do País e do mundo, além de abastecer as grandes metrópoles do litoral brasileiro. A aprovação do PL será às vésperas da Rio+10, a demonstração do compromisso desta Casa com a conservação de nossa biodiversidade e com a construção do desenvolvimento sustentável no País.

Faço apelo para que votemos o quanto antes o Projeto de Lei da Mata Atlântica, recentemente aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. A proposição conta com a unanimidade dos segmentos desta Casa, é moderna e incentiva não o conservacionismo em si, mas o desenvolvimento sustentável, solução para nossa biodiversidade.

Relacionadas nossas ações na agenda azul – das águas – e na agenda verde – da biodiversidade –, falta-nos discorrer sobre a construção, pela primeira vez no âmbito do Ministério, de uma agenda marrom para o País, que veio fortalecer a gestão integrada de nossos recursos ambientais. Não temos dúvidas de que a diminuição da pressão antrópica sobre os ecossis-

temas naturais está extremamente relacionada à correção dos problemas ambientais nas cidades. Nestas está o componente humano que precisa ser atendido para a real implementação do desenvolvimento sustentável, sem o qual os biomas não serão preservados.

A intrincada relação entre urbanização, industrialização, crescimento econômico, desenvolvimento social e meio ambiente era, até o início de 1999, um objeto de difícil identificação no contexto da agenda ambiental brasileira. Apesar das diretivas emanadas da Agenda 21, o meio ambiente ainda estava sendo tratado como um tema dissociado do ser humano, da cidadania e do progresso do País.

A consolidação de uma política ambiental urbana, funcionando em consonância com as iniciativas de conservação dos ecossistemas naturais, permitiu uma radical mudança na política do Ministério do Meio Ambiente, na qual os aspectos sociais e econômicos passaram a articular-se com as preocupações ambientais de forma concreta e objetiva. O fortalecimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente é o exemplo mais candente dessa política.

A partir dessa atuação, constatamos que a área ambiental assume hoje um outro patamar



dentro do Governo, fazendo-se ouvir e interferindo em várias iniciativas de política pública e em questões nacionais estratégicas, na condição de transversalidade que lhe deve ser característica para que possamos, de fato, construir o desenvolvimento sustentável neste País.

Despedi-me do Ministério dizendo à equipe que ficava que o ano de 2002 estava repleto de novos desafios relacionados à consolidação das últimas conquistas e à preparação do Brasil para uma incisiva participação na Conferência Rio+10.

Tal previsão configurou-se em verdade, tanto que, ainda nesta semana, além da regulamentação da Lei de Educação Ambiental, estaremos colhendo o mais importante fruto da política semeada: o Presidente recebe das mãos da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e paritária na representação do Governo e da sociedade civil, a Agenda 21 Brasileira, com recomendações de ações prioritárias a serem implementadas, nos próximos dez anos, para a construção do desenvolvimento sustentável no País. Nossa Agenda Nacional, resultado de amplo processo de planejamento democrático e participativo, precisa agora ser

incorporada ao Plano Plurianual e ser contemplada pela destinação de recursos do Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

A construção de agendas nacionais foi um dos compromissos pactuados entre as nações representadas na Conferência do Rio e é mais um dos resultados que o Brasil levará a Joanesburgo.

Numa avaliação geral, podemos dizer ao mundo que nos últimos dez anos, mesmo sob condições econômicas adversas, o Brasil avançou significativamente em sua política de proteção ambiental e de implementação do desenvolvimento sustentável. A dimensão ambiental tem sido paulatinamente internalizada no processo nacional de planejamento para o crescimento econômico. Sólidos arcabouços normativos e institucionais foram construídos para o controle das atividades potencialmente degradadoras, e temos procurado promover alternativas econômicas sustentáveis nas mais diversas áreas da produção.

Vamos a Joanesburgo, à Rio+10, carregados de bons resultados, mostrar o que fizemos a partir dos compromissos assumidos na Rio 92. Eu diria que nenhum país com tamanha riqueza natural e igual ordem de grandeza em proble-

mas avançou tanto nas questões ambientais como nós avançamos.

Nossa posição é tão mais confortável que nos tem permitido liderar toda a América Latina e o Caribe no propósito de levarmos uma proposta fechada de todo o continente para a Rio+10. Começamos as negociações entre os países do bloco ainda em outubro de 2001, no Rio de Janeiro, quando recebemos todos os Ministros do Meio Ambiente da região. Recentemente, num novo encontro de Ministros em São Paulo, foi definida uma pauta comum, com propostas formuladas sob a liderança do Brasil, que foram reunidas no que passou a se chamar “Declaração de São Paulo”, já apresentada na reunião preparatória de Bali para a Rio+10. Nesta semana, mais uma vez, o Brasil irá destacar-se na preparação para a Segunda Cúpula da Terra, com o início da Conferência Rio+10 Brasil, onde estarão presentes os Chefes de Estado da Suécia, do Brasil e da África do Sul e representantes de mais de cinquenta países, na qual procuraremos resgatar e consolidar a história da mobilização mundial pela defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Os esforços e as conquistas de Estocolmo, em 1972, e do Rio de Janeiro, em 1992,

não poderão se dispersar num revisionismo de compromissos, como têm pregado os EUA, mas, sim, na consolidação e no avanço desses compromissos.

Devemos, como estamos fazendo, nos organizar para, em Joanesburgo, insistir no cumprimento dos acordos já pactuados, pois nos últimos dez anos assistimos a um retrocesso na cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

A ajuda financeira dos países ricos, que deveria passar a ser de 0,7% de seus PIB, não só não se concretizou, como diminuiu. Em 1992, os países ricos contribuíam com até 0,37% de seus PIB. Hoje, eles contribuem com 0,22%, ou seja, em vez de aumentar para 0,7%, diminuiu para 0,2%. Portanto, os países em desenvolvimento, na última década, não cumpriram os compromissos acertados.

Para os países em desenvolvimento, a última década ficou ainda marcada pela abertura de suas economias, por um crescente endividamento e consequente comprometimento orçamentário, ficando bastante diminuídas suas capacidades de investimento e, portanto, de recuperação ambiental e de desenvolvimento social.



Quanto à atuação direta dos países desenvolvidos para a recuperação ambiental do planeta, assistimos a uma incipiente mobilização, ainda incapaz de fazer frente à magnitude dos problemas. Enquanto recebemos a notícia da ratificação do Protocolo de Kyoto pelo Japão, ouvimos do Presidente Bush que ele ainda não está convencido das evidências científicas que liguem o aquecimento global às emissões industriais. Continua veementemente contra o Protocolo de Kyoto, por este ameaçar seriamente a economia americana. Esse aparente estado de cegueira deixa o mundo perplexo e aterrorizado, por se dar conta de que a nação hegemônica trata, na verdade, com desdém e irresponsabilidade a qualidade de vida e a possibilidade de futuro de todo o planeta.

Mas o resto do mundo não pode se render a este descaso permanente, a essa apatia irresponsável. Este é mais um motivo por que temos de unir esforços para fazer da Rio+10 um sucesso. O restante dos Governos precisa acenar para a comunidade global com um pouco de esperança. Nesse contexto, o Brasil, pelas reservas ambientais estratégicas que possui, pela autoridade que suas políticas ambientais lhe conferiram e pela posição política independente que vem

construindo no cenário internacional, precisa ser protagonista de proposições concretas, que apontem para o fim das barreiras protecionistas às economias em desenvolvimento e para uma cooperação internacional mais intensa, capaz de conter o ritmo da degradação e diminuir os índices de miséria humana que tanto envergonham nossa civilização.

Muito obrigado.



DAVI ALCOLUMBRE

*(V Congresso Mundial de Parques,
Durban, África do Sul)*

Participação no V Congresso Mundial de Parques, realizado na cidade de Durban, África do Sul. Necessidade de alocação, pelo Governo Federal, de recursos ao Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

Sessão 01/10/2003 – DCD 02/10/2003, p. 51523

O Sr. Davi Alcolumbre (PDT-AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estivemos representando esta Câmara de Deputados no V Congresso Mundial de Parques, realizado entre os dias 8 e 17 de setembro, na cidade de Durban, África do Sul. Nosso interesse em participar deste Congresso deveu-se a criação, no meu Estado – o Amapá –, do maior parque de floresta tropical do planeta, o “Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque”.

O V Congresso Mundial de Parques, que somente se realiza de dez em dez anos, reuniu mais de 3.000 pessoas que representaram uma ampla diversidade de países, interesses e experiências em relação as áreas protegidas.

O Congresso reconheceu que, em um plano mundial, se tem avançado em termos de criação de áreas protegidas, mas também

reconheceu o quanto é deficiente a implantação participativa dessas áreas.

As áreas protegidas, enfrentam pressões e desafios básicos cada vez maiores, como os relacionados a pobreza, a globalização e as mudanças mundiais. Entre os principais problemas cabe citar a perda e fragmentação de “habitat”, a exploração insustentável, o aparecimento de espécies invasoras, a carência de capacidade, a aplicação de políticas e incentivos inapropriados e a distribuição inequitativa de custos e benefícios.

O Brasil apresenta áreas consideradas como prioritárias para a conservação da biodiversidade do planeta, como a Amazônia, onde está situado o Estado do Amapá, que concedeu 56% de seu território para criação de áreas protegidas.

Infelizmente é triste afirmar que essas áreas protegidas criadas no meu Estado, e que tanta importância tem para o equilíbrio ambiental do planeta, estão em situação de abandono e descaso como consequência de políticas públicas equivocadas ou inexistentes.

Vimos na África do Sul, e sou testemunha, o quanto a conservação, quando bem administrada, pode gerar desenvolvimento. No caso

do Amapá, expressamos preocupação pelo fato de que as pessoas que habitam as áreas protegidas ou seu entorno não tem acesso a educação, saúde e outros serviços públicos básicos que possibilitem a essas pessoas as condições mínimas de dignidade de vida e sua relação com a preservação desta áreas.

Expressamos preocupação pela falta de oportunidade aos nossos jovens para participarem ativamente de uma nova agenda de criação e implantação de áreas protegidas, como a que o Estado do Amapá propôs no Congresso de Durban.

O Amapá mereceu atenção especial no Congresso ao anunciar para o mundo a criação do corredor da biodiversidade do Amapá, envolvendo um conjunto de áreas protegidas e propostas de criação de outras áreas, totalizando cerca de 10 milhões de hectares.

É evidente que essa iniciativa necessita ser mais bem discutida com a população local.

Mas, sinaliza uma alternativa descentralizada de gestão para as áreas protegidas do Amapá, cujo apoio da comunidade internacional foi expresso publicamente em Durban por várias instituições do mundo inteiro.

Sras. e Srs. Parlamentares, o Amapá foi enganado pelo Governo anterior, que prometeu liberar recursos para investimento em projetos de desenvolvimento no Estado como contrapartida pela criação do Parque do Tumucumaque, o maior do planeta, e, até então, nenhum recurso fora repassado para este fim.

Esperamos que este novo Governo entenda nossos reclames, e efetivamente também nos conceda ajuda para merecermos o título de detentores não somente do maior parque florestal do planeta, mas da população mais bem assistida do país em todas as suas áreas.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.





ALDO REBELO

(Política Nacional de Biossegurança)

Parecer

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2.401, de 2003. Projeto de Lei nº 2.401, de 2003

Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências.

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Deputado Aldo Rebelo**

VOTO

Nossa tarefa é estabelecer um marco regulatório claro e estável em biotecnologia. É pré-condição para os necessários investimentos em pesquisa e desenvolvimento nessa área estratégica. Está no art. 1º, inciso I, da Constituição Federal: a soberania é fundamento da República Federativa do Brasil.

Poucos temas nos últimos anos têm suscitado tanta atenção quanto a engenharia genética. Dominar essa área do conhecimento torna-se, cada vez mais, condição necessária para a soberania dos países. Não tratamos neste caso de bens intangíveis ou de máquinas frias: falamos do nosso alimento e dos remédios que tomamos.

Pretendeu o Poder Executivo com o Projeto de Lei 2401/2003 aclarar as dúvidas que a prática da Lei anterior suscitara e remover os entraves decorrentes de sua interpretação. Busca-se também estabelecer as bases legais que permitirão alavancar o desenvolvimento nacional de forma sólida e segura, permanente e sustentável.

Entendemos que o Projeto de Lei constitui importante peça regulatória, modernizadora e adequada aos objetivos buscados pelo Poder Executivo.

Analizamos as 278 emendas oferecidas pelos nobres deputados e deputadas ao Projeto de Lei. Ouvimos as críticas e propostas apresentadas pelos especialistas e autoridades em audiências públicas e em visitas a instituições de pesquisa. Lemos importantes documentos, entre os quais destacamos o Relatório Final da Subcomissão Especial de Alimentos Transgênicos da Comissão de Ciência e Tecnologia, subcomissão presidida pelo 9 nobre deputado Gustavo Fruet e que teve como relator o nobre deputado Nelson Proença.

Reunimo-nos também com líderes dos mais diversos setores da Ciência, da indústria e dos movimentos sociais.

O substitutivo que apresentamos hoje, nascido desse processo democrático, baseia-se nos quatro princípios a que nos referimos desde as primeiras discussões em torno da proposta:

1. Absoluta prioridade à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico nacionais. Trata-se de capacitar o Brasil a competir com as demais nações no campo da biotecnologia e da engenharia genética. A Ciência é uma conquista da humanidade. As dúvidas geradas pelo seu avanço devem ser tratadas à luz da razão. Respeitamos todas as crenças e formas de pensamento, mas o caráter laico do Estado brasileiro exige que as políticas públicas sejam ditadas por razões objetivas, materiais.
2. O cuidado com a saúde pública. A vinculação dos produtos geneticamente modificados até agora conhecidos com a alimentação humana e animal e sua interação com o setor de produção de medicamentos e vacinas levam-nos a valorizar as preocupações relacionadas à saúde das populações, pelo uso ou pelo consumo de Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Este aspecto deve ser obrigato-

- riamente priorizado na formulação das políticas e da legislação para o setor.
3. A defesa e proteção do meio ambiente. A nação brasileira tem uma rica biodiversidade. Devemos adotar atitude absolutamente responsável, comprometida com a preservação de nossos recursos naturais e com a necessidade de políticas públicas capazes de dar sustentabilidade ao processo de desenvolvimento. Os avanços científicos e tecnológicos são importantes para a preservação ambiental. Do desenvolvimento de novas técnicas e novos conhecimentos é possível extrair formas de explorar menos intensamente os recursos naturais, preservá-los num grau mais alto e permitir maior harmonia na convivência da sociedade com os ecossistemas. Se adequadamente aplicados, os conceitos científicos e as novas técnicas são poderosos instrumentos de preservação ambiental. O desenvolvimento científico e a difusão do conhecimento na sociedade são fundamentais para a defesa do meio ambiente.
 4. A defesa da soberania nacional e da soberania alimentar do Brasil.

É fundamental que o Brasil detenha, soberanamente, os conhecimentos indispensáveis ao seu desenvolvimento nos campos da biotecnologia e da produção alimentar. Seria um crime de lesa-pátria aceitarmos passivamente sermos deixados para trás nessa área de ponta do conhecimento humano. Trata-se de termos domínio sobre nossa comida e nossos remédios. Trata-se de termos controle sobre técnicas que nos permitam mais competitividade no mercado mundial do agronegócio, peça-chave no equilíbrio de nossas contas externas. Alguns Pressupostos Jurídicos de nosso substitutivo. Estabelece a Constituição:

“Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§1º. A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§2º. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”.



Estabelece, também, o mesmo texto constitucional:

“**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público.

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.”

O substitutivo que apresento ao Projeto de Lei 2401/03 busca harmonizar a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico

com a obrigação de preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético e de controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Regulamentam-se, portanto, as obrigações previstas no art. 225 §1º, incisos II, IV e V da Constituição Federal, no que diz respeito aos OGM.

A Constituição Federal em momento algum restringe a utilização da biotecnologia, apenas requer que o desenvolvimento tecnológico e científico se dê sempre com vistas à preservação do meio ambiente.

O direito brasileiro não proíbe a manipulação de material genético. Ao contrário, a Constituição a admite e a coloca sob a tutela do Estado, como está claro no inciso II do art. 225 do texto constitucional.

Outra questão que se apresenta e que buscamos resolver com o presente substitutivo diz respeito à realização do estudo prévio de impacto ambiental.

A Constituição Federal ao estabelecer que o Poder Público exigirá o estudo de impacto

ambiental quando da instalação de obra ou atividade que represente significativa degradação do meio ambiente, não deixou ao intérprete nenhuma liberdade, a não ser a de concluir que sempre que uma atividade ou obra acarretar significativa degradação ambiental há de ser exigido o EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental). Por outro lado, o constituinte não explicitou o que vem a ser “significativa degradação do meio ambiente”. Não o fez, porque não haveria razões técnicas para fazê-lo, uma vez que estas questões são afetas a definições e conceitos próprios das normas infraconstitucionais.

Remeteu, portanto, o constituinte tal tarefa ao legislador ordinário para que, na forma da lei, este regulasse o que é atividade ou obra potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, que enseja a realização do EIA/RIMA.

Ressalte-se mais uma vez que a Constituição Federal não exige estudo de impacto ambiental para qualquer atividade, mas tão somente para aquelas atividades que possam vir a causar “significativa” degradação do meio ambiente, restringindo, deste modo, o tipo de risco.

Uma vez determinada em que situação cabe a exigência do estudo de impacto ambiental, surge a questão de quem tem competência administrativa para enumerar as atividades de significativa degradação ambiental.

A própria Constituição Federal nos diz que caberá ao legislador ordinário discriminar em lei específica as obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

Cabe aqui fazer uma ressalva importante. Qual seja, a quem compete no caso dos OGM determinar se a atividade acarreta ou não significativa degradação do meio ambiente. A Constituição Federal não atribui a um órgão específico a competência para determinar que atividades são potencialmente poluidoras.

O caput e o § 1º do art. 225 impõem ao Poder Público o dever de defender, preservar e assegurar a efetividade desse direito.

Como se vê, a ordem constitucional está dirigida ao Poder Público de modo indistinto, genérico, não apontando repartição, órgão ou autoridade do Poder Público investido dessa competência. A indeterminação de qual órgão estaria incumbido especificamente desse



dever extrai-se não apenas da generalidade da expressão Poder Público na letra da Constituição, mas igualmente da parte final do caput do art. 225 quando imputa esse dever expressamente à coletividade.

Podemos afirmar, então, que cabe ao legislador infraconstitucional dizer qual órgão será competente para exercer as atividades contidas no art. 225 da Constituição. Não há, portanto, impedimento legal para que em relação a OGM seja promulgada lei específica para cuidar desta questão. Não há, tampouco, norma legal que impeça a criação de um órgão específico encarregado de fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético, e cuidar da preservação da diversidade e integridade do patrimônio genético do país, que no caso do substitutivo em questão é a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Essa discricionariedade, prevista no art. 225 da Constituição Federal, de permitir que o legislador ordinário, na forma da lei, escolha esse ou aquele órgão para deliberar sobre OGM e biossegurança ambiental, integra o juízo de valor político, próprio do legislador.

Concluimos, desta maneira, que pode o Congresso Nacional, por força de dispositivo cons-

titucional e em juízo de avaliação política, criar a CTNBio e a ela atribuir a competência em matéria de biossegurança ambiental, deliberando que cabe a ela determinar, no caso específico de OGM, que atividades podem causar significativa degradação do meio ambiente, exigindo assim a realização do estudo de impacto ambiental, previsto na Constituição Federal e na legislação ambiental genérica (Lei 6938/81).

Reitere-se novamente que a Constituição Federal só exige o EIA/RIMA de atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental e que deverão assim ser definidas na forma da lei. Isto pressupõe que o Poder Público (no caso de OGM a CTNBio) antes decida se a atividade é ou não causadora de significativa degradação ambiental, para efeito de se exigir o estudo de impacto ambiental.

Ora, a Constituição Federal em momento algum define “Poder Público” de forma a ensejar a exclusão da CTNBio da condição de Poder Público, razão pela qual não vemos óbice constitucional que impeça a criação da CTNBio, como órgão vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nem tampouco razões para que a mesma não seja considerada Poder Público, nos termos do art. 225 da Constituição Federal.

O presente substitutivo buscou ainda elidir o suposto conflito de competência existente entre a lei de biossegurança (lei especial) e lei de meio ambiente (lei geral).

Neste tema duas questões se afiguram: a primeira diz respeito à competência da CTNBio para deliberar sobre as atividades com OGM que são de significativa degradação do meio ambiente e que ensejam a realização do respectivo estudo de impacto ambiental; a segunda trata dos métodos adotados pela lei de biossegurança e pela lei de meio ambiente para determinar as atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental.

No que diz respeito à competência da CTNBio para deliberar sobre a questão dos OGM entendemos ser caso em que a legislação especial derroga lei geral. Ou seja, optamos no presente substitutivo por atribuir competência à CTNBio para proceder à análise dos casos envolvendo OGM, inclusive para deliberar sobre os casos em que efetivamente se constata significativa degradação ambiental. A competência genérica para determinar os casos de significativa degradação ambiental, exceto para OGM, continua sendo de competência do IBAMA.

Este posicionamento se justifica com base no art. 2º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil. A lei especial não revoga a geral, mas excepciona as disposições que se relacionam, embora genericamente, com as da lei especial. Estamos certos, portanto, de que não há impedimento legal que impeça atribuímos à CTNBio a competência para deliberar sobre OGM e também sobre as atividades que efetivamente causem significativa degradação ao meio ambiente, posto tratar-se o presente substitutivo de norma especial sobre OGM.

As normas da Lei 6938/81 são gerais em matéria ambiental, pois dizem respeito ao ambiente como um todo. As normas propostas no presente substitutivo são especiais, porque dizem respeito apenas a um dos aspectos do meio ambiente, que é a construção, manipulação e liberação de OGM.

Apesar do entendimento manifestado acima, no sentido de que a norma especial prevalece sobre a geral, e com o objetivo de elidir quaisquer situações de conflito na área jurídica, buscamos também harmonizar no presente substitutivo os métodos de análise utilizados pela lei de biossegurança e pela lei ambiental no que diz respeito à identificação das atividades



com OGM que são potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente.

A lei atual de biossegurança adota o método de análise caso a caso e atribui competência à CTNBio para identificar caso a caso as atividades envolvendo OGM que são potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, e portanto passíveis de exigência de EIA/RIMA. Já a legislação de meio ambiente (Lei 6938/81), com a alteração feita pela Lei 10.165/00, criou um rol de atividades consideradas poluidoras do meio ambiente, que consta do anexo da Lei 6938/81, incluídas neste rol as atividades com OGM.

Depreendemos daí que a legislação de meio ambiente trabalha com a ideia de risco presumido, estabelecendo de forma apriorística que tudo que envolve a liberação de OGM no meio ambiente é poluidor, seja qual for a atividade.

Os métodos adotados pelas duas leis, como se pode perceber, são distintos e acabam por ensejar argumentos no sentido de que ambas estariam em conflito.

Entendemos que o método de análise caso a caso (cada evento de transformação genética deve ser avaliado pela CTNBio) é o mais ade-

quado para OGM, pois garantirá que um órgão altamente especializado no tema identifique as atividades que possam oferecer significativo risco de degradação ambiental. Optamos, portanto, por alterar a redação do Código 20 do Anexo VIII da Lei 6938/81, que tem servido de argumento para justificar o conflito entre a lei de biossegurança e a lei de meio ambiente, que passa a ter em nosso substitutivo a seguinte redação:

“Art. 38. A descrição do Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Código 20, Descrição: silvicultura; exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais; importação ou exportação da fauna e flora nativas brasileiras; atividade de criação e exploração econômica de fauna exótica e de fauna silvestre; utilização do patrimônio genético natural; exploração de recursos aquáticos vivos; introdução de espécies exóticas, exceto para melhoramento genético vegetal e uso na agricultura; introdução de espécies geneticamente modificadas previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente

causadoras de significativa degradação do meio ambiente; uso da diversidade biológica pela biotecnologia em atividades previamente identificadas pela CTNBio como potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.”

Ao introduzir esta modificação na redação da Lei 6938/81 acreditamos harmonizar definitivamente a metodologia para análise das atividades com OGM que causam significativa degradação ao meio ambiente, reiterando na própria lei ambiental que a competência para determinar se o OGM é ou não potencialmente poluidor é da CTNBio, órgão especialmente criado para deliberar sobre OGM.

Este substitutivo contempla, ainda, o Princípio da Precaução.

Ele está expresso no Princípio 15 da Declaração sobre Meio Ambiente e desenvolvimento adotado no Rio de Janeiro, em junho de 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Segundo tal princípio “quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e

economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.

O princípio já havia sido adotado por nosso Constituinte em 1988, quando no caput do art. 225 determinou que a lei regulasse as normas dos incisos II e V do § 1º, determinando que fossem adotadas medidas para prevenir a destruição do meio ambiente.

O Princípio da Precaução não significa a proibição de se utilizar uma nova tecnologia. O princípio não pode ser interpretado, à luz da Constituição Brasileira, como uma proibição do uso da tecnologia na agricultura, porque o Constituinte de 1988 estabeleceu, em seu art. 187, inciso III, que a política agrícola levará em conta principalmente o incentivo à pesquisa e à tecnologia.

A aplicação do princípio significa que, existindo incerteza científica, devem ser adotadas medidas para prevenir e controlar eventuais danos à saúde do consumidor e ao meio ambiente, e não medidas proibitivas.

Através do presente substitutivo, o que se busca efetivamente é dar cumprimento ao Princípio da Precaução, no que diz respeito às atividades relativas à utilização de OGM.



Ao regulamentar os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e estabelecer normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGM e seus derivados, com certeza damos cumprimento ao Princípio da Precaução.

A biossegurança consiste no conjunto de técnicas e práticas voltadas para o controle e minimização de riscos advindos das práticas de diferentes tecnologias em laboratórios ou no meio ambiente. Assim, uma vez estabelecidas as normas regulamentadoras da engenharia genética no Brasil, damos pronto atendimento ao Princípio da Precaução.

Vale observar que o Princípio da Precaução não se restringe à realização do estudo de impacto ambiental. Tal princípio de fato se realiza por meio de todas as medidas necessárias para garantir a preservação do meio ambiente, incluídas a criação de uma Comissão Especial (CTNBio) especializada para analisar a potencialidade danosa de determinado OGM (análise de risco) e o fato de prevermos uma análise caso a caso, portanto específica para cada situação.

O princípio requer, na verdade, que a inserção de atividade no meio ambiente seja precedida de uma análise que permita, a quem tem com-

petência, determinar a necessidade, e quais são os estudos que a atividade em questão requer, de forma a evitar eventuais riscos a pessoas e ao ecossistema. Certamente, o substitutivo ora apresentado atende ao Princípio da Precaução. O presente substitutivo impõe um estudo prévio a ser feito pela CTNBio, cria um ente capaz de cuidar do assunto de forma especializada e sujeita os OGM a um permanente monitoramento. Isto é dar cumprimento ao Princípio da Precaução.

Centrado nestes princípios, e com base nas informações recolhidas e nas análises realizadas, propusemos Substitutivo que apresenta modificações em relação ao Projeto de Lei original:

1. Instituição de Fundo para financiamento de pesquisas em plantas utilizadas predominantemente por agricultores familiares, em produtos e insumos de uso dessa categoria de produtores e para realização de estudos de análise de risco dos OGM no meio ambiente e na saúde humana. Os recursos para este Fundo provirão de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, denominada CIDE-OGM, a ser cobrada sobre o comércio e a importação de sementes e mudas transgênicas.

2. Modificações na composição do CNBS e da CTNBio, de forma a incluir representantes ministeriais que, a nosso ver, não poderiam deixar de participar das decisões desses fóruns. Neste caso, propusemos a inclusão dos Ministros da Defesa, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão no CNBS e do Ministério da Defesa na CTNBio.
3. Para tornar mais precisa e rigorosa a indicação dos membros da CTNBio, e num esforço de democratização dos processos utilizados para tal, propusemos modificações mais profundas em sua composição. A intenção é fortalecer o papel das sociedades científicas e da sociedade civil na escolha dos membros da Comissão, preservando seu caráter científico e técnico. Propusemos a modificação do item relativo aos representantes de entidades na CTNBio, esclarecendo que serão especialistas nos respectivos temas. Entendemos que a característica eminentemente técnica da Comissão estará mais adequadamente preservada com a presença de especialistas que, a partir de sugestões da sociedade civil e por indicação dos respectivos Ministérios, aportarão conhecimentos específicos às discussões e às decisões tomadas.
4. Optamos por valorizar o papel técnico e decisório da CTNBio. Propomos que ela mantenha a atribuição de identificar as atividades relacionadas a OGM potencialmente danosas ao meio ambiente e que tenha autonomia para decidir acerca da importação de OGM ou derivados, quando destinados a pesquisas. Estabelece também o poder vinculante do parecer da CTNBio junto aos órgãos de registro e fiscalização quanto aos aspectos de biossegurança. Propomos que a CTNBio tenha autonomia para decidir sobre projetos de pesquisa em OGM. Suas decisões serão definitivas, tomadas em última instância. Após pronunciada sua decisão, caberá aos órgãos de registro e fiscalização exercerem a atividade de fiscalização, não lhes cabendo, neste caso, novas autorizações ou análises para decisão.
5. Já no que se refere à liberação comercial de produtos OGM, propomos um rito próprio que, acreditamos, dará a necessária segurança à sociedade e a agilidade adequada



à análise dos processos: amplia-se o poder da CTNBio, de modo a considerar final e definitivo seu parecer, quando contrário à liberação. Já nos casos em que o parecer seja favorável à liberação, o poder da CTNBio seria limitado: amplia-se neste caso o poder do CNBS, de tal forma a conferir-lhe a atribuição de apreciar os pedidos de liberação comercial e ratificar, ou não, a decisão favorável da CTNBio. Para tornar mais ágeis os processos, propõe-se prazo para que o CNBS delibere.

6. Retiramos do Projeto de Lei disposição que veda “produção, armazenamento ou manipulação de embriões humanos destinados a servir como material biológico disponível”. Nosso país deve manter uma oposição firme à clonagem humana para fins reprodutivos. Apresentei, inclusive, Projeto de Lei neste sentido. Creio, porém, que não devemos criminalizar a pesquisa científica e o estudo das chamadas células-tronco, detentoras de enorme potencial terapêutico em doenças ainda resistentes a outras formas de tratamento.
7. Além dessas anteriormente referidas, que se constituem em modificações aperfei-

çadoras de caráter estruturante, procedemos a outras importantes alterações que nos permitimos relatar sucintamente:

- a. Mantivemos o CQB – Certificado de Qualidade em Biossegurança. Julgamos que é o instrumento adequado – dado o poder que conferimos à CTNBio – para o controle do licenciamento das entidades de pesquisa.
- b. Retiramos da categoria de derivados de OGM as substâncias puras, quimicamente definidas, que, mesmo produzidas a partir ou com a participação de OGM, não contenham o OGM, a proteína heteróloga ou o ADN recombinante. Desta forma, retira-se da análise, pelos mecanismos propostos pela Lei, um grande número de produtos que não expressam a proteína de OGM e são, portanto, iguais aos demais produtos existentes.
- c. Determinamos que somente estarão sob a égide da Lei dos Agrotóxicos os OGM que servem de matéria-prima para a produção de agrotóxicos.
- d. A não convalidação dos atos até então praticados pela CTNBio poderia acar-

retar uma situação de incerteza jurídica para os que realizam atividades nesta área, o que ensejaria inclusive proposição de ações judiciais para garantir direitos já adquiridos. Como afirmado no início, nosso objetivo é estabelecer um marco regulatório claro e estável em biotecnologia de OGM. Para de evitar uma situação de incerteza jurídica que não interessa ao país, optamos por manter em vigor os CQBs, comunicados e pareceres já emitidos pela CTNBio. Incluímos dispositivo que mantém, explicitamente, as decisões, comunicados e pareceres já emitidos pela CTNBio, de forma a dar segurança jurídica relativamente às atividades que foram, até o momento, realizadas, dentro dos preceitos legais.

- e. Finalmente, incorporamos, no Substitutivo, todos os crimes e penas que constam da Lei de Biossegurança, de tal forma a, diferentemente do que propõe o Projeto de Lei, podermos revogar por inteiro a Lei nº 8.974, de 1995, que, da forma como proposto, ficaria vigorando apenas com um artigo.

A partir da apreciação que fizemos, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.401, de 2003 e das emendas a ele apresentadas. Voto, também, pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira das proposições em análise.

Quanto ao mérito, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.401, de 2003 e, de forma integral ou parcial, das Emendas nº 02, 03, 07, 08, 09, 35, 36, 37, 40, 42, 49, 51, 60, 62, 64, 65, 69, 71, 73, 76, 80, 82, 83, 85, 89, 101, 111, 113, 117, 119, 130, 143, 146, 149, 150, 151, 152, 155, 159, 160, 161, 170, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 187, 198, 199, 200, 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 238, 242, 245, 246, 249, 262, 270, 275, 277 e 278, na forma do Substitutivo que apresento, e pela rejeição das demais.

Sala da Comissão, de de 2004.

Deputado Aldo Rebelo

Relator





ANN PONTES

(Biodiesel-Biossegurança-Transgênicos)

Conciliação entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. Divulgação do biodiesel. Alerta sobre os impactos advindos da produção de organismos geneticamente modificados. Congratulação à Casa pela aprovação do projeto de lei sobre biossegurança.

Sessão 06/02/2004 – DCD 07/02/2004, p. 4728

A Sra. Ann Pontes (PMDB-PA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem querer parecer utópica, e mesmo correndo o risco de dizer o óbvio, acredito que nossa preocupação com o meio ambiente deve ser encarada como a própria defesa da vida, a garantia da harmonia e da sobrevivência da espécie.

Sendo assim, todo cuidado é pouco quando nos depararmos com questões vinculadas ao desenvolvimento desenfreado ou com o discurso desenvolvimentista.

Os ecologistas, os defensores do meio ambiente, correriam o risco de ver banalizadas suas teorias e passariam a imagem de pessoas retrógradas, avessas ao progresso, ou seres movidos por uma utopia. Poucos se dão conta de que

sem um meio ambiente conservado e equilibrado simplesmente não haverá progresso.

O progresso está, justamente, em conseguirmos conciliar desenvolvimento e preservação.

Nesta luta inerente ao processo de desenvolvimento, existem casos bem-sucedidos que precisam ser divulgados, como, por exemplo, o biodiesel, solução de combustível bem menos poluente, uma vez que efetua a chamada “queima limpa”, por se utilizar do aproveitamento de vegetais como a soja, o algodão, o girassol, entre outros. Além de não agredir o meio ambiente, ainda possibilita economia sem perda de qualidade e proporciona benefícios socioeconômicos por meio da geração de empregos e do desenvolvimento da agricultura.

De outro lado, no entanto, os transgênicos, que também geram indiscutíveis benefícios econômicos, ainda não conseguiram ter a segurança comprovada. E tão preocupante quanto, no caso de culturas como a soja, a grande maioria das experiências valem-se de uma prática predatória da natureza para a sua implementação.

Por essa razão, a polêmica em torno dos transgênicos ainda está longe do fim.

Um relatório, divulgado em Washington, alerta para o perigo de se trabalhar com genes artificialmente modificados.

O principal ponto de um estudo produzido pelo departamento de agricultura americano é que nenhum método de controle e isolamento das experiências, com o cultivo de plantas modificadas, bem como a criação de animais alterados geneticamente, é seguro.

Segundo os especialistas, ao escapar para o meio ambiente, as células modificadas tendem a dispersar-se e se impor sobre a vida natural.

De acordo com artigo publicado pelo jornalista Mauro Santayana, do jornal *Correio Braziliense*, que explorou a questão, um dos exemplos citados é o do salmão, que teve seus genes alterados, a fim de crescer muito mais e rapidamente. Ao desenvolver-se, essa espécie adquire qualidades que superam as dos peixes normais, levando vantagens tanto na disputa pelos alimentos quanto na disputa pelas fêmeas. Pressupõe-se com isso que, ao ganhar os rios e oceanos, eles acabarão por eliminar a espécie natural.

No caso das plantas, sujeitas a se espalharem por conta da polinização, o perigo é semelhante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas ações pressupõem um impacto na cadeia de causa e efeito que regem, impiedosamente, as leis da natureza. Imaginem isso no Brasil, que possui uma das maiores biodiversidades do planeta! E mais: uma diversidade ainda desconhecida para nós.

Nossa responsabilidade é gigantesca. O discurso não pode ser encerrado com alegações econômicas de geração de empregos. Precisamos ir muito além para que as gerações futuras não herdem os resultados de nossos erros.

Por fim, Sr. Presidente, quero exaltar o marco legal que esta Casa ofereceu ao País na quarta-feira passada com a aprovação da Lei de Biossegurança. A Câmara dos Deputados está em sintonia com a Constituição Federal, que prega o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Isso é responsabilidade de todos.

Parabéns a esta Casa!





EDSON DUARTE

*(Desmatamento – Desertificação – Transgênicos
– Recursos Hídricos – Fontes renováveis de
energia – Energia nuclear – Marina Silva.)*

Transcurso do Dia Mundial do Meio Ambiente. Aumento da conscientização social sobre a importância da preservação ambiental. Continuidade da devastação dos ecossistemas brasileiros, com destaque ao crescimento do índice de desmatamento da floresta amazônica. Aceleração do processo de desertificação pelo modelo agrícola adotado no País. Inexistência de estudos confiáveis acerca da segurança do consumo de organismos geneticamente modificados. Degradação dos recursos hídricos. Necessidade de estudo criterioso do impacto ambiental da propalada transposição das águas do Rio São Francisco. Defesa do investimento em fontes renováveis de geração de energia. Imperiosidade do fortalecimento da fiscalização nuclear no Brasil. Desempenho da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Sessão 04/06/2004 – DCD 05/06/2004, p. 26703

O Sr. Edson Duarte (PV-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas de data importante em nosso calendário: o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Como Vice-Líder do Partido Verde nesta Casa, não poderia deixar de ocupar esta tribuna para fazer referência à data tão simbólica e importante não só para todos nós, integrantes do Partido Verde em todo o País e no mundo, como também de todos os habitantes do planeta.

Nesta data tão significativa, temos a grande oportunidade de promover debates sobre nosso modo de vida, o modelo de desenvolvimento adotado, nossas condições de vida e a situação de degradação do meio ambiente, da natureza, dos rios e das florestas. Enfim, toda degradação a que estamos assistindo

compromete não só nossa qualidade de vida como também nossa existência neste planeta.

Portanto, durante toda esta semana e na próxima, estaremos assistindo em todo o País a diversas manifestações. Esse é o resultado de uma população cada vez mais consciente e preparada para a importância ambiental. É o resultado de um trabalho desenvolvido pela mídia, pelas escolas, por diversas instituições governamentais, mas com destaque para as organizações não governamentais, os apaixonados pela causa ambiental. São homens e mulheres conscientes e que, há muitos anos, lutam em defesa da preservação ambiental. A todos eles quero agradecer e parabenizar pelo ideal, pela luta, pelos sonhos que abraçaram e dos quais fizeram a causa de suas próprias vidas e que tanto colaboraram para o aumento da consciência sobre a questão ambiental.

Por conta dessa consciência é que estamos assistindo a manifestações em todo o País, inclusive em Brasília, promovidas pelos governos, pela mídia, pelas escolas, creches e diversas instituições. Enfim, todos os segmentos da sociedade têm destacado a importância do tema e a necessidade de desenharmos um novo per-

fil, uma nova forma de se viver, um novo modelo de desenvolvimento.

Se há o que comemorar em relação ao avanço da consciência da sociedade, não há, no entanto, o que se comemorar com relação aos índices de degradação a que temos assistido. Nossas florestas continuam sendo destruídas. Muitas delas estão virando carvão. E, no lugar das florestas, estamos assistindo à formação de desertos.

Na Amazônia, no período de 2002 a 2003, houve uma taxa de crescimento de 2% da área desmatada, chegando a 23.750 quilômetros quadrados. Esse é o resultado do incremento da agricultura, o que favorece o desmatamento desenfreado e insustentável, que leva à destruição da floresta, sem que se reflita sobre se esse é o melhor modelo e se há sustentabilidade para as práticas adotadas na região amazônica tanto na agricultura como na pecuária.

Da década de 70 para cá, aumentou em 16,3% a área desmatada, o que corresponde a quase 600 mil quilômetros quadrados de desmatamento da floresta amazônica, uma área impressionante, valiosa riqueza para a humanidade que vem sendo destruída sem que haja reação das autoridades. Parece que somos

incompetentes, pequenos diante do modelo atual. Parece que somos apenas um detalhe diante da força do capital, do interesse econômico e dos gananciosos, que não conseguem enxergar que dessa forma não é possível haver desenvolvimento.

Aliás, não podemos sequer chamar de desenvolvimento o empreendimento que não leva em consideração os recursos naturais e a preservação ambiental, porque todo investimento feito será perdido se não houver sustentabilidade para que se possa produzir hoje, amanhã e sempre.

Na mesma proporção em que aumentamos nossas fronteiras agrícolas, aumentamos a área desertificada no Brasil, degradamos e erodimos o solo, o que provoca queda da produtividade e compromete a produção, sem que possamos resolver o problema da fome.

O modelo agrícola que adotamos é insustentável. Como os promotores desse modelo sabem disso, querem agora apresentar a transgenia, a mudança genética, como se essa fosse a solução para os problemas causados por esse modelo insustentável, baseado na mecanização pesada e na dependência de insumos e venenos, que provocam degradação, insustentabili-

dade e desequilíbrio do meio ambiente, o que ocasiona o surgimento de novas pragas. Insetos que até então viviam em perfeito equilíbrio com o meio ambiente se transformam em pragas devido ao desequilíbrio promovido pelos venenos. E, aí, mais venenos.

Estamos comprometendo a saúde da população. Nossos alimentos estão envenenados. Até já chamamos de veneno, tamanho é o grau de intoxicação dos alimentos. E é por isso que as pessoas estão cada dia mais doentes.

Doenças como o câncer, que têm aparecido na população, são o resultado desse modelo agrícola, dependente de insumos químicos e de venenos que têm sido derramados em nossa lavoura.

Portanto, é preciso mudar, mas a mudança não se dará com os transgênicos. É preciso que a Lei de Biossegurança seja aprovada, para que a população se sinta segura em relação aos alimentos.

Dizem que os transgênicos são seguros. A Comissão de Agricultura, a bancada ruralista, aprovou lei que isenta os agricultores de qualquer responsabilidade sobre as consequências causadas pelos transgênicos. Se não fazem



nenhum mal à saúde da população e ao meio ambiente, por que essa preocupação em isentar os agricultores? E, se os transgênicos são tão bons e não causam qualquer problema, por que a resistência em rotulá-los? Por que até o momento não há um único produto transgênico rotulado em nossos supermercados, impedindo a população de fazer sua escolha, conforme determina a lei, que até agora não foi cumprida?

Ora, se não fazem mal, por que não apresentaram estudos sobre os efeitos dos transgênicos para a população, para nossas crianças, para aqueles que estão consumindo produtos criados em laboratórios? Porque só querem o lucro, só se limitam ao lucro. Que se dane a vida das pessoas, a saúde da população. Uns estão morrendo, mas outros consumidores estão nascendo. Consumidores não são pessoas; são consumidores. O mercado não vê pessoas, não vê coração, não vê alma. Pessoas morrem, algumas envenenadas, mas outras nascerão para continuar consumindo e garantindo o lucro das multinacionais que controlam a agricultura, os insumos e agora querem controlar as sementes, por meio da Lei de Patentes. Aliás, já estão controlando. Querem transformar nossa agri-

cultura e nosso País em reféns desse mercado controlado por meia dúzia de multinacionais.

A questão ambiental não se limita aos alimentos. Temos de considerar também a água. Nossos rios estão acabando. Os que não morreram estão sendo transformados em esgotos.

Sei que todos nesta Casa e os que estão assistindo à TV Câmara têm uma história para contar de um rio que morreu ou que está morrendo. É a nossa forma de tratar a natureza. Queremos água limpa, água pura. Os nossos esgotos, os nossos dejetos vão para os rios. Para que uma cidade possa captar água limpa, é preciso fazer tratamento, gastar dinheiro. No entanto, devolve-se aos rios água suja. Tudo o que não presta é jogado no rio. Há ainda desmatamentos e mineração. Os agrotóxicos, o mercúrio, os dejetos industriais e até hospitalares estão sendo jogados em nossos rios.

A legislação brasileira é recente, mas é boa, uma das melhores leis de recursos hídricos do mundo. Todavia, pouco se aplicou.

Pergunto: onde estão os comitês de bacias hidrográficas criados pela lei? Quantos já foram instalados no Brasil? Dos comitês instalados, quantos estão funcionando plenamente? Onde

estão os planos de bacia? Como determinar ações e intervenções nas bacias hidrográficas sem que o plano exista ou tenha sido aprovado pelo comitê? Era possível anunciar a transposição das águas do Rio São Francisco sem um plano aprovado pelo comitê, que nem existia, sem estudo de impacto ambiental, sem se conhecer a Bacia do Rio São Francisco, sem se saber o potencial do rio? Qual a sustentabilidade desse megaprojeto? Será que sua sustentabilidade se resume aos votos que poderá render nas próximas eleições? É lamentável que ainda se encaminhem propostas dessa natureza em nosso País. Parece que ainda não nos cansamos dos erros e tragédias que provocamos, em nome do pior interesse eleitoreiro.

Deputado Paes Landim, não haverá transposição sem a garantia de que esse projeto será para o bem da sociedade. Não permitiremos que os nordestinos – também sou nordestino, sou de Juazeiro, na Bahia, às margens do Rio São Francisco, e sei o que é a seca, pois Juazeiro também é atingido pela seca, assim como o sertão da Bahia – sejam enganados por esse projeto de transposição para acabar com a seca do Nordeste. Trata-se de falsa solução para falso problema. Já foram feitas várias pro-

messas, e ainda não resolveram o problema da seca, da pobreza e da fome no Nordeste, particularmente no semiárido.

É preciso conversar com a população da região para saber da viabilidade desse megaprojeto que visa apenas fortalecer a concentração de renda, muito alta no semiárido, onde poucos ganham muito e a grande maioria não ganha nada. É preciso saber se um poço artesiano não resolveria o problema daquela comunidade. Para fazer um poço artesiano, faltam 10 mil reais; para viabilizar o malfadado projeto de transposição do Rio São Francisco, de resultados duvidosos, seriam gastos 6 bilhões de reais.

Ouçó, com prazer, o aparte do Deputado Paes Landim, figura respeitada nesta Casa, sobretudo pelas posições muito lúcidas em relação ao desenvolvimento do nosso País.

O Sr. Paes Landim – Deputado Edson Duarte, agradeço-lhe a generosidade. Destaco o trabalho de V.Exa., uma das mais agradáveis jovens revelações do Parlamento brasileiro, sobretudo o seu desempenho nos temas ambientais. Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o seu desempenho e a paixão pela temática ambiental tem sido, efetivamente, um grande momento nesta Casa, que,



infelizmente, até agora, não tem percebido a dimensão do problema ambiental para o Brasil e o mundo. O discurso de V.Exa. é rico, aborda vários temas. Destaco apenas um deles. Embora o princípio seja favorável à eventual adução de água do São Francisco a jusante de Sobradinho, na direção de Remanso ao Piauí, 30 a 40 quilômetros das bacias, V.Exa. tem toda a razão. Não se estudou exaustiva, científica, econômica e ecologicamente não só a Bacia do São Francisco, mas de todos os rios brasileiros. O Rio Parnaíba, segundo rio mais importante do Nordeste, depois de São Francisco, o rio da unidade nacional, tem também sofrido deterioração fantástica nos últimos anos, sem que nenhuma providência seja tomada pelo Governo Federal. Há tradição republicana de não se dar muita atenção ao estudo das bacias hidrográficas. Certa feita – e espero voltar lá para tal fim –, encontrei, na biblioteca do saudoso Presidente Prudente de Moraes, no Museu de Itu, um livro do Ministro da Agricultura do Império, no qual mostrava que todo ano era feito relatório das bacias hidrográficas do Brasil. Estavam lá a bacia do Rio Gurgueia, do Piauí, e de outros rios, a exemplo do Contrato, que já morreu. Isso é o que falta ao Brasil. A Agência

Nacional das Águas até agora não foi capaz de formular estudos sérios para essas bacias hidrográficas. Parece que seu papel principal era formular diagnósticos, sobretudo diretrizes de como operar nessas bacias para resguardá-las, mantê-las preservadas. O Rio Parnaíba, por exemplo, está morrendo à mingua. Criamos, há cerca de 3, 4 anos, o Parque das Nascentes para proteger o Rio Parnaíba, na sua foz – Piauí, Goiás, Bahia e Tocantins –, mas até hoje ele não foi implementado. Deve ser destruída a ganância de depredadores, de empresas, enfim, a falta de cultura da nossa população sofrida do sertão. Ou se tomam providências imediatas ou veremos a morte anunciada do Rio Parnaíba, que já foi navegável. É importante a tese de V.Exa., a insistência de que a bacia hidrográfica não só de São Francisco, mas também de todos os grandes rios brasileiros sejam devidamente estudadas.

O Sr. Edson Duarte – Deputado Paes Landim, incorporo seu aparte ao meu pronunciamento e agradeço a V.Exa. as palavras gentis.

Algumas iniciativas importantes estão sendo tomadas. Destaco o trabalho do Secretário de Recursos Hídricos, João Bosco Senra, e de sua equipe, no que diz respeito às bacias hidrográficas.

Há um trabalho elogiável sendo feito no Brasil, resultado de um esforço não só do Governo, mas também da sociedade civil.

Havia logicamente pressão internacional sobre o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Ou seja, há ações importantes em curso no Brasil. Se há degradação por um lado, há reação por outro. É claro que a reação é pequena diante do nível de degradação a que chegamos depois de 500 anos de destruição do patrimônio natural e depois de um modelo de desenvolvimento equivocado, mal pensado, imediatista, concentrador de renda e de oportunidade.

Estamos desenhando outro campo. Contamos com a Ministra Marina Silva, com seu compromisso, seu papel e sua simbologia. A Ministra está trabalhando com o tema ambiental em todas as políticas públicas do Governo, mas não é fácil. A sociedade e sobretudo os poderes são conservadores. Há dificuldade de se considerar legítimo e necessário o problema ambiental. A questão não é mais simbólica, de meia dúzia de apaixonados pelo meio ambiente, mas de sobrevivência. É impossível imaginar políticas públicas que não considerem a vertente ambiental fundamental para qual-

quer ação humana neste País ou em qualquer parte do planeta.

Destaco nesta discussão, além da Amazônia, a Mata Atlântica, que continua sendo destruída, sobretudo depois da crise do cacau. Só restam 7% do patrimônio da Mata Atlântica, que é muito valiosa, o resto desapareceu do nosso território. A caatinga tem-se transformado em deserto e o cerrado tem desaparecido para dar lugar à fronteira agrícola, que é importante, mas não se pode deixar de levar em consideração o patrimônio natural.

Ressalto a importância de democratizarmos o debate sobre a energia em nosso País. De que matriz energética precisamos? O Presidente Lula anunciou o fortalecimento da energia renovável.

Estamos apresentando projeto que estimula todas as fontes de energias renováveis. A construção de barragens já atingiu 1 milhão de pessoas neste País, das quais 70% não receberam qualquer tipo de benefício.

Precisamos mudar o curso da política energética brasileira, começando pela transparência e democracia nas decisões. Não queremos usina nuclear. É suja, é atrasada, não atende às nossas



necessidades, é poluente e de alto risco para a sociedade! Angra III não pode ser concluída. Já jogamos muito dinheiro fora. E não temos dinheiro para isso. Portanto, precisamos investir no que é moderno, nas fontes renováveis.

Precisamos fortalecer a fiscalização nuclear no Brasil. São mais de 30 mil equipamentos espalhados pelo território nacional sem aparente controle. Quem diz isso é o Tribunal de Contas da União, é o próprio CNEN – Conselho Nacional de Energia Nuclear, órgão responsável pela promoção da atividade nuclear e radioativa no Brasil. Ele fiscaliza, mas não dá autonomia aos seus fiscais, que não têm sequer amparo legal para realizar tais fiscalizações.

Em Caetité, só este ano, ocorreram dois acidentes na mina de extração de urânio. Dois acidentes! E com usina nuclear não pode haver acidente. Ocorreram dois acidentes em Caetité, assim como em Resende. Por isso solicitamos a instalação de Comissão Externa, para tomarmos conhecimento do que vem acontecendo naqueles locais.

Enfim, o Brasil tem competência para entrar na área nuclear? Da forma como estamos tratando o assunto, anuncia-se o enriquecimento do urânio. Ele é importante? É claro que sim: é avanço

tecnológico. O Brasil precisa de tecnologia moderna, mas precisa ter responsabilidade no momento de garantir segurança à população. Não podemos permitir que se repita acidente de Goiânia. Que garantia temos de que não haverá outro acidente como aquele? Nenhuma. Não temos nenhuma garantia, porque a fiscalização ainda é muito frágil. Equipamentos radioativos estão espalhados por todo o País, muitos vêm sendo descartados. Precisamos ter muito cuidado, mas muito cuidado mesmo.

Sr. Presidente, teria muito a falar neste dia, mas tratar de meio ambiente em um único Grande Expediente é missão impossível.

São muitos os desafios e os problemas, mas temos a solução. É preciso fortalecer as ações ambientais promovidas pela Ministra Marina Silva e sua equipe do Ministério do Meio Ambiente. Estudos de impacto ambiental não impedem o desenvolvimento; muito pelo contrário, garantem o desenvolvimento saudável e duradouro. Precisamos fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; precisamos constituir conselhos municipais de meio ambiente. A sociedade também pode se organizar nos grêmios, nos bairros, nas escolas, no

trabalho, nos sindicatos, em todos os lugares deste País. A defesa do meio ambiente não se pode resumir ao dia 5 de junho; tem de ser feita todos os dias, não pode ser matéria de alguns poucos, mas de todos nós.

Sr. Presidente, ao encerrar, quero agradecer a V.Exa. e parabenizar todos os Parlamentares, destacando a atuação de todos os membros tanto da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, como das Frentes Parlamentares e de outras Comissões desta Casa que têm atuado em defesa do meio ambiente.

Por fim, parablenizo o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a Ministra Marina Silva pelas iniciativas. Como disse, são muitos os desafios, há muito que se corrigir na política ambiental deste País. E não será missão apenas de um governo, mas de todos, agora e sempre, junto com a sociedade.

Era o que tinha a dizer.





FRANCISCO TURRA

(Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza)

Encaminhamento da votação do parecer pela admissibilidade da Medida Provisória 239 de 2005 (Acrescenta art. à Lei 9.985 de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para autorizar o Poder Público a decretar limitação administrativa provisória ao exercício de atividades causadoras de degradação ambiental em área de criação de unidade de conservação e proibir a exploração ou corte raso de floresta e vegetação nativa). Avaliação crítica da proposição. Discordância do tratamento da matéria por intermédio de Medida Provisória.

Sessão 31/05/2005 – DCD 01/06/2005, p. 22046

O Sr. Francisco Turra (PP-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, farei registro que me parece muito pertinente, apesar de saber que não causará efeito algum nesta votação, até porque o texto da medida foi modificado.

Não sei por que demoramos tanto a aprovar o novo Código Florestal Brasileiro, que resolverá definitivamente todas essas questões. Fazemos remendos que aumentam ainda mais a diferença que existe entre a Amazônia e o Sul do País. A melhor forma de preservar o meio ambiente é dar ao produtor rural o direito de acesso à tecnologia. Quem não sabe que, com o aumento da produtividade, reduz-se a área de plantio? O desmatamento que se verificou nos últimos anos está agora, lamentavelmente, em escala crescente e assustadora.

Lamento muito que estejamos mexendo no texto constitucional sem termos ainda aprovado o Código Florestal. Aliás, sou autor do Código Florestal do Rio Grande do Sul, que ainda está vigendo e considero a medida provisória instrumento inadequado para tratar da matéria. Sei que o texto foi arrumado, graças ao esforço de tantos Parlamentares, a exemplo do Deputado Mendes Ribeiro Filho e do Relator, mas ainda assim não concordo com a forma com que se apresenta. A interpretação que alguns órgãos ambientais darão a esta norma será um complicador a mais para algumas regiões do Brasil.

O produtor não quer destruir o meio ambiente. No Sul do País aumentamos significativamente a cobertura verde, e sem medida provisória. Esta que apreciamos é coercitiva e pode atrapalhar a vida do pequeno produtor, especialmente.

O Código Florestal estabelecerá definitivamente este importante marco. O Deputado Moacir Micheletto deve ter razão muito boa para apressar a votação.

Obrigado.



**RODRIGO
ROLLEMBERG**

*(Protocolo de Kyoto. Mudanças Climáticas.
Desmatamento. Pacto em Defesa do Clima)*

Considerações sobre mudanças climáticas e acordos internacionais relativos ao tema, em especial o Protocolo de Kyoto e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Preponderância do desmatamento e de queimadas na emissão de gases relacionados ao efeito estufa no País. Potencial de inclusão social dos investimentos em fontes renováveis de energia. Elevada taxa de desmatamento na região do cerrado. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 1995, sobre a inclusão do cerrado na relação de biomas considerados patrimônio nacional. Oportunidade da participação da sociedade civil na elaboração de plano nacional para enfrentamento dos efeitos do aquecimento global. Propostas para política nacional de mudanças climáticas contidas no Pacto em Defesa do Clima, lançado pela Frente Parlamentar Ambientalista e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável.

Sessão 08/08/2007 – DCD 09/08/2007, p. 38851

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna esta tarde para fazer uma reflexão sobre 3 temas que considero da maior importância: mudanças climáticas, agroenergia ou biocombustíveis e ameaças ao bioma cerrado.

Como V.Exas. podem perceber, os 3 temas estão absolutamente interligados.

Desde 1992, quando da realização da Eco 92, 154 países assinaram a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A partir daí, o mundo começou a despertar para as graves consequências que o aquecimento global poderia trazer para o futuro da humanidade.

Cinco anos depois, em 1997, a conferência dos países aprovou o Protocolo de Kyoto, tratado que estabelece compromissos e metas

concretas para os países desenvolvidos no que tange à redução de emissão de gases de efeito estufa.

O Sr. Eduardo Gomes – Deputado Rodrigo Rollemberg, V.Exa. me permite um aparte?

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Pois não, Deputado Eduardo Gomes.

O Sr. Eduardo Gomes – Embora esteja no início do seu pronunciamento – e tenho absoluta certeza de que V.Exa. dará atenção a esses 3 assuntos – quero apenas dar meu testemunho à população do Distrito Federal a respeito do grande representante que trouxe para esta Casa. Também sou estreante, e tenho visto com que intensidade V.Exa. defende o Distrito Federal. E isso vem se refletindo nas avaliações positivas da sociedade de Brasília, dos seus pares de todo o Brasil e por meio das pesquisas do próprio DIAP, que apontou V.Exa. como uma liderança ascendente nesta Casa. Na qualidade de Presidente da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, quero dizer que tenho a honra de ser colega de V.Exa. e, ainda, fazer referência à qualidade, ao interesse e à forma competente como desenvolve seu mandato. Parabéns aos eleitores do Distrito Federal, parabéns aos socialistas, que têm um

grande representante. V.Exa. é o exemplo de que na Capital brasileira, no coração do cerrado, há um defensor do desenvolvimento sustentável, com grandes qualidades. Parabéns e conte sempre comigo.

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Agradeço ao Deputado Eduardo Gomes as palavras generosas. Sinto-me honrado em participar da Comissão de Mudanças Climáticas, muito bem presidida por V.Exa.

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países desenvolvidos terão obrigação de reduzir suas emissões coletivas de gases de efeito estufa em pelo menos 5%, se comparados aos níveis de 1990, para o período entre os anos de 2008 e 2012. Um dos instrumentos previstos no Protocolo de Kyoto é o MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permite que os países desenvolvidos financiem projetos de redução ou comprem os volumes de emissões resultantes de iniciativas desenvolvidas em países emergentes. Diga-se de passagem, a proposta do MDL foi originária da delegação brasileira, especialmente do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério das Relações Exteriores.

Mas foi a partir das conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, divulgadas no início deste ano, que o alarme foi disparado. A mídia deu grande cobertura e a sociedade tomou conhecimento de forma ampla de que o planeta está aquecendo. As consequências poderão ser terríveis e há um grau de certeza superior a 90% de que a responsabilidade é do ser humano.

Segundo estudiosos de todo o mundo, o aquecimento planetário se dá em função dos aumentos globais de concentração de dióxido de carbono, que se devem, principalmente, ao uso de combustíveis fósseis e à mudança no uso da terra, especialmente desmatamentos e queimadas. Já os aumentos de concentração de metano e óxido nitroso são devidos, principalmente, à agricultura.

Segundo o Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, 22,5% das emissões brasileiras decorrem da queima de combustíveis fósseis, ao passo que os desmatamentos e queimadas respondem por 75% das emissões de dióxido de carbono. O Brasil é, atualmente, o 4º maior emissor de gases de efeito estufa do mundo, em torno de 2,5% e 3% das emissões mundiais. Por outro lado, especialistas aler-

tam sobre as vulnerabilidades do nosso País em relação ao aquecimento global, que deve se manifestar sob diversos aspectos, como por exemplo: aumento na frequência de eventos climáticos extremos, sobretudo enchentes e secas, com perdas na agricultura e ameaça à biodiversidade; mudanças no regime hidrológico, com graves impactos sobre a capacidade de geração hidrelétrica; a expansão de vetores de doenças endêmicas; e a elevação do nível do mar, que afetará regiões litorâneas onde se concentra grande parte da população brasileira.

Concedo o aparte ao Deputado Rodovalho.

O Sr. Rodovalho – Nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, companheiro e amigo do Distrito Federal, parabênizo V.Exa. por este discurso. Sem dúvida, é extremamente preocupante a situação do meio ambiente. Acredito que vivemos o momento, praticamente, divisor de águas. Nossa sociedade desenvolve um estilo de vida ambientalmente não sustentável. Começamos a colher as consequências em todos esses grandes fenômenos que têm sobrevivendo. Nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, estava há pouco na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável recebendo uma comitiva de brasileiros de diversas cidades



que se opõem ao Projeto Angra III, que causará ainda mais poluição. Sou físico, professor universitário na área de Física, com especialização em ressonância magnética nuclear. Trabalhei no combate ao acidente ocorrido com o Césio-137, em Goiânia, sou praticamente vizinho daquele local, e sei a angústia que causa um problema radioativo. Temos, sim, que ter compromisso profundo com a questão ambiental, efeito estufa, aquecimento global, contaminação das águas, e com a grande decisão que definirá nosso futuro: se investiremos em usinas nucleares ou se encontraremos outra forma de energia. V.Exa. está de parabéns por esse discurso. Conte com nossa aquiescência, nossa solidariedade para lutarmos juntos por um modo de vida, especialmente pelo equilíbrio ecológico. É disso que o planeta precisa, particularmente as próximas gerações. Parabéns, Deputado Rodrigo Rollemberg!

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Agradeço ao Deputado Rodovalho, colega do Distrito Federal e lutador pelas causas ambientalistas.

O alerta feito pelo IPCC levou o mundo e, de forma muito especial, os países desenvolvidos a repensarem suas matrizes energéticas – em grande parte de origem fóssil – e a iniciarem

uma corrida em busca de fontes renováveis de energia, sobretudo o álcool ou etanol, produzido da cana-de-açúcar. Há grande expectativa também em relação ao aumento de demanda por biodiesel.

É nesse contexto que se abrem boas oportunidades e graves ameaças para o País. Se o Brasil souber aproveitar essa oportunidade com soberania, inteligência, conhecimento científico e tecnológico, responsabilidade ambiental e social, pode fazer da produção de agroenergia o maior programa de inclusão social já desenvolvido na história do País. Se, por outro lado, deixar que o mercado e os interesses privados por lucros rápidos prevaleçam sobre os interesses sociais, sem a regulação do Estado, poderemos assistir a um processo cruel de concentração de renda e de destruição de nossos ecossistemas, especialmente o cerrado.

Por isso, esta Casa, o Congresso Nacional, deve ser o firme pilar de defesa dos interesses nacionais e populares.

Nenhum país tem mais condições de se adaptar aos novos desafios que o Brasil, porque nossa matriz energética está, em grande parte, assentada em hidrelétricas. Segundo, porque nenhum país desenvolveu tecnologias tão

avançadas para a produção de biocombustíveis. Terceiro, porque 75% de nossas emissões são oriundas de desmatamentos e queimadas, ou seja, ao reduzir o desmatamento, reduzimos nossas emissões e preservamos nosso maior patrimônio: a biodiversidade.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Jofran Frejat.

O Sr. Jofran Frejat – Deputado Rodrigo Rollemberg, tenho a satisfação de saudar V.Exa., que está no seu primeiro mandato na Câmara Federal. Já o conheço há muitos anos e sei da preocupação que tem demonstrado com a ciência, a tecnologia, o meio ambiente. O Brasil tem a possibilidade de se desenvolver com o *biodiesel* e a reformulação de elementos que possam favorecer o ambiente. Seguramente, a entrada de V.Exa. nesta Casa abrilhantaré e permitirá uma discussão mais profunda dos assuntos que nos preocupam. Hoje ainda não sentimos exatamente o que pode resultar dessa agressão ao meio ambiente. V.Exa. está alertando, mais uma vez, para o que pode ser a verdadeira catástrofe deste planeta. Conte com nossos esforços para fazer com que o Brasil seja realmente uma grande Nação, livre daquela tecnologia que contaminou e poluiu o País e o planeta.

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Concedo um aparte ao nobre colega Edson Duarte.

O Sr. Edson Duarte – Deputado Rollemberg, quero parabenizá-lo pelo oportuno pronunciamento que faz nesta tarde na Câmara dos Deputados. Este é o tema que está em discussão em todo o País e em todo o mundo. V.Exa. traz uma abordagem perfeita e tecnicamente consistente. Quero apenas lembrar que estamos às vésperas de comemorar amanhã uma triste data, que diz respeito à bomba jogada em Nagasaki. Trata-se de um momento muito triste para a história da humanidade a lembrança de todas aquelas vítimas que morreram. Neste momento, a questão nuclear tem sido ressuscitada, ou querem ressuscitá-la no Brasil, sob o pretexto de que ajudaria na discussão do aquecimento global. Não é verdade. A questão nuclear é um programa atrasado, superado e não apresenta saídas para o nosso País, que possui muitas opções no campo energético. Precisamos desenvolver tecnologias e garantir que o Brasil seja exportador, além de outros produtos, de tecnologia sustentável na produção de energia. Parablenizo V.Exa. pelo pronunciamento que faz e espero que desta Casa ganhem as ruas, a sociedade



como um todo, promovendo este debate, para que se tomem providências o mais rápido possível para um plano de combate aos efeitos do aquecimento global. Esta Casa, V.Exa., todos nós precisamos liderar esta campanha no Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Agradeço aos nobres Parlamentares as palavras. Sem dúvida, este debate precisa ser aprofundado nesta Casa. O País precisa, cada vez mais, crescer em energia. Precisamos debater profundamente as alternativas mais viáveis, de maior interesse para o País.

Concederei apartes daqui a pouco.

É exatamente este patrimônio, a biodiversidade, presente sobretudo na floresta amazônica e no cerrado, que estará ameaçado pelo crescimento desordenado e descontrolado do etanol. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, 32% do total das emissões brasileiras de gases de efeito estufa provêm de desmatamentos e queimadas na Amazônia e 15%, do cerrado brasileiro. Ainda segundo especialistas, a área de cerrado desmatada no último ano foi superior à área desmatada na floresta amazônica. Estamos falando de um bioma essencial para o Brasil, dono de uma das maiores biodiversida-

des do planeta, e que vem tombando, gritando por socorro nos uivos das queimadas e arden-do em crematórios ilegais de carvoarias que abastecem siderúrgicas que, igualmente, não respeitam a lei.

Concedo um aparte ao nobre Parlamentar Roberto Britto.

O Sr. Roberto Britto – Nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, gostaria de parabenizá-lo pelo belo discurso e pelo tema também extremamente oportuno. Quero apenas dizer que existe hoje uma preocupação quanto ao etanol, pelo plantio da cana-de-açúcar. Se começarmos a desmatar para plantar cana-de-açúcar para produção de etanol, vamos esquecer exatamente dos alimentos, essenciais para a nossa vida e a vida do campo de maneira geral. Então, deve haver um limite para que também outros produtos sejam plantados em nosso País. Parabéns, mais uma vez, pelo seu belo discurso!

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Agradeço ao nobre Deputado Roberto Britto o seu aparte.

Sr. Presidente, em audiência pública recente, realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, a Profa. Mercedes Bustamante, do Departamento de

Ecologia da UnB, mostrou a importância estratégica do cerrado e as enormes ameaças que pairam sobre ele.

O cerrado ocupa aproximadamente 20% do território brasileiro. Por sua distribuição central, é a área de transição com os principais biomas brasileiros. Estão no cerrado nascentes das bacias hidrográficas do Tocantins, do São Francisco e do Paraná. A região é responsável por mais de 70% da descarga de água desses rios. Estima-se que existam 10 mil espécies de plantas nessa região, das quais 4.400 são endêmicas.

Trinta e oito grupos étnicos ainda vivem na região do cerrado.

No entanto, 15% do carvão consumido pelas siderúrgicas mineiras vêm de Goiás e 70% da produção de carvão na Bahia é clandestina e destinada às siderúrgicas de Minas Gerais. A taxa anual de desmatamento do cerrado é alarmante, de 1,5% ao ano. Apesar de sua extensão e biodiversidade, o cerrado é pouco representado no sistema público de áreas protegidas, aproximadamente 6% apenas dessas áreas.

Concedo o aparte à nobre Deputada Vanessa Grazziotin.

A Sra. Vanessa Grazziotin – Deputado Rodrigo, agradeço a V.Exa. pelo aparte que me concede e o cumprimento pelo belo trabalho que desenvolve aqui no Congresso Nacional, sobretudo na área ambiental e de ciência e tecnologia. V.Exa. me concede o aparte exatamente no momento em que fala sobre o cerrado, a região que representa nesta Casa. Entretanto, quero dar o meu testemunho sobre a sua dedicação na defesa do meio ambiente como um todo, o que o tem levado a ser um dos grandes defensores da Amazônia, apesar de não vir daquela região. V.Exa. tem participado, na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, de várias atividades que temos desenvolvido em relação à Amazônia e ao meio ambiente. Parabéns pelo pronunciamento! Acima de tudo, parabéns pelo compromisso que V.Exa. tem mostrado e declara ao Brasil, especialmente à sua região! Muito obrigada. Cumprimento-o não somente pelo pronunciamento, como também por suas atividades na Casa.

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin.

Concedo um aparte ao Deputado Julio Semeghini.



O Sr. Julio Semeghini – Nobre Deputado Rodrigo Rollemberg, serei breve. Quero me solidarizar com todos os que me antecederam e parabenizá-lo pela competência e pelo trabalho que faz para ajudar a implementar o seu partido, o PSB, que hoje tem o Ministério da Ciência e Tecnologia e representa muito bem a interface com este Congresso e com a Câmara dos Deputados. Cumprimento-o, acima de tudo, pela sensibilidade dos temas que tem escolhido, como o aquecimento global, a defesa do seu cerrado, do seu povo, da sua terra e de um País mais justo e preservado. Parabéns pela sensibilidade, pela competência e pelo brilhante trabalho que faz nesta Casa, Deputado!

O Sr. Rodrigo Rollemberg – Muito obrigado, Deputado Julio Semeghini.

É preciso uma união nacional em defesa do cerrado. Essa luta é de todos os brasileiros. Por isso, peço aos nobres colegas a aprovação urgente da PEC nº 115/95, de autoria do Deputado Gervásio Oliveira, que eleva o cerrado brasileiro à condição de patrimônio nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pouco poderá ser feito neste País no que se refere ao enfrentamento das mudanças do clima sem o apoio do Congresso brasileiro. Esta é uma cau-

sa que diz respeito ao futuro da humanidade. Não é uma questão partidária, mas filosófica e urgente, de defesa da vida.

Esta Casa já produziu avanços significativos, como a Lei nº 11.097, de 2005, que introduz o *biodiesel* na matriz energética brasileira e cria incentivos para a empresa que compre matéria-prima da agricultura familiar. A Comissão de Altos Estudos da Câmara prevê que, para cada 1% de óleo *diesel* substituído por *biodiesel*, produzido pela agricultura familiar, 180 mil novos empregos diretos e indiretos poderão ser criados. Mas precisamos avançar e podemos avançar produzindo, como disse, o maior programa de inclusão social da história deste País. Precisamos estimular as miniusinas de *biodiesel* e as mini e microdestilarias de álcool. Isso produzirá uma verdadeira revolução silenciosa no campo.

Precisamos investir fundo em pesquisas que resultem em desenvolvimento científico e tecnológico no que se refere à produção de energia por meio de biomassa, de florestas energéticas – energia a partir do hidrogênio. Precisamos estimular o avanço da cana estritamente em áreas já antropizadas, em áreas de pastagens degradadas. Precisamos estimular a utilização

de tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA de Integração Lavoura–Pecuária, consorciando a produção de grãos para alimentação e para energia com a recuperação dessas áreas de pastagens degradadas, que só no cerrado atingem mais de 50 milhões de hectares.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em recente audiência pública realizada na Comissão de Mudanças Climáticas, o Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, anunciou que o Governo brasileiro prepara a criação de um plano nacional por meio do qual o Governo e a sociedade traçariam estratégias de ação para enfrentar as consequências do aquecimento global. Queremos saudar essa iniciativa, mas é fundamental que a elaboração desse plano seja feita com ampla participação da sociedade, especialmente do Congresso Nacional e da Comissão de Mudanças Climáticas.

O momento não poderia ser mais propício. Ainda hoje, num evento organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, da qual eu faço parte, e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBEDS, com a participação de várias instituições da sociedade civil, foi lançado o Pacto em Defesa

do Clima, que propõe o engajamento de toda a sociedade na luta contra o aquecimento global, através da implementação de ações capazes de transformar a realidade, estabelecendo uma política nacional de mudanças climáticas, baseada em 10 itens:

1. O fim do desmatamento, para garantir maior governança nas florestas, e o fortalecimento das instituições responsáveis pela implementação e fiscalização;
2. Fomento a iniciativas que visam a incorporar à matriz energética brasileira, de forma sustentável, energia proveniente de fontes renováveis, aproveitamento das imensas potencialidades do País nessa área;
3. Conscientização da sociedade quanto aos efeitos adversos da mudança do clima, bem como às medidas que estão sendo tomadas para reduzir nossas emissões;
4. Identificação das vulnerabilidades do País à mudança climática, inclusive no que diz respeito à biodiversidade, e definição das medidas de adaptação necessárias;
5. O estabelecimento de metas de redução de emissões que as empresas e o País podem adotar e a formalização de uma posição internacional mais ativa e



comprometida com a redução da emissão de gases de efeito estufa, envolvendo instituições públicas, privadas e da sociedade civil;

6. Ampliação da Comissão Internacional de Mudanças do Clima, assegurando a participação ativa de outros setores da sociedade, como empresas e organizações da sociedade civil, inclusive na definição da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados ao tema;
7. Pesquisas que promovam o valor econômico de nossa biodiversidade;
8. Consideração e priorização das questões socioambientais, inclusive a mudança climática, nos programas e ações dos planos plurianuais;
9. Estimular a disseminação de eventos positivos, tais como programas de eficácia energética e a ampliação do uso sustentável de combustíveis provenientes de fontes renováveis;
10. Fomentar o desenvolvimento de um mercado nacional para energias limpas como solar, eólica, pequenas centrais hidrelétricas e outras.

O Congresso Nacional brasileiro não se furta a enfrentar essa questão, com a responsabilidade que tem, porque isso certamente nos será cobrado pelas gerações futuras.

Agradeço a V.Exa. a generosidade.

O Sr. Presidente (Narcio Rodrigues) – Cumprimos o ilustre Deputado Rodrigo Rollemberg pelo pronunciamento extremamente oportuno que produz nesta tarde, em sintonia com os principais anseios do povo brasileiro.



SARNEY FILHO

(Conferência das Partes – Mudanças climáticas, Bali, Indonésia)

Importância da realização da XIII Conferência das Partes (COP) da Convenção Marco sobre Mudança Climática, na Ilha de Bali, na Indonésia. Conveniência de assunção pelo Brasil da liderança mundial na redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Relevância do papel da Câmara dos Deputados na elaboração de políticas ambientais.

Sessão 03/12/2007 – 04/12/2007, p. 64259

O Sr. Sarney Filho (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Câmara e telespectadores da TV Câmara, gostaria de registrar a abertura da XIII Conferência das Partes (COP) da Convenção Marco sobre a Mudança Climática, atualmente, talvez o fórum internacional mais importante para essa discussão.

Sr. Presidente, em Bali vão ser discutidas as mudanças climáticas produzidas de maneira muito maior do que naturalmente seriam pela ação do homem no seu processo civilizatório. Mudanças climáticas que ameaçam o equilíbrio ecológico, a própria vida no planeta Terra, por cujas emissões os países desenvolvidos são os maiores responsáveis. Mas os países em desenvolvimento, tais como China, Índia e

Brasil, já começam a assumir a liderança nesse triste processo.

Portanto quero registrar o começo dessa discussão internacional, nossa preocupação e nossa solidariedade àqueles que querem um mundo melhor, que desejam que nosso desenvolvimento se faça de maneira mais harmônica, respeitando-se não somente a qualidade de vida dos seres humanos, mas o próprio equilíbrio da vida no planeta Terra. A agenda que se vai discutir nessa reunião é muito importante.

Meu caro Presidente, 2 coisas importantes vão se discutir lá. Primeiro, o fim do Protocolo de Kyoto, em 2012. Os países desenvolvidos signatários tinham como meta reduzir suas emissões em até 5,2% das emissões de 1990. Esse acordo, em 2012, vai findar. É necessário um novo tipo de pacto entre as nações.

Desde já, em 2007, temos de começar a preparar o terreno para que, em 2009, já haja um novo pacto internacional para cuidar das mudanças climáticas em 2013. Esses assuntos são demorados, envolvem Congresso, decisões de fóruns internacionais, exigem consenso. É preciso que, desde já, se comece a buscar um modelo, um processo de entendimento.

Quanto ao mérito, a confusão é muito grande. Há países, por exemplo, como o Brasil, como já disse, que até agora não assumiram a postura de ter uma meta de redução de suas emissões. Índia e China também não. Só que o Brasil tem um grande diferencial: 75% de nossas emissões se dão por causa do desmatamento na Amazônia. Então, se o diminuirmos, como fizemos nos 2 últimos anos – só nos últimos 10 meses começou a crescer de novo -, vamos ter assumido uma meta de redução, porque, quando ocorre o desmatamento, ocorre imediatamente o cálculo das emissões, feito no nosso único inventário até agora existente.

Pois bem, o Brasil deveria assumir uma meta, constranger países como China e Índia. Esses, sim, para assumirem uma meta de suas reduções, vão ter de mexer na sua matriz energética, nas suas emissões de gases de efeito estufa, principalmente, oriundos de combustíveis fósseis. Nós não. Para o Brasil assumir, basta que diminua o desmatamento na Amazônia. Basta isso para que o Brasil lidere o processo mundial de redução das emissões e possa, com altivez, liderar esse processo internacionalmente.

Mas há também a discussão de que o mundo deveria assumir como meta apenas um aque-

cimento de 2 graus até o fim deste século. Pois bem. Para assumir essa meta, cientificamente teríamos que reduzir, hoje, as emissões no mundo todo em 50%. Mesmo assim, já há países, como as Ilhas Maldivas e Tuvalu, que com esse aquecimento de 2 graus estarão destinados à extinção, ou seja, serão consumidos pelo aumento do nível dos mares.

Sr. Presidente, é isso que está em discussão e é por isso que esta Casa precisa ficar atenta a essas discussões. Hoje, o Poder Legislativo tem uma Comissão Mista encarregada de oferecer parecer a respeito das políticas públicas contra o aquecimento global, ou seja, mudanças climáticas. Temos também grupos de trabalho na Frente Parlamentar Ambientalista e na Comissão do Meio Ambiente.

A Câmara dos Deputados já aprovou projetos de lei importantes de autoria de Deputados, como, por exemplo, o projeto de lei que obriga o Brasil a, voluntariamente, sem nenhum compromisso internacional, assumir metas de redução. Para quê? Para aquilo que já tínhamos dito anteriormente. Há outros projetos de lei que obrigam o Brasil a fazer seu inventário de emissões a cada ano. Há outras matérias que obrigam o nosso País a adotar uma política na-

cional unificada de combate ao aquecimento global. Até agora não temos essa política. São vários Ministérios com inserções diferenciadas. Sr. Presidente, espero que essa reunião, a Conferência da Partes, que se vai dar também junto com aqueles que assinaram o Protocolo de Kyoto, traga esperança não só para o Brasil, mas também para o mundo, de que vamos encontrar o caminho comum da convivência, para que possamos assegurar a melhoria do bem-estar da raça humana e também da vida do planeta Terra.

Que o Brasil possa unificar a sua linguagem e assumir a liderança nesse processo tão importante, já que o nosso País é megadiverso, ou seja, é um País que vai ser sempre o berço de futuros inventos genéticos, porque nós temos o maior banco genético da Terra, que está espalhado nas nossas florestas tropicais, que estamos destruindo mesmo sem conhecê-las.

Sr. Presidente, espero também que de lá saia uma solução para que as nossas políticas possam combater com eficácia o problema, inclusive decretando-se o desmatamento zero.

Afora tudo isso, quero dizer que talvez os outros Poderes tenham dúvidas se estão



cumprindo com as suas obrigações, mas nós, da Câmara dos Deputados, temos a certeza de que, nesse aspecto, cumprimos nosso papel.

O Sr. Presidente (Cleber Verde) – Deputado Sarney Filho, esta Presidência parabeniza V.Exa. pelo discurso tão oportuno, que certamente revela a preocupação desta Casa com relação à questão ambiental. Aliás, o Deputado Arlindo Chinaglia já tomou providências no sentido de compensar o impacto ambiental com a plantação de milhares de árvores no Estado de São Paulo. Parabenizo V.Exa., Deputado Sarney Filho, que tão bem representa o Estado do Maranhão.



MIRO TEIXEIRA

(Klabin, Israel; Ricupero, Rubens. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável)

Realização de conferência internacional sobre meio ambiente, na Ilha de Bali, Indonésia. Matéria sobre a posição brasileira no evento, dos Profs. Israel Klabin e Rubens Ricupero, publicada pelo jornal O Globo. Pedido de encaminhamento do pronunciamento do Parlamentar ao Ministério das Relações Exteriores.

Sessão 28/11/2007 – DCD 29/11/2007, p. 6353

O Sr. Miro Teixeira (Bloco/PDT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre os dias 3 e 14 será realizada a Conferência de Bali sobre meio ambiente.

Em alguns momentos, o Brasil assumiu a hegemonia da discussão ambiental; temos autoridades fantásticas no assunto e enormes interesses a preservar, como, por exemplo, a Amazônia.

Nessas oportunidades, geralmente podemos ler trabalhos muito profundos, profícuos, produtivos. Muitas intenções são manifestadas, mas, dificilmente, encontramos algo como a matéria hoje publicada no jornal *O Globo*, à pág. 36.

Venho, então, à tribuna dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que essa é uma matéria a ser lida. Ela é uma exceção, um artigo bem fundamentado, com conclusões e propostas. É difícil encontrar, em tão curto espaço, com tamanhas

limitações, propostas tão objetivas a serem assumidas como posição brasileira.

E, por imaginar que a Câmara dos Deputados possa apoiar essas sugestões, é que passarei a lê-las, indo direto ao final do artigo. O trabalho, ressaltado, é dos Profs. Israel Klabin e Rubens Ricupero, membros do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.

É a proposta contida no referido artigo:

“1º) A posição brasileira deveria ser ‘diferenciada’ em relação tanto aos desenvolvidos, quanto aos países de matriz energética ‘suja’ como a China e a Índia. Nosso papel deveria ser de intermediário e facilitador, como foi nos dois grandes momentos de nossa ação no tema: a Conferência do Rio de Janeiro em 1992 e a definição do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo em 1997;

2º) O Brasil tem de reconhecer sua responsabilidade nas queimadas na Amazônia e outros pontos do território, inclusive nas relacionadas à colheita de cana, comprometendo-se a pôr fim ao desmatamento por meio de metas quantificáveis;

3º) Para tanto, seria lógico incluir as florestas nativas num expandido Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, exigindo-se compensações pela contribuição à redução das emissões, pelos serviços ambientais prestados à comunidade internacional, inclusive em matéria de biodiversidade, e pela renúncia a outros usos legítimos do solo;

4º) O Brasil se empenharia em tentar coordenar posições comuns com os países da América Latina, evitando o isolamento no qual se encontrou com frequência em temas como os das florestas. (...)

5º) As políticas brasileiras nas negociações e foros internacionais deveriam ser objeto de consulta transparente com os setores interessados da sociedade civil, em processo genuíno de informação, diálogo e intercâmbio de opiniões.”

Sr. Presidente, peço a transcrição na íntegra deste artigo.

Mais do que isso, se as Sras. e os Srs. Deputados concordarem, imagino que, por intermédio da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, poderíamos encaminhar essa proposta ao Ministério das Relações Exteriores.

O Deputado Marcelo Itagiba, que aqui está, também leu o artigo e, entusiasmado, veio ao

plenário a fim de igualmente pedir sua transcrição. Mas, como eu estava inscrito, S.Exa. pediu que eu o requeresse também em seu nome, o que faço no momento.

Vejo que o Deputado gostaria de um aparte, mas, lamentavelmente, presumo que este horário não me permite concedê-lo. Se por generosidade de V.Exa. eu puder conceder, Sr. Presidente...







RIO+20 (EXPECTATIVAS E PROPOSTAS)



ALFREDO SIRKIS

(A economia verde e a governança)

Frente Parlamentar Ambientalista – Rio+20
Em Busca De Uma Economia Sustentável
Câmara dos Deputados – 27/3/2012.

O Sr. Deputado Alfredo Sirkis – Inicialmente queria agradecer muito ao Sergio Besserman por ter evitado que esta reunião fosse, como tantas outras, extremamente abstrata, uma nuvem de palavrório em torno da Rio+20. Colocou o dedo na ferida, na essência das coisas. Eu vou procurar, sem o mesmo brilho dele, atuar exatamente na mesma linha.

A Rio+20 tem duas grandes características. Por um lado, é uma conferência oficial das Nações Unidas, com 193 países que precisam decidir por consenso aquilo que conseguirem aprovar. Por outro lado, é um processo político multifacetado que envolve segmentos da sociedade internacional e da sociedade do país que está sediando essa reunião, onde é possível se avançar politicamente. Refiro-me a ideias, mobilização em torno de ideias, mobilização em

torno de propostas dentro da nossa sociedade e do mundo como um todo, da sociedade civil globalizada. Diante disso, temos de escolher qual é o nosso caminho, o nosso nicho.

Existe, com legitimidade, uma quantidade enorme, uma plethora de discussões sendo colocadas na Rio+20 que não são os dois temas da conferência oficial, que vêm a ser economia verde e governança. Mas vou inicialmente falar desses dois temas. Quer dizer, nem vou falar sobre governança, porque nada acontecerá na conferência internacional das Nações Unidas sobre governança. Nada vai acontecer. Vão mudar o nome de um programa, que é o PNUMA, para uma agência e vão transformar uma comissão em conselho. Seria toda uma outra discussão saber por que nada vai mudar em termos de governança. Mas a realidade é essa.

Onde pode eventualmente haver algum avanço, desde que, de fato, as coisas mudem profundamente, é na questão da economia. Quero dizer que não achei muito feliz a escolha do nome “economia verde”, não porque eu não seja favorável à economia verde, e sim porque é um conceito confuso, traz um ruído de comunicação e uma série de polêmicas que não têm nada a ver com aquilo que se quer discu-

tir. As pessoas que não têm discurso, que estão presas ao passado, a polarizações do passado, de repente, descobrem um mote para começar a discutir se é neoliberalismo ou não, quando, desculpem-me, o neoliberalismo está enterrado, está morto que nem um vampiro, que nem o Drácula, com uma barra de madeira cravada no peito. Não é essa a discussão.

A melhor forma de discutir o assunto é sair do campo conceitual e ir para o campo prático. A Conferência das Nações Unidas, em vez de fazer um documento balofo, de obesidade mórbida, de mais de 100 páginas, deveria considerar quatro, cinco, seis pontinhos singelos, para ver se avança alguma coisa.

Nós tivemos a oportunidade, em nossa Subcomissão, de estabelecer essa discussão e propor quatro pontos, simples, singelos. Possivelmente, haverá outros, mas vamos começar.

Em primeiro lugar, temos que discutir e questionar profundamente o PIB como o grande alfa e ômega dos indicadores em termos de desenvolvimento. Não é. O PIB não é isso. É muito boa uma metáfora, um exemplo que foi dado pelo nosso colega Deputado Eduardo Azeredo, que falou da Ilha de Espanhola, onde ficam dois países, a República Dominicana e o Haiti. Ao lon-

go da história, por uma série de razões que não vem ao caso considerar, a República Dominicana preservou as suas florestas, e o Haiti destruiu completamente as suas florestas. Quem sobrevoa a Ilha de Espanhola vê, de um lado, a parte florestada e, do outro, a parte completamente desmatada. Isso coincide com a fronteira dos dois países. Hoje em dia, o Haiti é o país mais pobre da região, com uma série de situações que conhecemos. Quando se deu esse processo, durante a fase em que se promovia esse amplo desmatamento, como se comportavam os PIBs do Haiti e da República Dominicana? É claro que o PIB do Haiti estava lá em cima, e o da República Dominicana estava cá embaixo. Só esse exemplo nos mostra que o PIB, simplesmente, não quer dizer nada.

Uma comissão de notáveis, tendo à frente Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, foi encarregada pelo Presidente Sarkozy de elaborar um estudo sobre um novo indicador. Eles produziram um catauau. É até muito interessante. Foi redigido numa linguagem acessível a cada um de nós. Não está em economês, está numa linguagem que conseguimos entender rapidamente. E existe ali uma profusão de questões que deveriam fazer parte do indicador.

Penso que deveria haver uma simplificação, sendo incorporados alguns vetores fundamentais em termos ambientais e sociais. A ONU tem condições de fazer isso a tempo da conferência no Rio? Não, é claro que não. Mas ela pode aprovar como princípio o fato de que o PIB já era e que precisamos de um novo indicador. Se a Conferência for capaz de fazer isso, já será um avanço fantástico.

Segundo ponto: recomendação para que os países mexam nos respectivos sistemas tributários. Não seria aumento da carga tributária, pelo menos não em todos os países – alguns, de fato, precisam aumentá-la. Seria considerada, ao menos, a substituição de tributos que são regressivos do ponto de vista ambiental e social por tributos que levem em conta questões como intensidade de carbono, biodiversidade.

Falo de tributos, e falo também de subsídios. Toda política de taxação, de subsídio, de não taxação precisa ser revista à luz da preocupação com as mudanças climáticas e com a extinção da biodiversidade no planeta. Isso tem que ser uma parte integrante dos critérios que compõem os sistemas de tributação dos 193 países que estão ali.



Também tem que se discutir a questão de taxas internacionais. Há toda a discussão sobre a Tobin *tax*. Neste momento os recursos nas mãos dos Estados nacionais e dos Governos são relativamente limitados. Há trilhões – trilhões – de dólares nas mãos do capital especulativo. Tem que haver uma estratégia inteligente para direcionar esses trilhões que estão ali, andando feito espectro que ronda a Terra, a que o Sergio se referiu, para uma economia produtiva, de um lado, geradora de emprego e renda, e de baixo carbono, de outro. Um dos instrumentos nesse caso pode ser uma taxa, como a Tobin *tax*, que tem sido muito discutida por aí afora, dentro de uma perspectiva que estimule a economia de baixo carbono e a preservação da biodiversidade.

O terceiro ponto seria um investimento público no campo desses 193 países e das agências multilaterais. Seria um New Deal planetário, com grande investimento público gerador de empregos nas áreas de reflorestamento, recuperação ambiental, energias limpas e renováveis, saneamento, habitação, com toda a perspectiva verde incorporada, evidentemente. Uma coisa é construir casas e edifícios totalmente divorciados do ambiente natural,

outra é fazer isso com aquecimento solar de água, energia solar, economia de eletricidade, de água. Cabe, então, um grande investimento público, uma visão nekeynesiana com conteúdo de economia verde.

Finalmente, atribuição de valor econômico aos serviços ambientais prestados por ecossistemas. É totalmente absurdo que os serviços que são prestados pela Floresta Amazônica, em termos de absorção de carbono e renovação de oxigênio, que são prestados pelo Pantanal, que são prestados pelos manguezais, que o novo Código Florestal quer destruir, é totalmente absurdo que esses serviços ambientais sejam precificados, considerados como algo que não vale nada, que está aí para ser tasgado, como se diz no Rio de Janeiro. Tem que haver o reconhecimento do valor econômico intrínseco desses serviços ambientais.

Eu falei de quatro, mas há outras importantes questões que poderiam ser consideradas. Se essa conferência fosse capaz de definir que esses quatro pontos são princípios válidos para serem posteriormente esmiuçados, dentro da lentidão que é peculiar ao processo das Nações Unidas, essa conferência não estaria perdida, já seria um avanço.

Tenho ouvido muito se falar de metas. Quero dizer o seguinte: seria positivo que a Rio+20 definisse metas numa série de campos; agora, ao fazer isso, não dá para esquecer que já definimos metas. A Agenda 21, aprovada na Rio 92, é um conjunto de metas e ações. Existem as metas do milênio. Certo, são para os países em desenvolvimento, não alcançam todos os países. Mas é complicado começar a definir metas sem fazer o balanço das metas que anteriormente definimos.

Um dos grandes problemas da Rio+20 é que não está previsto um momento em que ela realize, de fato, um *follow-up*, um *check-list* da Rio 92, o que acho seria totalmente pertinente. Se temos uma conferência que fecha um ciclo iniciado há 20 anos pela Rio-92, tínhamos que ter um momento em que se fizesse o *check-list* da Convenção do Clima, da Convenção da Biodiversidade, da Convenção da Desertificação e da Agenda 21, para ver o que fizemos, onde avançamos, onde não avançamos. Então, para estabelecer realmente novas metas, o que acho louvável, temos de fazer um balanço do que diabo aconteceu com as metas que anteriormente foram fixadas.

Para concluir, duas palavras sobre a questão do clima. É evidente que não pode haver discussão de economia verde nem de governança internacional que esteja divorciada da discussão sobre o clima, por razões óbvias. Como isso é impossível na conferência oficial, resolvemos fazer algo. A iniciativa não é minha – tive apenas a ideia –, é das Subcomissões Rio+20 do Congresso Nacional, tanto do Senado quanto da Câmara, das Comissões de Meio Ambiente, de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia do Congresso Nacional, com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do Estado de Pernambuco e de algumas organizações não governamentais. A singela iniciativa é chamada de Desafio Rio-Clima, Rio Climate Challenge, que consiste numa espécie de jogo de guerra que, na verdade, é um jogo profundamente de paz. É uma simulação entre grupos de contato de diversos países do que seria um acordo internacional que atendesse, de fato, aos parâmetros da ciência.

Sabemos que hoje o IPCC diz que a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera terrestre não pode ultrapassar 450ppm. Para termos 50% de chance de que a temperatura se mantenha em 2 graus, coisa que o Sergio



diz ser praticamente impossível, com o que até concordo, é necessário manter a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera nesta proporção, 450ppm. Há, contudo, um abismo em relação ao conjunto de metas obrigatórias assumidas pelos países signatários do Anexo I do Protocolo de Kyoto e às chamadas NAMAs, as metas voluntárias. Se todos cumprirem religiosamente isso tudo, ainda assim haverá uma distância abissal, chamada de *gap*, no linguajar climático internacional.

Então, o objetivo desse exercício é justamente ver o que seria necessário para, de fato, lidar com essa questão do *gap* e mostrar para a sociedade global, dentro da linha apresentada aqui pelo Sergio Besserman, diante da emergência planetária relacionada à questão climática, que é possível e necessário proceder dessa maneira. Provavelmente teremos mais de um cenário a respeito de como isso pode ser alcançado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



ALINE CORRÊA

(Cidades sustentáveis)

Resultados positivos da realização do Fórum Campinas+21, realizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo. Temas debatidos durante o evento.

Sessão 29/03/2012 – DCD 30/03/2012

A Sra. Aline Corrêa (PP-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero compartilhar com toda esta Casa de Leis os primeiros resultados positivos do “Fórum Campinas + 21”, realizado no The Royal Palm Plaza, nos últimos dias 26 e 27 de março. Durante os dois dias de trabalho, cerca de 450 convidados, entre lideranças políticas, empresariais e gestores públicos, assistiram a seminários que discutiram temas extremamente atuais: “Mobilidade Social e Educação em Direitos Humanos”, com a presença da ministra Maria do Rosário, e “Cidades Sustentáveis”, sob a minha coordenação.

O objetivo deste ambicioso projeto do Fórum das Américas, da Anhanguera Educacional e do Instituto Sustentar foi traçar um plano de metas capazes de aliar o desenvolvimento

econômico ao crescimento sustentável para a Região Metropolitana de Campinas, no primeiro dia do Fórum Campinas +21. Com apoio do Grupo RAC de Comunicação, o Fórum defendeu a união permanente de forças para traçar um caminho ordenado para a região responsável por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de São Paulo.

Os problemas e as soluções que foram temas de debates neste encontro de líderes regionais serão apresentados em uma carta compromisso na Rio+20, uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável, que será realizada no Rio de Janeiro entre 13 e 22 de junho. Aliás, faço minhas as palavras do diretor do Núcleo de Sustentabilidade da Associação das Nações Unidas Brasil (ANUBRA) empresário Fernando Garnero, principal idealizador do Fórum Campinas+21, que em seu discurso de abertura do evento afirmou que “o debate de soluções é a tônica para um desenvolvimento consciente”.

Outro dado relevante, e que merece registro, é o fato de ter sido a primeira vez que Campinas, cidade que é sede de grandes debates empresariais e tecnológicos, foi alçada à condição de polo nacional de discussões sobre susten-

tabilidade. E a pauta que discutimos nos últimos dois dias, nobres Pares, não é a agenda do amanhã. Estamos falando das ações e decisões que devem ser assumidas a partir de agora. Este será o mais importante diferencial dos agentes públicos já nas eleições municipais de 2012. Gestores públicos que não se comprometerem com a sustentabilidade estarão fadados ao insucesso.

Por fim, insiro neste meu pronunciamento, para que fiquem registrados na ata dos trabalhos do Legislativo Federal, trechos do discurso do presidente do Grupo RAC, empresário Sylvino de Godoy Neto, que valorizou o caráter apartidário do Fórum “Campinas+21”. Segundo ele, “interesses e vaidades devem ser deixados de lado quando o assunto em discussão é o crescimento sustentável. Além disso, disse, é fundamental que todos os componentes do debate sejam utilizados de forma conjunta, com objetivo claro e definido de evitar impasses e permitir a viabilização do progresso dentro de um contexto de preservação”.

Era o que tinha a destacar. Muito obrigada.



ARNALDO JARDIM

(Legislação sobre resíduos sólidos)

Elogio à Presidenta Rose de Freitas. Congratulações ao Deputado Newton Lima pela iniciativa de criação de Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional. Criação da Política Estadual de Resíduos Sólidos e do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos, em São Paulo. Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, no Rio de Janeiro. Importância dos investimentos da prevenção de catástrofes naturais. Realização das eleições municipais de 2012. Adoção de agenda positiva pela Casa. Necessidade de definição das votações de matérias de interesse do País. Comprometimento do orador com o desenvolvimento sustentável do País. Realização da 5ª edição do Campus Party Brasil, evento de tecnologia e inovação, em São Paulo, Estado de São Paulo. Aprovação de medidas destinadas à mitigação dos efeitos da crise financeira internacional.

Sessão 08/03/2012 – DCD 09/03/2012

O Sr. Arnaldo Jardim (Bloco/PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Rose de Freitas, Sras. e Srs. Deputados, o dom divino da reprodução, da maternidade, aliada a isso, comprovada e cientificamente, uma capacidade superior à do homem de suportar a dor, tudo isso significa mulher, mãe, trabalhadora, capacidade de poder acumular tarefa e ser o esteio da família.

Permita-me, Deputada Rose de Freitas, dar-lhe um grande abraço. Você, que, além de ser mulher, do ponto de vista de gênero, acresce a isso, e isso faz toda a diferença, uma compreensão do papel da mulher. Exerce isso, simboliza isso, encarna isso. Você é guerreira, enfrenta contradições. Você tem a capacidade de inovar e, muitas vezes, estimular-nos. Você fez isso há poucos instantes quando eu, ao seu

lado, tentava conversar sobre determinada circunstância política. Você tem essa têmpora de pensar adiante, seguir adiante. Eu sou seu fã e quero simbolizar num grande abraço toda a saudação à mulher.

Quero dizer da minha alegria de perfilar ao lado do Newton Lima, que conheço desde os tempos de estudante. Ele orgulha a todos nós, Reitor que foi de uma universidade federal e também Coordenador-Geral do Conselho de Reitores das Universidades do Brasil. O seu início de mandato tão curto, mas já tão intenso, é um reflexo da sua capacidade. Estamos juntos. Vamos fazer essa Frente existir. Aquele repto que lançamos à Presidente da Casa, Deputada Rose de Freitas, de termos aqui uma Comissão Geral em que a Casa, como um todo, possa discutir esse problema, que é estratégico, é fundamental para o País e, tenho certeza, será realidade. Parabéns, Newton, por essa iniciativa!

Agrego aqui, neste minuto restante, Sra. Presidente, três pronunciamentos. O primeiro retrata iniciativas que conseguimos no âmbito do Governo de São Paulo, que concretiza uma Política Nacional de Resíduos. Lá já existe a implantação de política de logística reversa em quatro setores. Estamos assinando também acordos

setoriais, e foi tudo fruto daquele projeto que nós conduzimos aqui com o apoio de todos e que instituiu a Política Nacional de Resíduos.

O segundo pronunciamento é uma reflexão minha que tem a ver até com essa questão que conversávamos sobre medidas provisórias, sobre os desafios maiores que teremos na legislação, para falar lá da Comissão de Minas e Energia, Deputada Rose, onde tantas vezes estivemos juntos, o desafio do novo marco regulatório da mineração, a renovação das concessões no setor elétrico, a vinda agora da nova Presidenta da PETROBRAS, e ontem entramos com requerimento que deverá acontecer de forma muito breve.

E, finalmente, há uma reflexão nossa sobre outra área, a da juventude que agrega, de novas referências de instrumentos, novas formas de linguagem que vimos em São Paulo naquele evento da Campus Party. Aqui nós fizemos uma reflexão. Estamos inclusive tentando discutir de que forma esses instrumentos modernos podem alterar a relação entre representantes e representados, Deputados e eleitores, Poder constituído e sociedade.

Estas são algumas reflexões que semanalmente nós divulgamos naqueles que são os artigos dos jornais de São Paulo.

Muito obrigado, Deputada Rose. Um grande e querido abraço a V.Exa., e a todas as mulheres o nosso respeito.

A Sra. Presidenta (Rose de Freitas) – Parabênizo V.Exa. por todas as iniciativas que sempre tomou nesta Casa, dinamizando os trabalhos. V.Exa. é um exemplo de Parlamentar. Agradeço ao nobre Deputado as generosas palavras.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, as recentes legislações sobre resíduos sólidos têm mobilizado o poder público, o setor empresarial e a sociedade no sentido de colocar em prática as diretrizes estabelecidas pelos marcos regulatórios.

O Palácio dos Bandeirantes foi palco de um marco histórico, ocasião em que estivemos com o Governador Geraldo Alckmin, o Secretário de Meio Ambiente, Bruno Covas, e representantes do setor produtivo durante a assinatura dos termos de compromisso de res-

pensabilidade pós-consumo, um importante passo para a implementação da lei estadual em harmonia com a lei nacional que estabelecem a gestão e o gerenciamento adequados dos resíduos sólidos.

Responsáveis pelas aprovações da Política Estadual de Resíduos Sólidos (nº 12.300/2006) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (nº 12.305/2010), comemoramos a vocação vanguardista do Governo paulista ao avançar na seara de políticas públicas para alicerçar um desenvolvimento sustentável, ambientalmente correto, economicamente viável e socialmente responsável.

ACORDOS SETORIAIS E TERMOS DE COMPROMISSO

Os Termos de Compromisso Setoriais de Resíduos Sólidos entre a Secretaria de Meio Ambiente, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e representantes paulistas dos setores de óleos lubrificantes, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, de materiais de limpeza e afins, agrotóxicos e de pilhas e baterias portáteis, estabelecem como irão funcionar os sistema de logística reversa dos resíduos pós-consumo das embalagens em cada um desses setores e terão início imediato.



Os modelos serão acompanhados periodicamente pela CETESB e poderão ser revistos e modificados se e quando houver necessidade.

Ao todo, são quatro modelos diferentes de responsabilidade pós-consumo. São eles:

Embalagens de óleos lubrificantes: seus representantes criarão um sistema próprio para o recebimento e coleta das embalagens;

Embalagens de produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, materiais de limpeza e afins: as entidades representativas vão estabelecer convênios com as Prefeituras e cooperativas de materiais recicláveis para coleta das embalagens;

Embalagens de agrotóxicos: um dos setores mais adiantados em relação à logística reversa, pois realiza um trabalho desde 1997, vai usar os canais de comércio próprio desses insumos para coleta das embalagens;

Pilhas e baterias: o setor vai utilizar os canais dos grandes comércios varejistas para coleta das embalagens.

SISTEMA DECLARATÓRIO

Importante instrumento das políticas de resíduos sólidos, o Sistema Declaratório de Informações foi objeto do convênio assinado entre

o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, o Sindicato da Indústria da Construção Civil (SINDUSCON-SP) e a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), com o objetivo de instituir um mapeamento que permita construir indicadores relativos a geração, transporte e destinação final dos resíduos sólidos.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

No evento, ainda foi anunciado o repasse de R\$ 1,750 milhão por meio do Ministério do Meio Ambiente para a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

PROGRAMAS ESTADUAIS

Também foi criado o Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos, que, entre outras medidas, estabelece:

- » Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- » Apoio à gestão municipal de resíduos sólidos;
- » Apoio a reciclagem, coleta seletiva e melhoria da destinação final de resíduos;

» Educação ambiental para gestão de resíduos sólidos.

LEGADO PARA O FUTURO

O protagonismo do Estado de São Paulo em relação à gestão dos resíduos sólidos e sua legislação própria, por meio do Governador Geraldo Alckmin, do Secretário de Meio Ambiente, Bruno Covas, e equipe, a qual saúdo na figura do Secretário-Adjunto Rubens Rizek, serve para reafirmar convergências com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O evento é um sinal claro para que Estados e Municípios incorporem e coloquem em prática as diretrizes dos marcos legais, além de um alerta ao setor empresarial de que o caminho a ser seguido é por meio do diálogo e da cooperação, princípios de uma responsabilidade compartilhada, pois a negação quanto à adequação de determinado segmento levará a medidas de coerção.

Às vésperas da realização da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, as políticas públicas para destinação e tratamento adequados dos resíduos sólidos são uma realidade inexorável e que vieram para ficar.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a retomada dos trabalhos na Câmara Federal traz grandes desafios, entre os quais destaco: a aprovação de medidas para mitigar os efeitos da crise internacional, deliberar sobre questões previdenciárias e definir proposições de prevenção a catástrofes, além disso tratar de temas que repercutirão na Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, momento em que o mundo estará olhando o Brasil. O tempo é curto, o ritmo dos trabalhos precisa ser intenso, pois a sociedade não pode esperar!

Relembro que, durante o recesso parlamentar, no mês de janeiro, realizamos uma reunião da chamada Comissão Representativa, a qual mais uma vez integrei. Apresentei a solicitação para convocar o Ministro da Integração Nacional a prestar contas sobre a falta de recursos empenhados e não investidos na prevenção de catástrofes naturais, o que poderia ter evitado tragédias como as que mais uma vez testemunhamos na “época das chuvas” – confira o artigo Chuvas: Tragédias do descaso.



ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Reconheço que ano eleitoral é sempre mais conturbado. A partir de junho, a dinâmica das eleições estará muito presente e envolverá os Parlamentares. Lideranças em suas regiões, sua participação é fundamental na eleição de candidatos a prefeito e vereador dos seus partidos. Apesar de ser um momento salutar para o aperfeiçoamento da democracia, o acirramento dos embates regionais não pode inviabilizar a votação de uma agenda positiva no Congresso Nacional. Por isso, reitero aqui o compromisso de fazer com que a discussão de méritos se sobreponha às querelas partidárias.

AGENDA POSITIVA

Relembro alguns itens que deverão tornar a pauta muito densa e com consequências muito importantes para a vida de todos os brasileiros. Primeiramente, existe um debate em torno de um conjunto de medidas para mitigar os efeitos da crise internacional, em especial na Zona do Euro, e que permitam a manutenção de crescimento de nossa economia: desonerações tributárias de setores estratégicos; medidas de prevenção a um possível/quase certo aumento das barreiras protecionistas; barate-

amento do crédito para fortalecer o mercado interno; garantia dos investimentos necessários em infraestrutura – confira o Manifesto em prol da Infraestrutura e o PL sobre as Parcerias Público Privadas – PPPs.

Em suma, o nosso desafio é trabalhar para que o País tenha iniciativa e a Câmara dos Deputados participe ativamente deste esforço coletivo, envolvendo Governo, Legislativo, Judiciário e toda a sociedade. Todavia, não podemos abrir brechas ao “descritério”, como, por exemplo, o uso de recursos do BNDES para favorecer determinado segmento, corporação ou empresa. É preciso ter critérios balizados pelo interesse público!

Existem votações e impasses que se arrastam desde o ano passado e que precisam de uma definição. No começo de março, teremos a votação do Código Florestal, um tema espinhoso que coloca em lados opostos produtores rurais e ambientalistas. Também há questões referentes à Previdência Social, como a rediscussão sobre o Fator Previdenciário e a aprovação do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (FUNPRESP), que deverão ter prioridade.

Deveremos ainda votar em 2º turno a PEC 270, que trata da aposentadoria integral dos servi-

dores públicos, da aposentadoria por invalidez permanente, independentemente da causa, além de uma série de medidas que sugerimos como prioridades, como a Política Nacional de Defesa Civil e de Prevenção de Catástrofes, para que não fiquemos discutindo sobre “o leite estar derramado”. Na área de energia, há o debate fundamental sobre a questão das concessões do setor que vencem em 2015, além do novo Marco Regulatório do Setor de Mineração – confira o artigo Urgência para o setor de energia.

COMPROMISSO PÚBLICO

Especificamente sobre o nosso mandato, vou priorizar uma agenda compromissada com o desenvolvimento sustentável, em que destaco:

- » A implantação da comissão encarregada de discutir uma nova legislação sobre a biodiversidade;
- » A realização do Seminário sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e apresentar o parecer conclusivo sobre a questão no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento;
- » O acompanhamento in loco da implementação de todos os pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

Estes três temas ganham ainda mais relevância às vésperas da Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será realizada no final deste semestre.

Portanto, este é o momento de arregaçar as mangas e correr contra o tempo para que possamos debater, deliberar e avançar na definição de questões estratégicas para o futuro do País.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de São Paulo abriga o principal evento de inovação do País. A 5ª Campus Party reúne cerca de 200 mil visitantes e sete mil “residentes fixos” que vão morar em barracas dentro das dependências do Anhembi, na Capital paulista, um evento grandioso que demonstra a força da chamada “Geração Z”, que nasceu em plena era digital, utiliza a Internet, os smartphones e as redes sociais com a mesma desenvoltura com que a minha geração fazia uso do rádio e da TV. Eles são o reflexo de uma das maiores inovações da história que produz transformações imensas na nossa sociedade.

UMA CIDADE DIGITAL

Em pauta, haverá palestras sobre empreendedorismo, concursos para o desenvolvimento



de aplicativos que podem gerar novas empresas e planos de negócios. Neste ano o tema principal é o projeto de lei americano SOPA (Lei para parar a pirataria on-line), adiado indefinidamente após uma série de protestos na Internet, que teve seu ápice na demonstração de repúdio com o Wikipédia, que bloqueou a versão em inglês da enciclopédia digital por um dia inteiro. Resisto, neste instante e espaço, à ideia de discutir um assunto tão instigante, que facilmente renderia um novo artigo, mas destaco a possibilidade de acompanhar as transmissões on-line do evento (**live.campus-party.org**), assim como disponibilizo a sua programação completa (**bit.ly/cp-agenda**).

O público, em sua maioria, é formado por jovens ensejados a sonhar por um mercado extremamente dinâmico, capaz de catapultar ao restrito mundo dos bilionários jovens como Mark Zuckerberg, o fundador da rede social Facebook, de apenas 27 anos, um dos mais proeminentes ícones desta geração.

Um ideal que me faz lembrar a celebre frase de Glauber Rocha: “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Os instrumentos de trabalho desses jovens são outros, bem mais modernos, como computadores e laptops, telefones que

fazem de tudo, em meio a um dinamismo sem igual, uma interação global capaz de criar uma linguagem própria e estabelecer novos costumes e comportamentos!

NÚMEROS CRESCENTES

O Brasil é o quarto país em presença nas redes sociais, 97% dos internautas estão em redes de relacionamento como o Twitter e o Facebook. O número de usuários do Facebook atingiu a impressionante marca de 36 milhões de brasileiros.

APRENDER SEMPRE

Reconheço que no início desta “Revolução Digital” estava cauteloso sobre a necessidade de incorporar estas ferramentas ao nosso mandato. Lembro das primeiras reuniões com a minha equipe, quando discutíamos as possibilidades de atuação em cada uma das redes sociais.

Acredito que uma das melhores definições é de Gil Giardelli, especialista no Mundo.com, com 12 anos de experiência: “Um bom conteúdo de redes sociais é aquele que gera relacionamento, engaja e estimula o diálogo não apenas com os seus usuários, mas também entre os usuários. Deve ser simples, relevante, interessante e natural, além de colaborar para a construção da sua identidade no universo digital”.

APÓS PENAR NO INÍCIO, HOJE NÃO CONSIGO
VIVER SEM...

Atualmente, tenho 2.264 seguidores no Twitter Arnaldojardim e 5.911 pessoas que acompanham a minha fan page no Facebook. Além de contar com um blog (266 membros) e um site oficial, com cerca de 100 visitas diárias. Trata-se de passos iniciais para um mandato participativo! A intenção é estabelecer uma via de duas mãos: numa apresento meus artigos, relato minhas atividades e exponho minhas opiniões; na outra recebo um feedback imediato, sugestões, críticas e elogios de internautas.

Essa vivência nas redes sociais me permite interagir diretamente com o cidadão, sem interlocutores, debater desde grandes temas nacionais, como também demandas específicas de uma cidade. Mais do que isto, permite-me aprender com gente criativa, em meio a uma nova linguagem, capaz de renovar a prática política, criar novas referências entre os cidadãos e seus representantes, estimular um novo tipo de democracia participativa.

Este é um caminho sem volta, onde não há lugar para meias verdades, discursos prontos. A regra básica é interagir, buscar sempre o diálogo, pois quem não se acostumar/adequar a

essa nova realidade, principalmente em se tratando de uma pessoa pública, estará perdendo o bonde da história.





ASSIS CARVALHO

(Rio+20 – Economia verde)

Promoção de evento no Auditório Nereu Ramos da Casa, com vistas à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Encontro do orador com o Diretor-Geral interino do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Ramon Flávio Rodrigues.

Sessão 29/03/2012 – DCD 30/03/2012

O Sr. Assis Carvalho (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste momento o Brasil se prepara para a Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Este Parlamento esteve reunido no último dia 27, no Auditório Nereu Ramos, num evento coordenado pelo Deputado Sarney Filho, da Frente Parlamentar Ambientalista. Entre os participantes, registro a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, do Ministro Paulino Franco, Chefe da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty, e também de Hélder Muteia, representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO.

Sobre o evento, deixo aqui algumas considerações, seguindo a linha do que disse Hélder

Muteia no que diz respeito aos diálogos sobre o desenvolvimento sustentável:

1. A questão da segurança alimentar, compreendendo o combate à extrema pobreza como de fundamental importância e, dentro deste tema, as questões da escassez de água, da degradação ambiental e da fome.
2. O desenvolvimento sustentável para todos, cujo debate só pode ser feito olhando para as desigualdades regionais. Aqui aponto como eixo fundamental a questão das desigualdades regionais, que fomentam as desigualdades sociais. E também vejo como ponto relevante, dentro da situação de extrema pobreza do sertanejo, a falta de água e a degradação da Caatinga, que está ameaçada, novamente, de extinção.
3. A questão das cidades sustentáveis, que nos coloca de frente, mais uma vez, com a questão das desigualdades regionais e nos mostra que não se deve olhar para as cidades piauienses da mesma forma como se olha para as cidades do Sul e do Sudeste.

Portanto, Sr. Presidente, não dá para pensar em desenvolvimento sustentável sem pensar a questão da segurança alimentar. Com-

preendo o combate à extrema pobreza como de fundamental importância, e, dentro desse tema, as questões da escassez de água, da degradação ambiental e da fome. E, por sua vez, o desenvolvimento sustentável para todos é um tema que pode ser debatido através da observação das desigualdades regionais. Aqui aponto como eixo fundamental a questão das desigualdade regionais, que fomenta as desigualdades sociais. E também vejo como ponto relevante, dentro da situação de extrema pobreza do sertanejo, a falta de água e a degradação da Caatinga, que está novamente ameaçada de extinção. Enfim, a cidade sustentável é uma questão que nos coloca de frente, mais uma vez, com a questão das desigualdades regionais e nos mostra – repito – que não se deve olhar para as cidades piauienses da mesma forma como se olha para as cidades do Sul e para as cidades do Nordeste.

Todos esses pontos convergem para a questão das desigualdades, que tem sido o foco do meu mandato neste Parlamento. Englobando esses pontos aqui mencionados, propus alguns projetos de distribuição de renda, através da justa partilha do pré-sal, da justiça fiscal, da distri-

buição de grandes fortunas e da desoneração da cesta básica.

Também considero de fundamental importância que a Conferência Rio+20 trate do tema da agricultura familiar, que tem sido um dos grandes pilares da contribuição para a produção de alimentos. Isso tem sido reconhecido mundialmente pelos governos. Muito já se avançou, mas muito ainda precisa se avançar neste debate.

A questão da economia solidária, em minha opinião, é muito mais importante que o debate sobre a economia verde, que os países ricos, em crise, querem nos impor. Também deve ser focada a questão da economia solidária nesta Conferência.

Quanto à questão do clima, devem ser destacados a má distribuição de água para o Semiárido no Nordeste, o combate ao desmatamento e a preservação dos biomas como a Caatinga, o Cerrado, conhecido como berço das águas, por sua malha de nascentes, córregos e rios importantes, e o Pampa sulino, como patrimônios nacionais.

Por fim, Sr. Presidente, deve ser pautada a questão dos direitos humanos, da igualdade

de gênero, da inclusão da mulher, da juventude, do acesso à informação, às novas tecnologias e, como já é recorrente em nossa defesa, a questão das desigualdades sociais.

É assim que almejo a participação do Brasil na Conferência. Queremos debater a economia verde, sem dúvida, mas também tirar as nossas dúvidas. O que isso significa? Isso gera inclusão? Contribui para a erradicação da pobreza? Depois da Conferência, o que acontecerá? Quais os compromissos que os países ricos, em crise, terão naturalmente com esse grande projeto?

Por fim, Sr. Presidente, somente para registrar, estive ontem também na CODEVASF, dialogando com o Dr. Ramon Flávio Rodrigues, que é o Diretor-Geral interino do DNOCS. Na próxima semana faremos aqui o registro sobre a cidade de Parnaíba, tratando deste assunto.

Muito obrigado.





BOHN GASS

(Embrapa-âncora verde)

Apoio ao plano de ação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária para 2012, intitulado Ano EMBRAPA para uma Agricultura Mais Verde.

Artigo publicado no site do orador sobre o tema.

Sessão 21/03/2012

O Sr. Bohn Gass (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui, mais uma vez, registrar a minha grande satisfação com a nossa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Aliás, na Comissão de Agricultura, elegemos como prioridade o debate da integração entre pesquisa e extensão rural.

Temos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER. A notícia que trago aqui é a de que a EMBRAPA apresenta ações para 2012 com foco na agricultura verde, no Projeto EMBRAPA Verde. Esse programa é muito importante, porque precisamos defender a sustentabilidade.

Estamos no ano da Rio+20. Há várias situações climatológicas desfavoráveis, exatamente por

conta de um modelo de agricultura que se desenvolveu sem respeitar os temas ambientais e de sustentabilidade. A EMBRAPA, portanto, apresenta esse programa para fortalecer ações em benefício de uma agricultura mais sustentável. Este é o plano de ação da empresa para 2012: Ano EMBRAPA para uma Agricultura Mais Verde.

Esse plano de ação está pautado em quatro grandes pilares: Fortalecendo a Gestão; Fortalecendo a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação; Fortalecendo e Consolidando a Transferência de Tecnologia; e Fortalecendo a Transparência e a Eficiência na Gestão.

Faço este registro, Sr. Presidente, colegas Deputados, porque a EMBRAPA, além de ser a empresa de pesquisa do Brasil, também é um instrumento de auxílio a outras nações. Há várias nações na América Latina e na África que têm em algumas áreas pesquisas desenvolvidas em sistema de solidariedade internacional articulado pela nossa EMBRAPA. Está para ser consolidada também a EMBRAPA Internacional e a ampliação, do ponto de vista da administração, do Conselho da empresa.

Portanto, quero homenagear a EMBRAPA, valorizando e enfatizando todos os aspectos da

sua ação. Na pessoa do Presidente Arraes saúdo toda a equipe, o colegiado da diretoria, os servidores e os pesquisadores da EMBRAPA, que estão, em todo o Brasil, fazendo pesquisas em diversas áreas de atuação para fundamentar ainda mais nossa agricultura.

Sr. Presidente, este é o registro que quero fazer sobre a proposta Ano EMBRAPA para uma Agricultura Mais Verde.

Aproveito para pedir o registro nos Anais de artigo de João Manoel de Oliveira publicado em meu site, **www.bohngass.com.br**.

Muito obrigado.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

O Plano de Ação da EMBRAPA para 2012, que visa fortalecer e reconhecer as ações em benefício de uma agricultura mais sustentável, foi o tema levado ao plenário pelo Vice-Líder da bancada do PT na Câmara Federal Deputado Elvino Bohn Gass, do Rio Grande do Sul, nesta quarta-feira, 21 de março.

“É muito acertada a opção da EMBRAPA em investir em ferramentas tecnológicas que possam garantir ao País a posição de âncora

verde em termos de agricultura em todo o mundo”, afirmou Bohn Gass.

O petista chamou a atenção para os quatro pilares que a empresa definiu como foco do seu plano de ação: “Fortalecendo a Gestão”, “Fortalecendo a Pesquisa, o Desenvolvimento e a Inovação”, “Fortalecendo e Consolidando a Transferência de Tecnologia” e “Fortalecendo a Transparência e a Eficiência na Gestão”.

Avaliando o trabalho da EMBRAPA como absolutamente fundamental, na orientação das políticas públicas do Governo Federal para a agricultura, Bohn Gass disse que, ao eleger a sustentabilidade como meta, a empresa dá mostras do que chamou de um verdadeiro compromisso com o futuro.

Também mereceu destaque do Vice-Líder petista a importância que o plano de ação da EMBRAPA dá à questão da transparência: “Como bem disse o presidente Pedro Arraes, sabemos que é preciso mudar a cultura e avançar em algo mais inovador, disponibilizando as informações necessárias para a sociedade”.

Por fim, Bohn Gass saudou o Projeto EMBRAPA Verde, que prevê ajustes na infraestrutura e nos processos das unidades da empresa que já desenvolvem pesquisas de alta relevância am-

ambiental: “O Brasil está sendo olhado pelo mundo. É crescente a demanda pelo conhecimento e pelas tecnologias agrícolas tropicais. Vem aí a Rio+20. Temos um brasileiro comandando a FAO, José Graziano. Sim, é nosso papel, neste momento histórico, direcionar nossos esforços no sentido de sermos a vanguarda a mundial de uma agricultura mais verde.”





**FERNANDO
COELHO FILHO**

(Preservação dos recursos hídricos)

Transcurso do Dia Mundial da Água. Importância da preservação dos recursos hídricos brasileiros.

Sessão 29/03/2012 – DCD 30/03/2012

O Sr. Fernando Coelho Filho (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 22 de março tem sido dedicado, desde 1992, para reflexões e discussões sobre diferentes questões relativas à água, este bem natural tão precioso para toda a humanidade.

E ao transcurso do 22 de março deste ano, a comemoração do Dia Mundial da Água assumiu significado muito especial, não apenas por marcar vinte anos de sua instituição pela Organização das Nações Unidas – ONU, mas também porque estamos às vésperas da Conferência para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que será realizado no Rio de Janeiro, nos dias 20 a 22 de junho próximo.

Explica-se a crescente preocupação no mundo inteiro: é que grande parte das fontes de água

própria para o consumo sofre a contaminação por agentes poluidores e a degradação pela ação predatória do homem. Estudos consistentes demonstram que se não houver a devida conscientização dos povos e dos governantes para a preservação dessas fontes, haverá certamente escassez e até mesmo falta de abastecimento de água em várias regiões do planeta.

Como se sabe, Senhor Presidente, o Brasil ocupa posição bastante privilegiada nesse contexto global, possuindo cerca de 13% das reservas de água do mundo inteiro, embora também seja preciso salientar que tais reservas estão mal distribuídas em nosso território, uma vez que mais de dois terços se encontram na região Amazônica, distante dos grandes centros populacionais e consumidores brasileiros.

Assim, tal indicador de caráter geográfico determina sérios problemas e desafios a serem enfrentados e resolvidos: de um lado, a necessidade de abastecimento de grandes cidades e onde o fornecimento de água potável já evidencia situação crítica; de outro, a questão do semiárido nordestino, que compreende aproximadamente 10% do território nacional e é considerada a região mais populosa do mundo com essas características de clima. Agora

mesmo, inúmeros municípios nordestinos, principalmente nos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, vivenciam uma estiagem de grandes proporções, fazendo vítimas comunidades inteiras e a economia regional.

Por isso, a alardeada posição bastante favorável de nosso país em relação ao volume de água doce, Senhor Presidente, precisa ser interpretada sob diferentes ângulos e aspectos, podendo é claro constituir-se realmente em diferencial decisivo em termos de competitividade econômica, sobretudo na produção de alimentos.

Diante de tal contexto, o Brasil deve assumir exemplar postura de preservação da água, até mesmo como país anfitrião da referida Conferência das Nações Unidas, para liderar propostas e medidas consentâneas com a própria Declaração Universal dos Direitos da Água, que atribui a cada cidadão, a cada cidade, região e nação a responsabilidade por preservar esse verdadeiro patrimônio de todos os povos, de todo o planeta.

O País tem evoluído gradualmente, em especial, nos últimos anos, com aumento da conscientização e de investimentos na área, mas ainda falta muito para garantirmos a condição de sustentabilidade desejável, face ao aumen-

to geométrico do consumo de água e ao crescimento desordenado de nossos centros urbanos, com o inchaço populacional.

Cabe melhorar o gerenciamento de nossos recursos hídricos, ação que implica, por exemplo, possibilitar o acesso da população à coleta de esgoto devidamente tratado. Hoje, praticamente metade dos brasileiros ainda não dispõe do serviço de coleta de esgoto, carência que acaba por inviabilizar o aproveitamento de fontes de água mais próximas para abastecer as cidades.

São lamentáveis as cenas a que se assiste, de contaminação e degradação de rios, lagoas e nascentes próximos às cidades, ou mesmo dentro de sua área, com graves problemas de poluição, portanto, sem condições de oferecer água para o consumo humano. Problemas graves decorrentes principalmente do despejo de esgotos e dejetos ou de contaminação por agrotóxicos e fertilizantes, enfim, verdadeiros atentados ao meio ambiente.

É bem verdade que o Programa Nacional de Despoluição de Bacias Hidrográficas investiu desde 2001 mais de 200 milhões de reais na instalação de 55 estações de tratamento de esgoto, com custo total de R\$ 720 milhões. Os

recursos do governo federal ainda são insuficientes para atender às necessidades; mais do que isso, há muita carência de capacidade técnica nos municípios para a elaboração de projetos no setor.

São dados que atribuem a verdadeira dimensão para o problema, a exigir um grande esforço do poder público, da iniciativa privada e de toda a sociedade, porque os recursos aplicados nessa área representam consideráveis ganhos para a preservação do meio ambiente, a saúde da população e a economia do País.

Saúdo, pois, a todos os que integram órgãos em defesa da água em nosso país; aos que se dedicam a trabalhar em projetos de irrigação no meio rural, utilizando-se de técnicas racionais para o uso adequado; enfim, aos que se empenham em cada vez mais conscientizar a população a não desperdiçar água e, acima de tudo, a não poluir nossas grandes riquezas representadas pelas fontes de abastecimento que visam atender à demanda do meio rural e de nossos centros urbanos.

Era o que tinha a dizer.





FERNANDO FERRO

(Melhoria da matriz energética)

Indignação do orador com a demissão de jornalista da Fundação Biblioteca Nacional, em face de pressão política exercida pelo Presidente do PSDB. Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na Capital fluminense. Defesa da aprovação de projeto de lei sobre a inclusão de fontes renováveis de energia na matriz energética brasileira.

Sessão 29/03/2012

O Sr. Fernando Ferro (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, em primeiro lugar, estranhar o assunto que diz respeito à liberdade de imprensa.

Foi iniciativa do Presidente do PSDB solicitar e conseguir a demissão do jornalista responsável pela revista da Biblioteca Nacional, porque ele fez uma resenha sobre o livro *A Privataria Tucana*.

Muitos jornalistas e meios de comunicação acusam o PT, mas jamais ouviram de nossa parte qualquer tentativa de demitir aqueles que nos criticaram, porque nós respeitamos a liberdade de imprensa. Então, deixo aqui o registro da atitude autoritária e ditatorial do Presidente do PSDB, que demitiu o jornalista responsável pela revista da Biblioteca

Nacional, que, segundo nos informa, fez uma resenha sobre o livro *A Privatária Tucana*.

Mas eu queria tratar, neste momento, de um assunto que diz respeito ao papel do Brasil no contexto internacional, que é exatamente a realização do encontro Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que acontecerá dos dias 26 de maio a 4 de junho, aqui no Brasil.

Haverá um debate mundial sobre a questão do meio ambiente, quando se fará ou, pelo menos, tentará um ajuste da opinião mundial sobre a situação climática da Terra; os riscos da espécie humana frente as ações a que se submete o planeta Terra; os riscos da promoção das mudanças climáticas sobre a vida humana; a promoção e a exploração de recursos naturais, que acontecem hoje em escala planetária, com suas consequências; e a necessidade de medidas que articulem os diversos governos, para impedir o avanço dessa política de destruição da espécie humana.

Serão debatidas a nossa política sobre as águas; a nossa política para energia; a nossa política para a segurança alimentar; e a promoção da política que elimine a pobreza no planeta Terra.

O verdadeiro debate que acontecerá exigirá de todos nós novas bases para o desenvolvimento, em que se preservem os recursos naturais, se incentive a justiça e se promovam as condições mais elementares do direito humano – a vida, a dignidade, a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Portanto, esta Casa pode contribuir com várias iniciativas. Inclusive, quero cobrar da Mesa a aprovação de um projeto de lei muito importante, que diz respeito à inserção das fontes renováveis na matriz energética brasileira, de uma maneira articulada e valorizando a sua interação com a agricultura familiar, a sua possibilidade de geração localizada.

Isso permite que todos possam produzir e consumir energia com qualidade, exercendo direitos de cidadania, uma vez que o direito à energia é um dos direitos humanos defendidos pela ONU, que nós entendemos que a Rio+20 pode proteger.

FRENTE PARLAMENTAR**AMBIENTALISTA – RIO+20**

EM BUSCA DE UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL

Câmara dos Deputados – 27/3/2012.

O Sr. Deputado Fernando Ferro – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, de maneira rápida vou expressar uma preocupação, já que teremos oportunidade, com esse evento mundial, de refletir não apenas sobre conceitos e incertezas que surgem nesse debate, mas também a respeito do papel que o Parlamento brasileiro tem em relação a isso.

Uma questão em que trabalhamos por quase mais de 1 ano nesta Casa foi a elaboração de uma proposta de marco legal sobre energias renováveis no Brasil. Como ocorre em vários países, tínhamos uma série de projetos de lei, com diversas sugestões e propostas de utilização e de melhora da nossa matriz energética. Já é boa, comparada à média mundial, mas isso não nos autoriza a ficar tranquilos ou sentados diante dessa glória, achando que isso é normal. Temos que aprofundar exatamente a diversificação da matriz e a sua limpeza.

O Projeto de Lei nº 630, que relatamos, oferece uma série de sugestões, como uma contribuição do Parlamento, para dotar o País de legislação nessa área do marco das energias renováveis, que hoje são regulamentadas por meio de decretos ou de iniciativas, que, de certa maneira, propiciaram, no caso das fontes eólicas, ampliação da sua presença. Isso, de certa forma, foi bafejado pela crise na Europa, que terminou deslocando produtores e oportunidades para o Brasil e para a América Latina. Mas, enfim, deveríamos definir regras mais perenes nesse campo.

Nesse sentido, esta Frente Parlamentar pode oferecer sugestões, pode inclusive atuar para que se aprove neste ano, como um dos compromissos relativos à contribuição do Brasil na Rio+20, legislação que possa compatibilizar, entre os países, um marco legal mundial sobre energias renováveis. Compreendo que não seja possível uma uniformização total, mas, dentro das características de cada país, há possibilidade de se elaborar uma legislação nessa linha.

Minha sugestão, portanto, é no sentido de que possamos, inclusive como resultado desta reunião, levar ao Presidente da Câmara, Marco Maia, o esforço de se colocar essa matéria



para que pelo menos no Brasil se apresente na Rio+20 com um dado, e, em particular, o Legislativo brasileiro, com uma contribuição no sentido de dotar o País de um marco legal de fontes renováveis alternativas, que nós não possuímos. Evidentemente, vivemos alguns movimentos, como o PROINFA e algumas ações, mas não articuladas dentro de uma visão mais global e mais includente de um conceito de matriz energética limpa, mas assim poderemos contribuir com o debate, como a expressão da vontade do Parlamento brasileiro de colaborar não apenas no discurso, mas com ações práticas que viabilizem posturas no sentido da construção de uma economia mais sustentável. Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas)*



**FERNANDO
MARRONI**

(Economia verde-conceito)

Otimismo quanto à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Declarações da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a respeito do evento. Reestruturação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

Sessão Ordinária 01/03/2012 – DCD 02/03/2012

O Sr. Fernando Marroni (PT-RS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta Janete Pietá, quero fazer um registro sobre a Rio+20. Estamos a 111 dias desse evento, e é preciso que se afirmem as conquistas que o Brasil teve nesse período.

Foi muito feliz a Ministra Izabella Teixeira no Senado, onde disse que a Rio+20 não é uma reedição da Eco 92. Trata-se das Nações Unidas, do mundo, trata-se de refletir sobre a nova economia verde, a tal economia sustentável com inclusão social e distribuição de renda, da riqueza, em favor da vida.

Penso que essa edição dessa conferência das Nações Unidas deve ser um momento ímpar para o Brasil reafirmar seus compromissos, reafirmar seus avanços, dizer que já cumpriu 68% das metas que devem ser efetivadas até 2020 e que continuaremos a perseguir o desenvolvimento

sustentável, sustentando principalmente a vida das populações menos favorecidas.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos assistem, faltando exatos 111 dias para o Brasil sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, torna-se cada vez mais necessário falar sobre os temas que serão discutidos, sejam os relativos aos avanços obtidos no Brasil e no mundo na questão ambiental, sejam os referentes aos desafios que se avizinham, e inevitavelmente terão que ser enfrentados nos próximos anos.

Digo isso porque ontem, durante audiência pública realizada no Senado, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi muito feliz ao dizer que essa conferência que se realizará no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de julho não é uma nova edição da Eco 92. Apesar de estarmos sediando o evento exatamente 20 anos após aquela histórica conferência, muita coisa mudou no planeta nas últimas 2 décadas,

e novos temas surgem como pautas obrigatórias. Portanto, como bem disse a Ministra, a Rio+20 não deve resumir-se a uma revisão daquilo que foi tratado em 1992.

Em 2012 precisamos reconhecer que alguns temas ainda eram muito incipientes na ocasião da Eco 92 e, agora, são fundamentais para que possamos reduzir os impactos ambientais no planeta de forma responsável e, sobretudo, sustentável.

Como bem lembrou a Ministra Izabella, um dos assuntos mais importantes da Rio+20 será a definição com maior clareza sobre a aplicação do conceito de economia verde. Afinal de contas, é preciso que haja consenso entre as nações para a transferência de tecnologia que possibilite uma aplicação plena da economia verde, de modo a não ser apenas mais uma simples ação preservacionista. Para que seja realmente viável, é preciso que a economia verde leve à inclusão social e contribua com a geração de empregos.

Outro ponto a ser discutido: a reestruturação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA. Criado há 4 décadas, o programa agora precisa ser revisto. Aproveitando-se a Rio+20, deve ser debatida a possi-

bilidade de se fortalecer o PNUMA, tornando-o uma espécie de agência internacional.

Acredito, Sra. Presidente, e todos que nos assistem, que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que marca os 20 anos da Eco 92, não poderia ser realizada em local melhor, o Brasil, e em melhor ocasião, este ano. Isso porque o Brasil mudou muito nessas 2 décadas que separam os dois eventos. Enfrentamos problemas históricos como o desemprego e a pobreza e colocamos o País em um novo patamar de desenvolvimento, aliando, em tudo isso, ações políticas de crescimento econômico a uma preocupação constante com a diminuição dos impactos ambientais e a promoção de técnicas sustentáveis. Hoje o Brasil é uma referência mundial quando o assunto é preservação ambiental.

Sendo assim, vejo com grande otimismo a realização da Conferência da ONU e confio em que, ao final do evento, o Brasil terá novamente feito história quanto ao tema do desenvolvimento sustentável. A Rio+20 tem tudo para ser um marco tão importante quanto foi a Eco 92 há 20 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.





IRAJÁ ABREU

(Proposta brasileira – gestão dos recursos hídricos)

Participação do orador no VI Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha, França. Importância do Brasil como produtor mundial de alimentos. Apresentação de propostas pelo Parlamento brasileiro à gestão do potencial hídrico do País na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Transcurso do Dia Mundial da Água.

Sessão 28/03/2012 – DCD 29/03/2012

O Sr. Irajá Abreu (PSD-TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de março participei em Marselha, na França, do VI Fórum Mundial da Água, o evento debateu temas extremamente oportunos no momento em que a humanidade atinge a marca de 7 bilhões de habitantes. Até 2050 a projeção é que teremos no planeta 3 bilhões de pessoas a mais buscando condições de se alimentar, de moradia, trabalho e de consumo sobrevivência. O agronegócio brasileiro tem hoje, e terá cada vez mais, papel estratégico. O Brasil é um grande produtor de alimentos e celeiro do mundo. As atividades produtivas no campo correspondem a 22% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, geram 37% de todos os empregos nacionais, são postos de trabalho fundamentais. Chamo a atenção sobre

a importância da capacitação do trabalhador rural e manutenção e ampliação dessas atividades produtivas para evitar o colapso que já testemunhamos com a transferência cada vez mais abrangente do homem do campo para as cidades. Preservar os empregos no campo é antes de um mecanismo de incentivo ao setor produtivo rural uma política social necessária.

O agronegócio é responsável por 37% das exportações brasileiras. Os alimentos cultivados no Brasil já abastecem os supermercados, são requisitados e apreciados por consumidores dos maiores e mais exigentes mercados mundiais.

Apesar das carências preexistentes no setor de infraestrutura de transportes, a produção avança e o agronegócio, a força que vem dos campos de norte a sul deste país continental, é a base sólida que contribuiu para que o Brasil seja hoje um país estável e de credibilidade.

O avanço econômico brasileiro nas últimas décadas é vertiginoso. Este ano alcançamos o patamar da 5ª maior economia mundial à frente da França e da Inglaterra, países historicamente consolidados economicamente. Em apenas três anos, subimos dois degraus da consolidação econômica e produtiva, passamos de 7ª para a posição que alcançamos neste ano de 2012.

Crescemos em momentos de crise, mantemos o equilíbrio e estamos mais confiáveis e mais sólidos que tantas outras nações. No entanto, é importante, senhoras e senhores, reconhecer mais uma vez nesta tribuna o papel do agronegócio como âncora sólida da economia brasileira.

Em todo Brasil 27% do território nacional está sendo utilizado para as atividades produtivas, atingindo uma ocupação de cerca de 230 milhões de hectares. As Áreas protegidas de vegetação nativa somam 61% do Brasil.

Nos últimos anos, atingimos um crescimento de 250%, somando um total de mais de 154 milhões de toneladas em produtos cultivados.

Diante deste cenário extremamente positivo, resultado de um esforço conjunto de produtores, pesquisadores, do trabalho árduo de milhares de trabalhadores do agronegócio brasileiro é que venho destacar o papel estratégico do país para a produção de alimentos e a segurança alimentar no mundo.

O Brasil detém 13,7% da água doce do mundo, uma das maiores reservas hídricas do planeta. Nem todos os países possuem essa riqueza: água, terra e sol, elementos fundamentais para garantir a produção de alimentos e atender a demanda crescente.

No Fórum Mundial da Água, reunião preparatória para os representantes do parlamento brasileiro apresentar propostas à gestão do potencial hídrico na Rio+20, Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, em que inclusive a questão da água deve ser um temas centrais, tive a oportunidade de participar de debates que evidenciavam o potencial do Brasil e a nossa importância para o mundo. O evento em que participaram 25 mil representantes de 140 países, uma preocupação comum ficou evidente: a escassez de terra aráveis e as limitações da oferta de água restringem a expansão da produção, na maior parte do mundo.

Sr. Presidente, como exemplo da gravidade desta questão, destaco estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), grupo de cooperação internacional formado por 34 países, a maioria ricos, publicado no dia 15 de março. O relatório “Previsões ambientais para 2050: As Consequências da Inação”, traz dados alarmantes, entre eles que a demanda por água potável crescerá 55% até 2050.

No Fórum Mundial da Água o Brasil teve uma participação ativa. A presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), senado-

ra Kátia Abreu, juntamente com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a ANA (Agência Nacional de Águas) apresentaram como proposta para o mundo a criação do Instituto de Área Permanente, as APPs mundiais, que consiste em normatizar a preservação das fontes de água potável, pela conservação da vegetação nativa das margens de rios, córregos e nascentes.

A experiência bem sucedida brasileira as APPs, que vem sendo colocada em prática em todo o território nacional, foi apresentada às nações como ação efetiva para preservação dos recursos hídricos.

Na Rio+20, em junho, voltaremos a defender a ideia das Áreas de Preservação Permanente a ser implantada em todo mundo. Assim, a exemplo das ações de preservação que estão sendo realizadas no Brasil e garantindo o a conservação do potencial hídrico dos rios brasileiros, visamos garantir a conservação da vegetação nativa de potenciais hídricos extremamente importantes para a humanidade na Ásia, na África, na Europa e na Oceania.

Neste mês em que comemoramos o dia Mundial da Água, 22 de março, quero compartilhar com a população brasileira o orgulho que senti



como representante legislativo e do Estado do Tocantins de mostrar ao mundo que estamos dando exemplo: ampliando a produção, buscando como aliados a pesquisa a ciência e a tecnologia, crescendo de forma sólida e abrangente com respeito a leis ambientais rigorosas, comprometidos com o futuro da humanidade e conservando de forma ostensiva uma das maiores riquezas mundiais, os recursos hídricos do Brasil.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



IVAN VALENTE

(Rio+ 20 – Expectativas. Avaliação crítica da posição brasileira)

Frente Parlamentar Ambientalista – Rio+20
Em busca de uma Economia Sustentável
Câmara dos Deputados – 27/3/2012.

O Sr. Deputado Ivan Valente – Respeitando o cansaço do pessoal, cumprimento a Mesa, os companheiros e companheiras. Serei curto mesmo.

Em primeiro lugar, queria dizer que a Rio+20 é um grande palco. Ela não muda a economia, não muda os processos que estão em evolução.

O que a economia verde pretende discutir? Seria o modo de produzir e consumir de maneira diferente? É a economia de baixo carbono? A economia verde, para mim, não sei, soa meio mal. A moeda americana é verdinha. Então, já se fica com impressão ruim desse negócio.

O problema é outro. O que me importa mais aqui é dizer o seguinte. Vindo para cá hoje, li, no jornal *Valor Econômico*, se não me engano, que a grande maioria dos Chefes de Estado, considerando-se os Estados Unidos e a

Europa, não confirmou presença ainda. Só os Chefes de Estado da África e da América Latina confirmaram presença nessa conferência. Sabemos que os protocolos, na maioria das vezes, não são cumpridos, como é o caso do Protocolo de Kyoto. Sabemos que questões centrais da atualidade, como biodiversidade, mudanças climáticas, não estão no centro da pauta da Rio+20, mas podem ali ser colocadas. Esse é ponto. O colocar depende muito da forma como se traduzem na política as questões. Para mim, discutir Rio+20 é discutir economia mundial. Discutir economia mundial é a solução que os europeus estão dando. Eles exigem cortes monumentais e sacrifícios brutais, por exemplo, do povo grego, exigem que junte 13 bilhões de euros, e depois o Banco Central europeu dá 1 trilhão de euros para os banqueiros europeus se safarem.

Nesta própria Mesa, a FAO está falando de fome, fome na África, fome no mundo, e 1 trilhão de euros são dados aos banqueiros para se safarem.

Enquanto existir economia especulativa, não existirão soluções imediatas. Entenderam? É criminosa a forma como hoje são geridos os próprios recursos. A economia é de papel.

Existem mais de 40 trilhões de dólares girando pelo mundo, enquanto o PIB real talvez seja menos de um décimo disso, o PIB da indústria, da produção agrícola, etc.

Sr. Presidente, faço questão de falar um pouco sobre o papel do Brasil. Isso está me importando em especial. Vamos sediar a Rio+20. O Brasil é a quinta economia do mundo, é um dos maiores territórios do mundo, é o país que tem grandes vantagens comparativas: água, biodiversidade. Exemplo disso são as nossas florestas. O Brasil tem voz. Essa é a questão. Então, o Brasil pode fazer desse palco um espaço importante, central, para apresentar propostas relativamente à questão climática, à produção econômica, à geração de energia, a matrizes desse tipo. O Brasil tem condições de desempenhar um papel de vanguarda, algo que não tenho visto. Ao contrário.

Nesse sentido, Deputado Sarney, na peroração, quero perguntar o seguinte: como vamos nos apresentar como vanguarda na Rio+20 aprovando um retrocesso brutal, que é esse Código Florestal ruralista que está aqui? (*Palmas.*)

Além disso, criminosamente – quero usar esse termo –, foi aprovada na CCJ, semana passada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 215,

de 2000, que rigorosamente retira da União a capacidade de demarcar terras indígenas, terras quilombolas e de unidades de conservação.

O que é isso? É com essa aura que o Governo brasileiro vai entrar numa conferência como a Rio+20? Ao contrário, deveríamos ser o exemplo. Não podemos apresentar como vantagem comparativa para o mundo isto: jogar fora os relatórios da SPBC e das universidades e dizer que vamos continuar fazendo com que o BNDES financie uma FRIBOI da vida, que produz carne, com um boi por hectare. Esse é o rendimento.

Então, essa é a questão. É a nossa crise.

Para nós, estes são pontos centrais da Rio+20: discutir a questão climática, discutir a questão da biodiversidade, debater sobre a economia mundial, mobilizar a sociedade. Isso levaria o Brasil a ter um papel de vanguarda.

Antes disso, temos de fazer a nossa lição de casa: não deixar que retrocessos como os relacionados ao Código Florestal e à PEC 215 passem pelo Congresso Nacional. No caso do Código Florestal, como não se trata de emenda constitucional, que ao menos a Presidente da República vete os dispositivos que anistiam os responsáveis por desmatamento, desfloresta-

mento e trabalhe a favor da reprimarização da economia brasileira e não de um outro modelo alternativo. (*Palmas.*)





LUIZ NOÉ

(Itaipu Binacional – Preservação ambiental)

Contribuição da empresa Itaipu Binacional para a preservação ambiental, demonstrada na produção de biogás no Município de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Sessão 27/03/2012 – DCD 28/03/2012

O Sr. Luiz Noé (Bloco/PSB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, neste momento em que discutimos a Rio+20 e a sustentabilidade do meio ambiente, a Itaipu Binacional nos dá exemplo da proteção do meio ambiente, da crença na nossa tecnologia e, principalmente, da fixação do homem no campo.

Quando falamos em energia hídrica, sempre vêm à nossa mente as hidrelétricas, as áreas alagadas, fato que está presente em todo o País. A Itaipu realiza um trabalho de proteção do meio ambiente e, principalmente, de valorização do homem do campo com dignidade, quando desenvolve uma tecnologia para a produção de biogás.

Ora, a produção de biogás já é uma tecnologia muito utilizada pelos países europeus,

notadamente o domínio, a técnica e o conhecimento da Alemanha. O que percebemos, com a parceria com a Itaipu no Município de Cândido Rondon, é que essa tecnologia precisa ser adaptada à cultura e às condições brasileiras.

Um pequeno produtor que possui cerca de 20 bovinos e utiliza o esterco de bovinos, suínos ou aves produz energia que disponibiliza à própria rede elétrica. Isso é um avanço. Além da produção primária normal, ele consegue transformar os resíduos dessa produção em energia sustentável, que é colocada na rede elétrica. Isso é renda para o produtor, é dignidade para muitos que não teriam mais opção para continuar produzindo.

Além disso, há o impacto ambiental. Hoje, os nossos Estados, principalmente os do Sul, vivem um grande problema, que é a questão dos dejetos suínos. A produção brasileira é grande e, quando os dejetos vão para os nossos lençóis d'água, há contaminação do solo e da água. Mas, utilizando esses dejetos na produção de energia, também se tem um adubo desse resíduo, que não agride a natureza e faz com que haja melhor produção.

Eu estou colocando para os colegas e o Brasil – e peço que seja reproduzido por nossos meios

de comunicação – que aquilo que está sendo feito lá na Itaipu Binacional seja conhecido e utilizado por outros Estados. Trata-se de uma tecnologia nossa, pesquisada pelos nossos cientistas brasileiros e que serve para todo o Brasil, assim como outras linhas de pesquisa.

O biogás é tecnologia nossa.



MÁRCIO MACÊDO

(Preservação dos recursos hídricos)

Transcurso do Dia Mundial da Água. Contaminação de mananciais brasileiros pela ação predatória do homem. Participação no 6º Fórum Mundial da Água, realizado em Marselha, França. Manifesto parlamentar acerca da governança da água extraído do evento.

Sessão 27/03/2012 – DCD 28/03/2012

O Sr. Márcio Macêdo (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Mundial da Água foi criado pela Organização das Nações Unidas no dia 22 de março de 1992. Mas porque a ONU se preocupou com a água se sabemos que dois terços do planeta Terra é formado por este precioso líquido? A razão é que pouca quantidade, cerca de 0,008 %, do total da água do nosso planeta é potável, ou seja, própria para o consumo. E como sabemos grande parte das fontes desta água (rios, lagos e represas) esta sendo contaminada, poluída e degradada pela ação predatória do homem. Esta situação é preocupante, pois poderá faltar, num futuro próximo, água para o consumo de grande parte da população mundial. Pensando nisso, foi instituído o Dia Mundial da Água, cujo objetivo principal é

criar um momento de reflexão, análise, conscientização e elaboração de medidas práticas para resolver tal problema.

Com esse intuito, estivemos neste mês em Marselha, na França, para participarmos do 6º Fórum Mundial da Água. Tal evento é considerado como o mais importante do mundo para discutir e pensar esse importante bem natural, que é vital, finito e tem valor econômico. O objetivo do fórum é construir compromettimentos técnicos e políticos para a conservação, proteção, planejamento, gestão e uso da água em todo o planeta. Estivemos participando em missão oficial juntamente com outros parlamentares brasileiros e de outros países cuja preocupação resultou em um manifesto parlamentar acerca da governança da água.

Durante o evento, defendi que o a implementação da Lei das Águas, da Lei de Saneamento Básico e das demais normas relativas aos recursos hídricos, bem como a crescente atuação das entidades por elas responsáveis, conformam uma nova realidade na gestão das águas no Brasil, muito mais democrática e transparente. E o objetivo final, contudo, é assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequa-

dos aos respectivos usos, e a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Quero compartilhar com o povo brasileiro e os nobres pares o resultado deste manifesto que recomendou que cada país assegure que o acesso à água potável e ao saneamento básico, em termos de qualidade, aceitabilidade, acessibilidade e custos, sobretudo para as populações mais vulneráveis, seja prioridade e que haja recursos para isso. A questão do saneamento seja encarada de forma integral. Instauração de uma gestão comum envolvendo coatores estatais e não-estatais. Para isso é preciso que políticas hídricas entre países que compartilham recursos hídricos incluam por parte de todos os atores envolvidos a interação água, energia e segurança alimentar. Desenvolvimento agrícola, industrial e urbano, utilizados de maneira econômica quanto aos recursos hídricos, de forma respeitosa com a natureza buscando desenvolvimento sustentável e a melhoria na gestão de recursos hídricos. Reafirmação do papel fundamental, no âmbito político como operacional das autoridades locais e regionais como fiadores de uma gestão sustentável e equitativa dos serviços

de água e saneamento e dos recursos hídricos. E mais. Comprometemo-nos coletivamente:

- » adotar as disposições correspondentes a nossas responsabilidades para que as políticas de água e os mecanismos de solidariedade possam ser aprimorados através da elaboração de propostas de lei e na votação de recursos orçamentários;
- » realizar ações a fim de que entrem em vigor textos, resoluções e convenções sobre os cursos de água e aquíferos transfronteiriços e propor encontros entre parlamentares dos países desenvolvidos para contribuir para a instauração de uma nova governança da água e do saneamento no plano mundial; – participar da governança do instrumento de conhecimentos de forma acessível aos parlamentares do mundo;
- » realizar ações para estabelecer um mecanismo de acompanhamento-avaliação as soluções e compromissos adotados no marco dos Fóruns Mundiais de Água, a disposição de todos os coparticipantes e, particularmente, dos parlamentares;
- » assegurar a promoção destas propostas e compromissos na Cúpula Rio+20 em junho de 2012, que será realizada no Rio de Janeiro.

Assim, faço o convite a nossos pares para que junto como os Parlamentos do mundo possamos apresentar soluções e compromisso para assegurar o acesso à água potável e ao saneamento básico e a gestão sustentável dos recursos hídricos no âmbito das plataformas específicas implementadas pelo Fórum de Marselha.

Muito obrigado a todas e a todos.





MOREIRA MENDES

(O avanço da agropecuária pela inovação tecnológica)

Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Sugestões para inclusão de temas na agenda do evento, especialmente do setor agropecuário. Pujança da agricultura brasileira. Fatores determinantes do aumento da produtividade do setor.

Sessão 12/04/2012 – DCD 13/04/2012

O Sr. Moreira Mendes (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil sediará, de 4 a 6 de junho, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O evento reunirá governantes e representantes da sociedade civil dos países membros da ONU, para debaterem e proporem alternativas de crescimento do planeta baseadas na conservação dos recursos naturais e solidariedade social.

Trata-se, sem dúvida, de uma oportunidade ímpar para discutirmos temas como o uso da água, acesso a alimentação, preservação dos oceanos, mudanças climáticas, qualidade do ar e superação da pobreza por intermédio de programas de transferência de renda e inclusão produtiva.

Sem qualquer sombra de dúvida, os temas que serão discutidos na Rio+20 têm relação direta com a agropecuária. O uso adequado da água, a produção de alimentos e a qualidade do ar estão na base da atividade agropecuária.

Portanto, o Brasil não pode deixar de aproveitar a conferência da ONU para apresentar a força do setor e seu compromisso com o futuro sustentável do planeta, com a sanidade animal e vegetal e a segurança alimentar. A agropecuária brasileira é motivo de orgulho para todos nós e temos que colocá-la no centro dos debates da conferência da ONU.

Dono da maior agricultura tropical do mundo, o nosso País fornece hoje alimentos para mais de 200 mercados. Nossa pauta de exportações inclui açúcar, café, soja (grão, farelo e óleo), suco de laranja, frutas e carne bovina, frangos e suínos, entre outros produtos. O campo brasileiro produz comida de qualidade e gera emprego e renda, contribuindo decisivamente para a redução da pobreza, de Norte a Sul. Não por acaso, somos reconhecidos internacionalmente como uma potência agrícola, status que assusta os nossos concorrentes. Por isso, não podemos deixar de transformar a Rio+20 em uma vitrine da nossa agropecuária.

Sr. Presidente, caros colegas,

O que os participantes da Rio+20 precisam entender, e também essas ONGs que andam por aí a nos ofender, (financiadas que são pelos nossos concorrentes), é que, no Brasil, o aumento da produção decorre dos ganhos de produtividade. Basta vermos os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para comprovar isso.

Na safra de grãos de 1976/1977, a agricultura brasileira ocupou uma área de 37,3 milhões de hectares e obteve uma colheita de 46,9 milhões de toneladas. Na temporada de 2010/2011, a área plantada foi de 49,9 milhões de hectares e a produção totalizou 162,8 milhões de toneladas. Ou seja, enquanto a área cultivada cresceu 34% (12,6 milhões de hectares), a produção alcançou o volume de 162,8 milhões de toneladas de grãos – um crescimento de 247%; ou seja, mais que triplicou nesse período.

Que nação deste planeta apresenta tais números? Sabem o porquê de alcançamos números tão positivos, de tamanho sucesso? Porque temos uma conceituada e reconhecida internacionalmente EMBRAPA e outros institutos de pesquisa por este Brasil afora, assim como temos agricultores capacitados e dispostos a

produzir alimentos para o abastecimento interno e ainda gerar excedentes exportáveis.

Os números da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) refletem o acerto da agricultura brasileira em investir no aumento da produtividade, na inovação. Essa opção representa mais investimentos em pesquisa, no desenvolvimento de novas tecnologias e na adoção de sistema de produção ambientalmente corretos, como o plantio direto na palha, além do emprego de técnicas de uso racional dos recursos hídricos, de redução do emprego de agroquímicos nas lavouras e da adoção de práticas conservacionistas do solo.

Por isso, é mais do que necessário fazer com que a agropecuária brasileira tenha papel central nos debates da Rio+20. Sem alimentos, o mundo não sobrevive. E a produção de comida exige não só a adoção de sistemas de produção amparados no desenvolvimento sustentável, como também a eliminação de práticas que distorcem os mercados. Nesse contexto, a conferência da ONU é um fórum qualificado e representativo para que possamos discutir o futuro do planeta, com a garantia de alimentos para todos e redução da pobreza.

Quero encerrar minhas palavras, afirmando, de maneira simples, mas em alto e bom tom: Presidenta Dilma, não tema aqueles que pretendem insultar V.Exa. naquele evento, porque, no que diz respeito ao agronegócio, o Brasil está preparado para fazer bonito na Rio+20. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.





**PERPÉTUA
ALMEIDA**

*(Novos critérios para a aferição do IDH –
Índice de Desenvolvimento Humano)*

Participação da oradora em reunião destinada ao debate da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Ministério das Relações Exteriores. Necessidade do estabelecimento de novos parâmetros para a aferição do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Sessão 12/03/2012

A Sra. Perpétua Almeida (Bloco/PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) –

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na última sexta-feira, juntamente com o Deputado Alfredo Sirkis, Presidente da Subcomissão Rio+20 desta Casa, e com o Senador Fernando Collor, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, participamos, representando o Congresso Nacional, da reunião ocorrida no Itamaraty sobre a Rio+20, coordenada pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, à qual contou ainda com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

Nessa reunião, o Sr. Sha Zukang, Secretário-Geral da Rio+20, elogiou o Brasil pela organização

para receber aproximadamente 50 mil pessoas que comparecerão ao evento, que ocorrerá em junho no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, uma das minhas preocupações reside no principal eixo da Rio+20, a responsabilidade de os países reafirmarem compromissos anteriores, da Eco 92, no sentido de garantirem uma política de desenvolvimento sustentável rumo a uma economia verde.

Foi com esse tema que levantei a necessidade de o Brasil realizar hoje um debate que garanta novos critérios para o IDH.

Se vamos discutir desenvolvimento sustentável rumo a uma economia verde, como explicar os números de desenvolvimento do Brasil, com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, em relação ao Nordeste brasileiro ou à Amazônia, os quais demonstram, por exemplo, que a Amazônia brasileira, que tem a maior cobertura florestal do País, tem os Municípios com o pior IDH do País? O que estamos fazendo para garantir o desenvolvimento desses pequenos Municípios? Como explicar que essa região tenha a maior cobertura florestal, mas seus Municípios apresentem o pior IDH do País?

Precisamos, primeiro, promover uma política de desenvolvimento para essas regiões, para que a cobertura florestal e a floresta em pé sejam lucrativas para as comunidades que lá vivem, e, segundo, precisamos também contabilizar o item “floresta em pé” para quem, de certa forma, protege a floresta.

A grande maioria dos Estados da Amazônia brasileira – o Amazonas e o Acre, por exemplo – tem uma grande cobertura florestal, mas isso não pode implicar punição para quem garantiu a floresta em pé. Pelo contrário, deve haver incentivo para garantir mais recursos e promover o verdadeiro desenvolvimento sustentável com equidade e equilíbrio, proporcionando cidadania legítima para as populações que moram na floresta.

Acho importante que o Brasil pautasse esse tema. Inclusive, a Ministra Isabella Teixeira e o próprio Ministro Antônio Patriota se posicionaram a favor de uma discussão acerca desse tema, porque vamos debater a economia verde na Rio+20. Por isso, deve haver o comprometimento dos países, mas, ao mesmo tempo, precisamos garantir que as florestas em pé rendam dinheiro para quem está lá na ponta cuidando delas. Assim, poderão ter uma vida

mais digna e contribuir para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA – RIO+20

EM BUSCA DE UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL
Câmara dos Deputados – 27/3/2012.

A Sra. Deputada Perpétua Almeida – Bom dia a todas e a todos, amigas e amigos aqui presentes.

Queria saudar os colegas da Mesa, os Parlamentares e as entidades aqui presentes, permitam-me, na pessoa da Presidente em exercício da Casa, da Ministra Izabella Teixeira e do Presidente dos trabalhos desta Comissão.

O Brasil receberá um grande evento nos próximos meses. Aliás, o Brasil, a partir de agora, começa a receber grandes eventos. É tanto que a Comissão de Relações Exteriores da Casa organiza debates acerca da nossa preparação para garantir a segurança nesses grandes eventos.

E é claro que a Rio+20 nos traz uma preocupação maior, uma responsabilidade muito maior: medir o comprometimento dos países e das

organizações a partir da Eco 92; saber quais foram as lacunas deixadas, quem garantiu e quem assumiu os seus compromissos, firmados há 20 anos.

O Brasil precisa ter a compreensão de que o desenvolvimento dos países que não cumpriram os seus compromissos até aqui, em detrimento do não desenvolvimento de outros países, como o Brasil, é a nossa grande preocupação. Para garantir o sucesso da Rio+20, com a assinatura de compromissos reais, cada um tem que assumir a sua parte. Para nós, não há desenvolvimento sustentável sem a garantia do envolvimento da questão econômica, da questão ambiental e acima de tudo da questão social.

Eu dizia, na nossa última reunião de organização da Rio+20, que, se formos avaliar o desenvolvimento humano do planeta e do Brasil e analisarmos a Região Norte do Brasil, principalmente, que tem a maior cobertura florestal, verificaremos que são exatamente daquela região os piores IDH do País. Isso nos traz a responsabilidade de resolver primeiro um problema interno. Como vamos valorizar aqueles que cuidaram do planeta, que cuidaram das suas florestas, que cuidaram dos seus rios? Como vamos incluir na contabilidade do nosso País a valorização e



a garantia do desenvolvimento sustentável de todas essas populações, se os melhores IDHs do planeta e/ou do Brasil estão exatamente naquelas cidades que não se protegeram? Então, nós precisamos inverter essa lógica.

Se o rumo da Rio+20 é o do desenvolvimento sustentável, em busca de uma economia verde, nós precisamos inverter a lógica do desenvolvimento, para que aquele que preservou o planeta até aqui seja compensado por isso.

Acho que precisamos resolver esse problema internamente, para fazer um debate global e internacional. E é claro, todos os países devem colocar no papel o seu compromisso sobre o que precisa ser feito para o desenvolvimento sustentável. E acho que o Brasil deve ter essa preocupação de documentar e acima de tudo de assumir o compromisso de trazer os líderes mundiais até a conferência, para que todos façam o seu comprometimento.

Da nossa parte, estamos buscando entendimento no sentido de criar uma Comissão representativa da Câmara dos Deputados, que participe e intervenha conjuntamente, para que haja um único objetivo na participação da Casa. A partir da Rio+20, uma parte da legislação vai vir até nós, para que possamos im-

pulsionar e inclusive aprovar uma legislação que garanta a sustentabilidade econômica, a participação e o desenvolvimento de toda a sociedade.

Um bom encerramento de debates e uma grande participação a todas as entidades.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



REBECCA GARCIA

(Redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, REDD)

Defesa de discussão pela Casa do Projeto de Lei nº 195, de 2011, sobre a instituição do sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, o chamado REDD+.

Sessão 11/04/2012

A Sra. Rebecca Garcia (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão em torno do pagamento pela manutenção do patrimônio florestal está madura. Os índios mundurukus, segundo o jornal O Estado de S.Paulo, edições de 11 e 15 de março, celebraram contrato com a empresa irlandesa Celestial Green Ventures, a quem cederam, por R\$120 milhões, direitos sobre a exploração de uma área da Floresta Amazônica.

Outros 30 contratos desse tipo teriam sido celebrados por diversas etnias indígenas. É hora, portanto, de discutirmos o Projeto de Lei nº 195, de 2011, com substitutivo de minha autoria, que regulamenta situações como essa e funciona como antídoto contra a ação de oportunistas.

Minha ideia é instituir o Sistema Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e

Degradação, Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal. É o chamado REDD+, acolhido em todas as discussões internacionais sobre o meio ambiente.

O contrário é o sistema atual, a partir do Protocolo de Quioto, pelo qual quem refloresta tem direito a financiamentos, créditos, incentivos em geral, podendo até, grosso modo, transformar o desmatamento num negócio rentável.

Os fundos nacionais – mudança de clima, Amazônia, Meio Ambiente e desenvolvimento florestal – podem se voltar para a direção certa, preservando os patrimônios florestal, como o que resta da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica, e imaterial – o modo de vida dos nossos índios e caboclos.

O mundo nos oferece exemplos importantes. Em Berchtesgaden, na Alemanha, o Kehlsteinhaus – “Ninho da Águia” –, Quartel General de Adolf Hitler na Segunda Guerra Mundial, tornou-se relíquia histórica, no topo da montanha Kehlstein. Para chegar até lá, o turista ou morador toma moderno trem e vai serpenteando pela rarefeita floresta dos Alpes Bávaros.

Na Bélgica, na Floresta das Ardenas, o ambiente mantém-se bucólico, cercado de fazendas agropastoris, e ainda é possível ver cenas como a de um casal de javalis selvagens atravessando, com suas crias, uma das pequenas estradas impecavelmente asfaltadas.

Por que só o caboclo amazônico tem que viver abaixo da linha de pobreza, sob as agruras da enchente, como agora – 25 Municípios amazônicos estão em estado de emergência pela subida dos rios –, ou sob a penúria da vazante, quando os rios baixam de tal forma que os peixes desaparecem?

É esse homem, sofrido desse jeito, com incompreensões de toda sorte, que mantém 98% da Floresta Amazônica, no território do Estado do Amazonas, preservados. Até quando?

O negócio celebrado à Torquemada por índios e irlandeses tem lições a nos oferecer. A primeira delas é que a demanda pelo crédito de carbono existe. A segunda é que, sem regulamentação, esse mercado pode ser tomado como pretexto por criminosos praticantes de biopirataria, exploração ilegal de madeira e minérios ou aproveitadores da ingenuidade do nosso povo.

O Projeto de Lei nº 195, de 2011, colocou o Brasil na vanguarda do REDD+, sendo objeto de discussões, no ambiente internacional, acerca da defesa do meio ambiente. Voltará à pauta, certamente, por ocasião da Rio+20. Seria muito bom se pudéssemos apresentá-lo aprovado, vigente, como exemplo da maturidade brasileira na questão ambiental. Vamos lutar por isso.





ROSE DE FREITAS

*(Rio+20 – Frente Parlamentar
Ambientalista – Audiência Pública)*

Frente Parlamentar Ambientalista – Rio+20
Em busca de uma Economia Sustentável
Câmara dos Deputados – 27/3/2012.

A Sra. Vice-Presidenta da Câmara dos Deputados (Rose de Freitas) –

Bom dia a todos. É um prazer participar desta conferência, deste evento realizado mais uma vez pela Frente Parlamentar Ambientalista que tem feito um belo trabalho nesta Casa e pelo Brasil afora. Saúdo o Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados, comandada pelo Deputado Sarney Filho; saúdo a Ministra de Estado de Meio Ambiente, Sra. Izabella Teixeira, que esperamos que consiga nos próximos dias, com muito diálogo, apaziguar os ânimos desta Casa e promover um grande entendimento para que nós possamos votar a Lei Geral da Copa.

Cumprimento a Sra. Perpétua Almeida, uma grande Parlamentar desta Casa, Presidente da

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; o Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Sr. Roberto Klabin; o representante da Divisão de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Paulino Franco; e o representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO no Brasil, Sr. Helder Muteia, a quem saúdo com grande prazer.

Minhas palavras serão breves. Estou aqui na condição de Presidente interina da Casa, também representando o Presidente Marco Maia, que hoje exerce interinamente o cargo de Presidente da República. Quero dizer que nós temos – desculpe-me, estou com o discurso dos *royalties*, deixa eu trocar, esperem aí, só 1 minutinho. É porque eu também coordeno a Frente Nacional pela Redivisão dos *Royalties* no Brasil.

Eu quero saudar aqui a iniciativa tomada pelo Deputado Sarney Filho e dizer que nós vivemos novos tempos no Brasil e no mundo. E a preocupação que todos têm com o meio ambiente já não é a preocupação de um grupo seletivo de Deputados ou de intelectuais ou de um setor ligado ao meio ambiente. Essa conferência que vai ser sediada no Brasil vai refletir exatamente um pensamento e uma preocu-

pação mundial, que vai procurar definir para as próximas décadas essa agenda com esse desenvolvimento sustentável de que tanto falamos na hora de redigir as nossas leis e que sempre fica fora das leis.

Então, o Brasil hoje tem essa preocupação, mas ainda não se tem a militância necessária dentro do Legislativo, do qual eu faço parte no meu sétimo mandato. E, portanto, essa agenda vai se impor necessariamente em todos os seus patamares da vida nacional. Eu quero crer que essa discussão que se impôs internacionalmente tem um conceito que vai reverberar fortemente na construção do futuro das próximas gerações.

Portanto, não é uma pauta insossa, não é uma pauta eleitoral, não é uma pauta pontual. É uma pauta permanente. Tem que ser um tratado de países, e tem de ser cumprido fidedignamente por qualquer mandatário: aquele que estiver no comando de uma Casa de Leis ou aquele que estiver no Poder Executivo.

E é nesse contexto e em caráter preparatório para a Rio+20 que a Frente Ambientalista vem oferecendo essa contribuição para esse debate, promovendo encontros no Brasil inteiro – e nós a parabenizamos por isso –, em cada re-

gião, com temas os mais relevantes, tais como Biomas, Recursos Hídricos, Meio Ambiente Urbano, Energia, Segurança Alimentar.

Efetivamente o Brasil estará preparado para estar presente no Rio não apenas como espectador, mas como um País que pode contribuir de fato. Apesar de o assunto ser inovador, ele não é inovador como militância. Ele é inovador como prática. Há uma preocupação no Governo da Presidenta Dilma, há uma preocupação muito grande nesta Casa, haja vista que a Frente Ambientalista arrematou um grande número de Parlamentares. E ontem, com a visita que tivemos nesta Casa, recebemos uma notícia de que a Frente Ambientalista terá uma comissão para tratar dos assuntos do mar, o que é fortemente positivo para o Brasil.

Nesse ciclo de palestras, com esse caráter proativo, a Frente Ambientalista teve um êxito que eu gostaria muito de registrar em torno da economia verde, que não se encerra absolutamente no certame do Rio de Janeiro. É esse tema que nós gostaríamos que tivesse uma agenda perpétua no nosso País. Aí temos certeza de que o Brasil vai retratar com fidelidade, nesse momento, a preocupação que hoje grassa em todas as gerações do Brasil,

além de contribuir efetivamente com o pensamento nacional, consoante com aquilo que são as responsabilidades da classe política da qual faço parte. Vai marcar uma contribuição de desenvolvimento sustentável que não pode ser uma metáfora, e vai ser o grande norteador do crescimento socioeconômico do planeta. E eu falo neste momento do Brasil.

Então, saúdo todos os que aqui estão presentes, agradeço a presença de todos e digo, em meu nome próprio, que o nosso compromisso, Deputado Piau, Deputada Jandira, Deputado Amauri, nosso querido Deputado Domingos Dutra e todos os Deputados que aqui estão, é absorver todos os dados da realidade, para que possamos construir um Brasil melhor.

Eu sempre digo que na questão ambiental as mulheres são mais ativas, mas eu queimei minha língua, porque hoje estamos vendo que não há mais diferença. Apesar de sermos mais da metade da população, não temos número suficiente nesta Casa para refletir essa realidade, mas temos uma coisa que é muito sincera: as mulheres se comovem mais com a questão ambiental, por isso estão educando as meninas e os meninos mais preparadamente para olhar a questão ambiental com mais carinho e



dedicação. Acho que homens e mulheres têm que cuidar desse futuro, como se fôssemos renascer amanhã num mundo muito melhor do que esse em que vivemos hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



SABINO CASTELO BRANCO

*(Rio+20 – Postulações dos estados amazônicos.
Fórum Mundial pela Sustentabilidade)*

Realização do 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade, em Manaus, Estado do Amazonas, e do Fórum dos Governadores dos Estados da Amazônia Legal, em Belém, Estado do Pará. Postulações dos Estados amazônicos junto à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, preconizadas na Carta da Amazônia.

Sessão 29/03/2012

O Sr. Sabino Castelo Branco (PTB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como amazonense, convicto e ativo defensor do meio ambiente, tenho a satisfação de destacar a realização de duas reuniões importantes sobre o tema que aconteceram recentemente na Região Amazônica.

Destaco a realização do 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade, encerrado no último dia 24, em Manaus, e Fórum dos Governadores dos Estados da Amazônia Legal, realizado em Belém dia 26 deste mês. Ambos os eventos priorizaram temas relevantes sobre sustentabilidade com vistas a compor a Carta da Amazônia.

A carta da Amazônia representará o postulado dos estados brasileiros que integram a região Amazônica para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Rio+20, que acontecerá em junho, no Rio de Janeiro. O Rio+20 é a maior conferência sobre o meio ambiente da história.

A Carta da Amazônia, que deve ser elaborada possivelmente no mês de maio, tem o objetivo de incluir a região num programa de estratégias sustentáveis que toma por base as questões como a produção e o consumo de energias, o uso renovável dos produtos da floresta, a relação da indústria com o meio ambiente, dentre outros temas.

Após três dias de discussões, o concorrido e bem organizado 3º Fórum Mundial de Sustentabilidade, que contou com estudiosos e celebridades como o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, concebeu dez itens que devem integrar a Carta.

Por sua vez, a agradável cidade de Belém hospedou o Fórum dos Governadores dos Estados do Amazônia Legal, na segunda reunião preparatória para a confecção da Agenda da Amazônia com objetivo de construir uma proposição harmônica em expressar a opinião de todos os estados representantes para a confecção da Carta da Amazônia, instrumento legal que integra a proposta dos estados amazônicos para o evento do Rio.

O Fórum reveste-se de legitimidade por integrar representantes dos 9 estados da Amazônia – Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins, e representar a região que abriga a maior floresta tropical e a maior biodiversidade do planeta e, por isso, ocupando o foco central das discussões ambientais no mundo.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 deve ser elaborada uma agenda de compromisso sustentável para o planeta para mais um período de 20, a expectativa de que os países signatários a cumpram regamente, ao contrário do que aconteceu no Rio 21, quando diversos países desenvolvidos desprezaram parcial ou totalmente o acordado no evento.

Os temas que devem ser tratados na Rio+20 deve certamente se debruçar nas recorrentes temas tais como poluição, camada de ozônio, acidez oceânica, predação à fauna e à flora, dentro outros.

Não podemos esquecer de que o ser humano é parte integrante da natureza. E a forma mais inteligente de proteger o meio ambiente é a promoção da vida digna ao ser humano. Tais benefícios podem ser alcançados através da

universalização da educação e do desenvolvimento de técnicas que permitam a exploração sustentável dos recursos naturais pelo homem do campo e pelo nativo de regiões objeto de preservação.

Comumente essas pessoas são tidas como vilãs da destruição, quando na verdade é a ganância provinda dos grandes centros urbanos e de empresários inescrupulosos que ameaçam o equilíbrio dos recursos naturais.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, espero que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 produza resultados práticos, que possam ser postos em prática pelo homem mais simples e que os países assumam, cada um, sua parcela de responsabilidade. Sem esquecer que a Terra é um celeiro dado por Deus para nossa administração.

Muito obrigado.





SIBÁ MACHADO

(Preservação dos recursos hídricos)

Transcurso do Dia Mundial da Água. Importância da preservação dos recursos hídricos brasileiros.

Sessão 22/03/2012

O Sr. Sibá Machado (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito no Pequeno Expediente e vou abordar o transcurso do Dia Mundial da Água. Na sequência falarei pela Liderança do meu partido, e gostaria muito de fazer um bom debate com o representante do PSDB que acabou de falar da tribuna. Sr. Presidente, neste Dia Mundial da Água e às vésperas de um dos mais importantes encontros mundiais que tratam da causa ambiental e da relação homem/natureza, gostaria de lembrar que antes do advento do capitalismo o mundo vivia uma relação econômica de alto respeito ao meio ambiente, entendendo toda a existência da natureza como a presença de Deus. Portanto, Deus estava na natureza, e por Deus estar na natureza as comunidades mais tradicionais a respeitavam; na Índia, até hoje

a vaca é sagrada e não pode ser abatida. Com o advento do capitalismo, Deus teve de ser retirado da natureza, e ao ser dito que Deus estava no céu, não mais na natureza, ficou estabelecido que a natureza existia para nos servir, e se é para nos servir tudo vira negócio, tudo pode virar mercado. Esse é o problema, Sr. Presidente. Por isso os acordos mundiais sobre meio ambiente não conseguem garantir uma situação mais positiva. Quem vai querer perder espaço? Quem vai querer perder domínio? E por aí vai. Vejamos o problema específico da água: o Planeta Terra tem 510 milhões de quilômetros quadrados; desses, 140 milhões são de terras emersas, os continentes e as ilhas; 370 milhões de quilômetros quadrados são cobertos de água, e praticamente de água salgada. De água doce no planeta são praticamente 3%, dos quais boa parte está acomodada na forma de gelo nos polos e nos picos das montanhas mais altas, parte está na atmosfera, de onde vêm as chuvas, parte está no subterrâneo, nos chamados lençóis freáticos ou aquíferos, e parte, esta mais acessível, na superfície da Terra – rios, lagos, igarapés e pequenos cursos d'água.

Nós estamos bem no centro, mas há os que moram nas regiões de florestas, áreas distan-

tes dos centros urbanos, próximos aos rios. Os ribeirinhos, por exemplo, moram em casas de frente para as águas. Nos centros urbanos os cursos d'água são imediatamente transformados em aterros sanitários, às vezes em simples lixões, onde todos os dejetos sólidos e químicos são despejados. Soma-se a isso, Sr. Presidente, a má utilização que se faz da água doce, já parca, ao ponto de poder haver no futuro conflitos entre países, povos e nações. Há quem, para lavar o carro, deixe durante horas a mangueira aberta; há quem faça o mesmo para lavar calçadas. Varrem a calçada com água!

Façamos uma conta: a pessoa que faz greve de fome pode levar até 65 dias para ir a óbito; já a pessoa que para de tomar água morre entre o sétimo e o décimo segundo dia sem o líquido, dependendo da resistência; por fim, a pessoa que fica sem respirar, se for campeão, não sobrevive ao sétimo minuto de apneia. Ou seja, em primeiro lugar vem o ar, em segundo a água, em terceiro o alimento; depois vêm as outras coisas.

Qual é, portanto, a grande preocupação que levantamos neste Dia Mundial da Água? Vamos ter a Rio+20. Desde 1992 os chefes de Estado, a chamada cúpula do mundo, reúnem-se no

Rio de Janeiro para tratar desse assunto. Mas na hora de assinar os tratados para resolver o problema da retirada do lixo, do mesmo lixo que contribui para a contaminação do lençol freático, para resolver o problema da retirada dos tubos de esgotos, dos dejetos que são jogados in natura nos rios e igarapés na maioria das cidades do mundo inteiro, especialmente do nosso Brasil, transformam-se imediatamente...

O Sr. Presidente (Luiz Couto) – Peço-lhe que conclua.

O Sr. Sibá Machado – Já concluo, Sr. Presidente. Peço apenas 1 minuto.

Então, todo o mundo quer transformar seu belo rio urbano num Rio Tietê. Estamos aqui diante de um Deputado de São Paulo. O Rio Tietê, há centenas de anos, com certeza era uma maravilha para quem morava em suas margens. Infelizmente, qualquer cidadezinha que acaba de nascer já transforma seu igarapé num depósito de lixo, de sujeira, de coisa ruim, fétida, acabando com a vida. Mas a natureza, na sua fortaleza, ainda assim, num fenômeno ecológico/biológico denominado resiliência, faz com que a duzentos e poucos quilômetros, saindo de São Paulo, o mesmo rio reerga-se e comece a mostrar vida novamente, nasça de novo.

Neste dia, neste meu discurso, quero parabenizar os grandes geógrafos brasileiros Aziz Ab'Saber e Milton Santos, e tantos outros que produziram uma base de conhecimento muito sólido da geografia do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





WILSON FILHO

*(Preservação do bioma da Caatinga
na Região Nordeste)*

Preservação do bioma da Caatinga
na Região Nordeste.

Sessão 04/04/2012

O Sr. Wilson Filho (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Luiz Couto, brasileiros e brasileiras, venho aqui neste momento para, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, solicitar seja dado como lido discurso em que falo da importância de valorizarmos um dos biomas que corresponde a 13% de qualquer vegetação existente em todo o Brasil, um bioma que faz e completa 70% do Semiárido nordestino: a Caatinga.

A região semiárida corresponde a cerca de 70% da Região Nordeste e 13% do território brasileiro, e nela está o bioma da Caatinga como o principal ecossistema existente naquela região. Naquele bioma, a falta de capacidades de armazenagem da água, devido a solos rasos e

pedregosos, dificulta ainda mais a situação dos homens e das mulheres que lá habitam.

Então, Sr. Presidente, dou como lido este pronunciamento para fazer desse assunto mais uma sugestão do Congresso Nacional para o evento Rio+20.

O Sr. Presidente (Luiz Couto) – Muito obrigado, Deputado Wilson.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Nordeste brasileiro abriga extensa área do semiárido com o bioma da Caatinga ameaçada de extinção, que se reveste de extrema relevância para o clima regional e global, para a conservação da biodiversidade, tendo um papel-chave na economia da região e do Brasil.

A região semiárida corresponde a cerca de 70% da Região Nordeste e 13% do território brasileiro e nela está o bioma da Caatinga como o principal ecossistema existente naquela região. Naquele bioma, a falta de capacidades de armazenagem da água, devido a solos rasos e pedregosos, dificulta ainda mais a situação dos homens e das mulheres que lá habitam.

Mas, ao contrário do que muitos pensam, a Caatinga é de riquíssima biodiversidade e contém enorme potencial para o desenvolvimento, apesar de os ecossistemas do bioma da Caatinga encontrarem-se bastante alterados.

As principais ameaças àquela região se caracterizam pela alta deficiência de práticas de manejo sustentável e de recuperação da vegetação degradada, inexistência de mecanismos para criação de áreas protegidas e falta de incentivos para práticas de uso e conservação dos recursos naturais, aliada à deficiência na produção e divulgação de informações a respeito do assunto.

Por isso, torna-se necessário um enfoque governamental no desenvolvimento sustentável do bioma da Caatinga, contribuindo para que a sociedade brasileira conserve a natureza do semiárido, harmonizando a atividade humana com a conservação da biodiversidade e com o uso racional dos recursos naturais da Caatinga, para o benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações. Afinal, o bioma da região do semiárido poderá passar por graves transformações que irão influenciar diretamente a agricultura e o abastecimento de água.

A Caatinga, Sras. e Srs. Deputados, é um dos biomas brasileiros mais ameaçados pelo uso intempestivo dos recursos naturais. As maiores extensões de áreas em processo de desertificação no Brasil, com perda gradual de fertilidade do solo, estão localizadas no semiárido, local onde se encontra aquela vegetação, resultado da combinação do cultivo inadequado da terra às variações climáticas.

Quarenta por cento daquele território estão desmatados e um dos principais motivos é a extração ilegal de madeira para geração de energia – é bom lembrar que entre 30% e 40% da energia do Nordeste ainda é proveniente da lenha e do carvão. A lenha é retirada de forma não sustentável, inclusive para o abastecimento de polos industriais.

É premente, portanto, neste momento em que se prepara a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que se realize uma espécie de radiografia da situação da Caatinga, a qual se qualifique como uma exposição de ideias abalizadas.

Além disso, é preciso um enfoque que se volte para os recursos hídricos e a possibilidade de emprego de energias limpas no Nordeste, em uma discussão profícua que contribua para

uma concepção de desenvolvimento nordestino sustentável.

As principais demandas ambientais da região nordestina podem ser efetivamente resolvidas. Sou daqueles que acreditam nisso. O semiárido oferece condições suficientes de sobrevivência para o sertanejo, obtendo lucro de sua atividade. Estudos realizados nos últimos 20 anos mostram que a Caatinga tem potencial para atender a demanda por energia dos setores industrial e comercial, sem comprometer a sustentabilidade do bioma.

A Caatinga tem uma condição muito grande, se for bem explorada de forma adequada, dentro dos limites ambientais e climáticos, de alavancar o desenvolvimento do Nordeste.

Sr. Presidente, vamos aproveitar agora, no momento em que os demais países do mundo, seus cientistas e a sua mídia voltam os olhos para o Brasil, onde se realizará a Conferência Rio+20, para clamar pela salvação e pelo desenvolvimento sustentável do semiárido e do bioma Caatinga. Nós, nordestinos, temos pressa. O tempo urge, e o planeta pode fenececer.

Obrigado.





ZÉ GERALDO

(Bolsa Verde)

Extensão do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, o chamado Bolsa Verde, à população ribeirinha da Ilha de Marajó, Estado do Pará. Nomeação do engenheiro agrônomo Roberto Ricardo Vizentin para a Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Sessão 03/04/2012

O Zé Geraldo (PT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar no meu pronunciamento dois fatos importantes.

O primeiro é a inclusão de 6 mil famílias de ribeirinhos da Ilha do Marajó no Bolsa Verde, programa que tem o objetivo de atender famílias, em situação de extrema pobreza, que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural. Cada família receberá 300 reais a cada trimestre.

O segundo fato é a nomeação, em 29 de março, do agrônomo Roberto Ricardo Vizentin para a direção do Instituto Chico Mendes, que tem um grande desafio, inclusive o de ajudar a resolver os passivos fundiários nas áreas de conservação que foram criadas nos últimos anos neste País.

Então, eu quero pedir a V.Exa. que seja dada ampla divulgação deste meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito hoje esta tribuna para comentar dois acontecimentos na área ambiental que, sem dúvida, irão favorecer uma melhor gestão ambiental na Amazônia e no Brasil. O primeiro acontecimento tem a ver com uma ação do Governo Dilma para incentivar a conservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia; o segundo trata da gestão do Instituto Chico Mendes.

Portanto, estou falando da inclusão de 6 mil famílias de ribeirinhos da Ilha do Marajó, no Estado do Pará, no Programa Bolsa Verde; e da nomeação, dia 29 de março, quinta-feira passada, do agrônomo Roberto Ricardo Vizentin para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Tratando já do último ponto, Roberto Ricardo Vizentin é engenheiro agrônomo por formação e doutorando em Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, pela Universidade de Córdoba, na Espanha. O Sr.

Vizentin é profundo conhecedor das Unidades de Conservação no Brasil, tendo já exercido várias funções na área ambiental e rural em seu Estado, Mato Grosso; e vários cargos de direção do Ministério do Meio Ambiente, sendo o último cargo o de Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o novo Presidente possui experiência e qualidades técnicas para conduzir um órgão que é responsável pela gestão das 310 Unidades de Conservação do Brasil. Penso ainda que a gestão destas e das várias outras unidades que ainda serão necessariamente criadas, baseada na proteção, fiscalização e monitoração, levará em conta, também, as milhares de famílias que vivem nestas Unidades ou mesmo fora destas, mas que de alguma forma favorecem para a conservação e proteção dos nossos ecossistemas.

E, por falar nessas famílias, Sr. Presidente, que muitas vezes se encontram em pobreza extrema, parabenizo o Governo Federal pela extensão do Programa Bolsa Verde aos ribeirinhos, Programa este que até a semana passada atendia apenas moradores das Unidades de Conservação e assentamentos ambientalmente diferenciados, em condições de pobreza extrema.

Agora recebemos a boa notícia de que as comunidades ribeirinhas que vivem em situação de extrema pobreza receberão, também, este benefício. E a notícia não poderia ser melhor: ao contemplar inicialmente as 6 mil famílias de ribeirinhos da Ilha do Marajó, no meu Estado, o Governo Federal, na prática, implementa mais uma ação para o combate à pobreza de uma região que tem o menor IDH de toda a Região Norte e um dos ecossistemas mais vulneráveis do País.

Para orientar as famílias que vivem nessas áreas da Amazônia, o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Marajó reuniu-se nessa quinta e sexta-feira (29 e 30 de março), na Ilha do Marajó, para apresentação especial do programa e definição da estratégia de atendimento aos beneficiários da região.

As comunidades da Ilha do Marajó já estão sendo previamente identificadas, com o objetivo de agilizar o processo de adesão dos seus moradores ao Programa. Quero lembrar às futuras famílias beneficiadas que as suas áreas devem estar cadastradas com documentos que reconhecem, estabelecem e descrevem as regras de uso dos recursos naturais, de convivência dos beneficiários e de ocupação da região socioambientais.

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas socioambientais prioritárias.

Segundo dados dos Ministérios envolvidos, são 16,2 milhões de pessoas nesta condição, das quais 47% estão na área rural. A proposta é promover aumento na renda dessa população, ao mesmo tempo em que se incentiva a conservação dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais.

O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela coordenação do Programa Bolsa Verde, com a participação direta dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fazem uma gestão compartilhada, abrangendo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como os gestores das áreas selecionadas.

A primeira etapa do Programa aconteceu no final de 2011, com a identificação de cerca de 18 mil famílias localizadas em 33 Unidades de Conservação (florestas nacionais e reservas extrativistas) e em 140 assentamentos ambientalmente



diferenciados da reforma agrária, geridos pelo INCRA, localizados na Amazônia Legal, sendo inseridas 16.634 famílias.

A meta para a segunda etapa do Programa, em 2012, é beneficiar 50 mil famílias, em virtude da promoção do Programa, que vem sendo divulgado como parte dos preparativos da Conferência Rio+20. O público-alvo será ampliado para todo o Brasil, envolvendo, além das áreas já listadas, também projetos de assentamentos convencionais e áreas de ribeirinhos agroextrativistas cadastradas pela Secretaria do Patrimônio da União.

Tenho dito.



CÓDIGO FLORESTAL



JANETE CAPIBERIBE

(Código Florestal – crítica)

Insatisfação da sociedade brasileira com alterações efetuadas no Código Florestal brasileiro pelo Congresso Nacional. Repúdio da bancada federal amapaense à emenda oferecida à matéria pelo Senado Federal, destinada à redução em 50% da reserva florestal de propriedades rurais em Estados brasileiros. Urgência na realização de investimentos nas áreas de ciência pesquisa e tecnologia. Encaminhamento à Presidência Dilma Rousseff, pela bancada federal amapaense, de pedido para retirada do art. 13, § 5º, constantes no projeto de lei sobre a criação do novo Código Florestal.

Sessão 02/03/2012 – DCD 03/03/2012

A Sra. Janete Capiberibe (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente e colegas Parlamentares, estamos diante de um desafio estratégico para o futuro do Brasil: com a votação do Código Florestal, vamos decidir entre o desenvolvimento sustentável e a hegemonia do PIB agropecuário, pondo em risco a diversidade dos nossos biomas.

A sociedade está insatisfeita com a anistia aos crimes ambientais, com a redução de florestas em áreas de APP e de Reserva Legal e com a permissão para novos desmatamentos, além de outros crimes ambientais. Oitenta e cinco por cento dos brasileiros rejeitam o novo Código e pedem o veto da Presidenta Dilma, que sinalizou que vai fazê-lo.

A hegemonia da camada exportadora de commodities agrícolas – soja e gado, além da madeira – retirou do Código Florestal as dimensões da preservação e do desenvolvimento sustentável, restringindo-o ao objetivo de apenas um usuário das terras, águas e florestas. Porém, o Código deve incorporar todas as perspectivas relativas ao potencial das florestas brasileiras. A Amazônia deve desenvolver-se sob outro modelo de produção.

O Amapá e o Acre são bons exemplos.

O Amapá tem 98% de seu território coberto por floresta amazônica primária nativa, o melhor indicador florestal do Brasil. E não queremos alterar nossa vocação, tampouco dizimar as populações indígenas. Mas o projeto em debate nos assusta.

Emenda feita pelo Senado quer reduzir em 50% a reserva das propriedades rurais em Estados cujas áreas protegidas superem os 65%. Essa emenda foi feita sob medida para atingir unicamente o meu Estado, o Amapá.

Por isso, reunida hoje, a bancada amapaense disse repudiar a emenda do Senado.

É inaceitável colocar em risco um modelo de desenvolvimento sustentável que se tenta

consolidar há décadas. E os Deputados e os Senadores comprometidos com o Amapá não permitirão essa agressão.

A mudança feita pelo Senado provocaria um retrocesso estrutural, quando o Governo do Amapá multiplica os investimentos nos institutos estaduais de pesquisas científicas para a biodiversidade, que aliam conhecimento tradicional e científico para desenvolver a ciência e a tecnologia voltadas à vocação florestal.

Se referendar a proposta do Senado, esta Casa retrocederá nas conquistas do Amapá e da Amazônia para o desenvolvimento harmônico com os biomas locais. Não precisamos mudar o Código Florestal. Precisamos mudar a mentalidade dos gestores públicos, Parlamentares, investidores e produtores rurais.

É desnecessário avançar sobre florestas ou áreas de preservação para aumentar a produção agrícola. Há um estoque de 51 milhões de hectares degradados, que, recuperados, quase dobrariam a área cultivada.

É urgente investir em ciência, tecnologia e pesquisas adequadas; ampliar o investimento em biotecnologia e no potencial florestal para a indústria alimentícia, farmacêutica e naval, além

de proteger as riquezas hidrográfica, antropológica e sociocultural da Amazônia.

É urgente implantar políticas públicas interseccionais e transeccionais para o desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida do povo, bem como adotar regulamentações que façam cumprir a lei vigente, o Código Florestal.

Ao mesmo tempo em que ocorre a Rio+20, debater a lei ambiental é uma chance histórica para o Brasil firmar-se como Nação líder e propor nova dinâmica climática global.

Apesar do momento delicado, a sociedade, esta Casa e a Presidenta Dilma saberão encontrar uma saída digna, de outro ponto de partida, para atualizar a Lei nº 4.771, seja por meio de regulamentações, seja por meio de medidas provisórias, seja por meio de políticas públicas pactuadas com a sociedade, com os produtores e com o Parlamento.

A bancada federal do Amapá – aí incluídos os Senadores José Sarney, Randolfe Rodrigues e Capiberibe, os oito Deputados Federais do Estado e mais o Governador – se reuniu na semana passada com o Relator do Código Florestal, o Deputado Paulo Piau, do PMDB, e entregou uma documentação a S.Exa., solicitando, por

caberm fazê-lo neste momento regimental, a retirada do § 5º do art. 13 do bojo do projeto de lei.

E o Amapá agradecerá muito ao Relator e a esta Casa se for retirado do texto esse parágrafo, na votação que ocorrerá na terça ou na quarta-feira, quando será apreciado em rodada final o Código Florestal.

Sras. e Srs. Deputados, em vez de repetir o modelo de produção predatório usado no passado, o Brasil pode continuar a produzir mais com sustentabilidade, ensinando ao mundo a lógica da pós-modernidade e tendo como modelo o Amapá e a Amazônia.

Para concluir, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação deste meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.



LIRA MAIA

(Código Florestal – Área de proteção ambiental)

Movimentação no Congresso Nacional com vistas à votação e aprovação da Lei Geral da Copa e do novo Código Florestal. Reflexões sobre a urgência de nova lei florestal e as peculiaridades do produtor rural brasileiro.

Sessão 22/03/2012 – DCD 23/03/2012

O Sr. Lira Maia (DEM-PA e como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, colegas Parlamentares, no ano passado vim pouco a esta tribuna porque presidi a Comissão de Agricultura – a atividade da Comissão me consumiu muito o tempo –, e no segundo semestre, fiquei basicamente envolvido com o plebiscito que realizamos no Pará, coordenando a campanha de criação do Estado do Tapajós.

Este é um ano mais normal. Com muita honra, sou titular na Comissão de Agricultura, e suplente na Comissão da Amazônia, na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Orçamento.

Hoje, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma reflexão sobre o funcionamento desta Casa nos últimos dias.

A imprensa nacional divulgou ontem, com muito alarde, que a base aliada está rebelada e que o motivo é a não liberação de emendas ou nomeação de aliados.

Sr. Presidente, a nossa República, a nossa Pátria, o nosso País tem Três Poderes distintos, independentes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. A boa prática democrática mostra que deve haver harmonia entre eles. O que não pode é um Poder mandar em outro.

Eu não vejo nada de anormal no que ocorreu ontem nesta Casa: o fato de a maioria dos Deputados rejeitarem votar matéria importante para o País, em função de outra matéria que reputo mais importante ainda, o Código Florestal. Vejam bem, sou Deputado da Oposição, do Democratas, e estou disposto a discutir e votar as duas matérias. Acho que a Lei Geral da Copa é importante para o País. Estamos numa fase de organização desse grande evento mundial que mexe com todos, e acho que temos que demonstrar competência na organização da Copa. Mas, como Deputado do interior, engenheiro agrônomo, agente de extensão rural, funcionário do meu Estado, ex-Secretário de Estado de Agricultura, ex-Presidente da Comissão de Agricultura, não posso me furtar

a vir defender o Código Florestal. E eu acho oportuno, até porque os nossos Líderes não estão chegando a um consenso. Acho que falta tato nessa história. É importante que o Parlamento, aqui no plenário, decida, e foi o que aconteceu ontem.

Vejam bem. Quanto ao Código Florestal, eu gostaria de explicar, didaticamente, para os meus colegas e para o todo o País, que 95% do texto estão conciliados. É o mesmo texto, da Câmara e do Senado. Nós estamos divergindo em apenas 5%. E, nesses 5%, o Senado fez grandes avanços. Está pacificado; e nós estamos aceitando porque o texto realmente foi melhorado.

Mas nós não podemos ser irresponsáveis, Sr. Presidente. E, dentro daquilo que o Regimento estabelece e permite, nós temos aqui que lutar pela produção brasileira. É só fazer uma grande reflexão. Acho que o que está faltando é interlocução com a Presidenta da República. Parece-me que a Presidenta Dilma não está a par, de fato, do que está escrito no Código Florestal.

Será uma aberração, uma irresponsabilidade nossa aprovar esse Código sem consolidar área aberta. Só para que o País entenda, áreas de preservação permanente, as APPs, são aquelas áreas próximas a rios, igarapés, lagos,

olhos d'água, topo de morro. Enfim, existe uma série de conceitos de áreas de APP. Mas nós, que conhecemos a realidade deste País, não podemos, de forma alguma, votar uma lei que vá dar oportunidade de o Ministério Público, a Polícia Federal, chegar junto a famílias. Eu vou dar um exemplo. Na beira do Tapajós, do Amazonas, do Xingu, do próprio Rio São Francisco, existem famílias produzindo ali há mais de 300 anos. Não são pessoas; são famílias produzindo ao longo de séculos. E nós estamos para vamos votar uma lei que autoriza o Ministério Público pedir à Polícia Federal que tire o produtor dali. Por quê? Porque nós não estamos consolidando área aberta.

Existem pessoas, ou mal intencionadas ou mal informadas, dizendo que nós estamos liberando e perdendo os desmatadores. Vejam bem. Recentemente, o Governo Federal publicou o PIB nacional, um PIB baixo, modesto, de 2,7%. E olhem que só dois setores aparecem superavitários neste País: o setor da agropecuária e o setor da mineração. A agropecuária chegou ao PIB com 4%, graças a Deus; do contrário, o País teria corrido o risco de ter tido um crescimento zero ou abaixo de zero.

O Brasil tem 851 milhões de hectares de terra, dos quais 236 milhões produzem. Ora, nós não temos um estudo definido sobre o prejuízo que este País vai ter se parar de plantar em APP aberta. O Ministério da Agricultura calcula em torno de 85 milhões de hectares; o Ministério do Meio Ambiente, em 33 milhões. Enfim, há vários cálculos. Mais de 30% das áreas produtivas vão deixar de produzir. Aí, nós vamos pagar um preço alto, porque a agricultura brasileira é quem salva, hoje, o superávit primário da economia brasileira. Esta é uma reflexão.

Eu acho que, ontem, foi dado um exemplo de que os Deputados estão atentos ao País, estão defendendo os produtores rurais. Às vezes, eu fico preocupado, pois colegas aqui na tribuna dizem que estão aqui para defender o pequeno produtor rural brasileiro.

Sr. Presidente, só quem resiste a esse Código Florestal da forma como está são os grandes produtores; os médios sobrevivem, os pequenos quebram, acabam. Temos que deixá-los produzir. Imaginem um produtor de hortaliças que tem 2 hectares ou 5 hectares, com 2 igarapés dentro. Acabou! Além de nós estarmos extinguindo as áreas produtivas ou a produzir, nós estaremos obrigando os produtores rurais a recompor.



Então, é preciso que se faça uma reflexão. E aqueles que fazem interlocução com a Presidenta da República devem levar a S.Exa. a informação real, exata. Nós não temos o direito de nesta Casa extinguir o pequeno produtor rural, sobretudo aquele que trabalha nas APPs.

Aprovando esse Código Florestal, daqui para a frente não é preciso derrubar mais nenhuma árvore; deixem como está. Quem já trabalha em APP, que continue trabalhando; quem não trabalha, não trabalhará mais. O País fica como está.

Se nós formos fazer um comparativo com os outros países do mundo, Sr. Presidente, veja bem, o Brasil ainda tem 61% de área nativa. O País está fazendo seu dever de casa. A Amazônia ainda tem mais de 80% da sua área nativa. Os Estados Unidos têm menos de 1%; a Europa, menos de 1%.

Eu, particularmente, no ano passado, aprovei um projeto de indicação, na Comissão de Agricultura, para que a Presidenta Dilma leve para a reunião do Rio+20 a sugestão de que os países-membros da ONU adotem o mesmo Código Florestal brasileiro. Isso foi aprovado, e está com S.Exa.

Eu tenho certeza de que o que está havendo hoje não é uma disputa pela preservação ambiental, mas uma briga e uma disputa de mercado. Nós somos os maiores produtores do mundo em muitos produtos: suco de laranja, carne de frango, açúcar e muitos outros produtos. Existem muitos países que não têm mais para onde crescer, pois já ocupam todas as suas áreas. Nós estamos crescendo não apenas em área. Para se ter uma ideia, nos últimos 30 anos o Brasil duplicou sua produção e cresceu apenas 25% nas suas áreas. E 75% desse crescimento foi na base da produtividade, do emprego de tecnologia. O País cuidou disso. Temos uma empresa de respeito, gerando tecnologia, chamada EMBRAPA, empresa que o mundo todo está copiando. Temos hoje a melhor produtividade em muitos produtos, e o Brasil tem que se convencer disso.

Vamos, sim, votar um código florestal, porque o último é de 1965, com mais de 16 mil penduricalhos – resoluções, decretos, não sei mais o quê. Ninguém mais sabe interpretar o Código Florestal brasileiro. Precisamos ter um novo código, mas um código responsável.

Acho oportuno que o Governo, a Oposição, os colegas Deputados estejam conscientes de

que o País precisa desta Casa para normatizar, para dar as regras. Acho muito interessante que as Lideranças, com muito tato, cheguem a um consenso e, na próxima semana, coloquem uma pauta que contemple a Lei Geral da Copa e o Código Florestal brasileiro. Vamos votar essas duas matérias num dia só. Não tem problema; a Casa já se manifestou sobre isso.

Nós não podemos, nesta Casa, brincar, dando um trança-pé no outro, querendo se colocar na frente do outro. Temos que ser responsáveis, sobretudo com o País. Não é o que eu acho ou o que o meu partido acha; é aquilo que nós sabemos, conhecemos e defendemos nesta Casa.

O produtor rural brasileiro tem que continuar produzindo sem ser molestado. Ele tem que ter a proteção das leis.

O produtor rural brasileiro exerce uma função nobríssima, que é produzir alimento. Lembrome de quando o produtor brasileiro era chamado de herói da Pátria. Hoje, muitos dos produtores estão sendo denominados de bandidos da Pátria. Vejam a nossa responsabilidade!

Portanto, deixando de lado a disputa partidária, Oposição e Situação, esta Casa tem realmente de levar a sério este setor, precisa ter

a certeza de que o Código Florestal brasileiro trará tranquilidade ao setor ambiental, à agricultura, à governabilidade do País, e a todos nós, para que o Brasil continue produzindo.

Vejam bem, nós, que temos origem na agricultura, que defendemos aqui o produtor rural e também somos responsáveis pelo meio ambiente, vamos lutar a cada dia, não na tribuna, mas nos bastidores, fazendo o que for possível e o que for preciso para concluir a votação dessa lei.

Que os nossos Líderes tenham discernimento para chegar a um acordo e que os responsáveis por esta Casa coloquem em pauta a matéria. Que venha na próxima semana!





**NELSON
MARQUEZELLI**

*(Código Florestal – crítica ao
Substitutivo do Senado Federal)*

Posicionamento pela rejeição da proposta do Senado Federal de criação do novo Código Florestal brasileiro aprovada pelo Senado Federal.

Sessão 20/03/2012 – DCD 21/03/2012

O Sr. Nelson Marquezelli (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação do Código Florestal não é uma questão de Governo, e sim de Estado. A agricultura brasileira não poderá sofrer solução de continuidade por força de desavisados e desinformados, adeptos do atraso econômico e social.

O Brasil mudou, Sr. Presidente, e mudou para melhor, principalmente graças ao esforço desenvolvido pelo ex-Presidente Lula, que sempre entendeu a importância da agricultura brasileira para a geração de superávit na nossa balança comercial, com o estancamento do processo inflacionário e a transferência dos recursos gerados pelo campo para geração de emprego, pagamento de nossa dívida externa e diminuição

da pobreza no País. Esse marco histórico e econômico devemos ao agricultor brasileiro.

Se pegarmos a evolução dos índices de inflação e dos preços dos alimentos dos últimos 10 anos, veremos que os alimentos tiveram papel relevante na sustentação dos preços e no combate à inflação.

Fiz esse introito, Sr. Presidente, para relembrar aos menos conhecedores do campo, muito deles vestidos de líderes ecológicos, que a instituição de um novo marco legal florestal deve ser analisada com critérios justos, sempre pensando-se no equilíbrio entre a produção agrícola e o respeito ao nosso meio ambiente.

O agricultor brasileiro, Sr. Presidente, é aquele que acorda de madrugada para produzir o alimento do povo brasileiro, e ele deve ser respeitado em toda a sua inteireza profissional.

Voltemos à análise do Código.

Não é possível que, depois de longos 13 anos de luta e trabalho nesta Casa, só agora o Senado Federal tenha encontrado a fórmula mágica para atender ao desafio de fazer um novo Código Florestal, moderno e eficaz. O texto lá inovado traz insegurança jurídica e econômica para o País.

Analisemos ponto a ponto a matéria.

Já no artigo primeiro é imposto um texto que causará insegurança jurídica quanto à aplicação da lei, pois se consagra que as florestas e demais formas de vegetação nativas são reconhecidas de utilidade e são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação e, especialmente, a nova lei, o novo Código Florestal, estabelecerão.

Não é possível que tenhamos no texto legal uma aberração jurídica de tamanha grandeza.

Como pode o agricultor brasileiro trabalhar com tranquilidade, sabendo que sua área de preservação permanente e de reserva legal poderão a qualquer tempo ser desapropriadas a bem do interesse do País?

Mais adiante, também não concordamos com a limitação do pousio a 25% da propriedade, com prazo de 5 anos, e com o novo conceito da área abandonada, ligado ao conceito de produtividade do imóvel. Isso abre espaço para graves riscos de uma desapropriação direta.

O art. 18, § 3º, também não pode ser aceito por esta Casa, pois a alteração não constava do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, este Código, em hipótese alguma, pode vir à votação e ser aprovado por esta Casa. Se não respeitarmos o direito adquirido da população brasileira e também da agricultura nacional, não é possível votarmos uma lei que retroagirá 300, 400, 500 anos, e penalizará gerações de agricultores. Hoje está na terra o tataraneto daquele que a desmatou anos atrás. Esses descendentes produzem alimentos para a mesa do povo brasileiro e produtos para a nossa pauta de exportações. Sem área consolidada, não é possível aprovarmos o Código, em cima da agricultura nacional e, indiretamente, de todas as cidades e populações urbanas deste País. Porque não é só o homem do campo que será penalizado. Penalizados também serão o operário brasileiro, as famílias de baixa renda, que não terão recursos para comprar alimentos. Só em São Paulo, quase 1 milhão de hectares serão banidos da área produtiva brasileira. Só em São Paulo! O que acontecerá é que os alimentos terão seus preços majorados e o povo pobre, o operário, o trabalhador nacional, terá que custear do próprio bolso um Código impensado, que não analisou as consequências da mudança.

O Sr. Valdir Colatto – V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O Sr. Nelson Marquezelli – Pois não, Deputado Valdir Colatto.

O Sr. Valdir Colatto – Deputado Nelson Marquezelli, V.Exa. toca neste Grande Expediente num dos temas mais importantes que o Brasil precisa discutir, um tema que já está sendo tratado desde 2004. Quero cumprimentar V.Exa. pelo pronunciamento e o Deputado Ronaldo Caiado pela presidência da sessão neste momento. Com certeza, o agricultor brasileiro está sendo discriminado nessa questão da área consolidada. Vejam a injustiça que fazem com nossos agricultores: quem mora numa palafita, num casebre, numa casa pobre em qualquer beira de rio deste País, está ilegal, ambientalmente falando; quem mora numa mansão em área urbana, como a área do Lago Paranoá ou de qualquer outro lago, ou no litoral brasileiro, está legal e pode ficar lá tranquilo jogando esgoto na água. Está tudo certo. Temos que começar a mostrar isso ao País. Esta não é uma questão só da área rural, é um assunto do Brasil. Eu já disse antes que, se a agricultura não é importante para o Governo, que ela seja importante para o Brasil. É isso o



que estamos discutindo, Deputado Ronaldo Caiado. Precisamos mostrar isto. O desafio é este. Por que o agricultor tem que se afastar dos rios, se a civilização sempre esteve perto deles, até se iniciou perto deles? Toda civilização fez isso. O Brasil está se afastando dos rios, das águas. Deputado Nelson Markezelli, precisamos cuidar da água, do esgoto, do lixo, mas não como fazem na sua terra com o Rio Tietê, um esgoto a céu aberto. Ninguém fala nisso. Não existe ambientalista que toque nesse assunto! Precisamos acertar isso. Por que o produtor tem que constituir um fundo ou dar parte do seu patrimônio – 20% no Sul, 35% no Centro-Oeste, 80% na Amazônia – para ajudar na preservação do meio ambiente, e nós que moramos nas cidades não precisamos dar nada? Aliás, quero fazer uma proposta, no sentido de nós criarmos um fundo na Câmara dos Deputados em que cada morador de uma determinada região tenha que aplicar uma porcentagem do seu salário, para preservar o meio ambiente. O morador da Região Norte teria que colocar no fundo 80% do seu salário; o da Região Centro-Oeste, 35%; e nós, da Região Sul, 20%, a fim de preservar o meio ambiente. Cada funcionário desta Casa colo-

caria 20% nesse fundo, 35% ou 80%, dependendo de onde é oriundo. O Brasil faça isto, aí sim nós vamos resolver a questão do meio ambiente, nós vamos recuperá-lo. Vamos buscar o replantio de milhões de hectares, de 85 milhões de hectares segundo o Ministério da Agricultura, de 33 milhões segundo o Ministério do Meio Ambiente, e por aí afora. Deixo aqui o desafio, Deputado Ronaldo Caiado, de criarmos um grande fundo, do nosso patrimônio, como o que querem impor ao agricultor ao proibi-lo de utilizar as áreas consolidadas. Se houver área consolidada na área rural, com certeza, Deputado Caiado, vamos apresentar uma emenda para que se mantenham as áreas consolidadas na área urbana. Está escrito lá, APP. E o que é APP? Está lá, no art. 4º. APP, ou Área de Preservação Permanente, é aquela, na área urbana ou rural, que está a 30 metros de qualquer leito de rio de até 10 metros, até 500 metros, dependendo da largura do rio, e nas montanhas, nas encostas e por aí afora. Vamos implantar isso no Brasil. Assim eu acho que está tudo certo, que nós podemos equilibrar o jogo. Parabéns pelo seu trabalho, Deputado, e pela oportunidade do seu pronunciamento so-

bre o nosso Código, como já fez aqui também o nosso Deputado Junji Abe. Obrigado.

O Sr. Nelson Marquezelli – Deputado Valdir Colatto, a EMBRAPA fez uma estimativa da área agrícola a ser perdida só nos quatro módulos fiscais. Serão no Brasil 11 milhões, 664 mil, 687 hectares, uma área maior que a de certos países da Europa, maior do que muitos países que militam no mercado internacional, maior que muitos Estados brasileiros. Um país que está em crescimento não pode se dar ao luxo de dispensar 11 milhões e 600 mil hectares de área produtiva. Nós precisamos, além de manter essas áreas produzindo, procurar agregar outras áreas, áreas degradadas, áreas que estão sendo mal utilizadas pelas propriedades agrícolas, pelo Governo, área verde, seja quem for o proprietário, para que tenhamos mais produção. Não precisamos de um Código que anula 11 milhões e 600 mil hectares, até quatro módulos fiscais. E acima de quatro módulos fiscais, quantos nós vamos eliminar?

Vejam o exemplo do meu Estado, São Paulo. Nós temos o Rio Paraná, o Rio Grande, o Rio Tietê, que atravessa o Estado de ponta a ponta, o Rio Piracicaba, o Rio Pardo, o Rio Paranapanema e outros rios de porte. O Código

Florestal vai desativar suas margens produtivas, 100 metros de cada lado, na sua extensão, ignorando que muitas margens de rios são compostas de piçarra, ou de pedras naturais, ou de morros íngremes, onde nem é possível fazer plantio, onde não existe vegetação, áreas que não podem ser aproveitadas.

E nós vamos com essa lei dar ao Ministério Público uma arma, uma arma a esses meninos que estão ingressando agora na promotoria pública. Acionando a Internet, fazendo buscas no Google, vão poder exigir dos proprietários uma cobertura florestal de 15 a 100 metros ao longo das margens dos rios do Brasil. É inacreditável a falta de bom senso, a falta de sensibilidade dos que propõem um Código dessa natureza. E nós vamos precisar votar um Código que prejudica a família produtiva do Brasil, sem nenhuma exceção, a família de todos que trabalham na agricultura.

Ouçó o aparte do Deputado Luis Carlos Heinze.

O Sr. Luis Carlos Heinze – Deputado Marquezelli, hoje, durante o almoço, V.Exa. disse que seu Estado tem 8.800 rios, córregos...



O Sr. Nelson Marquezelli – São 8.880 pequenos córregos.

O Sr. Luis Carlos Heinze – Imagine o Rio Grande do Sul e o Paraná, Deputado Giovani Cherini; ou seu Estado de Goiás, Deputado Ronaldo Caiado. Imaginem, no Brasil inteiro, 15, 30, 50 e 100 metros. Dão os 11 milhões de hectares que o Dr. Evaristo, competentemente, levantou. O Deputado Valdir Colatto fez aqui uma afirmação. Queria que os funcionários da Casa, que os Parlamentares... Eu vou além. Queria ver se isso fosse feito com a PETROBRAS, com as empresas de petróleo, com a Vale do Rio Doce, com os bancos, com as megaempresas multinacionais, queria ver se elas tivessem que doar 20%, 35%, 70%...! Ah, o mundo teria desabado, Deputado Marquezelli! Mas como os produtores rurais são 5 milhões e 200 mil, dos quais 90% são pequenos produtores, todo mundo mete a mão. Nós, nesta Casa, vamos mexer na lei atual e dizer que a responsabilidade agora vai ser do produtor. A lei de hoje diz que é do Estado brasileiro, mas nós vamos mudar isso e transferir essa responsabilidade para o produtor rural, pequeno, médio ou grande. Parabéns pelo seu discurso, Deputado Marquezelli. Esta Casa, o Deputado Marco Maia, os Líderes

do Governo têm que trazer com urgência esta matéria à votação. O Líder Henrique Eduardo Alves propôs em dezembro que a data máxima fosse 6 e 7 de março, mas já estamos no dia 20 de março e ainda não votamos. Querem nos dar um balão e deixar para votar o Código só depois da Rio+20. Não. Temos que votar com urgência a matéria, dada a sua relevância para a sociedade brasileira. Muito obrigado.

O Sr. Nelson Marquezelli – A preservação das águas, em qualquer país do mundo, não se faz através da cobertura vegetal, mas sim combatendo esgotos, produções agrícolas em margem do rio sem que haja curva de nível, sem proteção, porque essas plantações podem jogar na água defensivos, adubo em excesso. É assim que se preserva a qualidade da água, e não com cobertura vegetal. Cobertura vegetal só protege nascentes, minas de água, não o rio que corre. Na correnteza do rio, na margem, não adianta cobertura vegetal, florestas. Nas margens de rio é preciso haver curva de nível em altura suficiente, para que o rio não receba das áreas plantadas defensivos e adubos de má qualidade, que podem se misturar com a água. Pois não, companheiro Giovani Cherini.

O Sr. Giovanni Cherini – Deputado Nelson Marquezelli, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso e pela sua posição em relação ao Código Florestal. Eu também acho que nós temos que votar essa matéria logo, para termos um marco legal na agricultura e a partir dele criarmos uma nova tese, uma nova visão: quem polui tem que pagar, e quem preserva tem que receber. Não existe outra saída no mundo capitalista que não essa. Nós não temos como dizer a um cidadão que ele tem que dar parte da sua propriedade particular para ajudar a sociedade. Nós temos é que fazer com que aquele que polui pague pela poluição. O Brasil vende hoje 3 milhões e 800 mil automóveis por ano, petróleo... Enfim, há aqui uma infinidade de empresas que poluem. Depois de aprovado o Código aqui na Câmara, temos que fazer como se faz lá em Nova Iorque, onde eles economizam 1 bilhão de dólares por ano pagando aos agricultores para preservar a água. É isso o que nós temos de fazer. Não adianta querer fazer socialismo no meio rural e capitalismo na cidade.

O Sr. Nelson Marquezelli – V.Exa. Tem razão. O Sr. Giovanni Cherini – Essa é a fórmula. Parabéns, Deputado Marquezelli, pelo seu tra-

balho. Este projeto tem que ser votado o mais rápido possível.

O Sr. Nelson Marquezelli – Deputado Giovanni Cherini, V.Exa. tem razões, e muitas. Veja bem, no Estado de São Paulo há mais de 8 mil córregos. E o que é um córrego? Não é um rio, porque ele quer 15 metros. Mas ele diz o limite no Código, e todos aqueles que têm no mínimo uma cobertura vegetal de cada lado da margem de 15 metros... Há rios com 10 metros, com 8 metros, com 6 metros, com 5 metros. Há córregos com 2 metros, com 1 metro de largura! Córregos onde se produzem hortaliças, frutas de mesa, como morangos e similares, verduras em grande quantidade, para abastecer a Capital de São Paulo, flores, como em Holambra e nas cooperativas todas. Na região de Rio Pardo há produção de cebola e de batata em quantidade suficiente para abastecer o Brasil e ainda exportar para vários países da América do Sul e até da Europa.

Aonde chegaremos se exigirmos da população que produz à margem de pequenos riachos de 1 metro, de 1 metro e meio, de 2 metros, 15 metros de cada lado? Como vamos trabalhar o processo de irrigação que estamos implantando agora no Nordeste com a transposição



do Rio São Francisco? O que fazer às margens do Rio São Francisco? Há quilômetros e quilômetros, um canal d'água em cujas margens vão produzir – já estão produzindo – uva.

Como vamos fazer para a largura ser de, no mínimo, 15 metros? Em alguns lugares ela vai ser de 30 metros, de 40 metros. Nas represas vamos ter mais de 70 metros, mais de 80 metros. Como desalojar a grande quantidade de produtores que estão às margens desses rios? Como vamos fazer no Rio Grande do Sul, onde a melhor uva para a produção de vinho está na encosta de morros, na lateral de morros? Sabem por que elas estão lá? Para ficarem protegidas do vento sul. O morro serve de proteção para a produção.

Como vamos fazer com a bananicultura do Vale do Ribeira? As margens dos rios, de todos, produzem bananas. Como vamos fazer com a única produção de chá do País, que é feita no Sul? A plantação também está nas encostas, perto de pequenos riachos, para que se possa molhá-la.

O Código atual fere o direito adquirido. Como vamos fazer onde não há área consolidada? E área consolidada, Deputados, existe para os dois lados: quem desmatou consolidou, e quem não desmatou também consolidou. Não se pode desmatar.

Desta forma vamos preservar 62% das matas e florestas do País. Ora, não existe país que tenha mais de 5% do seu território com cobertura vegetal. Nós estaremos preservando para o mundo 62% de nossas terras agricultáveis, terras em condições de produzir, em condições de dar uma vida melhor ao povo brasileiro.

Pois não, meu Líder.

O Sr. Leandro Vilela – Quero parabenizar V.Exa. pelo brilhante pronunciamento e compartilhar deste momento extremamente importante. Sem dúvida nenhuma esta Casa não pode retroceder, não pode simplesmente aceitar aquilo que muitas vezes é uma vontade de Governo. A vontade dos produtores é que este País seja justo. O Governo, que muitas vezes incentivou o desmatamento para aumentar a produção, agora quer novamente colocar a conta em cima do homem do campo, do produtor rural. Cumprimento V.Exa. Esta Casa precisa manter a coerência, precisa manter o que votou, precisa aprovar um Código Florestal que seja não do interesse do Governo, mas do interesse do produtor rural, do homem do campo, do setor produtivo e do agronegócio brasileiro. Parabéns, Deputado Nelson Marquezelli.

O Sr. Nelson Marquezelli – Muito obrigado.

Deputado, V.Exa. sabe que, se aprovarmos o Código sem área consolidada, o Estado de Goiás vai ter um grande prejuízo. As maiores áreas produtoras de soja estão no Estado de Goiás.

Estamos hoje vendo a aberração de um investimento feito há mais de 100 anos, há 200 anos no Brasil. Aqueles que trabalham com meio ambiente acham que para deixar uma terra agricultável basta estalar os dedos, e ela fica pronta no dia seguinte. Não sabem que para desmatar, limpar e deixar a terra em condições produtivas são necessários muitos anos, gerações, até para se mudar o conceito de Cerrado pobre para área produtiva. Isso demora anos.

Agora, numa penada apenas, com a aprovação do Código, veremos o absurdo de se retirar a produção, só em propriedades de até quatro módulos fiscais, de mais de 11 milhões e 500 mil hectares.

Eu não voto esse Código. Só votarei se nele estiver consagrada a área consolidada. Quem desmatou, quem produz até hoje, quem lutou para que este País crescesse, para que tivéssemos este crescimento, precisa ter o amparo desta Casa, precisa ter o reconhecimento dos Deputados. Nós não podemos colocar numa vala comum aqueles que realmente trabalha-

ram para produzir e aqueles que desmataram para especular com madeira. Nós não podemos permitir isso. Temos que separar o joio do trigo. Área consolidada é a espinha dorsal do novo Código. Se houver, esta Casa aprova o Código Florestal brasileiro que está sendo apresentado; se não houver, esta Casa não pode aprová-lo. O Governo Dilma, o Governo Lula, o Governo Fernando Henrique e todos os Governos dos últimos 50 anos pregaram que tínhamos que plantar. “Plante que o João garante.” Quem não se lembra desse slogan? “Plante que o Governo financia.”

Quantos bilhões e bilhões do Banco do Brasil, com a simples aprovação do Código, serão jogados no lixo? E o sacrifício de gerações e gerações para fazer tornar essas áreas produtivas? Agora, numa penada só, tira-se a área consolidada, porque é o que meia dúzia de ambientalistas defendem, com pressão internacional sobre o Governo brasileiro.

Chega! Nunca mais podemos aviltar o direito adquirido dos brasileiros. Jamais poderemos reduzir a área produtiva do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a votação do Código Florestal não é uma questão de governo, e sim de Estado.

A agricultura brasileira não poderá sofrer solução de continuidade por força de desavisados e desinformados, adeptos do atraso econômico e social.

O Brasil mudou, Sr. Presidente, e mudou para melhor, principalmente graças ao esforço desenvolvido pelo ex-Presidente Lula, que sempre entendeu a importância da agricultura brasileira para a geração de superávit na nossa balança comercial, com o estancamento do processo inflacionário e a transferência dos recursos gerados pelo campo para a geração de emprego, o pagamento da nossa dívida externa e a diminuição da pobreza no País.

Esse marco histórico e econômico devemos ao agricultor brasileiro.

Se pegarmos a evolução dos índices de inflação e dos preços dos alimentos dos últimos 10 anos, veremos que os alimentos tiveram papel relevante na sustentação dos preços.

Fiz esse introito, Sr. Presidente, para lembrar aos menos conhecedores do campo, muito deles travestidos de líderes ecológicos, que a instituição de um novo marco legal florestal deve ser analisada com critérios justos, sempre pensando-se no equilíbrio entre a produção agrícola e o respeito ao meio ambiente.

O agricultor brasileiro, Sr. Presidente, é aquele que acorda às 4 horas da manhã para produzir o alimento do povo brasileiro, e ele deve ser respeitado em toda a sua inteireza profissional.

Voltemos agora à análise do texto que em breve votaremos na Câmara dos Deputados.

Não é possível que, depois de longos 13 anos, só agora o Senado Federal tenha encontrado a fórmula mágica para atender ao desafio de fazer um Código Florestal moderno e eficaz.

Estamos conscientes de que o substitutivo do Deputado Paulo Piau, com algumas modificações, será o ideal para o agricultor brasileiro.

O texto inovado no Senado Federal traz insegurança jurídica e econômica ao País.

Analisemos ponto a ponto:

Já no primeiro artigo é imposto um texto que causará insegurança jurídica quanto à aplicação da lei, ao se consagrar que as florestas e

demais formas de vegetação nativas são reconhecidas de utilidade e são bens de interesse comum a todos habitante do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação e, especialmente, a nova lei, o novo Código Florestal, estabelece.

Não é possível que tenhamos no texto legal uma aberração jurídica como essa.

Como pode o agricultor brasileiro trabalhar com tranquilidade, sabendo que a qualquer tempo a sua propriedade poderá ser desapropriada em nome de um pseudo-interesse comum?

Mais adiante, também não concordamos com a limitação do pousio a 25% da propriedade, com prazo de 5 anos, e com o novo conceito de área abandonada, ligado ao conceito de produtividade do imóvel. Isso abre espaço para graves riscos de desapropriação.

O art. 18, § 3º, também não poder ser aceito por esta Casa, pois a alteração não constava do texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

É inadmissível a suspensão imediata das atividades agrícolas em áreas desmatadas após 7 de julho de 2008, com a publicação do novo Código.

O texto aprovado pelo Senado Federal também impôs o estabelecimento de regra para

que o órgão ambiental tenha a obrigação de embargar obra ou atividade para uso alternativo do solo fora das hipóteses legais. O texto da Câmara era autorizativo, e dizia a redação do texto que o órgão ambiental “poderia embargar” e não que “deveria embargar”. A inteligência dos nobres Senadores ultrapassa o limite do bom senso. A elasticidade da interpretação legislativa é que causa insegurança jurídica no País.

O art. 54 também é inovador ao determinar que o proprietário faça a proposta de reserva legal e deixe a cargo do órgão ambiental a viabilidade do registro simplificado no CAR para a agricultura familiar.

Insurgimo-nos também contra as alterações feitas no art. 6º, §§ 4º e 5º, que alteraram o texto da Câmara dos Deputados, que previa a suspensão das sanções quando da adesão ao PRA. O Senado Federal só permite a suspensão das sanções após a assinatura de TAC.

E agora a maior das aberrações, Sr. Presidente, o desvirtuamento da Emenda nº 164, o principal ponto aprovado pela Câmara dos Deputados no texto do Código Florestal.



O Senado Federal agora inova o texto ao exigir a recomposição de parte da propriedade, entre 15 e 100 metros, para os pequenos agricultores brasileiros, de até quatro módulos fiscais, o que causaria impacto devastador na agricultura familiar.

Somente com essa penada do Senado Federal o Brasil perderia 11.664.687 hectares, o que representaria uma diminuição de R\$6.593.608.000,00 no faturamento da agricultura brasileira.

Sr. Presidente, são mais de 6 bilhões de reais o que vão tirar do agronegócio brasileiro.

Isso é de uma irresponsabilidade sem tamanho. Quem vai pagar essa conta na hora que chegarem os títulos dos bancos?

Não vamos compactuar com esse texto esdrúxulo que quer ser empurrado goela abaixo na Câmara dos Deputados.

Peço ao ilustre Presidente que inclua nos Anais desta Casa tabela de estimativa do impacto para os pequenos agricultores.

Tive o cuidado de fazer um levantamento dos rios que cortam os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A perda da área plantada

nestes Estados aumenta substancialmente os números que acabei de apresentar.

Com base na proposta aprovada no Senado Federal, dos 196 rios do Estado de São Paulo, com extensão total de 6.496 quilômetros, nós teríamos uma perda de 130.461 hectares da área plantada.

No Estado de Minas Gerais, do total de 26 rios, com extensão total de 5.974 quilômetros, a perda é de 120.032 hectares.

Em Goiás, de 25 rios, com extensão de 5.999 quilômetros, a perda é 120.600 hectares.

Esses dados demonstram o quanto a redução da área plantada em beira de rios será caótica para a produção agrícola brasileira.

Outros exemplos com que devemos nos preocupar são as pastagens em encostas de morros.

Tive a oportunidade, durante o programa Palavra Aberta, da TV Câmara, de fazer esta crítica:

“Sítios e pequenas propriedades na encosta de serras serão totalmente prejudicados. Um pasto inclinado, que pode estar com os dias contados caso o novo Código Florestal seja aprovado.

Com esse Código sendo aprovado da forma como está no substitutivo do Senado, grande

parte da área de pasto está em área de proteção por declividade. Então essas áreas não poderiam ser usadas mais para pastagem, da forma como está previsto no Código. O que é uma insensatez no nosso entender, porque, a pastagem não estando degradada, não há nenhum problema.

Só na região de Bragança Paulista, no meu Estado, saem 65 milhões de litros de leite por ano. Cidades do Vale do Paraíba, que produzem quase 120 milhões de litros, também podem perder áreas por causa do relevo.

A perda poderia chegar a 40% da produção caso aprovássemos esse substitutivo do Senado Federal.”

Sr. Presidente, se esse Código Florestal existisse em Israel, o povo israelense iria morrer de fome, pois 80% da produção de alimentos lá é feita na beira dos rios, por sistema de irrigação. O mesmo aconteceria com a produção de uva na Califórnia, com a produção de alimentos no Rio Mississipi, com a produção nos Alpes Suíços, com a produção de arroz nos países do sudeste asiático, com o café na Colômbia e nas encostas dos morros de Minas Gerais, com a produção às margens do Rio Nilo, no Egito,

com as áreas desérticas do Peru e os bananais do Vale do Ribeira.

Não podemos alterar as áreas consolidadas para a produção agrícola, e devemos focar na proteção das águas, nas curvas dos rios, cujas margens são variadas.

Em São Paulo nós temos cerca de 5.800 rios com menos de 2 metros de margem e 18.500 córregos com 1,30 metro de margem, e, da forma como esta redigido o texto do Senado, nós iríamos acabar com o plantio de hortaliças, feijão, arroz irrigado, banana, milho verde, cebola, batata, alho e frutas de mesa.

Esse monstrego jurídico quer destruir a agricultura brasileira.

Como impor a recomposição de vegetação nativa de áreas produtivas, se elas foram ocupadas em consonância com a lei que estava em vigência naquela época. Não podemos retroagir para prejudicar milhares e milhares de produtores rurais.

A utopia legislativa é tão grande que os próprios programas do Governo irão para o lixo.

Um desses programas, que é o grande sonho de realização da nossa Presidenta Dilma Rousseff, o PAC, seria podado em 200 mil hectares



de área irrigada, impossibilitando a geração de milhares e milhares de empregos para pequenos produtores rurais no Nordeste brasileiro.

O projeto intitulado Mais Irrigação, com orçamento de 10 bilhões de reais, seria inviabilizado pela insensibilidade colocada no texto do projeto de Código Florestal pelo Senado Federal.

Finalizo, Sr. Presidente, afirmando que só podemos planejar bem o atual desenvolvimento se não recorrermos ao caminho do desperdício de recursos, e com uma agricultura forte.

Somos favoráveis à proteção ambiental no desenvolvimento, causa nobre e virtuosa, mas não concordamos que meio ambiente e desenvolvimento agrícola sejam antagônicos. Eles podem e devem caminhar juntos e harmônicos.

Muito obrigado.



**ROBERTO DE
LUCENA**

(Código Florestal. Rio+20)

Retrocessos contidos no texto do novo Código Florestal brasileiro aprovado pela Casa. Expectativa quanto à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão 26/04/2012 – DCD 27/04/2012

O Sr. Roberto De Lucena (Bloco/PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano de 1992 o Brasil teve o privilégio de sediar um dos mais importantes eventos do mundo, a Eco 92, um momento histórico, estratégico, importante, que não apenas acendeu os debates em torno do meio ambiente como anunciou o surgimento de uma geração que se levantava em defesa do planeta.

Desde então passaram-se 20 anos, e continuam a ser ouvidos os ecos daquele evento, que foi um marco para a humanidade e um motivo de orgulho para o Brasil. Agora, novamente, para orgulho de todos os brasileiros, em junho deste ano o nosso País será a sede do evento Rio+20, quando estaremos avaliando o que foi feito desde a Eco 92 e o que mais precisamos fazer.

Nos momentos que antecedem o evento, nas reuniões e ações preparatórias, podemos sentir que os olhos do mundo já se voltam para o Brasil, e novas expectativas são apresentadas. Com os impasses verificados recentemente na Convenção do Clima em Durban, na África do Sul, acentuaram-se as expectativas com relação à Rio+20, a Conferência das Nações Unidas em Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se em junho de 2012, no Rio de Janeiro. A rigor, nos últimos 20 anos, também houve poucos avanços no que se refere aos grandes temas da Rio+92, ou seja: desmatamento, clima, biodiversidade, Agenda 21 mundial.

Entre os antecedentes da reunião de 2012, vale atentar inclusive para as profundas divergências nas discussões entre comunidades tradicionais e indígenas, ONGs e corporações transnacionais.

O temário definido pela ONU para o encontro no Rio de Janeiro consiste basicamente na “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e no “marco institucional para o desenvolvimento sustentável”. Portanto, a temática prevista comporta amplo conjunto de maté-

rias, o que equivale a dizer que pode abrigar toda sorte de assuntos, de tal modo que as expectativas de soluções, acordos e progressos também adquirem proporções maiores, relevo e dimensões consideráveis.

Mais uma vez haverá a oportunidade de discutirmos compromissos, colocando-se frente a frente países ricos e pobres, poluidores históricos e representantes de nações em desenvolvimento. Importa, sem dúvida, alcançar o equilíbrio, o entendimento e a concordância acerca da necessidade de proceder a mudanças, de conter os efeitos ambientais dos processos econômicos e ao mesmo tempo manter os níveis de crescimento na medida suficiente para vencer os problemas de países afetados pela pobreza endêmica.

Esperamos, sim, que os países se distanciem cada vez mais da atitude de recusar metas obrigatórias de controle de emissões, que adotem medidas eficazes e imprescindíveis em favor da preservação da vida no planeta, em defesa dos recursos hídricos e do compartilhamento de responsabilidades, antes que seja tarde demais.

Relatório recente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO mostra que a progressiva degradação e a es-

cashez dos recursos naturais “põem em perigo os sistemas-chaves da produção de alimentos no mundo, na hora em que já se discute como se fará para alimentar nove bilhões de pessoas em 2050”.

Para aumentar a produção de alimentos será preciso aumentar o consumo de energia. E esse processo gera também mais emissão de gases, que contribuem para mudanças do clima. O que fazer, então?

Evidentemente, será necessário, entre outras medidas, modificar os hábitos de consumo e a produção geral. Impõe-se, com efeito, inverter esse quadro, que combina necessidade de aumento da produção agrícola, expansão da pecuária, elevação da temperatura planetária e uma série de outras práticas que ao longo dos anos vêm concorrendo para a degradação de terras e sistemas hídricos.

Assim, conforme enfatiza a FAO, é de fundamental importância diminuir a dependência do sistema de alimentação em relação aos combustíveis fósseis. Defende-se, nesse sentido, o uso de fontes alternativas de energia.

Todas essas questões devem ser discutidas na Rio+20, em busca das soluções mais adequa-

das para a redução de impactos sobre o meio ambiente e a realização de maior volume de investimentos, visando ao estabelecimento definitivo de caminhos, condições, garantias e modelos de desenvolvimento sustentável.

Ontem encerramos aqui neste plenário as discussões que se desenvolveram nesta Casa sobre o Código Florestal. Infelizmente, a poucos dias da Rio+20, não conseguimos dar uma boa notícia para o Brasil e para o mundo. Deixamos de valorizar, de prestigiar quem preserva, na medida em que anistiamos os que desmataram. Não observamos o pressuposto da sustentabilidade, na medida em que não priorizamos a compatibilização da atividade produtiva com a efetiva proteção ambiental.

Na prática, o instituto da Área de Preservação Permanente – APP deixa de existir, na medida em que se remete ao Executivo e aos Estados a responsabilidade pela sua fixação, bem como a obrigatoriedade de sua recomposição, gerando um espaço de total insegurança jurídica nessa questão, entre outros aspectos, pelo fato de que Estados situados em um mesmo bioma poderão ter limites diferentes de APPs. A demasiada ampliação da consolidação de atividades no interior de APPs, e agora até mesmo



no interior das Unidades de Conservação, inclusive as de Proteção Integral, coloca em risco todo o arcabouço legal vigente, bem como todo o esforço voltado a uma efetiva consolidação da gestão ambiental no Brasil, no momento em que o País está prestes a sediar a Rio+20.

Com a aprovação da nova lei na forma proposta, o Brasil estará institucionalizando a opção pelo atraso, em lugar de escolher o rumo da liderança mundial em prol da economia verde. Teremos todos de arcar com as consequências dessa opção equivocada, e nossos filhos e netos também.

Nossa expectativa é de que a Presidenta Dilma se mantenha alinhada com seus compromissos de campanha e veto o Código Florestal. A proposta leva a um crescente desmatamento, e, por consequência, ao não cumprimento das metas fixadas para a redução das emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Ao incentivar a ocupação de áreas de risco e as de preservação permanente, está-se menosprezando a relação direta que essa ocupação tem com a lamentável ocorrência das catástrofes que têm afetado o nosso País a cada início do ano, tirando milhares de vidas.

Dessa forma, a bancada do Partido Verde, fiel aos seus compromissos com a efetiva proteção

ambiental e a melhora da qualidade de vida do cidadão brasileiro, veio a público manifestar seu total repúdio pelas propostas aprovadas tanto na Câmara como no Senado.

Sei que poderia ter sido ainda bem pior. Lamento a nossa falta de compromisso com as futuras gerações, com a vida e com o planeta. Lamento que tenhamos perdido a oportunidade histórica de deixar nosso marco na defesa da natureza e na proteção universal da vida.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que defender o meio ambiente é muito mais que defender questões ambientais; é defender a vida, em sua plenitude e em todas as esferas, e é missão que cabe a todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o Brasil.



ROSANE FERREIRA

(Posicionamento do Partido Verde em relação ao texto do Código Florestal aprovado pela Câmara dos Deputados)

Preocupação do Partido Verde com o risco de redução da disponibilidade hídrica no País caso aprovado o Substitutivo do Senado Federal à proposta do novo Código Florestal brasileiro. Contaminação dos recursos hídricos brasileiros. Expectativa de veto, pela Presidenta Dilma Rousseff, a dispositivos do Código Florestal com alteração do texto pelo Senado Federal.

Sessão 12/04/2012

A Sra. Rosane Ferreira (Bloco/PV-PR. Como Líder. Sem revisão do oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de fazê-lo.

Sr. Presidente, nós, brasileiros, temos enorme dificuldade em enfrentar as situações que se apresentam, preferindo sempre a versão cor-de-rosa dos fatos. Preferimos alegar, por exemplo, mesmo diante de tragédias, que “Deus é brasileiro” – como se Deus nos liberasse da nossa responsabilidade pelos nossas atitudes.

Essas reflexões me vêm a propósito diante do aumento do risco – totalmente subestimado – que corremos com relação à disponibilidade hídrica, em virtude da possibilidade da aprovação do novo, e piorado, Código Florestal.

Desde Pero Vaz de Caminha se acredita que a água em nosso País é abundante e inesgotável. Pero Vaz de Caminha já dizia: “Águas são

muitas, infundas. E em tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”.

Entretanto, essa água é desigualmente distribuída pelo território. Há diversas regiões do País, além do Nordeste, que vivem sob estresse hídrico: menos de 1.000 metros cúbicos por habitante por ano.

Além disso, quantidade não significa qualidade. Nossas águas estão contaminadas com esgoto doméstico, defensivos agrícolas, fertilizantes, insumos e dejetos industriais. Não apenas as águas superficiais, mas também as subterrâneas estão contaminadas. Considerando a deficiente capacidade de tratamento das águas e a sinergia entre tantas substâncias tóxicas, é difícil saber que água beberemos ou daremos a nossos filhos.

Quanto ao fato de a água ser um recurso renovável, é verdade, se não considerarmos nem a qualidade nem a escala de tempo. Quem não se lembra das chuvas ácidas?

Quanto à nossa necessidade crescente de produção de energia, é bom lembrarmos que cerca de 70% da nossa matriz elétrica é de origem hídrica, o que significa que o assoreamento dos

corpos d'água compromete a produção, tanto pela redução da vazão, como pelos prejuízos que os sedimentos causam às turbinas. Não por acaso, as empresas geradoras se esforçam para garantir a proteção no entorno dos reservatórios. Esses esforços, entretanto, não isentam o conjunto da sociedade de fazer a sua parte, para garantir nosso suprimento de energia.

Para a agropecuária, a água não é apenas um recurso natural; é insumo de primeira necessidade. Para ilustrar, na produção de 1 quilo de arroz, gastam-se 3 mil litros de água; 1 quilo de carne de boi, 15.500 litros de água; 1 litro de leite, mil litros de água. É isso mesmo: para produzir 1 litro de leite, gastam-se 1.000 litros de água. E a implantação de irrigação pode aumentar a produtividade em até 200%.

Assim, os produtores agrícolas deveriam, a nosso ver, serem os primeiros a buscar, por todos os meios, proteger os cursos d'água, as nascentes e as áreas de recarga dos aquíferos.

O que vemos, entretanto, são as constantes agressões aos corpos d'água e tentativas de reduzir as medidas legais de proteção, como as Áreas de Proteção Permanente – APPs. É quase como rasgar dinheiro; algo incompreensível, numa lógica racional. A versão aprovada

pelo Senado do Substitutivo ao Código Florestal, na prática, reduz as APPs, o que fará com que a poluição difusa, os defensivos agrícolas, fertilizantes e sedimentos atinjam mais rapidamente os corpos d'água, contribuindo assim para a degradação da qualidade da água e o assoreamento. Na verdade, degradando a água que o próprio produtor vai usar!

Voltando a Pero Vaz de Caminha, é bom lembrar que ele disse “dar-se-á nela tudo, pelo bem das águas que tem”. Ou seja, sem água, nada feito!

No ano em que o Brasil sediará a conferência Rio+20, é bom nos lembrarmos de um dos princípios acordados há 20 anos, Sr. Presidente: que a água é um recurso limitado e vulnerável, necessário à vida, ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Nesse sentido, peço aos meus pares que reflitam cuidadosamente sobre as consequências das atitudes que tomarmos nesta Casa e do papel que nos será atribuído pelos nossos descendentes.

O Partido Verde, em articulação com diversos setores da sociedade civil, está envidando es-

forços no sentido de que essas alterações sejam vetadas por S.Exa. a Presidente Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, V.Exa., que enfrenta hoje no seu Estado problema tão sério com relação à seca, sabe que temos que estar sensibilizados para cuidar do maior patrimônio dos brasileiros e brasileiras: as nossas águas.

Muito obrigada.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que pese seu potencial, o Brasil enfrenta um problema crônico, desde seus primórdios: nós, brasileiros, temos enorme dificuldade em enfrentar as situações que se apresentam, preferindo, sempre, a versão cor-de-rosa dos fatos. Preferimos alegar, por exemplo, mesmo diante de tragédias, que “Deus é brasileiro” – como se Ele nos liberasse da nossa responsabilidade pelos nossas atitudes.

Não sei exatamente como isso começou, mas vejo, cada vez mais preocupada, que essa tendência continua firme e forte, mesmo quando confrontada por evidências gritantes.



Essas reflexões me vêm a propósito diante do aumento do risco – totalmente subestimado – que corremos com relação à disponibilidade hídrica, em virtude da possibilidade da aprovação do novo, e piorado, Código Florestal.

Deve ser enfatizado que esse risco já existe, em função de vários fatores, inclusive de dois mitos:

- » o Brasil tem uma das maiores vazões superficiais do planeta;
- » a água é um recurso renovável, pelo ciclo hidrológico.

Desde Pero Vaz de Caminha (“Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”) acredita-se nessa abundância de água. Entretanto, essa água é desigualmente distribuída pelo território. Há diversas regiões do País, além do Nordeste, que vivem sob estresse hídrico – menos de 1.000 m³/habitante/ano.

Além disso, quantidade não significa qualidade. Nossas águas estão contaminadas com esgoto doméstico, defensivos agrícolas, fertilizantes, insumos e detritos industriais. Não apenas as águas superficiais, mas também as subterrâneas. Considerando a deficiente capacidade de tratamento das águas e a sinergia entre tantas

substâncias tóxicas, é difícil saber que água beberemos ou daremos a nossos filhos.

Quanto ao fato de a água ser um recurso renovável, é verdade, se não considerarmos nem a qualidade nem a escala de tempo. Quem não se lembra das chuvas ácidas?

Quanto à nossa necessidade crescente de produção de energia, é bom lembrarmos que cerca de 70% da nossa matriz elétrica é de origem hídrica. O que significa que o assoreamento dos corpos d’água compromete a produção, tanto pela redução da vazão, como pelos prejuízos que os sedimentos causam às turbinas. Não por acaso, as empresas geradoras se esforçam para garantir a proteção no entorno dos reservatórios. Esses esforços, entretanto, não isentam o conjunto da sociedade de fazer a sua parte, para garantir nosso suprimento de energia.

Para a agropecuária, a água não é apenas um recurso natural – é insumo de primeira necessidade. Para ilustrar, para a produção de 1 quilo de arroz, gastam-se 3 mil litros de água; 1 quilo de carne de boi, 15,500 litros de água; 1 litro de leite, mil litros de água. E a implantação de irrigação pode aumentar a produtividade em até 200%.

Assim, os produtores agrícolas deveriam, a nosso ver, serem os primeiros a buscar, por todos os meios, proteger os cursos d'água, as nascentes e as áreas de recarga dos aquíferos. O que vemos, entretanto, são constantes agressões aos corpos d'água e tentativas de reduzir as medidas legais de proteção, como as Áreas de Proteção Permanente – APPs. É quase como rasgar dinheiro; algo incompreensível, numa lógica racional. A versão aprovada pelo Senado do Substitutivo ao Código Florestal, na prática, reduz as APPs, o que fará com que a poluição difusa, os defensivos agrícolas, fertilizantes e sedimentos atinjam mais rapidamente os corpos d'água, contribuindo assim para a degradação da qualidade da água e o assoreamento. Na verdade, degradando a água que o próprio produtor vai usar!

Voltando a Pero Vaz de Caminha, é bom lembrar que ele disse: “(...) dar-se-á nela tudo, pelo bem das águas que tem”. Ou seja, sem água, nada feito.

No ano em que o Brasil sediará a Conferência Rio+20, é bom nos lembrarmos de um dos princípios acordados há 20 anos: que a água é um recurso limitado e vulnerável, necessário à vida, ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Do ponto de vista das mudanças climáticas, a poluição de origem agrícola, além dos efeitos diretos sobre a água, também reforçam as emissões tóxicas que contribuem para a poluição atmosférica. E a poluição hídrica por fertilizantes nitrogenados aumenta as emissões de óxido nitroso, um potente gás de efeito estufa.

Assim, peço aos meus pares que reflitam, cuidadosamente, sobre as consequências das atitudes que tomarmos nesta Casa e o papel que nos será atribuído pelos nossos descendentes.

O Partido Verde, em articulação com diversos setores da sociedade civil, está envidando esforços no sentido de que essas alterações sejam vetadas por S.Exa. a Presidente Dilma Rousseff.

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no programa A Voz do Brasil.





SARNEY FILHO

(Código Florestal – Retrocesso)

Retrocesso da proposta de criação do novo Código Florestal brasileiro. Adiamiento da votação da matéria.

Sessão 06/03/2012

O Sr. Sarney Filho (Bloco/PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em resposta à afirmação que tenho ouvido aqui muito, no dia de hoje, de que o Código Florestal atua como inibidor do processo produtivo, de que mesmo os pequenos avanços que vieram do Senado vão comprometer de forma bastante grave a produção – já houve inclusive cálculos de litros de leite que se iria perder –, eu gostaria de acentuar dois dados importante. Hoje, a estrutura produtiva do País mostra que a agropecuária ocupa 18,6% do nosso território, ou seja, 158,8 milhões de hectares, enquanto as terras destinadas à produção de lavouras permanentes e temporárias ocupam cerca de 59,8 milhões de hectares. Por outro lado, a adoção de inovações tecnológicas na agropecuária, mesmo

que em escalas mínimas, poderá contribuir para o aumento da produtividade com a consequente liberação de áreas para a produção de lavouras.

Meus amigos Deputados e Deputadas, aqueles que estão nos vendo e nos ouvindo, na agropecuária uma cabeça de gado consome hoje em torno de 1,1 hectare de terra. Essa é a média da nossa pecuária.

Ora, num cálculo simples, se reduzíssemos, por inovações tecnológicas, Deputado Vicentinho, para que fossem duas cabeças de gado por hectare, só essa inovação daria em torno de 70 milhões de hectares para a agricultura.

Então, o que eu quero dizer com isso é que não há ameaça. O Código Florestal atual não ameaça a produção, tanto que a produção a cada ano tem aumentado, enquanto o desmatamento tem diminuído. Neste momento, em que nós vamos ter a Rio+20, em que o mundo discute as mudanças climáticas, em que o Acre, por exemplo, sofre a maior cheia da sua história, em que o clima global visivelmente passa por um desarranjo, nós vamos mexer numa legislação que está dando certo. Para quê? Para beneficiar a maioria da população, para beneficiar os lavradores, os camponeses, o pequeno agricultor?

Não. Para beneficiar alguns poucos grandes proprietários, que vão ser os maiores beneficiados dessa mudança na legislação. Enquanto isso, os nossos direitos difusos, que são os direitos da sociedade, e a função socioambiental da terra ficam esquecidos, alijados.

É um retrocesso aquilo que se anuncia para a votação, que, graças a Deus, não será mais hoje. Temos mais um tempo para pensar. Não devemos aprovar nem aquilo que saiu da Câmara, que é o pior, nem aquilo que saiu do Senado, que é o menos ruim. Vamos ficar em consonância com a nossa sociedade, com as aspirações da juventude, com as expectativas do mundo, que deseja um novo tipo de economia, com novos parâmetros de consumo e de produção.

Portanto, temos uma semana a mais para refletir. E eu faço um apelo a todos os companheiros e companheiras, Deputados aqui presentes, para que reflitam, ouçam as suas bases e voltem para cá dizendo que não será necessário que a pequenemos a nossa legislação ambiental tão bem-sucedida.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a afirmação de que o Código Florestal vigente atua como um inibidor do processo produtivo, principalmente em função de um eventual desconhecimento do mesmo, é uma grande falácia, pois desde 1934 o País já se preocupava com a proteção de suas florestas. E mais, proibia o corte raso em 25% da área de cada propriedade, conforme disposto pelo primeiro Código Florestal brasileiro que foi estabelecido pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, e posteriormente revogado pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal vigente.

Certamente não foi este o motivo da atual revisão, nem tampouco os eventuais entraves para a expansão do agronegócio.

Áreas disponíveis para a expansão do agronegócio existem. Hoje dispomos de dezenas de milhões de hectares de áreas degradadas, os quais se devidamente recuperados poderão vir a compor a base produtiva do País, observadas as recomendações emanadas do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE.

Hoje a estrutura produtiva do País mostra que a agropecuária ocupa 18,6% do nosso território, ou seja 158,8 milhões de hectares, enquanto que as terras destinadas à produção de lavouras permanentes e temporárias chegam a 59,8 milhões de hectares.

Por outro lado, a adoção de inovações tecnológicas na agropecuária, mesmo que em escalas mínimas, poderá também contribuir para o aumento da produtividade e com a consequente liberação de áreas para a produção de lavouras permanentes e temporárias. Conforme estudo divulgado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, aumentando-se a lotação de 1,0 para 1,5 cabeças por hectare e o desfrute para 30% se manteria o abate anual de 40 milhões de cabeças e se reduziria a área de pastagem em mais de 70 milhões de hectares, área maior que a ocupada pela agricultura no País. Estes 70 milhões, observado o Zoneamento Ecológico e Econômico, também podem ser disponibilizados para a produção de lavouras.

Assim, verificamos claramente que a expansão do agronegócio não será e não está limitada pela falta de áreas para este fim, ou pela legislação ambiental vigente. Isto nos leva a uma



reflexão sobre os reais motivos da presente revisão do Código Florestal.

Ora, o Código vigente é de 1965, escrito não por ambientalistas mas por técnicos da agricultura, que mesmo com um intuito prioritário voltado para a produção, não esqueceram da importância de se conservar e preservar o nosso patrimônio florestal. Isto ocorreu, portanto, há mais de 45 anos.

Também, estamos a mais de 15 anos do advento da Medida Provisória 1.511, de 1996, que ampliou, em especial, os percentuais a serem observados para fins de Reserva Legal de 50% para 80%, no caso da Amazônia.

Durante todo este período o Código nunca havia sido contestado com tanta veemência, pois, na verdade, nunca representou nenhum tipo de empecilho ao desenvolvimento agropecuário do nosso País.

Apenas, após a edição da Lei de Crimes Ambientais e de seus decretos regulamentares dispondo sobre as infrações e estipulando prazos e punições quanto à obrigatoriedade de se averbar a Reserva Legal, e da Resolução nº 3.545, de 2008, do Banco Central, estipulando que os imóveis devem estar regulares, do

ponto de vista da legislação ambiental, como condição de concessão de crédito rural, é que se começou esta avassaladora e desleal agressão à legislação ambiental.

Entendemos, por conseguinte, que a presente revisão, foi motivada, única e exclusivamente, por estes motivos, menos nobres, os quais estão, lamentavelmente, ligados aos aspectos econômicos e financeiros, e não à pseudonecessidade de ajustes operacionais.

Além desta questão central, obviamente, oportunistas de plantão viram nesta revisão uma forma rápida de se beneficiar também, materializada nas diversas anistias colocadas de maneira sistêmica em todo o texto, resolvendo os seus passivos ambientais históricos.

Esta percepção do setor ruralista, que dispõe de representantes em diversos partidos e bancadas, de não se adequar ao arcabouço legal vigente, mas de fazer com que o mesmo atenda aos seus interesses, também é extremamente equivocada e ultrapassada, e certamente vai se reverter, à curto prazo, em vultosos prejuízos para o setor em termos mercadológicos, para a Nação e para os recursos ambientais.

O Partido Verde, sempre fiel aos seus compromissos, que privilegiam a qualidade de vida para o homem, por meio do uso racional e sustentável dos recursos ambientais, estará, mais uma vez, atento e vigilante, para que tal falácia não se concretize, inclusive junto à Sra. Presidente da República, lutando pelo veto, se a proposição for aprovada no Congresso Nacional.

Assim, à luz de todo exposto, Sr. Presidente, fica aqui o nosso alerta, buscando corrigir este equívoco que hoje se contrapõe aos anseios de proteção do nosso meio ambiente, em benefício do agronegócio.

Muito obrigado.





ABELARDO LUPION

(Criação do novo Código Florestal brasileiro)

Criação do novo Código Florestal brasileiro.

Sessão 14/03/2012 – DCD 15/03/2012

O Sr. Abelardo Lupion (DEM-PR. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje vou usar o meu Grande Expediente para conversar sobre o Código Florestal. Existe hoje muita gente satanizando o tema. Há muita gente que, quando falamos em consolidação, nos acusa de radicalismo, que estamos aqui tentando fazer com que haja anistia, o que é mentira; estão dizendo que estamos nos preparando para derrubar a Amazônia, é mentira. Enfim, vou tentar dirimir algumas dúvidas daqueles que estão nos ouvindo.

Nós, a Câmara Federal, aprovamos a consolidação das áreas de preservação permanentes até 22 de julho de 2008 no Código Florestal, que foi para o Senado. Por que 22 de julho de 2008? Porque a partir daí o Decreto nº 6.514

regularizou a Lei dos Crimes Ambientais, que é a Lei nº 9.605.

A partir daí, qualquer ato contra o meio ambiente será punido. Sem essa lei não haveria a mínima possibilidade de punição, porque não estavam regulamentados ainda os crimes ambientais. Agora, enviamos para o Senado, que fez algumas modificações boas e algumas desastrosas no texto da Câmara.

Se me perguntarem se o texto é o ideal para a produção e para o meio ambiente, eu diria que é o primeiro passo que estamos dando para tentar ver qual é o impacto de um Código Florestal na situação da área rural brasileira.

Quero mostrar alguns exemplos para cada um dos senhores. Aos imóveis rurais que possuam as áreas consolidadas em área de preservação permanente com largura até 10 metros será admitida a manutenção das atividades agrosilvopastoris, desde que haja a recomposição de 15 metros das faixas marginais contados das bordas do leito regular.

Agora, quero mostrar o exemplo do que significa o que veio do Senado. Uma propriedade com 4,2 módulos fiscais, ou seja, as áreas que já estão consolidadas, cortadas por um curso de

água de 2 metros de largura, terá de recompor 30 metros na extensão das faixas marginais e poderá hipoteticamente produzir em apenas um quarto da sua propriedade. Ou seja, os 4,2 módulos vão virar um módulo de produção.

O outro exemplo são as propriedades que cercam as grandes cidades e que produzem os hortifrutigranjeiros. Talvez seja a área mais afetada, e são propriedades pequenas. Há propriedades de 20 mil metros quadrados produzindo hortifrutigranjeiros.

Essas propriedades, com dois módulos fiscais cada, se houver um leito de água de 1 metro de largura, serão todas perdidas, 100% perdidas. Isso em volta das grandes cidades, atingindo aqueles que nos dão o repolho, que nos dão a alface, que nos dão o mamão.

Os ribeirinhos do Nordeste e do Norte, e até do meu Paraná, vão desaparecer e ficar na mais absoluta miséria, pois todos que vivem à beira dos rios por questão óbvia de sobrevivência, com a exigência da recomposição, darão lugar à vegetação.

Gente, o mundo foi aberto pelos rios, o Brasil foi aberto pelos rios. Nós temos de entender que o cidadão quando chegava a algum lugar

fazia a sua casa à beira d'água, a pocilga à beira d'água e o galinheiro à beira d'água por uma questão óbvia, ele precisava puxar água dali.

Nós fizemos um cálculo que mostra que mais de 400 mil ribeirinhos serão expulsos das suas áreas. E tem gente que acha que é mais.

Quero agora mostrar a agricultura familiar, que tinha até quatro módulos fiscais. Uma propriedade com quatro módulos cortada por um rio de 12 metros terá que recompor as faixas marginais com a metade da largura do rio, na extensão de todo o curso d'água.

O texto não é claro! A metade da largura do rio seria para cada lado ou não? O texto não explica isso. O que vai acontecer? Insegurança jurídica. Estamos dando uma arma para sermos punidos com ela, porque o texto não é claro. E nós não podemos mexer, porque foi mexido aqui e no Senado. Precisamos resolver esse assunto.

Uma propriedade com 100 hectares, ou seja, com dez módulos fiscais, cortada por um curso d'água de 50 metros que tenha produção de arroz de várzea terá que recompor 25 metros nas faixas de extensão do curso, perdendo toda a sua produção nessa área.

O texto também não é claro. A metade do rio seria para que lado? Aqui se aplicam ou não os 30 metros? A insegurança jurídica continua imperando.

Nas encostas ou parte delas, com declividade superior a 45 graus, bordas, tabuleiros, chapadas, topo de morros, montes, montanhas, fica permitido apenas o pastoreio em vegetação nativa. Acabou o Vale do Paraíba, em São Paulo! Acabou o leite nas montanhas de Minas Gerais! O texto é claro: capim nativo. Não existe mais capim nativo. Centenas de anos procurando, a nossa EMBRAPA fazendo pesquisa para nós melhorarmos a produtividade dos nossos campos, serão perdidos? O advento da brachiaria, do panicum, enfim, isso tudo será perdido? A lei é clara.

Outro grande problema. Eu tenho aqui – me acusaram até de estar fazendo uma revolução, que eu estava sendo radical – a Resolução do CONAMA nº 303, está aqui na minha mão, que diz o que é APP. E aqui diz o seguinte:

“Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

.....



IX – nas restingas:

- a) em faixa mínima de 300 metros, medidos a partir da linha de preamar máxima...;”

Ou seja, quem tem casa, terreno, a 300 metros do mar, está fora da lei. Só se resolve esse assunto se consolidarmos o que já existe.

Toda a primeira quadra de qualquer cidade litorânea brasileira, inclusive o Rio de Janeiro, está fora da lei. E se nós não consolidarmos essa excrescência feita pelo CONAMA vai continuar valendo. Isso é uma excrescência! E vai continuar valendo.

Será que nós vamos admitir uma coisa dessa e não fazer a consolidação das APPs? Será que nós vamos fazer uma lei olhando no retrovisor? Será que nós vamos punir aqueles que, no princípio de anterioridade, no princípio do ato jurídico perfeito, há 50, 60 anos estavam dentro da lei? Hoje, no ano de 2012, vamos punir esse cidadão que deixou essa propriedade para os seus herdeiros? É isso que estamos votando. Não é uma lei apenas, é a vida dos brasileiros que nós estamos decidindo no Código Florestal, inclusive da área urbana.

O Sr. Valdir Colatto – V.Exa. me concede um aparte?

O Sr. Abelardo Lupion – Deputado Colatto, com muita honra.

O Sr. Valdir Colatto – Deputado Lupion, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns pelo pronunciamento que esclarece ao Brasil o que não vamos votar nesta Casa. Muita gente contesta a decisão sábia desta Casa, que aprovou a Emenda 164, consolidando as áreas urbanas e rurais do Brasil. Por quê? Porque a Área de Preservação Permanente, segundo o Código Florestal hoje, a Lei nº 4.771 estabelece que será considerada Área de Preservação Permanente urbanas e rurais de 30 metros a 500 metros, topo de morro, encosta, etc. E também nas cidades, o rio não para na beira das cidades, ele a invade, e ali também há que se fazer a preservação. V.Exa. coloca bem claro esses dados. Só para enriquecer o seu pronunciamento, quero registrar que, no dia 26 de fevereiro de 2010, o Diário Catarinense mostra a autuação de 15 mil residências na Lagoa da Conceição, em Florianópolis. O Ministério Público autuou todos que moravam a 30 metros da areia. Aqueles que já estavam construídos a 30 metros, e aqueles que não

estavam construídos a 300 metros, como determina a Resolução nº 303 do CONAMA, que V.Exa. está mencionando. Então, é preciso que esta Casa saiba que, se nós não votarmos aqui as áreas consolidadas, estaremos expulsando não sei quantos milhares de agricultores, mas também milhares de pessoas que moram nas cidades. O que nós temos de fazer, na verdade, é um trabalho para prevenir a poluição, o esgoto que vai direto para os rios, e 60% dos Municípios brasileiros não têm tratamento de esgoto. É isso que os países desenvolvidos fazem: tratar o esgoto e a água, não deixar ir para lá e não afastar pouco mais ou pouco menos as pessoas. Hoje nós estamos isolando os rios brasileiros, de 15 metros a 100 metros, e aqueles que não foram ocupados de 30 metros a 500 metros. Isso é impossível. Para não falar de todo o litoral a 300 metros. Santa Catarina perdeu mais de 3 bilhões de investimentos externos de hotéis que não vieram se instalar no Estado, porque queriam se instalar perto da praia. O Deputado Jorginho Mello, que foi Presidente da Assembleia, sabe disso, e foram embora para Cancun, porque queriam que afastassem 300 metros da praia, mas eles queriam construir perto da praia. Esse é o Brasil.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Nós precisamos que esta Casa conheça esses dados.

O Sr. Abelardo Lupion – Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

O Sr. Domingos Sávio – um aparte, Deputado Abelardo Lupion?

O Sr. Abelardo Lupion – Ouço V.Exa., Deputado Domingos Sávio, com muita honra.

O Sr. Domingos Sávio – Deputado Lupion, minhas primeiras palavras são para dar meu testemunho de sua luta nesta Casa em defesa do produtor rural, do trabalhador rural, mas em defesa do que é justo. E, neste caso especial, V.Exa. foi extremamente feliz de já iniciar seu pronunciamento esclarecendo para o Brasil inteiro as absurdas mentiras que tentam colocar na cabeça do cidadão mais incauto, menos precavido, fazendo muitas vezes o jogo de colocá-lo contra os Deputados que, a exemplo de V.Exa., lutam pelo trabalhador, pelo produtor e em defesa do meio ambiente. Regulamentar o Código Florestal é muito bom para o meio ambiente brasileiro, uma vez que, na nossa regulamentação, não estamos autorizando sair por aí desmatando como querem dizer. Ao contrário, estamos deixando claros



os limites. Agora, essa matéria que V.Exa. aborda mais uma vez e que teve cerca de 400 votos a favor, neste plenário, e que qualquer cidadão de bom-senso haverá de defender, que é o uso consolidado, é um princípio fundamental do Direito. Na verdade, nós estamos garantindo o que a Constituição já garante para evitar a insegurança jurídica, para evitar a perseguição, para evitar abarrotar os tribunais no Brasil de causas absurdas, tentando demolir casas, tentando destruir propriedades, tentando trazer prejuízos. Aliás, já estão fazendo isso. Alguns promotores mais afoitos estão tomando atitudes de mandar processar, de punir produtores rurais que ali estão há 2, 3 séculos. Alguém que se instalou há mais de 1 século, que construiu a sua casa, fez a sua plantação, cuidou do meio ambiente, tanto que está lá até hoje, com o córrego fluindo, de repente ouve de alguém dizer: “Não, o CONAMA agora disse que é 300 metros afastado da maré mais alta.” Então, tem que demolir Copacabana inteira? É lógico que eles não vão demolir Copacabana, mas vão impedir o desenvolvimento turístico em outras regiões do País. Assim fez também o CONAMA com o entorno dos lagos artificiais, dizendo que a produção tem que se

afastar 100 metros da máxima cheia, como se nascesse água em toda a margem de um lago artificial. Na nascente, são 50 metros; na beira de um lago artificial que já inundou as terras mais baixas, as terras mais férteis, vêm mandar afastar 100 metros na máxima cheia? Uma aberração! Portanto, nós temos, sim, que votar o uso consolidado. V.Exa. é um guerreiro nessa causa. O povo do Paraná tem motivo de sobra para se orgulhar de V.Exa. No entanto, essa causa é de todo o Brasil. Não é uma causa de ruralistas contra ambientalistas. Quem se posiciona assim não é ambientalista, é “ambientaloide”. Essa é uma causa em defesa do Brasil, para preservar o meio ambiente, mas respeitando o produtor rural, respeitando quem está produzindo e precisa continuar trabalhando. Portanto, o uso consolidado equivale a direito adquirido, direito de trabalhar, de produzir, de manter a sua casinha construída há séculos, desde a época em que não havia energia elétrica, porque o Brasil foi colonizado na proximidade dos rios e dos córregos. Não se pode sair demolindo tudo! Agora, ao aprovar o uso consolidado, não quer dizer que estejamos aprovando desmatamento em beira de córrego e beira de rio. Nada disso. A lei é clara:

estabelece os limites de APP, respeitam-se os limites de APP, mas aquilo que de 2008 para trás já estava ocupado tem que ser respeitado. Parabéns, Deputado Abelardo Lupion!

O Sr. Abelardo Lupion – Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Deputado Moreira Mendes, com muita honra, ouço seu aparte.

O Sr. Moreira Mendes – Deputado Lupion, V.Exa. aborda hoje um tema que domina e o trata com muita propriedade. Quero aqui apartear-lo primeiro para parabenizá-lo por trazer essa informação e ajudar a esclarecer este Brasil e, sobretudo, a sociedade urbana, desinformada a respeito dessa questão. Lamento profundamente que os que vivem na cidade não tenham noção da importância da produção e do produtor rural. Quero dizer a V.Exa. que vivo numa região na Amazônia que, por essa questão da consolidação das áreas ocupadas, das APPs, vai ser a região mais prejudicada do País. Aliás, não tem sido diferente nessa questão de meio ambiente. Estão colocando uma redoma de vidro em cima da Amazônia, como se aquilo fosse algo intocável, esquecendo os quase 25 milhões – vou repetir: 25 milhões – de brasileiros que vivem lá, que têm o mes-

mo direito de qualquer outro cidadão sobre o resguardo da Constituição brasileira. Veja só: o mundo vive uma situação em que se deve reconhecer a importância do meio ambiente. Eu sou um desses. Eu acho que temos de mudar o nosso comportamento com relação ao meio ambiente. O nosso produtor rural, que histórica e tradicionalmente aprendeu a tratar o meio ambiente de uma forma, está tendo agora que mudar seu conceito em relação a isso. E olha que nós todos estamos fazendo um esforço muito grande. Nessa mudança, de um lado, o produtor tem que dar atenção especial ao meio ambiente – e ele sabe disso hoje –, de outro lado, a sociedade brasileira tem que entender a importância do produtor. Quando se trata de mudar regras, você tem que estabelecer uma transição. O que estamos pedindo na consolidação da área ocupada é exatamente essa transição. Nós vamos passar de um tempo que podia ocupar, e elas foram ocupadas, como disse meu antecessor, há 100, 200, 300 anos, e agora estão querendo que ele saia de lá, como se nada houvesse acontecido. Isso é um crime de lesa-pátria, é um estelionato que se comete contra essas pessoas. Portanto, eu quero lhe parabenizar e dizer que, nesta luta



da consolidação das áreas ocupadas em APP, sem avançar um único milímetro para um lado nem para outro, aquilo que está ocupado na produção deve continuar na produção. Obrigado pelo aparte.

O Sr. Abelardo Lupion – Eu gostaria de mostrar a cada um dos senhores aqui também, Deputado Inocêncio Oliveira, nosso Líder, produtor rural e nelorista, que muito nos honra na classe, que houve uma publicação americana infeliz, é verdade, de todas as entidades americanas, inclusive a Associação Americana de Produtores de Soja, a American Soybean Association, que é a maior entidade dos Estados Unidos, tem 27 Parlamentares eleitos por ela, que diz o seguinte (isso é uma tradução juramentada feita pelo Deputado Bernardo): “Fazendas aqui, florestas lá.” Diz ainda que os Estados Unidos têm que segurar o Brasil, senão eles perdem a competitividade no mundo, têm que deixar o Brasil só com florestas, não podem, sob hipótese nenhuma, dar moleza para o Brasil.

O que significa? Eles, americanos e europeus, estão jogando pesado e bancando essas ONGs. O que nos deixa irritados é que há gente dentro desta Casa a serviço dessas ONGs. Estão inviabilizando regiões inteiras neste País, estão

fazendo uma propaganda antibrasileira, e a mídia está dizendo que nós estamos destruindo a Amazônia, que nós estamos plantando soja na Amazônia, que nós estamos produzindo cana na Amazônia. Mentira! Temos 60% do Brasil preservado em matas e vegetação nativa. Produzimos em apenas 270 milhões de hectares. Desses 270 milhões, num ufanismo, a Ministra me disse que vai tirar da área de produção 33 milhões de hectares. Nós vamos comer, exportar e fazer o quê? Trinta e três milhões de hectares da área produtiva do Brasil, o que já mexe com pouco mais de 30% do Brasil.

Gente, temos que ter responsabilidade. Não podemos dizer mentira. Agora fizeram a tal da pitonisa da Rio+20, que vai fazer as denúncias mundiais a respeito do que estão fazendo no Brasil. É bom que faça, porque nós, da bancada da agricultura, estaremos lá, todos os dias, para defender este País. Nós, da Frente Parlamentar da Agricultura e da Pecuária, estaremos lá com um estande para mostrar a realidade.

O código que nós fizemos, que nós estabelecemos na volta do Senado, Deputado Inocêncio, foi revisado por 20 cientistas, muitos da própria EMBRAPA, e mostrou exatamente a realidade. Não foi feito politicamente; foi feito

cientificamente, tecnicamente. A partir dali é que nós estamos trabalhando.

O que nós estamos tentando mostrar para o Brasil é que precisamos, sim, preservar. Agora, precisamos, antes de tudo, produzir comida. É a agricultura e a pecuária que sustentam este País, que dão superávit primário, que fizeram com que o Brasil fechasse suas contas no azul. Agora chegou o momento da verdade. Não podemos inviabilizar a produção.

Há uma coisa que me deixa muito chateado: não existe cidade brasileira que tenha 100% de canalização do seu esgoto doméstico.

A minha cidade Curitiba, conhecida como a capital verde do País, a capital ecológica, joga muito do seu lixo doméstico no Rio Iguaçu e mata o Rio Iguaçu quando passa por Curitiba.

Precisamos, sim, conscientizar as áreas urbanas de que é preciso investimento em saneamento. É preciso investimento para que não poluamos os rios.

Por exemplo, os paulistas. Onde nasce o Rio Tietê, ele é piscoso, bonito, é um rio com muita vida. Quando ele chega em São Paulo, ele continua bonito, piscoso. Agora, na hora em que

ele sai de São Paulo, vira um lixo a céu aberto, esgoto a céu aberto.

Precisamos conscientizar o Brasil inteiro da necessidade de preservarmos a água.

Agora, esse desafio não é destruindo ninguém. Uma coisa que eu queria falar, para concluir meu raciocínio, é que lei se faz daqui para a frente. Lei não pode reverter contra o cidadão. O princípio do direito adquirido, o princípio da anterioridade, o princípio do ato jurídico perfeito tem que ser preservado, tem que ser respeitado pela própria Constituição, Carta Magna do País.

Não temos o direito de não consolidar o que já foi feito no País, não temos o direito de legislar para o passado, não temos o direito de punir aqueles que já se foram e não temos o direito de fazer uma lei olhando pelo retrovisor. Nós temos, sim, que fazer leis, mas fazê-las daqui para a frente, dando norte à nossa população, ao nosso produtor rural, para onde ele deve seguir, nunca penalizando aquele que alimenta o País, aquele que dá condições ao cidadão urbano, às vezes, esses homens de ONGs, de falar mal do produtor rural, mas com a barriga cheia, graças ao trabalho do produtor rural.



O Sr. Newton Cardoso – Deputado, só 1 segundo.

O Sr. Abelardo Lupion – Pois não, Deputado Newton Cardoso.

O Sr. Newton Cardoso – Em aditamento às suas palavras, Deputado Abelardo Lupion, esse documento juramentado não é segredo para ninguém, não nos Estados Unidos. É um documento de defesa do povo norte-americano, contra o Brasil. Evidentemente, neste País quem manda não somos nós, os ruralistas, não, mas meia dúzia de Deputados do Partido Verde, infelizmente, contra 300 Deputados da bancada ruralista. Esse pessoal não conhece cebola, alho, leite, vaca, boi; não sabe da origem do homem da roça, como nós somos. Por tudo isso a nossa Presidente precisa atentar para um fato gravíssimo: ela não pode votar a proposta do Senado. Já avançamos muito nas áreas consolidadas. Precisamos ter coragem nesta Casa, e para isso estamos unidos. O PMDB, por unanimidade, é contra o parecer do nosso colega Deputado Paulo Piau, que queria, por A mais B, votar a proposta do Senado. Os partidos políticos, todos eles, estão unidos para dar a esta Casa uma prova de força, de coragem e de respeito ao homem do campo.

Estamos solidários com V.Exa., para darmos ao País um presente: o novo Código Florestal.

O Sr. Abelardo Lupion – Muito obrigado, Deputado Newton Cardoso.

Eu queria, nesse meu último minuto, Deputado Inocêncio, para não atrapalhar o pronunciamento dos companheiros, concitar a Casa a ler – está no site do Deputado Paulo Piau – o que nós estamos imaginando fazer. É uma coisa racional, científica.

Consolidando este País, podemos começar vida nova. Nós podemos, sim, tratar do futuro. E precisamos, desesperadamente, que seja votado o Código Florestal.

Já fechamos com 13 partidos da Casa para votar na semana que vem. Queremos concluir o Código Florestal para que possamos voltar a trabalhar, dar segurança jurídica ao nosso produtor rural e poder fazer um Brasil maior ainda.

Muito obrigado, Deputado Inocêncio.



**HENRIQUE
EDUARDO ALVES**

*(Posicionamento do PMDB na
votação do Código Florestal)*

O Sr. Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Brasil que nos assiste nesta hora, gostaria de começar, como Líder do PMDB, a relembrar uma tarde/noite como esta, no ano passado, quando esta Casa, a principal responsável pela construção do Código Florestal Brasileiro, fez aqui uma votação inesquecível e emocionante. Debate, polêmica fazem parte do jogo parlamentar e democrático.

O tempo passou. A matéria foi ao Senado. Lá, reconhecimento de público a melhoria, o avanço, a qualificação que os Senadores ilustres emprestaram ao texto nascido nesta Casa. Eis que chega para a palavra final a quem deveria dá-la mesmo, que somos nós da Câmara dos Deputados.

Então, primeiro, reconhecimento neste novo momento que estamos vivendo aqui e agora. É preciso declarar que, se da outra vez eu fiz e disse diferente, agora eu faço questão de afirmar que nesta fase o nosso Governo, o Governo que eu apoio, da Presidenta Dilma Rousseff, respeitou integralmente a posição de cada Parlamentar, de cada bancada e de cada partido.

Eu posso dar o testemunho que, em momento algum – a Presidenta, nem se fala! –, nenhum dos Ministros pressionou, exigiu; ao contrário, respeitou e dialogou, apenas, como é dever do Governo nas questões técnicas necessárias e respeitadas.

Portanto, deixo logo claros aqui o meu agradecimento e meu respeito à posição do meu Governo, respeitosa, em relação a esse tema. E até acrescento a participação importante do Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, do meu partido, que ajudou em todo esse processo; da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que ajudou, sim, a construir quase 95%, num consenso, desse texto.

Agora, quando chegamos a este ponto, chega a hora final. E de novo aqui, em nome do PMDB, eu quero declarar ao Brasil, antes da votação – nestas horas decisivas para o partido, que tem

sofrido, mas amadurecido, e tantas vezes incompreendido, mas profundamente honrado –, que, em nome da minha bancada, em nome do PMDB, dos 78 Deputados que compõem o Partido, os 76 presentes nesta Casa são favoráveis ao relatório do Deputado Paulo Piau. (*Palmas.*)

Deputado Paulo Piau, V.Exa. nos honrou profundamente.

As questões que aqui se discutem são de viés puramente ideológico, do ponto de vista radical. E vou dar bom exemplo em relação os apicuns e salgados, um dos itens melhorados do Deputado Paulo Piau. Querer considerar apicuns e manguezais como se houvesse entre eles conflitos, um degenerando o outro, é uma falácia. No meu Estado, por exemplo – dados do próprio IBAMA –, há 40 anos existe a carcinicultura, a criação de camarões em cativeiro. Há 40 anos! Nos últimos 25 anos os manguezais do meu Estado cresceram 20% – houve crescimento –, mostrando que a carcinicultura não atinge, não prejudica. Portanto, os manguezais é que temos que respeitar.

Em relação à questão mais fundamental, ainda: dos pequenos agricultores em curso d'água, das APPs, que se tornam a principal bandeira dessa proposta, que foi de Aldo Rebelo e agora é de

Paulo Piau. São 3 milhões e 600 mil pequenos agricultores que esse Código Florestal deve proteger. Querem que ele os criminalize, como se fossem bandidos, marginais. Quem não se lembra da campanha *Plante, que o Governo Garante?* O Governo mandando o homem plantar, à época sem crédito, sem tecnologia, sem maquinário, com seu suor, com suas mãos, que foi à beira dos rios para fugir da seca, para evitar ir para as cidades, abandonados à marginalidade, debaixo dos viadutos. Eles foram para a terra buscar a sua sobrevivência, o seu direito, o seu presente, o futuro da sua família.

Pois são essas pequenas famílias, são esses pequenos agricultores que nós queremos, não proteger, muito menos anistiar, mas respeitar. Se Deus quiser, nesses dois exemplos, espero que esta Casa, mais uma vez, confirme o voto que já deu, afirmando nesta hora o respeito a todos os contrários. O bonito dessa democracia é isso. O importante desta Casa – e só ela tem – é isto: na hora da dúvida, do questionamento e do embate prevalece o convencimento e, ao final, prevalece o voto.

Nesta hora, rendo respeito às bancadas da Oposição, que, em todo momento, souberam separar essa questão. Não é uma questão de

Governo e Oposição. Eu não quero sair daqui – nem pensar! – com a consciência de que teria derrotado o meu Governo, não porque nós somos Governo.

O Governo é ambientalista? É. Mas é ruralista, é pecuarista e soma as tendências. Se há um país que respeita o meio ambiente e a natureza de maneira exemplar é o nosso Brasil.

Nós queremos também que este mesmo Brasil, que é orgulhoso, exuberante na sua produtividade, na sua produção agrícola, some esses dois instrumentos que nos orgulham na formatação desse Código Florestal.

Deixo aqui, Sr. Presidente, essas palavras, absolutamente consciente. Nesta Casa, há 40 anos, esta é uma das matérias mais importantes que se vota. Não é apenas o votar, é o criar projeto parlamentar; nasceu daqui, uma Casa tão agredida, tão injustiçada. Espero que amanhã haja o reconhecimento do Brasil que o Parlamento brasileiro fez, criou, debateu, discutiu, aprovou e venceu um Código Florestal, que esta noite vamos votar.

Ao encerrar, Sr. Presidente, duas palavras apenas, homenagens que tenho que prestar. Em primeiro lugar, ao Vice-Presidente Michel



Temer. Foi ele que, sentado nesta cadeira, Sr. Presidente, criou a Comissão Especial para analisar uma proposta há 7 anos envergonhadamente adormecida nesta Casa.

Em segundo lugar, uma homenagem a V.Exa., Presidente Marco Maia. Eu e esta Casa toda sabemos da coragem, da sensibilidade que V.Exa. teve que ter para esta sessão estar acontecendo nesta noite. V.Exa. não adotou nem postura de Governo nem de agradar a Oposição, V.Exa. teve a postura de Presidente do Parlamento brasileiro. Eu quero aplaudi-lo, Presidente Marco Maia, por sua atitude. *(Palmas.)*

A terceira homenagem que presto é a Aldo Rebelo. Não podemos nos esquecer dele. Hoje não está aqui, é Ministro de Estado, mas foi com ele que esta história começou. Foi ele quem andou por todo o Brasil, cidade por cidade, de ribeira a ribeira, de beira de rio a beira de rio, em propriedades pequenas, grandes, médias. Ao meu querido Aldo Rebelo a homenagem desta Casa; esta vitória vai ser sua também, se Deus quiser. *(Palmas.)*

E a última, a derradeira, até emocional porque saudosa, a um Deputado que parece que estou vendo ali olhando para mim, de frente, de cabeça erguida, um lutador obstinado por este Cód-

igo: Moacir Micheletto. Quis o destino e Deus que hoje ele não estivesse mais aqui. Sei que ele está num bom lugar a nos olhar e a nos abençoar. É a palavra de homenagem que lhe presto.

Quero pedir a esta Casa uma homenagem, que não seja apenas minha, nem do meu partido, pela sua história, pela sua vida, pela sua atuação, pela sua formação democrática, pelo Código Florestal. Peço a esta Casa uma homenagem não silenciosa, mas uma salva de palmas a Moacir Micheletto, um dos grandes lutadores deste projeto. *(Palmas.)*

Era isso, Sr. Presidente. Agora é cada um cumprir o seu dever.

Ao meu colega Jilmar Tatto, Líder do PT: Deputado Tatto, meu querido Líder, compreendo exatamente a sua posição e a da sua bancada, mas um partido democrático como o PT, nessa história, há de compreender que, no embate, na discussão, não se vence nem se impo-
ndo, nem se ameaçando, nem se enganando, nem se iludindo.

Esta é a hora da verdade do Brasil que nos vê e que nos ouve. Esta é a hora de radicalismo fora. Esta é a hora do bom senso, do Brasil real. Esta é a hora da vitória do Código Florestal, se

Deus quiser, para uma maioria contundente,
emocionada, consciente, valorizando o Poder
Legislativo e a atividade parlamentar.

Vamos à nossa vitória, se Deus quiser.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O Sr. Presidente (Marco Maia) – Obrigado ao
Deputado Henrique Eduardo Alves.



...“É consagrador o testemunho da ONU de que nenhuma outra Carta no mundo tenha dedicado mais espaço ao meio ambiente do que a que vamos promulgar....”

Deputado Ulysses Guimarães

Presidente da Assembleia Nacional Constituinte

Em 5 de outubro de 1988, quando da promulgação da atual Carta Magna

